

PETROBRÁS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DA PETROBRÁS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

LEVY, Artur. Artur Levy (depoimen-
to; 1987). Rio de Janeiro, CPDOC/
FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988.
346 p. dat.
("Projeto Memória da Petrobrás")

Artur Levy
(depoimento)

Proibida a publicação no todo ou em
parte; permitida a citação.

Permitida a cópia xerox.

A citação deve ser textual, com in-
dicação de fonte.

ficha técnica

tipo de entrevista: história de vida

entrevistadores: Valentina da Rocha Lima e Margareth Guimarães Martins

levantamento bibliográfico e roteiro: Margareth Guimarães Martins

conferência da transcrição: Margareth Guimarães Martins

sumário: Sandra Soares

texto: Leda Maria Marques Soares

leitura final: José Luciano de Mattos Dias

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

datilógrafa: Márcia de Azevedo Rodrigues

local: Rio de Janeiro - RJ

data: julho e setembro de 1987

duração: 13 h 20 min

fitas cassete: 15

páginas datilografadas: 346

Esta entrevista foi realizada na vi
gência do convênio entre o CPDOC/FGV
e o SERCOM/Petrobrás. É obrigatório
o crédito as instituições menciona-
das.

SUMÁRIO

1ª Entrevista: Antecedentes familiares; primeiros estudos; a vocação militar; no Colégio Militar de Barbacena; a profissão militar; na Escola Militar do Realengo: opção pela arma de engenharia; a influência das missões indígena e francesa; a juventude militar; participação no movimento tenentista (1922): o levante, a prisão e a expulsão da Escola Militar; Luís Carlos Prestes; Juarez Távora; a expectativa após a expulsão da Escola Militar: o inquérito do Supremo Tribunal Federal; o curso de engenharia no Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá; pronunciamento da justiça sobre o levante de 1922 e suas consequências para o entrevistado; a Revolução de 1924; o envolvimento com membros da Coluna Prestes; na Companhia de Engenharia Elétrica e Distribuição de Águas de Cuiabá (1925); o fornecimento de energia elétrica de Cuiabá; na medição de terras no sul de Mato Grosso; a Revolução de 1930; o irmão..... 48

2ª Entrevista: Notícias sobre a Revolução de 1930 na fronteira com o Paraguai; a anistia (1930): retorno ao Rio de Janeiro e estágio no 1º Batalhão de Engenharia; o curso de atualização e revisão; no 6º Batalhão de Engenharia: reconhecimento topográfico, fidelidade ao governo na Revolução de 1932 e reconhecimentos aéreos; a Revolução de 1932; promoção a capitão durante a revolução; o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais: a experiência como instrutor e comentários sobre alunos e instrutores; a engenharia militar; o curso da Escola de Estado-Maior; no 2º Batalhão Ferroviário do Paraná (1940): a construção da estrada de ferro Caxias do Sul-Rio Negro; participação no III Congresso de Engenharia e Legislação Ferroviária (1940); no comando do 7º Batalhão de Engenharia (7º BE) de Petrolina (Pernambuco): a posição estratégica, os transportes e a pobreza da região; os preparativos do 7º BE para a guerra: a via de acesso alternativa; a importância de Engenho Aldeia; diferença entre a FEB e o exército tradicional; o general Newton Cavalcanti; estágio nos Estados Unidos; a instrução militar brasileira e a norte-americana; no Estado-Maior do Exército: o Departamento de Estradas de Rodagem e o Plano Rodoviário Nacional; a oposição do ministro Joppert..... 82

3ª Entrevista: Representante do Ministério da Guerra no CNP: a organização do Conselho, o problema dos recursos e a posição dos militares; a fiscalização dos empreendimentos sob a égide do CNP; contratos entre o CNP e firmas estrangeiras; a obtenção de recursos em dólares para a Petrobrás (1954-1956); na chefia da comissão de localização de Refinaria de Cubatão; a receptividade dos estados ao Imposto Único sobre Combustíveis; a importação de equipamentos; na construção do Oleoduto Santos-São Paulo (1946): a questão dos

recursos, a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e o transporte de combustíveis; atuação no Exército durante o período de construção do oleoduto; atribuições no CNP: participação de empresas estrangeiras na prospecção do petróleo: as instruções do Estado-Maior do Exército, a comissão do Estatuto do Petróleo; participação na elaboração do Estatuto; a Campanha do Petróleo; Rui de Lima e Silva e Avelino Inácio de Oliveira; a posição do entrevistado na comissão do Estatuto: os estudos sobre os prazos de concessão; a ligação com Juarez Távora; a elaboração de um projeto de concessão por técnicos estrangeiros; a aprovação da Lei nº 2.004; a exploração de gás; o preço dos derivados do petróleo; a Frota de Petroleiros; a utilização de álcool misturado à gasolina..... 124

4ª Entrevista: Relação entre o CNP e o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM); o CNP; dificuldade orçamentária, projetos prioritários e papel dos militares; a escolha dos representantes dos ministérios para o CNP: a indicação do entrevistado, o papel do presidente e as diretorias; a importação de equipamentos e as relações com os grupos nacionais privados; o Estatuto do Petróleo (1948): a participação do entrevistado, o papel de Odilon Braga, a posição de Glycon de Paiva, a atuação das empresas estrangeiras, a participação de Juarez Távora e a tramitação na Câmara dos Deputados; o Oleoduto Santos-São Paulo: a participação do entrevistado, o papel da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, as etapas da execução do projeto; observações sobre o Plano Salte; o aproveitamento do xisto; a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos..... 169

5ª Entrevista: Balanço de atuação do CNP; o papel de Mário Bittencourt Sampaio nos empreendimentos de petróleo; a Refinaria de Mataripe; na comissão de localização da Refinaria de Cubatão: a escolha do local, os recursos do Plano Salte e a contratação da firma Hydrocarbon Research Inc.; a ampliação das refinarias; o projeto da Petrobrás; a destinação dos recursos em dólares para a Petrobrás: o papel de Eugênio Gudín; Juarez Távora; a inauguração da Refinaria de Cubatão (1954); o funcionamento da Refinaria de Cubatão; a Fábrica de Asfalto e a Fábrica de Fertilizantes..... 214

6ª Entrevista: A Refinaria de Cubatão: localização, participação dos militares e contratação da Hydrocarbon; a incorporação da refinaria à Petrobrás; a operação da refinaria: relações entre os técnicos nacionais e estrangeiros; a escolha de Ernesto Geisel para a superintendência de Cubatão; a Comissão Especial de Indústrias Petroquímicas (1953): o papel de Leopoldo Miguez de Mello; o projeto de organização da Petrobrás de Hélio Beltrão; a comissão de implantação da Pe-

trobrás; Juracy Montenegro Magalhães; a obtenção de imóveis para a Petrobrás; o monopólio estatal do petróleo; a escolha da primeira diretoria da Petrobrás; atuação de Juracy Magalhães na Petrobrás; influência da morte de Getúlio Vargas sobre a Petrobrás; a tentativa de revisão da Lei nº 2.004; Getúlio Vargas; na presidência da Petrobrás (1954-1956): a vinda de Walter Link ao Brasil; o episódio de Nova Olinda; a mudança de posição de Juarez Távora; o Círculo de Engenharia Militar; a criação da Associação de Refinadores: o papel de San Tiago Dantas; o programa de treinamento e formação de técnicos para a Petrobrás; a escolha dos membros para o Conselho de Administração: sugestões do presidente da Petrobrás, os representantes das associações de classe e o grau de autonomia de cada conselheiro; o gerenciamento da empresa: o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva; relacionamento entre a diretoria e o corpo técnico; ausência de confronto entre a Petrobrás e o governo; o relacionamento entre o Ministério da Fazenda e a Petrobrás; o grau de autonomia da Petrobrás; a gestão do entrevistado na Petrobrás: seu afastamento da empresa..... 256

7ª Entrevista: Histórico da Comissão Especial de Indústrias Petroquímicas (1953); a contribuição do entrevistado para a Petrobrás: o aumento da produção e da importação de óleo, a obtenção de recursos, as refinarias de Cubatão e Mataripe, o aproveitamento de técnicos estrangeiros e a formação de técnicos nacionais, o plano de organização da empresa e o Oleoduto Santos-São Paulo; a reunião no Quitandinha com Juscelino Kubitschek, Antônio Balbino, Roberto Campos e outros: consequências para o entrevistado e para a Petrobrás; o governo de JK: o Plano de Metas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); Janary Nunes; o curso na Escola Superior de Guerra (ESG); o livro de autoria do entrevistado Energia não se importa; a questão da energia elétrica no Brasil; na Diretoria de Comunicações do Exército; o curso da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL); Idálio Sardemberg; o convite para a direção da Reduc; as etapas de construção da Reduc; as principais diferenças entre as refinarias de Cubatão e Duque de Caxias; importância da Reduc para a indústria de refino no país; superintendente da Reduc para a indústria de refino no país; superintendente da Reduc (1961-1962); Geonísio de Barros; o funcionamento da Reduc nos anos do governo de João Goulart; a gestão de Francisco Mangabeira na Petrobrás; o período de afastamento do entrevistado da Petrobrás; o papel de Albino Silva na presidência da empresa; a eclosão do movimento de 1964 e seus efeitos na Petrobrás: a prisão de Osvino Ferreira Alves, o convite para a presidência, primeiros atos e o convite a Ademar de Queiroz; o marechal Castelo Branco; a tentativa de Mourão para assumir a Petrobrás; Olímpio Sá Tavares..... 317

8ª Entrevista: A escolha de Ademar de Queiroz para a presidência da Petrobrás; as condições da empresa no período pós-64: previsão orçamentária, mudanças administrativas e substituição de pessoal; o papel do chefe de gabinete; o início de funcionamento do Depin (1965): a administração do entrevistado; as desapropriações das refinarias particulares (1964); participação no VII Congresso Mundial de Petróleo (México); a trajetória na Petrobrás; o VII Congresso Mundial de Petróleo; na presidência da ABNT; o trabalho nas empresas pública e privada; o trabalho na Sibra; a falta de êxito nos empreendimentos particulares; o curso na ESG; na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG); a criação da Associação Brasileira da Indústria de Base (ABDIB); na presidência da Casa de Mato Grosso..... 345

9ª Entrevista: Balanço da atuação do entrevistado na Petrobrás..... 346

1ª Entrevista: 10.07.1987

A.L. - Primeiramente devo agradecer por esta oportunidade que me dão para mostrar o serviço que realizamos em benefício do progresso do Brasil.

V.L. - General, vamos começar conversando sobre suas origens. O senhor nasceu em Cuiabá. Como era o nome do seu pai?

A.L. - Henrique Levy. Minha mãe era Joselina Castelo Levy.

V.L. - Qual era a profissão do seu pai?

A.L. - Cônsul francês em Cuiabá.

V.L. - Eu queria que o senhor nos contasse um pouco sobre sua família. Era uma família grande? O senhor tinha irmãs?

A.L. - A família era regular. Eu tinha dois irmãos mais velhos do que eu, que acabaram morando um em Paris e outro em Cuiabá.

V.L. - Algum dos seus irmãos veio a ser militar também?

A.L. - O irmão mais velho foi... comerciante em Paris, e o segundo foi militar também, como nós. [escrevendo] Isso é um vício!...

V.L. - Vício de escrever, não é? General, conversando anteriormente conosco, o senhor nos contou que seus pais morreram e o senhor ficou órfão muito cedo.

A.L. - É isso.

V.L. - Por quem o senhor foi criado?

A.L. - Quando o nosso pai morreu, fomos distribuídos pelas tias, irmãs de minha mãe. O mais velho foi destinado para a tia que mora em Paris, e o médio ficou em Cuiabá aos cui

dados de uma tia mais idosa.

V.L. — Que idade o senhor tinha mais ou menos quando ficou órfão, o senhor se lembra?

A.L. — Foram perdas lastimáveis que nos deixaram em liberdade durante muito tempo. O mais velho... [escrevendo]

V.L. — O mais velho foi ser criado em Paris, e o senhor ficou com a outra tia.

A.L. — O mais velho foi criado em Paris, e o segundo em Cuiabá, Mato Grosso. Eu fiquei com uma tia que viajava muito. Eu a acompanhava, era seu companheiro de viagem.

V.L. — Essa tia era originária de Mato Grosso também?

A.L. — Essa tia era de Cuiabá também, irmã de minha mãe.

V.L. — Essas viagens em que o senhor a acompanhou representaram uma mudança de local de moradia ainda na sua fase de infância?

A.L. — O marido de minha tia era... [escrevendo] - ô vício danado! - comerciante em Buenos Aires e viajava muito com meu pai, que além de cônsul era comerciante em Cuiabá. De modo que tivemos que andar muito por esse mundo afora e... [pausa] a primeira viagem foi para Buenos Aires, onde deixamos o irmão mais velho, e depois para Corumbá, onde o primeiro marido... Já está embrulhado!

V.L. — É complicado lembrar dessas questões de família muito antigas, vira um quebra-cabeça! Mas vamos pensar numa coisa general: essa tia com quem o senhor foi viver se mudou para Minas Gerais?

A.L. — Ela acabou vivendo em Minas. Aí tem uma passagem interessante! Com a segunda tia, viajamos para Assunção, Corumbá e Cuiabá.

V.L. — Ainda pequenos?

A.L. — Tudo com pouca idade.

V.L. — Quando o senhor foi para Minas Gerais com a sua tia?

A.L. — Falta muito para chegar lá! [risos] Bom, primeiro foram esses dados. Depois... Eu queria que quando eu parasse, a máquina* também parasse, não pode?

V.L. — Tem que apertar a pausa rapidinho.

A.L. — Porque nessa passagem da infância, teve o estudo do primário. Muito devemos à segunda tia, ou à segunda mãe que tivemos pois ela providenciou imediatamente a minha... matrícula nas escolas primárias de Cuiabá e Lafaiete. Essa tia também providenciou a minha inclusão no Colégio Militar em Barbacena, que foi de grande vantagem para minha futura carreira.

V.L. — O senhor entrou com 11 anos no Colégio Militar de Barbacena, passou a puberdade e a adolescência lá, dos 11 aos 17 anos. Quando o senhor foi para o Colégio Militar já sentia alguma vontade de ser militar?

A.L. — Bom, a vontade existia desde muito tempo. Quando perdi meu pai, aos seis anos de idade, eu já carregava a bandeira brasileira nas ruas de Corumbá.

V.L. — Como nasceu essa vontade?

A.L. — Bom, aí... não sei.

V.L. — Quase que natural, de dentro?

A.L. — Natural e espontânea.

* Refere-se ao gravador.

V.L. — Quer dizer que quando o senhor foi para o Colégio Militar de Barbacena, já tinha uma vontade, pelo menos.

A.L. — Eu já tinha uma vocação. Isso me valeu muito durante a existência toda.

V.L. — Havia também a circunstância de que a sua tia estava morando lá perto nessa época, não é?

A.L. — Em Lafaiete.

V.L. — O Colégio Militar tinha fama de ter um bom ensino?

A.L. — O Colégio Militar de Barbacena foi um excelente, um invulgar colégio. Porque estava numa cidade pequena, com muito pouca diversão, de modo que não tinha perturbação na aprendizagem.

V.L. — O senhor era interno?

A.L. — Eu era interno.

V.L. — Tinha um convívio muito grande com os colegas, então.

A.L. — Com os colegas era bom.

V.L. — O senhor tem alguma lembrança marcante desse seu período de Colégio Militar?

A.L. — Nós temos algumas passagens interessantes no Colégio Militar.

V.L. — O senhor andou nos contando que brigou... [risos]

A.L. — A primeira foi uma divergência tida com um professor de trigonometria que deu zero em uma prova minha que estava perfeitamente certa. Essa divergência nos conduziu até ao conselho e até ao comandante do Colégio, que nos deu ganho de causa, mas pediu insistentemente para que não levássemos o caso adiante. Porque um aluno de 16, 17

anos não podia se opor a um professor já calejado. Esse foi o primeiro caso. O segundo caso foi o da gripe; passamos a gripe no Colégio Militar.

V.L. — Foi um período terrível, esse da gripe!

A.L. — O terceiro caso foi que nós...

V.L. — Mas como foi esse caso da gripe no Colégio Militar? Alguma coisa marcante, que o senhor se lembre?

A.L. — Não, não.

V.L. — Era aquele clima da época, não é?

A.L. — A gripe no Colégio Militar para nós foi rápida, porque assim que manifestou a epidemia, todos os alunos foram dispensados e só voltaram no ano seguinte.

V.L. — Foi um período muito longo de dispensa, de afastamento do Colégio por causa da gripe espanhola?

A.L. — Foram seis meses de afastamento, de modo que não prejudicou muito o ensino. Nós voltamos no ano seguinte com bastante entusiasmo - isso é preciso dizer, porque foi de fato. O terceiro caso, nós éramos incluídos sempre nos quadros de honra dos semestres. Cada semestre tinha uma forma de premiar os primeiros alunos. Eu não era primeiro aluno, não, fui até vagabundo. Mas estive sempre, principalmente no segundo, no terceiro e quarto ano no quadro de honra do Colégio. Bom, depois...

V.L. — Quais eram as matérias que o senhor gostava mais nesse tempo e pelas quais já sentia uma inclinação?

A.L. — Essa questão avivou uma antiga aptidão para matemática e inaptidão para outras coisas que não eram do nosso agrado. O que nos valeu também decepções muito grandes.

V.L. — Por quê?

A.L. — Porque nós fomos até repetentes. Repetimos um ano. Apesar de toda essa auréola de matemática, repetimos um ano por causa do português e do francês. Bom, agora tem mais uma coisa: ainda no corpo de alunos, fomos promovidos a primeiro-tenente.

V.L. — Ainda no Colégio Militar?

A.L. — No Colégio, primeiro-tenente-aluno.

V.L. — Por quê? Pelas notas, pelo comportamento?

A.L. — Não. O comportamento sempre foi ótimo, mas foi pelas notas, pelo desempenho escolar. E esse oficialato foi bom para nós, porque tínhamos algumas vantagens. Poucas vantagens, mas tínhamos. Outra questão do Colégio Militar foi a presença nas paradas, inclusive uma do rei Alberto quando veio ao Brasil. Descemos de Barbacena para o Rio para tomar parte no batalhão escolar que homenageou o rei Alberto da Bélgica, que veio agradecer a participação do Brasil na guerra e na defesa da... Bom, sobre o Colégio Militar acho que está tudo aí.

M.M. — Já que o senhor falou na guerra, como chegavam as notícias da Primeira Guerra Mundial no Colégio Militar?

A.L. — No Colégio Militar não era permitido comentar e nem havia entusiasmo. Todos os alunos eram muito novos, não havia entusiasmo para essas questões políticas, não. Tudo estava sendo absorvido pelo estudo, pelo...

V.L. — Mas de alguma maneira os alunos tomaram conhecimento de que estava acontecendo a Primeira Guerra Mundial.

A.L. — Havia o Tico-Tico, que dava muita notícia.

V.L. — Então liam o Tico-Tico!

A.L. — Liam o Tico-Tico.

V.L. — Então sabiam!

A.L. — Mas não sabiam interpretar, não adiantava nada.

V.L. — Não sabiam interpretar, mas tinham notícia de que estava havendo uma grande guerra e tudo isso.

A.L. — Essa notícia era comum, geralmente era o oficial de dia que dava essas notícias todas no boletim do Colégio.

V.L. — Então havia uma notícia oficial sobre os acontecimentos importantes através do oficial de dia, e havia uma notícia extra-oficial pelo Tico-Tico, não é isso?

A.L. — Esse Tico-Tico é bom tirar. [risos]

V.L. — Não, não! Isso faz parte de como as pessoas se formaram, como elas tinham informação, o que elas liam na sua época. Os alunos nessa época eram adolescentes, deviam conversar sobre essas coisas, guerra, a idéia de guerra. Vocês estavam se formando para serem militares, estava acontecendo uma guerra mundial, eu acho que devia haver alguma curiosidade, algum pensamento, alguma discussão a respeito disso.

A.L. — Você falou bem, era apenas curiosidade. Eu não classifico aquilo que se passou naquelas repartições de movimentação para beligerância, para guerra. Não foi isso que aconteceu. Foram casos mais simples. Não dávamos essa categoria de guerra para os meninos.

V.L. — Nesse mesmo período, em 1917, ocorreu a Revolução Russa. A notícia de que tinha havido a Revolução Russa chegou ao Colégio Militar?

A.L. — Como?

V.L. — Em 1917 houve a Revolução Russa, que foi um outro

acontecimento de impacto internacional. Essa notícia chegou ao Colégio?

A.L. — Não me lembro se ela chegou ao Colégio. Porque a Rússia não era tida como... aliada ou coisa parecida. Nós não dávamos importância a essa participação dos beligerantes, não dávamos. Não havia campo para isso.

V.L. — Não havia nem essa preocupação: "Nós vamos ser militares, a guerra é uma coisa que pode acontecer na nossa vida"? Era muito cedo?

A.L. — Nós tínhamos pela frente aqueles professores barbudos que não deixavam. [risos]

V.L. — A disciplina era muito rígida no Colégio Militar?

A.L. — A disciplina era adaptada aos nossos 17 anos. Não era muito rígida, não era muito folgada também. Mas havia uma disciplina forte. Geralmente os professores, os instrutores, como foi o Eduardo Sá, levavam a sério esse fato de estarem no interior de um estado, sem recursos para estudar.

V.L. — Jovens de várias partes do Brasil iam estudar no Colégio Militar?

A.L. — O Colégio Militar logo tomou nome e apareceram muitos candidatos para se inscreverem, muitos candidatos mesmo. E eram de todos os estados do Brasil, não havia seleção. O fato de o Colégio Militar estar no estado de Minas não acarretou uma preponderância de ensino aos mineiros.

V.L. — O senhor se lembra, por exemplo, se conversando com os colegas, vocês trocavam idéias sobre os diferentes estados do Brasil? Porque cada um vinha de um lugar. "Como

é na sua terra?" "E na sua?" Não tinha esse tipo de conversa?

A.L. — Era uma discussão sadia e boa.

V.L. — Porque eu acho que esse tipo de conversa é uma coisa importante na formação das pessoas, saber um pouquinho de Brasil. Havia essa curiosidade de saber de Brasil?

A.L. — Havia essa curiosidade forte, grande.

V.L. — Nesse tempo, o seu interesse maior estava concentrado em ser um bom estudante, em dominar aquelas disciplinas, aquelas matérias que estavam sendo ensinadas?

A.L. — Eu fui - eu me considero - um bom aluno. Durante todo o curso. Tanto é que fomos incluídos no quadro de honra, fomos promovidos a oficial-aluno. Tudo isso mostra a nossa participação nos estudos do Colégio Militar.

M.M. — O senhor falou dos seus instrutores. Houve algum instrutor ou professor que tenha marcado a sua passagem no Colégio Militar?

A.L. — No Colégio Militar havia um professor... - até parente da Dulce* ...Havia uma turma de uns dois ou três professores que levavam mais a sério a participação no estudo.

V.L. — E foram esses professores, que levavam mais a sério, que deixaram melhor impressão no senhor?

A.L. — O Eduardo Sá, o Iver, eram elementos que levavam muito a sério. O Eduardo Sá, que era comandante de uma companhia do batalhão escolar, levava a sério. Enfim, alguns de que não me lembro o nome no momento, mas que

* Dulce Alves Baeta Levy, esposa do entrevistado.

existiam. E uns contra, como foi o Arruda na questão da... trigonometria.

V.L. — Conversando outro dia o senhor nos contou uma coisa interessante: que o senhor, na verdade, havia resolvido o problema de maneira absolutamente correta, só que com método próprio. O senhor tinha o seu método, e o que não foi aceito foi o método diferente. Foi essa a causa do conflito.

A.L. — Foi.

V.L. — Mas o senhor tinha chegado ao resultado correto.

A.L. — E ele deu zero pela questão, apesar de eu ter chegado a resultados corretos. É mais uma prova da vocação para a matemática.

V.L. — É isso que eu estava querendo ressaltar: o senhor já inventava formas de resolver problemas, e essa capacidade de trabalhar os problemas é uma coisa que vai marcar depois a sua trajetória.

A.L. — Essa coisa foi sem querer, mas valeu.

M.E. — Valeu. O senhor já firmou a sua posição: "Eu posso resolver dessa maneira."

A.L. — O professor ficou marcado etc e tal. [trecho inaudível]

V.L. — No Colégio Militar, o currículo era mais de disciplinas técnicas, vamos chamar assim, de disciplinas humanísticas, ou de treinamento mais específico para a vida militar?

[FINAL DA FITA 1-A]

A.L. — Era uma formação equilibrada entre as noções que se tem no segundo grau. E apesar de ser colégio militar, uma coisa interessante é que não havia uma predileção, um domínio das disciplinas militares sobre outras que fossem reconhecidas. Não havia esse domínio. O que foi muito bom, porque deixava ao arbítrio do aluno futuramente a escolha da... como aconteceu com a Escola Militar.

V.L. — O senhor escolheu ir para a Escola Militar depois?

A.L. — Não. Não. Calma, calma...

V.L. — O senhor estava falando...

A.L. — Sobre as disciplinas, se a disciplina de técnica militar era maior ou menor.

V.L. — ...que não havia preponderância das disciplinas propriamente militares sobre as outras.

A.L. — Havia instrução correlata militar bastante desenvolvida, com soluções apropriadas mas não era dominante.

V.L. — Eu não entendi muito bem. O que quer dizer isso, com soluções apropriadas?

A.L. — Justamente na parte militar, havia o currículo militar. Na parte civil, havia o currículo civil. E nós éramos instruídos militarmente quando se tratava da parte militar. Só isso.

V.L. — Porque nem todos aqueles que fazem o Colégio Militar, seguem a carreira, nem todos vão depois para a Escola Militar.

A.L. — Aí são os outros. risos

V.L. — O senhor, eu sei que segui, que decidiu seguir.

A.L. — Desde o começo, nunca saí da linha, nunca escolhi uma outra linha de estudo que não fosse a militar. Estava dentro do meu critério, da minha solução.

V.L. — Quer dizer que quando o senhor terminou Barbacena — tinha então 17 anos — já estava com a sua vocação bem definida.

A.L. — Estava. Como dissemos no começo, desde o começo. As vocações apareceram-me como militar e como matemático. Apareceram nitidamente. Coisa que é raro.

V.L. — E essas duas vocações vão trabalhar juntas em toda a sua carreira, vão andar paralelas.

A.L. — Vão trabalhar juntas em toda a carreira, harmonizando e não me deixando passar por trilhas diferentes ou erradas.

V.L. — O senhor queria tão fortemente ser militar! E ser militar era reconhecido, valorizado socialmente nesse tempo?

A.L. — O militar sempre teve atuação positiva nos destinos do país. E desde aquela ocasião que a gente, quando se interessava pelos assuntos, se interessava muito por essa parte de... Como é?

V.L. — Eu não sei o que o senhor estava querendo dizer.

A.L. — Você pode repetir a pergunta?

V.L. — Nós falávamos que o senhor tinha tanta vontade de ser militar, estava com a vocação bem definida, e eu perguntei se ser militar era valorizado socialmente nessa época, era bem-visto, era reconhecido?

A.L. — Era. A carreira militar, nessa ocasião, embora de forma diferente do que agora se processa, era muito procurada e decidia muito sobre os destinos de pessoas, portanto era útil ao país.

V.L. — As famílias ficavam contentes quando conseguiam que

os seus filhos entrassem no Colégio Militar, e depois na Escola Militar. Havia uma perspectiva profissional boa para quem fazia o Colégio e a Escola Militar?

A.L. — Naquela ocasião não era certo o destino do militar. Mas ele era respeitado. O que havia de bom era o respeito. Os militares eram respeitados e poucas vezes saíam para soluções de sangue, para soluções de luta. Muito poucas vezes. Nós tivemos em 1908 a questão da vacina, tivemos depois essas outras revoluções, todas conhecidas, de modo que é isso.

V.L. — O senhor, quando foi para a Escola Militar do Realengo, com essa vocação bem definida, pensava como poderia ser o seu trabalho como militar na sociedade, no mundo, no Brasil?

A.L. — Isso já está incluído na outra resposta. O fato de ser militar... Quando passamos do Colégio Militar para a Escola Militar, levamos toda aquela carga de conhecimentos que havíamos adquirido. E na Escola Militar fomos solicitados para outros conhecimentos.

V.L. — Que tipo de instrução básica se dava na Escola?

A.L. — Aí já predominava a carreira militar. A carreira militar era sensivelmente predominante. Os moços dessa época já eram mais politizados, já conheciam mais e se influenciavam mais pelas notícias que apareciam na... imprensa. Nossos instrutores... Quando foi a ocasião de selecionar a arma, selecionamos a arma de engenharia, que não era muito pleiteada, mas era desejada — havia dificuldade para entrar na arma de engenharia, de modo que ela era desejada, mas não era possível. Perdemos muitos rapazes bons por causa disso.

V.L. — Havia uma seleção rigorosa para entrar?

A.L. — Havia uma seleção rigorosa. Seleção que não é essa seleção de grau, de coisa, é seleção militar mesmo. O sujeito andava bem fardado, não tinha túnica sem botão, quer dizer, essas coisas de militar mesmo que a gente tem que levar a sério.

M.M. — E a matemática, não contava para quem ia servir na arma de engenharia?

A.L. — A matemática... Eu tive a sorte e a felicidade de ter um bom instrutor de analítica na Escola, que favorecia os alunos, ajudava. Porque era uma matéria difícil. Então os professores ajudavam, auxiliavam os alunos com mais intensidade que no Colégio Militar. Eu tive a sorte de ter um bom instrutor, bons instrutores de matemática, o que me favorecia. Já para outras funções, dificultava. Mas eu fui bom oficial na carreira militar e no estudo. Bom, agora tem o negócio do Prestes.

M.M. — Antes eu queria fazer uma pergunta: o senhor disse que continuou os estudos de matemática, de analítica, na Escola Militar. Mas havia um ensino mais aplicado da engenharia? Já se aprendia nesse momento como se construía uma estrada, como se fazia uma demolição? Eu queria que o senhor nos contasse. Porque a engenharia brasileira é muito reconhecida, constróem-se pontes e estradas muito bem.

A.L. — É. Mas naquele standard de vida não era, não podia ser. [risos] Mas... Já esqueci.

M.M. — Eu perguntei como era o estudo da engenharia aplicada na construção de pontes, estradas, em demolição.

A.L. — Bom, a engenharia tem cursos especializados de pontes, de minas e sapadores - são especializados da engenharia. E... havia dificuldade em encontrar um... Repete.

M.M. — Eu queria saber da aplicação da engenharia. Como o senhor aprendia a construir pontes, a demolir? O senhor passou por todas essas três áreas de engenharia? Estudou tudo isso ou escolheu uma área?

A.L. — A engenharia era especializada em engenharia militar. De modo que não havia esse estudo profundo de pontes e... Mas havia estudo aprofundado e realização prática de pontes, sapadores e minas, que eram mais desenvolvidos.

V.L. — A instrução, a formação propriamente para a vida militar era bastante desenvolvida na Escola Militar? Como era essa formação para a vida militar?

A.L. — Era bastante desenvolvida e o leit motiv da...

V.L. — ...Escola. Mas há quem diga que só se aprende mesmo na tropa, no comando. Será verdade?

A.L. — Bom, isso aí é verdade, porque a tropa é o melhor elemento, o melhor material - pode-se dizer assim - que se tem para fazer a instrução e o ensino. Coisa que não acontece. Na Escola Militar, por exemplo tem que ser bito lado, tem que ser resumido, são três anos apenas...

V.L. — Desses três anos, dois são de instrução básica e um de especialização?

A.L. — Nós escolhíamos a arma no segundo ano. Quer dizer, um de primeiro ano e um de especialização, mas já com destino à tropa. O terceiro ano já tinha destino certo.

V.L. — Sentia-se na Escola Militar desse tempo alguma in-

fluência do fato de a Missão Francesa ter vindo ao Brasil em 1919?

A.L. — O Brasil era muito xenófobo... Então, qualquer missão estrangeira encontraria reação da parte militar, principalmente.

V.L. — E como foi a questão da Missão Indígena?

A.L. — Entre as missões que apareceram na Escola Militar — teve depois a americana —, apareceu a Escola Francesa e depois a Escola Indígena. A Escola Indígena foi uma equipe que prestou grandes serviços ao Exército e ao país, porque era intransigente na sua disciplina, na sua conduta. De modo que ela foi útil, muito útil ao Exército.

V.L. — Já se sentia, de alguma maneira, essa influência no seu tempo de Realengo?

A.L. — Influía sobre Realengo, sobre a Escola Militar.

V.L. — Mas já se percebia isso naquele tempo?

A.L. — Percebia, a gente sentia. Porque nós éramos os sacrificados pela disciplina férrea. Eu passei pela missão...

V.L. — Quer dizer que, quando se fala em Missão Indígena, o senhor pensa em disciplina, é isso? [risos]

A.L. — Penso em disciplina, e que disciplina! Passei dois anos como aluno da Missão Indígena e vi. Com professores exigentes, como o nosso amigo...

V.L. — Qual amigo?

A.L. — O Luís Carlos Prestes, o Juarez, o Hall, que depois continuou comunista. E os meus colegas de engenharia eram apenas cinco. Só cinco conseguiram fazer engenharia na Escola Militar naquela época.

V.L. — O senhor disse que a seleção para a arma era de livre escolha do aluno, e havia a exigência disciplinar, tinha que ter o uniforme direito... Mas havia alguma exigência propriamente quanto ao desempenho como aluno para que fosse admitido numa arma?

A.L. — A disciplina abrangia tudo.

V.L. — O senhor tem alguma lembrança se havia alguma penetração das idéias positivistas na Escola Militar nesse tempo? O lema da nossa bandeira "Ordem e Progresso"...

A.L. — Havia uma pequena dose de informação sobre esses assuntos.

V.L. — Aí vocês já tinham um pouco mais de idade entre 17 a 20 anos, já estavam um pouco mais velhos. Qual era o assunto, - vou até usar uma gíria -, qual era o assunto de papo dos alunos quando eles não estavam naquelas horas da disciplina, da aula e tudo isso? Porque eles eram internos, viviam juntos muito tempo, eram jovens, então é natural que houvesse conversa. O senhor lembra dos assuntos que mais interessavam à sua juventude de Escola Militar?

A.L. — Agora está difícil. Não estou lembrando. Porque há também o fato da minha intervenção nesses assuntos: não me interessavam os assuntos políticos.

V.L. — Eu não falei que eram assuntos políticos, general, falei assuntos em geral, assuntos que o senhor gostava. Pode me dizer qualquer um.

A.L. — Apenas fez um quadro que era semelhante ao assunto político. [risos]

V.L. — Mas estou falando em geral mesmo. Vou fazer uma

pergunta mais direta: em termos de leituras, nesse tempo, o senhor leu Os sertões, de Euclides da Cunha?

A.L. — Li os grandes livros, quase todos.

V.L. — Que tipo de leitura interessava mais ao senhor fora das leituras obrigatórias de estudo?

A.L. — Fica difícil, não me lembro...

V.L. — Mas Os sertões, do Euclides da Cunha, o senhor se lembra se leu?

A.L. — Não, não me lembro mais.

V.L. — Eu pergunto isso porque, em entrevistas com militares, muitos deles disseram que haviam gostado de ler Os sertões na época da Escola Militar. Eu queria saber se o senhor também tinha gostado.

A.L. — Li no tempo da Escola Militar, isso eu li. Mas não...

V.L. — Marcou.

A.L. — ...marcou.

V.L. — Havia na Escola alguma cadeira, algum curso, alguma disciplina mais ligada a problemas brasileiros?

A.L. — Assuntos gerais.

V.L. — E o que eram assuntos gerais?

A.L. — Tudo aquilo que não fosse militar. [risos]

V.L. — Pensei que o senhor fosse me dizer tudo que não é particular é geral. [risos] Tudo que não fosse militar? Mas, por exemplo, matemática não é especificamente militar. Estava em assuntos gerais?

A.L. — Mas era considerada militar.

V.L. — Ah, matemática estava em assunto militar.

A.L. — Dentro da matemática há assuntos que são orientados diretamente para o militar.

V.L. — Para aplicação mais militar. Em engenharia também?

A.L. — Engenharia é uma delas. Esses cinco rapazes, chegou a revolução...

V.L. — Qual revolução que o senhor está falando?

A.L. — Uma das minhas.

V.L. — Uma das suas! Então, quais foram as suas revoluções? [risos]

A.L. — Vamos passar adiante.

V.L. — Vamos passar adiante? Está bem, vamos seguir aqui e depois chegar lá para ver quais foram as suas revoluções.

M.M. — Quem eram esses cinco que conseguiram chegar à arma de engenharia?

A.L. — Já não me lembro mais. Jonas, Leal, Tinoco... mais quem? Mais uns dois. Eram cinco.

V.L. — Todos seguiram a carreira depois?

A.L. — Depois dois foram julgados traidores.

V.L. — Por quê?

A.L. — Porque não aderiram à revolução. E os outros três, eu e mais dois, fomos considerados revolucionários.

V.L. — Quando? Em 1930, em 1922?

A.L. — Em 1922.

A.L. — Acho que saímos da linha.

V.L. — Não faz mal. Se ficarmos só na conversa, assim,

parece disciplina. A conversa aqui é um pouco indisciplinada.

A.L. — Parece o tal método, não é? [risos]

V.L. — Não tem o tal método, não tem um pouco de método e um pouco de indisciplinada. General, estávamos falando das conversas naquele tempo, das preocupações dos alunos. Eles se preocupavam em pensar assim: "Puxa, as forças públicas estaduais têm um bocado de poder"? E a questão do Exército nacional? Isso era uma preocupação que existia na Escola Militar?

A.L. — Como é?

V.L. — No Brasil, havia as forças públicas estaduais. Como é que vocês, jovens, que estavam se preparando para servir ao Exército nacional viam as forças públicas estaduais?

A.L. — Não posso dizer que havia divergências. As milícias geralmente obedeciam a uma disciplina oficial dada pelo Exército. De modo que, em raras ocasiões elas se cruzaram para ficar uma de cada lado da revolução.

V.L. — Mas, de qualquer maneira, esse problema das forças públicas estaduais - no que se refere a equipamentos, a recursos, a quem obedeceriam - vai sensibilizar aqueles que estavam muito preocupados em fortalecer a idéia de um Exército nacional, não é?

A.L. — Sim.

V.L. — O senhor não se lembra de que isso fosse discutido ou pensado naquele tempo?

A.L. — Nesse âmbito da Escola Militar, não foi pensado nada disso.

V.L. — Outra pergunta que eu ainda queria fazer sobre es-

ta questão da época da Escola Militar é a seguinte: como a sua geração da Escola Militar do Realengo via a Praia Vermelha, que tinha sido outro grande centro de formação, anterior a Realengo?

A.L. — Eu não percebi coisa alguma. A Praia Vermelha era tida apenas como um exemplo de indisciplina.

V.L. — A Praia Vermelha já era vista assim?

A.L. — Eu estive preso na Praia Vermelha durante 17 dias.

V.L. — Por quê? Depois do 5 de Julho? A prisão foi lá?

A.L. — Foi lá.

V.L. — Como o senhor via nessa época a missão do Exército do Brasil? Porque o senhor queria ser militar. E quando a gente escolhe uma carreira, uma profissão, sempre tem no fundo uma idéia assim: "Para que serve esta minha profissão? Qual a missão que eu tenho na vida?"

A.L. — Bom, são perguntas que a gente não... Pode ser aqui, pode não ser...

V.L. — Pode ser em qualquer momento. Pode ser agora, pode ser de novo depois...

A.L. — Está no programa?

V.L. — É uma coisa que eu tenho interesse em saber é como o senhor via, como o senhor vê... Talvez a gente possa falar sobre isso depois, o senhor prefere?

A.L. — Prefiro.

V.L. — O clima na Escola Militar nesses anos era de muita insatisfação e de muita fermentação. Tanto foi assim que depois desembocou no levante tenentista. Como se manifestava esse clima de fermentação? O senhor sentia?

A.L. — Eu fui uma criatura rara, que não teve conhecimento da revolução antes de ela eclodir. Antes.

V.L. — Ah, antes! Porque depois o senhor até foi preso!

A.L. — Juarez não me disse nada, nem o nosso amigo Carlos Prestes.

[FINAL DA FITA 1-B]

V.L. — O senhor tinha acabado de mencionar Juarez Távora e Luís Carlos Prestes. A geração que cursou a Escola do Realengo de 1916 a 1919 foi justamente a geração dos que ficaram conhecidos como os "tenentes".

A.L. — É. Juracy etc.

V.L. — No seu tempo, o senhor teve algum instrutor que estivesse ligado a esse movimento dos "tenentes"?

A.L. — Tive. O oficial comandante da engenharia não era ligado aos "tenentes", era contrário; dois colegas meus da turma eram contrários; só três, eu e mais dois, fomos pela revolução, mas depois de sua eclosão porque antes não sabíamos de nada.

V.L. — Isso na sua turma - eram cinco na arma de engenharia -, mas a Escola tinha muito mais alunos do que isso. A notícia que nós temos é que se levantaram 588 alunos. O senhor confirma isso ou não? Foi um número grande?

A.L. — Foi mais ou menos esse número. Mas eu não tive a preocupação... porque fui colhido completamente de surpresa no dia 5 de julho, inclusive quanto ao que se fala, quinhentos e tantos alunos... Depois nós viemos saber dos quinhentos e tantos alunos que fizeram parte da revolução.

V.L. — Como as coisas aconteceram, então?

A.L. — Aconteceu que de madrugada eu ouvi muito tiro. [risos]

V.L. — O senhor estava dormindo? Como foi? O senhor estava dormindo, ouviu tiros, não sabia de nada...

A.L. — Não sabíamos de nada, então levantamos como de costume, porque o levante foi na hora de sair da cama. Aí o Xavier... [inaudível], general Xavier... tomou o comando da nossa turma e nos levou para tomar posição no morro da Abreseca. Quando tomamos posição, o 1º Batalhão de Engenharia já estava em posição contrária. E o 1º Batalhão de Engenharia era bem em frente a Abreseca: barrava o caminho da Escola ou barrava o caminho da cidade. Quando o comandante viu que não era mais possível obter êxito com aqueles elementos que ficaram nas mãos dele, ele deu por findo o levante e nós voltamos para a sede da Escola, onde ficamos presos. Os alunos do primeiro ano foram... incorporados às várias unidades do Exército, os do segundo ano foram expulsos, e os do terceiro ano, que fomos nós, foram para a prisão e expulsos. Nós levamos a pior carga.

V.L. — Então, na verdade, o senhor participou porque o levante foi geral e o senhor seguiu ordens?

A.L. — Quando tomei conhecimento dos fins da revolução... então eu aderiria ou não.

V.L. — Havia para os alunos essa escolha de aderir ou não, ou eles seguiam ordem?

A.L. — Não digo que havia, porque em revolução... [risos]

V.L. — ...Não tem muito isso. E o senhor, como tomou conhecimento dos fins? Porque o senhor disse: "Quando tomei

conhecimento dos fins da revolução..."

A.L. — Foi no alojamento. Os oficiais revoltosos, como esses dois que eu citei — ainda tem outros por aí —, nos reuniram e nos deram conhecimento de causa, conhecimento da revolução. Aí todos aplaudiram ou não aplaudiram.

V.L. — Que razão foi colocada para a revolução?

A.L. — Como é?

V.L. — Que motivo eles apresentaram para o levante? "Nós estamos nos levantando por tal motivo."

A.L. — Sabe que eu não sei!

V.L. — O senhor não se lembra?

A.L. — Não me lembro. Não me lembro, não.

M.M. — O senhor não se lembra que teve o episódio das cartas do Artur Bernardes? Diziam até que as cartas eram falsas. [risos]

A.L. — Houve isso, carta falsa.

V.L. — Houve a prisão do Hermes da Fonseca...

A.L. — É, houve.

V.L. — ...o fechamento do Clube Militar... O senhor não está lembrado disso?

A.L. — Estou. Mas é para entrar nisso?

V.L. — Para saber por que o senhor participou do 5 de Julho de 1922: se foi só porque estava lá e houve um levante geral ou porque estava acompanhando esses acontecimentos e o clima de fermentação dentro da Escola?

A.L. — Bem, nós ficamos na Engenharia uma semana e depois fomos para a Praia Vermelha. À noite, bem à noite. De

bonde. Uma parte foi para a Praia Vermelha, a minha parte.

V.L. — Isso quando o senhor foi preso?

A.L. — É, quando fui preso. E aí a revolução acabou.

V.L. — Acabou, mas depois continuou, porque teve 1924 também. Só uma coisinha para trás: quando conversamos da outra vez, o senhor fez menção ao fato de que Luís Carlos Prestes foi seu instrutor. Em que disciplina? Em que assunto?

A.L. — Prática de campo, prática de equipamento, campo. Ele era tenente, instrutor...

V.L. — Nessa ocasião o senhor formou alguma imagem particularmente forte dele, particularmente interessante? Ficou alguma lembrança forte dele dessa época?

A.L. — Bom, Prestes deixou uma... Nós tivemos pena disso, mas ele deixou uma fama muito grande de bom oficial, de ótimo oficial, porque ele era primeiro lugar em tudo em que tomava parte. Em todos os cursos ele foi primeiro lugar. Mas isso não influenciou depois sobre a... Quando ele se desligou para a Coluna Prestes, nós saímos da influência dele.

V.L. — Mas o senhor sentia que recebia influência dele, que sofria influência dele? Ele era uma figura marcante?

A.L. — Não, eu não recebi influência nenhuma, a não ser a instrução militar.

V.L. — Houve algum instrutor que o senhor tenha sentido que marcou a sua formação nessa fase, que tenha sido uma influência importante?

A.L. — Nessa fase, Juarez, talvez.

V.L. — Mas Juarez só começou a ser auxiliar de instrutor

da Seção de Engenharia no Realengo em 1922, que foi o ano que o senhor saiu. O senhor chegou a pegar o Juarez lá?

A.L. — Peguei, pegamos a revolução.

V.L. — E o Juarez marcou o senhor de alguma maneira?

A.L. — Marcou. O Juarez era um elemento interessante, era digno de ser estudado. Porque ele, com aquela figura toda, tomava parte em uma revolução, tomava parte até o fim, saía, depois voltava para fazer a mesma coisa, fazia... E Filinto - havia-me esquecido de Filinto.

V.L. — Filinto... O que tem Filinto?

A.L. — Filinto fazia parte desse grupo de Juarez, Prestes.

M.M. — Era instrutor?

A.L. — Era instrutor.

V.L. — Mas o senhor estava falando do perfil do Juarez, que ele era uma figura interessante, ia até o fim das coisas que fazia.

A.L. — Ele era uma personalidade importante, influente. E assim continuou durante toda a vida até à morte, ele continuou importante. Eu tive vários contatos com o Juarez. Além da presidência da Petrobrás - porque ele também estava no Palácio do Catete -, nós tivemos várias aproximações com Juarez. Eu me lembro que no dia 22*, nessa revolução, ele apareceu lá na Seção de Engenharia batendo palma. Gostei daquilo.

V.L. — Gostou daquilo?

A.L. — Gostei das palmas.

* O entrevistado confunde o dia com o ano da revolução. A data correta é 5 de julho de 1922.

V.L. — O senhor quase está vendo a cena de novo. Juarez entra batendo palmas... E aí, como foi?

A.L. — Ele era muito dedicado também aos estudos. Era dedicadíssimo aos estudos. Na Escola de Aperfeiçoamento, ele foi meu aluno. Mas isso ainda vem para adiante.

V.L. — Não faz mal, se o senhor quiser contar agora, vamos falando disso.

A.L. — Não, deixa para a ocasião. Olha o método, olha o método! [risos]

V.L. — O senhor quer tudo muito organizado: [risos] fica muito no método em vez de deixar em liberdade tudo o que vem à cabeça. Nós estávamos falando do Juarez e podíamos seguir nisso. Porque uma das coisas que eu ia perguntar é se nesse período o senhor chegou a formar vínculos, seja com seus colegas, seja com algum instrutor, que se tornaram vínculos importantes no conjunto, no restante da sua vida?

A.L. — Nós tivemos colegas assim, vários mesmo. Citar todos seria difícil. Eu citaria talvez o Rodrigo Otávio, o Bina Machado...

V.L. — O seu conhecimento com eles vem de onde?

A.L. — Com o Rodrigo Otávio, vem do 2º Batalhão de Engenharia, a unidade do Exército em que servimos juntos.

V.L. — E com o Bina Machado?

A.L. — Bina Machado foi uma figura que atuou bem... talvez um pouco fraco, não sei. Esse negócio não vai para um tribunal, não é? [risos]

V.L. — Que tribunal? [risos] Tribunal da história?

A.L. — Não sei. Tem muita coisa aí de tribunal.

V.L. — O senhor não está dizendo que está falando tão pouco...?

A.L. — Eu não me lembro. Tem muitos, mas tem muitos nesse meio. Tem o Porto Carrero, que foi meu... Tem os dois alunos meus, que foram do Juarez também... Tem muitos, muitos. Se me lembrar, depois eu digo.

V.L. — Voltando ao 5 de Julho, quer dizer que o senhor participou porque houve uma participação generalizada?

A.L. — Não. Depois de termos tomado conhecimento de um modo geral, tomamos conhecimento dos fatos que deram o rumo da revolução.

V.L. — Quais foram esses fatos?

A.L. — A presença desses oficiais era um fato.

V.L. — O senhor, que desde menino, andava com a bandeira do Brasil e queria ser militar... Não posso nem imaginar o choque e o desgosto que teve quando foi expulso da Escola!

A.L. — Não houve isso.

V.L. — Não?!

A.L. — Não. A revolução foi aceita por nós até com prazer, porque reconhecíamos essas coisas que ela disse aí, reconhecíamos e não explorávamos.

V.L. — Reconheciam o quê exatamente?

M.M. — O problema do Bernardes.

A.L. — É, carta do Bernardes, Nilo Peçanha etc., que a gente tomava conhecimento pelos jornais, pela imprensa.

V.L. — Então havia uma insatisfação e uma certa politização - vamos chamar assim, sei que o senhor não gosta muito que se fale de política - dos alunos da Escola. Eles es

tavam acompanhando a questão da sucessão presidencial, a sucessão do Epitácio Pessoa.

A.L. — Eu, então, não estava ligando para nada.

V.L. — Não estava? Mas quando diziam: "Prenderam o Hermes, fecharam o Clube Militar!..."

A.L. — Aí mexia com a gente.

V.L. — Mas eu tinha perguntado como o senhor sentiu a sua expulsão da Escola.

A.L. — Não foi muito sentida, sabe? Porque eu era moço, tinha pela frente grandes possibilidades, então a expulsão, a perda de um cargo desses não influiu muito...

V.L. — Mas o senhor queria ser militar e, sendo expulso da Escola, sua carreira militar estava sendo cortada.

A.L. — Pois é. Foi desagradável, mas não foi sentida com... porque eu tinha outra profissão.

V.L. — De engenheiro.

A.L. — De engenheiro. Não era engenheiro militar. Eu tinha a de engenheiro civil, em Itajubá.

V.L. — Ah, mas isso o senhor não tinha ainda, o senhor não iria ter.

A.L. — É, não tinha ainda.

M.M. — Mas o senhor tinha alguma esperança de voltar para o Exército? Pensava que o panorama ia mudar e um dia o senhor ia poder voltar?

A.L. — É. A Revolução de 5 de Julho não morreu. De modo que continuou ativa, com grandes laços de... com grandes possibilidades — não encontro outro termo.

V.L. — General, o senhor foi expulso da Escola, mas antes

esteve confinado, preso lá, e foi aberto um inquérito. O senhor respondeu a esse inquérito?

A.L. — Respondi. O Supremo Tribunal Federal, encarregado do inquérito, ficou cheio, repleto de oficiais de todas as armas, de todo feitio. E... Como é?

V.L. — Como foi essa questão do inquérito? Cada um respondia individualmente ao processo?

A.L. — Não. Quando estávamos na Escola Militar ainda, antes de irmos para o tribunal, passaram um documento em que a gente se comprometia com a revolução: um documento do governo, do governo, e não nosso, que implicava em responsabilidade pela revolução. Esse documento serviu de base para todas essas punições na escola. Serviu de base.

V.L. — Vamos tratar agora um pouquinho desse seu período fora da carreira militar. Eu quis ser má ao perguntar se o senhor sofreu quando foi expulso da Escola e o senhor me disse que não, que tinha uma porção de possibilidades.

A.L. — Fui preso e expulso.

V.L. — Mas eu perguntei se foi uma grande frustração e o senhor disse que não, porque era jovem e via outras possibilidades.

A.L. — Eu não notei essa tristeza da perda da Escola. Não se notava isso, não.

V.L. — O que o senhor fez, então quando foi expulso?

A.L. — Passeei muito durante um certo período, brinquei bastante Carnaval, até que tomamos a resolução de tirar outro curso. Já que a Escola Militar tinha encerrado para nós, fizemos um outro curso; o de engenheiro civil - electricista-mecânico - em Itajubá. Aí a tal vocação para ma-

temática, para engenharia, funcionou muito bem: e fiz três anos do curso em um.

V.L. — O senhor tinha alguma formação em engenharia por causa do...

A.L. — Tinha. Mas no outro curso eram dois anos, e não três.

V.L. — Quer dizer, a formação em engenharia no Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá se fazia em três anos normalmente?

A.L. — Não, em quatro anos.

V.L. — Como o senhor entrou no Instituto? Como era o acesso? Havia um concurso, uma seleção?

A.L. — Não. Havia uma ligeira pesquisa da pessoa. Não havia esse problema, não.

V.L. — Para quem queria estudar engenharia civil nesse tempo, quais eram as boas escolas? Itajubá...

A.L. — ...Ouro Preto, e pode-se dizer que a Politécnica era boa. Havia também as escolas regionais, teve muita escola regional boa.

V.L. — Por que o senhor deu preferência a Itajubá?

A.L. — Por causa da eletricidade.

V.L. — Ah! Era isso que estávamos querendo saber!

A.L. — Você puxa, puxa, puxa, não é?

V.L. — É. Então, nesse período, o senhor tinha um interesse específico pela questão da eletricidade?

A.L. — Da eletricidade e suas aplicações.

V.L. — É interessante, porque o senhor vai ter um professor do Instituto Itajubá que depois esteve muito ligado

ao setor de energia elétrica. O senhor se lembra dele?

A.L. — Não, não me lembro.

V.L. — Não se lembra do Otávio Marcondes Ferraz?

A.L. — Eu sei quem ele é, mas não foi da minha intimidade.

V.L. — Não foi seu professor?

A.L. — Não, não foi.

V.L. — Porque ele foi professor em Itajubá nesse período mais ou menos.

A.L. — Como esse ministro, esse gordão, que também é mecânico-eletricista por Itajubá.

M.M. — O Aureliano?

A.L. — O Aureliano. Destacou-se em Itajubá um professor, o Seabra, que era um verdadeiro líder em eletricista, em cursos de eletricidade. Eu também fui primeiro lugar, por sorte fui primeiro lugar no Instituto de... Itajubá, tendo até ajudado os companheiros. Mas não vá botar isso aí.

V.L. — Ajudando os companheiros? O que o senhor quer dizer? Cola? [risos] Essa é uma forma. Outra coisa é estudar junto. Se não quiser que eu ponha, vou pensar que o senhor deu cola. Mas eu ia perguntar outra coisa: o senhor teve alguma vantagem sobre os colegas graças à sua formação anterior de Realengo? Isso ajudou lá?

A.L. — Sim. O curso de Realengo era válido para todas as escolas de engenharia e para outras escolas... Não sei, mas era válido.

V.L. — Como o senhor via, nesse período, quando estudante, o problema geral da energia elétrica no Brasil?

A.L. — O país era imensamente pobre em energia, e chamamos

a atenção sobre isso no livro* que esta mocinha... [risos]
 Mas gostamos muito de eletricidade e eletrônica. Muito.
 Nossa tendência foi sempre a eletricidade. Tínhamos direito a uma viagem à Europa, quando acabamos o curso em Itajubá - acabamos em primeiro lugar, então tínhamos direito a uma viagem. Isto também não funcionou. Não fomos porque o Instituto não tinha dinheiro.

V.L. - Não tinha recursos? Nesse mesmo período em que o senhor estava fazendo o curso em Itajubá, houve finalmente, em 1923, o pronunciamento da justiça sobre o levante de 1922. Por que o senhor só foi anistiado em 1930? Alguns alunos foram até impronunciados, ficaram fora do processo.

A.L. - Levou um certo tempo para... Repete, que eu não entendi bem.

V.L. - Eu perguntei por que o senhor só acabou anistiado em 1930? Porque o processo foi correndo...

M.M. - O senhor chegou a ser condenado no processo?

A.L. - Fui condenado e expulso da Escola Militar.

M.M. - Os impronunciados é que não foram condenados.

V.L. - Mas a expulsão foi anterior. Depois houve um processo...

A.L. - A expulsão e a condenação fizeram parte de um mesmo processo, eu acho, de liquidação da...

V.L. - Não, eu acho que não. Sabe por quê? Como a expulsão se deu logo após o movimento, o processo continuou a correr e a questão do impronunciamento só ocorreu em 1923,

* Refere-se ao livro de sua autoria denominado Energia não se importa. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1962.

não sei se fizeram parte do mesmo processo.

M.M. — Mas eu acho que o senhor deve ter sido condenado em 1923 e só anistiado com a Revolução de 1930, não foi isso, general?

A.L. — Em 1930 saiu a anistia.

[FINAL DA FITA 2-A]

V.L. — General, nesse período em que o senhor estava em Itajubá, eclodiu em julho de 1924 nova revolução, que depois desembocou na Coluna Prestes. O senhor teve alguma ligação com esse movimento?

A.L. — Não. Novamente não me deram conhecimento da Revolução de 1924. E nem podiam, porque eu estava fazendo medição de terra na foz do Apa.

M.M. — Isso não foi em 1932?

A.L. — Ah, foi, em 1932.

V.L. — Quando houve 1924, ao que nós saibamos, o senhor estava em Itajubá.

A.L. — Estava. Até, como aluno bem comportado, nós fizemos o projeto de destruição de uma ponte para... Mas não deu resultado, a ponte não explodiu. [risos]

V.L. — Era um projeto de destruição de ponte ligado ao clima da Revolução de 24?

A.L. — Isso, em 1924.

V.L. — Quando o senhor diz "nós", quer dizer o senhor ou um grupo de alunos?

A.L. — Um grupo de alunos, um grupo de alunos que me seguia.

V.L. - O senhor liderava um grupo de alunos?

A.L. - Não, eu não liderava porque não tinha capacidade para isso. Mas tomava parte nas coisas.

V.L. - Quando houve, então, o levante de 1924, em São Paulo, o senhor teve simpatia pelo movimento?

A.L. - Essa é uma outra resposta política que não me agrada, porque eu não tomava conhecimento dessas...

V.L. - O senhor não tomava conhecimento?

A.L. - Não.

V.L. - Nem tomou conhecimento de que houve um levante em Mato Grosso, seu estado natal?

A.L. - Não.

V.L. - As notícias não chegavam no Instituto?

A.L. - Chegavam. Jornais, tinha em toda a parte.

V.L. - Mas o senhor não se interessava?

A.L. - Não.

V.L. - Mesmo sabendo que nomes de pessoas que o senhor conhecia estavam ligados a esses movimentos?

A.L. - Não.

V.L. - Então, nesse período de Itajubá aconteceram essas coisas. Por exemplo: todos os jornais - nós vimos jornais de época, inclusive - davam em primeira página, em manchete, quando começou a marcha da Coluna Prestes, o desenvolvimento da marcha da Coluna Prestes... O senhor acompanhou pelos jornais ou em conversas esses acontecimentos?

A.L. - Acompanhei pouco.

V.L. — O senhor estava preocupado com a sua formação profissional?

A.L. — Claro. Até que, quando eu estava em Cuiabá, o Emídio, da Coluna Prestes...

V.L. — O Emídio Miranda?

A.L. — O Emídio Miranda foi preso no Sul e levado para Cuiabá. E ele era muito amigo meu. Então procurei soltá-lo, e o governo soltou. Mas me marcou. Nós o levamos até a fronteira da Bolívia, e o governo do estado quase nos condenou também — eu era chefe da eletricidade e da água — porque fizemos o Emídio ir embora para a Bolívia.

V.L. — Quer dizer que o senhor ajudou o Emídio Miranda por uma questão de amizade pessoal.

A.L. — Foi. Não foi por causa de ideologia, não.

V.L. — Nem por qualquer tipo de simpatia pelo movimento?

A.L. — Não, não. Eu me ofereci ao governo do estado porque, como eu tinha sido aluno do Prestes, podia ser que ele respeitasse alguma coisa ao passar com a Coluna, por exemplo, por São Luís, ou por uma cidade pequena, podia ser que ele quisesse influenciar, então quisesse me chamar. Mas, ele não me chamou. E Emídio deve ter contado tudo a ele.

V.L. — Quer dizer, o senhor se ofereceu ao governo do estado?

A.L. — Ao governo do estado.

V.L. — Então o senhor acompanhou, assim, em geral.

A.L. — Em raros casos, raros casos. Além do Emídio, teve outro em Ponta Porã que também demos passagem. Mas foram raros casos.

V.L. — Quer dizer, então, que o senhor auxiliou não só o Emídio, mas também outras pessoas com as quais o senhor tinha amizade pessoal nessa passagem para a Bolívia? Foi uma solidariedade de ex-colegas?

A.L. — Outras pessoas foram conduzidas por mim.

V.L. — Como? Não entendi.

A.L. — Essas outras pessoas, que tomaram parte na fuga do Emídio foram porque eu estava à testa do batalhão em que ele foi preso.

V.L. — Então, em 1925 - já tinha havido o levante de 1924, a Coluna estava começando sua formação e tal -, o senhor se diplomou em engenharia e retornou a Mato Grosso, onde começou suas atividades propriamente profissionais.

A.L. — Fomos para Mato Grosso, isso mesmo.

V.L. — Como foi que o senhor arranhou seu primeiro emprego em Mato Grosso?

A.L. — Foi um tio, aí houve proteção. Foi um tio que tinha uma casa de eletricidade em Cuiabá e precisava de ajuda. Como eu estava tirando o curso em Itajubá, combinamos de eu ir trabalhar com ele em Cuiabá... Trabalhamos um pouco e o governo do estado, que não tinha nenhum eletricitista na sua sede, me chamou e me contratou. Eu tinha amizades no governo, de maneira que fui contratado assim.

V.L. — Essa amizade vinha de relações familiares?

A.L. — Não. Eram amizades pessoais, da farra de 1935, [risos] do período de farra.

V.L. — O senhor quer dizer de 1923. Quer dizer que em 1923 quando foi expulso da Escola Militar, o senhor voltou a Mato Grosso? Fez a farra em Mato Grosso?

A.L. - É, voltei para Mato Grosso, fiz a vida em Mato Grosso.

V.L. - Chegou a trabalhar naquele período, antes de ir para Itajubá?

A.L. - Trabalhei. Trabalhei desde a usina de...

V.L. - Eu acho que nós demos um salto. Porque o senhor falou que voltou a Mato Grosso num período de farra, antes de ir para Itajubá, e fez amizades. Depois, em 1925, o senhor se formou e voltou para Itajubá* para trabalhar e encontrou esses amigos. Como o governo do estado não tinha quadros no setor de eletricidade, o senhor conseguiu, através de um tio, um emprego na área de eletricidade. Foi na Companhia de Engenharia Elétrica e Distribuição de Águas?

A.L. - Isso mesmo.

V.L. - Essa companhia era estadual ou municipal?

A.L. - Estadual. E era conjugada com água - inspetoria de água e inspetoria de luz.

V.L. - Qual era a sua função precisa nessa companhia?

A.L. - Eu era inspetor-chefe.

V.L. - Como eram suas atividades?

A.L. - Eram normais. Como eu vou...?

V.L. - O trabalho da construção do sistema de distribuição de energia do rio da Casca foi seu primeiro grande empreendimento nesse emprego?

A.L. - Foi, foi.

* Engano da entrevistadora; o entrevistado volta para Mato Grosso.

V.L. — Foi a primeira usina hidrelétrica do rio da Casca?

A.L. — Foi. Mas essa usina do rio da Casca era pequena. — de cinco cavalos só — para a iluminação de Cuiabá. De modo que o inspetor de luz levava cada cacetada! Porque não tinha energia suficiente para distribuir e muitos queriam a energia. Como não dava para todos, eu era obrigado a racionar. Racionando, racionando... Já sabe, não é?

V.L. — Essa demanda de energia vinha de quê? Do consumo doméstico ou de que tipo de atividade?

A.L. — Só podia ser do consumo doméstico, porque a energia lá era insuficiente. Só consumo doméstico, e assim mesmo muita casa ficava no escuro. Mesmo assim. Então nós fizemos nova casa de força, o sistema de distribuição, e aí, sim, pudemos fornecer melhor quantidade de luz do rio da Casca. Eu mesmo fiz a linha de transmissão, diretamente, com um empregado.

V.L. — Quer dizer, o senhor era inspetor — esse era um cargo — estadual — e trabalhava diretamente na construção?

A.L. — Trabalhava quando queria. Tenho até uma fotografia muito interessante: o inspetor de luz e água — eu — subindo numa enchente do rio Cuiabá, que estava ameaçando um poste. Eu mesmo subi no poste. E teve outro caso: fui abrir um baile, estava de smoking, e subi no poste para consertar, porque apagaram a luz. Esses casos não interessam, não é?

V.L. — Nessa companhia estadual trabalhavam também técnicos estrangeiros?

A.L. — Trabalhava um técnico estrangeiro, havia um técnico estrangeiro.

V.L. — Quem era? De onde ele vinha? Qual era a sua nacionalidade?

A.L. — Ele era alemão.

M.M. — E os equipamentos, eram importados, eram alemães?

A.L. — Não, eram Westinghouse.

V.L. — O senhor teve dificuldades técnicas para a execução da obra da hidrelétrica do rio da Casca?

A.L. — Nós tivemos muitas dificuldades, porque Cuiabá era o fim do mundo; não tinha condução, os carros atolavam, os caminhões não chegavam... De modo que a construção era uma dificuldade. Mas mesmo assim foi realizada num tempo muito bom, útil. Eu ainda cheguei a inaugurar a subestação. Mas havia muita dificuldade! Muita mesmo!

M.M. — E a questão do desvio da água do rio, foi difícil, foi complicado?

A.L. — Não, não foi. Foi por desapropriação de terra. A cachoeira já havia sido incorporada ao domínio do estado, de modo que não foi nada difícil. Essa parte foi fácil.

V.L. — Essas terras desapropriadas eram de propriedade privada? Eram que tipo de terras?

A.L. — Eram privadas. Mas lá era fim de mundo que ninguém queria, então isso facilitou a obtenção. Porque aque la big cachoeira, com...

M.M. — No rio da Casca foram construídas outras usinas mais tarde?

A.L. — Depois o estado providenciou a ligação com a rede geral do país - a usina de Dourados, que foi a fornecedora, e Campo Grande também.

M.M. — Isso foi bem mais tarde.

V.L. — Quantas pessoas faziam parte do corpo técnico que trabalhava com o senhor nessa ocasião? Deviam ser poucas.

A.L. — Pouquíssimas, pouquíssimas. Era sempre da ordem de cinco ou seis pessoas.

V.L. — A presença desse técnico estrangeiro se devia ao fato de ele trazer algum tipo de conhecimento que a formação daqui ainda não supria?

A.L. — O técnico estrangeiro veio porque foi chamado da Alemanha para fazer esse serviço do rio da Casca. Não havia outra solução.

V.L. — Como o senhor se sentia tecnicamente para enfrentar os desafios dessa sua fase profissional?

A.L. — Pode-se dizer que foi a idade. [risos] Eu tinha 25 anos nessa ocasião, aceitei o desafio: um engenheiro metido no mato, longe, construindo uma obra útil para a cidade...

V.L. — Essa demanda energética, o senhor disse que era mais para consumo doméstico. Não havia nenhuma atividade do tipo mineradora ou alguma coisa no estado que exigisse uma demanda maior, que fizesse a demanda de energia crescer?

A.L. — Não, na ocasião não havia.

V.L. — Porque é um estado* de muita criação de gado, não é?

A.L. — É.

M.M. — Eu queria saber sobre a questão dos recursos para construir essa usina: como eram as tarifas? Elas acompa-

* Refere-se à Mato Grosso.

nhavam os custos ou havia problemas?

A.L. — Bom. Eu tenho um método - desculpe a palavra método -, sempre tenho um método racional para dirigir essas construções todas. Os recursos eram pouquíssimos - rio da Casca, e não Dourados -, eram pouquíssimos. E o estado ficava devendo muito também. De modo que era humanamente impossível tocar um empreendimento no mato, nessa longitude, com um rigor matemático. Não havia esse rigor. Se em Cuiabá, por exemplo, aparecia material elétrico de uma outra imagem, não se fazia... limitação... Como é?

V.L. — Licitação?

A.L. — Licitação.

M.M. — Quanto aos equipamentos - o senhor disse que vinham da Westinghouse -, quando uma peça se desgastava como era reposta?

A.L. — Como? Difícil. Cai no mesmo jeito, cai na mesma...

M.M. — Eu imagino que devia haver muita engenhosidade, na medida em que se tentava adaptar, fazer um consertinho...

A.L. — Pois é. Mas faz-se isso quando se tem recurso. Não tendo recurso, não tem jeito mesmo. Olha o caso do poste: não tinha jeito, o poste ia para o brejo mesmo, se eu não o salvasse.

M.M. — E não tinha como substituir?

A.L. — Não tinha como substituir. Foi uma época de sacrifício, mas ótima. Como aprendizagem, foi uma época ótima. E o governo do estado dava muita força também. Além disso, nós montamos uma estação de rádio, montamos uma estação, que depois passou para o... já morreu. Tem mais alguma coisa?

V.L. — O senhor estava falando dessa sua experiência profissional, que foi tão interessante.

A.L. — Não tenho outras palavras para dizer. Só citando casos, casos mínimos, que não interessam, porque não interessam de um modo geral. Aquilo acabou logo. Quando veio a energia de Dourados, aquilo acabou logo, não teve repercussão. E fato curioso é que o meu irmão era o superintendente quando chegou a usina boa, a energia boa.

V.L. — O senhor trabalhou também na questão da medição de terras no sul de Mato Grosso, não foi?

A.L. — Certo.

V.L. — Por quê? O senhor continuou ligado à mesma companhia?

A.L. — Não. Em certa época da gestão da coisa, mudou o governo.

V.L. — Quem era o governo antes?

A.L. — Mário Correia. Então mudou o governo e nós ficamos no ar. Ele quis mudar também o inspetor de luz e água, porque a luz era horrível. [risos] Ele queria mudar a coisa, mas não adiantou nada.

V.L. — O senhor, quando unificou os serviços de água e luz de Cuiabá, obteve bons resultados?

A.L. — Sofríveis, sofríveis. A água ligada à luz tinha os mesmos defeitos de uma e de outra. Não se podia distinguir qual era a mais deficiente.

V.L. — Esses esforços empreendidos através da companhia, com o estímulo do governo do estado, com um técnico como o senhor mais o técnico estrangeiro, melhoraram a questão energética do estado?

A.L. — Pouco.

V.L. — Foram insuficientes?

A.L. — Foram.

M.M. — Eu sei que a usina do rio da Casca era pequena. Mas antes dela havia outras menores ainda?

A.L. — Não, não havia, não.

V.L. — A usina do rio da Casca foi a primeira.

M.M. — Eu sei. Mas havia outra companhia de energia termoelétrica?

A.L. — Nessa ocasião não havia nada, nada. O mérito da questão está nesse negócio: não havia nada.

V.L. — Mas, antes dessa usina, de onde vinha o fornecimento de energia doméstica e urbana?

A.L. — Era outra forma de energia, era sempre diesel.

M.M. — Havia termoelétricas a diesel, lenha?

A.L. — Não, não havia. Era o diesel aplicado diretamente na indústria. Não havia intermediário, não havia nada. Não havia coisa nenhuma. Era de entristecer, a história.

M.M. — O senhor sofreu naturalmente várias pressões, sendo inspetor e diante de tamanha escassez de energia. As pessoas reclamavam muito da hora de pagar a conta da luz?

A.L. — Reclamavam muito e às vezes deixavam de pagar.

M.M. — Era um protesto organizado?

A.L. — Não, não, nada organizado.

M.M. — As pessoas simplesmente não pagavam?

A.L. — Não pagavam e ficava por isso mesmo. Porque não tinha jeito. O que adiantava pagar?

V.L. — O senhor, nessa época, tendo enfrentado essa experiência tão forte, como o senhor disse, e ao mesmo tempo ótima, 'tão' ótima na sua vida profissional, começou a pensar mais, a se voltar cada vez mais para as questões energéticas em geral no Brasil? Começou a ter preocupações desse tipo?

A.L. — O que me chamou a atenção sobre esses serviços de energia foi a Escola Superior de Guerra. Eu fiz um estudo na Escola Superior de Guerra sobre energia no Brasil de um modo geral, no qual sobressaíram as falhas da energia elétrica. De modo que foi a Escola Militar* que possibilitou esse livro.

V.L. — Então, ainda nesse seu período em Mato Grosso, o senhor participou da medição de terras no sul do estado. Como foi isso? O senhor estava ligado à mesma companhia? O senhor disse que não estava mais ligado ao estado.

A.L. — Quando mudou o governo e nós fomos substituídos, orientamos o nosso profissionalismo para a medição de terra, contando com o apoio de meu irmão, porque ele já estava fazendo medição de terra em Mato Grosso. Então, com auxílio dele, pegamos outros serviços e fomos em frente. Serviço interessante de medição foram o da fronteira do Apa e de Amoguijá. Amoguijá foi uma medição de terras do tamanho do Distrito Federal antigo. Imenso! Um milhão e cem mil! Uma coisa! Levei quatro meses fazendo só o perímetro! Quatro meses no mato, e mato sem recursos — só em certos pontos como Porto Murtinho havia recursos. Essa foi outra dose de... coragem, de coragem. Porque, afinal

* Refere-se à Escola Superior de Guerra.

de contas, os lugares eram os piores possíveis. Mas nós completamos todo o serviço muito bem. Todos agradeceram. Então, em 1930, estávamos na medição no Apa e fomos chamados para...

V.L. — Ah! Foi quando o senhor recebeu a notícia da anistia?

A.L. — Eu estava no Apa! Não sabia de nada! Só fui saber de revolução quase dez dias depois. [risos]

V.L. — Não soube nem qual era o clima da revolução?

A.L. — Essa não foi como a história de 1922, quando logo depois eu soube por que íamos fazer aquilo. Essa, não. Essa... tive que esperar seis dias, parece, para tomar conhecimento.

V.L. — ...Para a notícia chegar lá. Mas é interessante, porque todo esse tipo de trabalho que o senhor desenvolveu profissionalmente em Mato Grosso foi lhe dando uma certa intimidade com os problemas brasileiros, foi lhe mostrando como o Brasil, naquela região, ainda estava abandonando, desconhecido.

A.L. — É, estava desconhecido.

V.L. — Quer dizer então que a notícia sobre a Revolução de 30 levou seis dias para chegar onde o senhor se encontrava?

A.L. — No Morro de Santa Clara. Longe toda a vida! Era município de Porto Murtinho.

V.L. — Esse seu irmão é o mesmo que trabalhou no setor de energia elétrica e que depois foi para a medição de terras?

A.L. — É.

V.L. - Ele veio da mesma companhia?

A.L. - Não, de uma companhia diferente.

V.L. - Esse é o seu irmão que continuou em Mato Grosso no período em que o senhor foi estudar fora?

A.L. - Como é?

M.M. - Foi esse seu irmão que ficou? Porque um foi para Paris.

A.L. - Este ficou em Cuiabá.

M.M. - Foi esse que também virou militar?

A.L. - É. Esse meu irmão, na revolução, foi adido a uma unidade do Exército - era o segundo grau de castigo.

V.L. - Quer dizer que esse seu irmão, antes do senhor, fez as mesmas escolas? Fez Barbacena, Realengo...?

A.L. - Não, não. Não houve isso, não.

V.L. - Mas como ele se formou militar?

A.L. - Ele recebeu o negócio em 1922.

V.L. - Mas teve que fazer a Escola Militar para sair militar, não é?

A.L. - Ele estava no último ano da Escola.

V.L. - Eu não entendi muito bem, vou ter que perguntar de novo: esse seu irmão era quantos anos mais velho do que o senhor?

A.L. - Um ano - já morreu.

V.L. - Ele estudou também em Barbacena?

A.L. - Não, não estudou em Barbacena. Ele ficava sempre para trás e se queixava muito disso.

M.M. - Ele não teve vantagens comparativas com os que fi-

zeram o Colégio Militar.

A.L. — Ele não teve a mesma tia que eu tive. [risos]

V.L. — Ele chegou depois à Escola Militar?

A.L. — Ele estava na Escola Militar, no primeiro ano, e eu no terceiro. De modo que ele foi adido a uma unidade e eu, expulso, porque era do terceiro ano.

V.L. — Ah, claro! O senhor já falou nisso. As punições foram diferentes. Ele também fez curso de engenharia?

A.L. — Não. Ele foi da infantaria. Ele continuou, e depois, por espontânea vontade, saiu. Foi ser presidente de banco.

V.L. — O senhor estava na tarefa de medição de terras no interior do Mato Grosso quando recebeu a notícia da Revolução de 30. Como o senhor reagiu?

A.L. — Pessimamente: "Mais uma revolução?" Porque eu não tinha notícia nenhuma, eu estava no limite do Brasil com o Paraguai sem notícia nenhuma. Então recebi mal. Só podia receber mal. Agora, depois que tomei conhecimento, então, sim.

V.L. — Como o senhor tomou conhecimento?

A.L. — Não me lembro mais, deve ter sido por algum colega.

V.L. — E como chegou a notícia de que o senhor havia sido anistiado?

A.L. — Bom, em Cuiabá... chegou só nos conhecidos. Não teve repercussão nenhuma.

[FINAL DA FITA 2-B]

2ª Entrevista: 11.09.1987

M.M. — General, na nossa primeira entrevista o senhor falou da sua infância, da sua escolarização, da sua passagem pelo Colégio Militar, da Revolução de 1922, da sua saída da Escola Militar tudo isso. O senhor falou também da sua passagem por Itajubá e da sua vida profissional como engenheiro civil, trabalhando com energia elétrica, e acabou a entrevista contando aquela sua aventura de medir terras no interior de Mato Grosso.

A.L. — Não sei se contei tudo.

M.M. — Se o senhor quiser lembrar de novo, não tem problema.

A.L. — Eu me lembro que, numa dessas medições, nós estávamos instalados na foz do rio Apa, fronteira com o Uruguai, de modo que a notícia sobre a Revolução de 30 nos pegou completamente desprevenidos.

M.M. — A notícia deve ter chegado dias depois.

A.L. — Chegou cinco dias depois. Já era muito tarde. Então concluí a medição e embarquei para Cuiabá, onde devia me apresentar.

M.M. — O senhor já sabia que estava anistiado?

A.L. — Eram notícias contraditórias, de modo que eu não sabia da anistia, e não sabia também que tinha sido promovido a capitão. Eu não pude mais chegar a capitão nessa época, fui chegar a capitão mais adiante.

M.M. — No rio Apa não tinha telefone.

A.L. — Não tinha nada, absolutamente nada! Nem cavalo tinha. O negócio era de canoa a remo.

M.M. — Quer dizer, a notícia correu porque alguém contou.

A.L. — Por isso é que demorou cinco dias. Então fui da

foz do Apa até Murtinho de canoa. Quando terminou a medição, viajei também de canoa da foz do Apa até Murtinho, Corumbá e Cuiabá.

M.M. — Quanto tempo demorava mais ou menos uma viagem dessas?

A.L. — Essa viagem de Porto Murtinho ao serviço de medição levou um dia e meio, e a outra levou cinco, seis dias e pouco.

M.M. — Mas não chovia, não é? Imagina no tempo da chuva!

A.L. — Que coisa horrorosa! De modo que, sobre essa medição, nada tenho mais a dizer.

M.M. — Aí o senhor voltou... Como o senhor recebeu a notícia de que foi anistiado?

A.L. — Bom, depois de cinco dias eu recebi a notícia, mas a notícia incompleta - não tinha jornal, não tinha nada. Foi um aviso: a firma para a qual eu estava medindo mandou me avisar. Então, depois de cinco dias eu soube. Mas a notícia era incompleta, a notícia não era boa, era mais para lá do que para cá. [risos]

M.M. — Para onde o senhor se dirigiu quando chegou em Cuiabá?

A.L. — Corumbá - Cuiabá. Corumbá é importante, porque o trecho de Corumbá a Cuiabá foi vencido de hidroavião, que estava sendo inaugurado naquela ocasião.

M.M. — Então o senhor foi um dos primeiros a andar...

A.L. — Andar de hidroavião - eram quatro lugares. A viagem de Corumbá para Cuiabá levava oito dias e o avião levava quatro horas.

M.M. — Era uma linha regular?

A.L. — Era uma linha regular da Cruzeiro do Sul.

M.M. — Aí o senhor...

A.L. — Aí eu me perguntei às autoridades... de Cuiabá e tomamos a decisão sobre a anistia. Soubemos realmente onde era, consultamos a família - meu irmão também foi anistado - e ficamos combinados que eu devia voltar para o Exército. E foi o que fiz.

M.M. — Pelo que nós soubemos, o senhor veio para o Rio.

A.L. — Vim para o Rio fazer estágio. O nome do estágio era...

M.M. — O nome que nós temos é atualização e revisão.

A.L. — É isso: atualização e revisão, curso de aperfeiçoamento.

M.M. — Mas esse curso era sobre engenharia ou era mais geral?

A.L. — Nós tínhamos saído da Escola em 1922, então houve um tempo em que ficamos sem tomar parte em exercícios. Aí veio a anistia.

M.M. — Houve um tempo em que o senhor ficou afastado.

A.L. — Fiquei afastado, então podia estar atrasado em relação aos conhecimentos militares.

M.M. — E o senhor estava? O estágio foi necessário mesmo? Havia mudado muita coisa?

A.L. — Bom, havia mudado bastante coisa. De 1922 a 1935*... mudou muita coisa. Então viemos fazer esse estágio no 1º

* O entrevistado refere-se ao período de 1922 a 1930, quando recebeu anistia.

Batalhão de Engenharia aqui no Rio. Esse estágio levou três meses, se não me engano.

M.M. — Como era o ambiente do 1º Batalhão de Engenharia? Como o senhor se sentiu voltando para o Exército?

A.L. — Bom, o pessoal me tratou com muita consideração. Mas houve uma divisão importante nessa época da anistia, entre "picolés" e "rabanetes": "picolés" eram os antigos anistiados e "rabanetes" eram os... - pergunte ao Juracy*, ele era "rabanete".

M.M. — E o senhor era "picolé".

A.L. — De modo que houve uma certa divergência, uma certa prevenção contra militares que voltaram para a caserna. Mas isso tudo passou com os anos. Levou tempo. Não foi um ano, não. Levou cinco ou dez anos para passar. Hoje não se pensa mais nisso.

M.M. — Como o senhor se sentiu voltando ao Exército?

A.L. — Eu estou sempre satisfeito. Tinha saído de uma medição em que ganhava muito dinheiro, estava satisfeito, entrei para o Exército, também estava muito satisfeito - minha tendência era ser militar, como já ficou provado durante a entrevista anterior.

M.M. — O senhor estava adaptado à profissão de engenheiro civil, à vida civil, não é?

A.L. — Isso foi depois.

M.M. — Mas no tempo da medição de terra...

A.L. — Medindo terra, eu estava como engenheiro civil, e

* Juracy Magalhães.

também no negócio de luz e água em Cuiabá. Mas isso tudo já está anotado.

M.M. — Havia alguma diferença que a gente poderia marcar entre o estudo de engenharia em Itajubá e o estudo de engenharia no Exército?

A.L. — Eram completamente diferentes: os dois cursos não se completavam nem se repeliavam. Eram dois cursos de formação de... eram cursos de formação.

M.M. — Mas, o senhor, que desde pequeno demonstrou tendência para matemática...

A.L. — A tendência era para matemática. De modo que, como eu era da arma de engenharia - já tinha escolhido antes, no Colégio Militar -, estava dentro do meu desejo na carreira militar.

M.M. — O senhor acha que levou alguma vantagem, enquanto engenheiro militar, em relação aos seus colegas por ter esse outro lado da formação em Itajubá?

A.L. — Acho que tive - nós tivemos três colegas que também optaram pelo Exército - alguma superioridade sobre os colegas, mas nunca usei essa superioridade, porque não faz o meu tipo. Mas, voltando para o 1º Batalhão de Engenharia, eu estava seguindo a minha vocação, não tinha o que reclamar.

M.M. — Depois que acabou esse estágio, segundo as informações que nós temos, não sei se estão corretas, o senhor foi servir no Batalhão de Engenharia em Aquidauana.

A.L. — Voltei para o Rio e fui classificado no 6º Batalhão de Engenharia.

M.M. — Como era feita essa classificação?

A.L. — Era feita pelo ministro da Guerra: ele selecionava as pessoas de acordo com a função e ia dando as missões. Ele me classificou em Aquidauana, e eu vim a exercer funções quase sempre de subcomandante e comandante. É muito difícil um oficial ir para o interior. Então a gente tem que fazer várias coisas ao mesmo tempo. E eu escolhi...

M.M. — Foi nesse batalhão de Aquidauana que o senhor comandou o destacamento da construção das rodovias?

A.L. — Foi. A estadia no 6º Batalhão de Engenharia era sempre perturbada pelas notícias do Rio sobre a revolução, sobre essa desavença...

M.M. — Em 1932?

A.L. — Em 1932... Como de fato veio a Revolução de 1932.

M.M. — Mas antes da revolução...

A.L. — Antes da revolução era comandante da região o general Klinger*, e o chefe do estado-maior em São Paulo era... o pai desse menino... O comandante da região era o general Klinger que, em inspeção ao 6º Batalhão de Engenharia naquela ocasião, portanto antes da Revolução de 1932, foi bem recebido e me destacou para certas coisas mais importantes, como o reconhecimento do Pantanal de Mato Grosso até Forte Coimbra... — já contei isso?

M.M. — Não, pode contar. O senhor fez uma viagem por todo o...?

A.L. — Eu fiz o reconhecimento topográfico da área de Corumbá a Coimbra.

* Bertoldo Klinger.

M.M. — Devia ser difícil esse trabalho.

A.L. — O reconhecimento Corumbá-Coimbra foi feito com um major como subcomandante do batalhão. Eu era o engenheiro e havia um major comandante que também quis ir - ele era [inaudível] e estava no comando do 6º Batalhão de Engenharia. Então foi conosco. Chegando em Coimbra, conversamos com o comandante sobre a revolução que estava próxima - tínhamos sabido de tudo, nessa foi o contrário, e o major Duro - é o nome dele mesmo - afirmou que, se houvesse uma revolução desse tipo, ele seria partidário do governo, não sairia da decisão do governo - aliás, o major e eu éramos partidários do governo. Nesse ínterim, o general Klinger visitou o comando da região da Bolívia e visitou também Porto Murtinho. Nessa visita, o general Klinger surgiu com a nomeação do general Levy para comandar o destacamento de Corumbá a Bolívia e depois Corumbá a Porto Murtinho. Formaram-se então dois destacamentos. Nesse ínterim também houve contato com a força naval de Ladário.

M.M. — Isso depois de o movimento ter...

A.L. — Não, ainda não. Isso tudo foi providência de antes da revolução.

M.M. — Porque já havia muita...

A.L. — Já havia muita ebulição. Nessas estradas de rodagem, nós chegamos a... Uma era pequena, a da Bolívia, tinha seis quilômetros, e a de Coimbra tinha mais, sessenta e tantos quilômetros.

M.M. — Quer dizer que era uma estrada de Corumbá até Porto Soares, e outra de Porto Murtinho a...

A.L. — ...Bela Vista. Aí rebentou a revolução nós nos de-

claramos favoráveis ao governo, os oficiais da região também se declararam, de modo que pudemos contar com a fidelidade de uma porção de elementos, inclusive da força naval e aérea.

M.M. — A utilização de uma força aérea para reconhecimento era uma novidade?

A.L. — Não, não era novidade. Havia também a força naval, que estava em contato conosco, mas não tinha avião. Então o major Néri, que era o comandante do destacamento, foi a Assunção.

M.M. — O Néri da Fonseca?

A.L. — Néri da Fonseca. Ele foi a Assunção, contratou um civil italiano para piloto - medroso como ele só! -, e trouxe um avião para reconhecimentos aéreos, o [inaudível] Como das outras vezes, fui designado para fazer as observações aéreas nesse avião. Esse avião sofreu as consequências, porque foi baleado, atingido, mas isso não impediu a sua chegada a Corumbá - teve um furo bem próximo à asa, portanto bem próximo ao tanque de gasolina; se chegasse a atingir o tanque nós não estaríamos aqui hoje.

M.M. — Então não foi à toa que o piloto italiano estava com medo!

A.L. — Ele estava com medo antes. Ele era italiano, não é? Bom, isso sobre as estradas. Sobre o começo da revolução, o general Klinger foi para São Paulo e nós ficamos lá com o major Néri, que era da fiscalização de fronteira. Como ele era mais antigo, assumiu o comando do destacamento pequeno que se formou na região.

M.M. — E qual era a importância de Mato Grosso nesse...?

A.L. — Isso é muito importante. Compreendemos que o major Néri estava com a razão quando formou o destacamento que depois foi sancionado pelas autoridades do Rio. Aceitamos também a nossa designação de subchefe do destacamento, de modo que estávamos no desempenho da função de chefe da 3a. Seção do Estado-Maior, chefe do estado-maior do destacamento e observador de avião.

M.M. — Subchefe, não é?

A.L. — E essa observação de avião não parou aí, porque aí entrou também a força naval. A força naval que estava sediada em Corumbá veio nos auxiliar de Corumbá para Porto Murtinho - fazia o cruzeiro de Corumbá a Porto Murtinho. De modo que o dispositivo estava dessa forma.

M.M. — O senhor ia a bordo dos navios?

A.L. — Eu ia a bordo dos navios também. Essa foi uma fase difícil por causa disso, pelo acúmulo de... Todos os oficiais que estavam lá eram troupiers, eram da tropa, de modo que não tinham essa facilidade que nós tínhamos para fazer reconhecimentos. Mas a formação do destacamento foi muito importante, e achamos que o estado de São Paulo, o lado do Rio de Janeiro e o Sul estavam bem avisados. O destacamento ficou entre dois fogos: o do Rio, o do Sul, e no centro o estado de São Paulo. Esse destacamento de São Paulo tinha facilidades em fazer caminho de material e de pessoal - pode-se dizer que era o recuo da revolução -, e se abastecia pelo porto de Santos em armamentos, homens, víveres e tudo o mais que fosse necessário. Era portanto uma força contrária à nossa. Então São Paulo organizou uma coluna de 900 a mil homens para tomar Porto Murtinho. Porto Murtinho não deixava armamento entrar em São Paulo,

estava atrapalhando, estava barrando as costas do movimento.

M.M. — São Paulo armou um destacamento para atacar?

A.L. — Arrumou um destacamento para nos atacar, e esse destacamento, uns meses depois, ainda durante a revolução... Eles não podiam consentir, tinham que tirar esse estorvo que estava entre a revolução e o rio Paraguai. Formou-se o destacamento de São Paulo, nós também organizamos o nosso, mais ou menos equilibrado, 900, mil homens e esperamos o resultado do entrevero. Nesse particular, a minha observação aérea foi muito útil, porque acompanhamos a movimentação da coluna de São Paulo desde a sua formação até Porto Murtinho. Houve entreveros.

M.M. — Mas os senhores já sabiam do movimento.

A.L. — Já estávamos organizados. Estávamos organizados com trincheiras feitas e... tudo mais, e o dispositivo da Marinha e da Aeronáutica - a Aeronáutica só tinha um avião de reconhecimento, e o observador era eu.

M.M. — Os senhores tiveram alguma vantagem pelo conhecimento da região, do terreno, em relação aos paulistas?

A.L. — A região tomou conhecimento suficiente para fazer sua manobra de São Paulo. Mas as notícias custavam muito a vir, porque nós estávamos longe do outro exército, o Exército Centro. Nós estávamos muito longe dele, de modo que era uma dificuldade. Rádio, naquela ocasião, não existia. Então o negócio era esperar pelos resultados. E assim houve o entrevero na noite de 7 para 8 de setembro - está fazendo anos -, eles perderam alguns homens e nós também perdemos muitos dos nossos, muitas pessoas. Sendo que perdemos um rapaz, o cabo que servia o café, junto a

nós: uma bala, um estilhaço de granada, bateu no trilho da estrada de ferro que tem lá e recocheteou para dentro da... Tirou a cabeça dele.

M.M. — Mas que azar! Que coisa horrível!

A.L. — Coisas de guerra. São as misérias da revolução. Temos que suportar isso tudo. Bom. Vencida essa batalha — porque eles não tomaram Porto Murtinho —, nós consolidamos a posição, eles recuaram e nós fomos atrás, até que houve um momento em que... o negócio parou. Na serra de São Roque, o negócio parou. E ficamos à espera dos acontecimentos, sempre de olho em Porto Murtinho, Porto Esperança, porque podíamos ser atacados a qualquer momento. Mas nós tínhamos esse destacamento. Esse é o resultado da Revolução de 32.

M.M. — Só uma coisa em que ficou uma dúvida: aquelas duas estradas que o senhor construiu antes da revolução tinham o objetivo estratégico de defesa daquela região?

A.L. — Nós não sabemos. Não ficamos sabendo a natureza do que eles queriam, porque eram estradas locais, localizadas, muito localizadas, não tinham influência nenhuma para a revolução.

M.M.—E para a economia?

A.L. — Bela Vista tinha, porque era uma estrada para tempo de paz também. Mas Forte Coimbra para Corumbá não tinha. Não se podia construir estrada por causa do Pantanal.

M.M. — E acabada a revolução, o senhor foi promovido?

A.L. — Bom, eu soube nessa ocasião que tinha sido promovido a capitão. Foi publicado no boletim do Exército, mas eu não podia usar a patente enquanto não viesse a comuni-

cação da sede. E a comunicação da sede...

M.M. — Demorou?

A.L. — ...levou tempo. De modo que fiz a revolução como primeiro-tenente, sendo já comissionado para capitão.

M.M. — De Aquidauana, o senhor foi para onde, quando acabou a revolução? A informação que nós temos é que foi fazer um curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais aqui no Rio.

A.L. — Acabada a revolução, cada um tomou o destino que foi traçado e nós fomos designados para tirar o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

M.M. — Como era esse curso? Como era o ambiente?

A.L. — Esse curso era essencialmente militar, essencialmente militar. Não tinha outra explicação, não tinha... Porque nós passamos muito tempo fora e precisávamos recuperar tudo isso, harmonizar, fazer um trabalho de síntese muito grande.

M.M. — E o seu desempenho como aluno?

A.L. — Fui aluno durante um ano. Sumido, portanto, desaparecido. Eles gostaram da maneira como eu tirei o curso. Não foi muito sumido, não, porque eles gostaram da maneira como tirei o curso e eu passei a ser instrutor dos oficiais por três anos. Levei quatro anos, portanto, na Escola de Aperfeiçoamento: um de formação e três de preparação de oficiais.

M.M. — O senhor se lembra de alguma figura marcante dessa época da Escola?

[FINAL DA FITA 3-A]

A.L. — Durante o período em que eu fui instrutor, foram alunos da Escola, portanto meus alunos também, o general Juarez Távora, major Valdemiro...

M.M. — O senhor foi instrutor do Juarez?

A.L. — Fui instrutor do Juarez. Aliás, um excelente aluno. Porque ele aceitava tudo, fazia tudo o que os outros faziam. Ele não levava em consideração o fato de ele ser major e os outros tenentes, capitães: agia como se fosse um tenente ou um capitão. Uma figura importante, a do Juarez na Escola de Aperfeiçoamento.

M.M. — Antes de o senhor ser instrutor...?

A.L. — Tem outra pessoa também importante, que influiu sobre a minha carreira futura, que foi o... — como é o nome dele?... Bom, isso aí nós temos que deixar. [pausa] Foi meu amigo também, o Candal da Fonseca, que era capitão naquela época. E mais alguns oficiais [inaudível]

M.M. — E quanto aos seus instrutores, antes de o senhor se tornar instrutor? O senhor se lembra de algum dessa época da Escola?

A.L. — O major Pegaso... Havia poucos elementos que sobressaíam suficientemente para chamar a atenção. O que mais influiu foi o major Pegaso, que aliás morreu em Maceió. E havia o major Otto — não sei o sobrenome —, que foi o comandante da Escola de Aperfeiçoamento. Bom oficial. Ótimo oficial. Não chega? Chega!

M.M. — Se o senhor diz que chega... Mas me diga uma coisa, general: quando o senhor estava como instrutor na Escola de Armas*, qual era a matéria que o senhor...?

A.L. — Eram matérias essencialmente militares. Houve até

* Refere-se à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

um caso interessante: por ser curso de militar, nós tivemos que redigir uma prova - eu como instrutor - que pretendia fazer a diferença entre engenharia militar e civil. Então veio uma questão... para todo o pessoal. A turma tinha muito engenheiro civil que, como eu, saiu do Exército durante a Revolução de 5 de Julho e depois foi fazer o aperfeiçoamento. E os engenheiros levaram a pior porque, em vez de fazerem como instrumento militar, fizeram como instrumento civil: as janelas eram esquadriadas, bem arrumadinhas, o negócio caía... De modo que... esses pegaram melhor o conhecimento de engenharia militar, porque uma tem uma exatidão muito grande, é arrumada, e a outra não tem.

M.M. - A engenharia militar... é uma coisa mais urgente, não é?

A.L. - Mais rudimentar, e trabalhava também com coisas feitas. Uma ponte, por exemplo: os pontões eram feitos antes, trabalhava-se com os pontões. E é aí que reside a diferença entre a engenharia militar e a civil.

M.M. - O senhor estava ainda servindo como instrutor na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais quando eclodiu aquele movimento de 1935?

A.L. - De 1935?

M.M. - Em 1935 foi a chamada Intentona Comunista.

A.L. - Mas dessa revolução eu não participei. Eu estava na Escola de Aperfeiçoamento, portanto não tinha função militar nenhuma. Não tomei parte.

M.M. - Mas o senhor, enquanto militar, como explica a presença de vários militares nesse movimento?

A.L. — Ah, comunista não é civil só, tem em todas as classes. Eles se julgam de todas as classes: as pobres e as ricas.

M.M. — Mas o senhor se lembra como a presença daqueles militares no movimento de 1935 repercutiu dentro do Exército?

A.L. — Eu não sei bem, porque não acompanhei de perto. Mas eles tinham formação comunista mesmo. De modo que, não digo que tenha sido fácil para eles fazerem, mas eles tiveram oportunidade de fazer vários focos de revolução no Norte e no Rio, com os conhecimentos que já dispunham anteriormente.

M.M. — Após sua saída da Escola de Aperfeiçoamento, a informação que nós temos é que em 1937 o senhor foi cursar a Escola de Estado-Maior. É correto isso?

A.L. — Nós freqüentamos a Escola de Aperfeiçoamento durante quatro anos: três como instrutor e um como aluno. O destino do oficial de nossa formação, quando chega a major etc., ele é obrigado... Não é obrigado: se tirar o curso de estado-maior, muito bom para ele; se não tirar, pior para ele, a carreira pára aí, é interrompida. Então ele tem que escolher. O oficial, quando é possível entrar na Escola de Estado-Maior, tem que escolher.

M.M. — Tem algum teste para entrar?

A.L. — No meu tempo de aperfeiçoamento de estado-maior, foram exigidas muitas condições para entrar na Escola de Estado-Maior, coisa que não era exigida nos anos anteriores.

M.M. — Só quando o senhor foi? Na sua vez?

A.L. — É. Mas saiu tudo muito bem e entramos para a Es-

cola de Estado-Maior com reais vantagens nessas condições, porque não ficamos devendo nada a ninguém. Antigamente era prestígio, influência.

M.M. — E agora, não é?

A.L. — Agora, não.

M.M. — Como era esse curso?

A.L. — O curso de estado-maior é a essência do Exército. Três anos de estudos inteiramente dedicados aos problemas de estado-maior, com rigorosa inspeção e fiscalização sobre os resultados dos alunos. Os alunos não podiam ter menos do que grau sete.

M.M. — Senão eram eliminados da Escola?

A.L. — Era.. Muitos saíram porque não conseguiram.

M.M. — E o que se estudava? Que tipo de disciplina?

A.L. — Só coisa militar: disciplina militar, revolução militar, fiscalização militar, tudo militar. Era rara a incidência no curso de problemas civis. Mesmo assim, podia-se contar com o espanhol ou o inglês - não era obrigatório e datilografia, que era obrigatório.

M.M. — Tinha exercícios físicos?

A.L. — Os exercícios físicos ficaram na entrada da Escola. Quando da minha entrada, fiz todos os exercícios que eram necessários para a manutenção do corpo. [inaudível] Na Escola de Estado-Maior são as disciplinas militares que... E a Escola tem uma particularidade: recebe oficiais estrangeiros. Nós tínhamos lá alguns oficiais estrangeiros. Mas quando chegava a hora das coisas secretas, ele não podiam assistir, ficavam de fora.

M.M. — Esses oficiais eram de onde, em geral? Da América Latina, de toda parte?

A.L. — Principalmente da América Latina. Nós pegamos a Missão Francesa também na Escola de Aperfeiçoamento e na Escola de Estado-Maior. No Estado-Maior quase não tinha mais nenhum oficial francês.

M.M. — Era comum também oficiais brasileiros irem fazer um tipo de curso semelhante em outro país?

A.L. — Só nos Estados Unidos.

M.M. — Por quê, general?

A.L. — Não havia razão explícita. É que a nossa evolução era mais rápida do que a deles*.

M.M. — O Exército brasileiro era superior.

A.L. — Vamos dizer superior...

M.M. — Tecnicamente.

A.L. — Nós tivemos a Missão Francesa, como eu disse.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.L. — Íamos fazer cursos na França e nos Estados Unidos.

M.M. — Nessa época, quem o senhor se lembra que se destacava na Escola de Estado-Maior como professor, instrutor e aluno?

A.L. — Isso já foi ouvido pela senhora: Muricy. O Lira, Aurélio de Lira Tavares, que foi presidente da República também em um período acéfalo, mas entrou no trio**...

* Refere-se aqui aos demais exércitos latino-americanos.

**Refere-se à junta militar que governou o país de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969.

A.L. — João Carlos Barreto...

M.M. — Foi aí que o senhor conheceu o João Carlos Barreto?

A.L. — Não.

M.M. — Foi antes?

A.L. — Foi depois.

M.M. — O Muricy também estava cursando? Era seu colega?

A.L. — Era colega de turma de estado-maior. Uma coisa que distinguia muito os cursos eram as excursões. Cada ano havia duas excursões longas, principalmente pelas fronteiras do país, sem distinção de...

M.M. — Ia a turma toda?

A.L. — Ia toda a turma, mas a turma destinada a isso — porque o curso era dividido em três anos: uns que estavam no primeiro ano, outros que estavam no segundo. Cada um desses grupos podia ir duas vezes a esses passeios.

M.M. — Para onde o senhor foi?

A.L. — Fui para Uruguaiana, Campinas, oeste de São Paulo, Mato Grosso... enfim, uma série de lugares.

M.M. — O senhor fez várias excursões, então.

A.L. — Vários cruzeiros. Foram muitos, mas geralmente escapava na hora.

M.M. — O mais distante que o senhor fez, foi a Uruguaiana?

A.L. — Em Uruguaiana, São Borja, fiz reconhecimento aéreo.

M.M. — Também? Então em Uruguaiana o piloto era mais corajoso do que o italiano! [risos]

A.L. — Acho que o que distinguia esses cursos eram as excursões.

M.M. — General, o senhor estava na Escola de Estado-Maior em 1937, quando Getúlio Vargas instalou o chamado Estado Novo aqui no Brasil. Como isso repercutiu na Escola?

A.L. — Repercutiu da maneira mais natural. Eu, pessoalmente, não acompanhei nenhum dos movimentos desse período.

M.M. — Essas discussões não chegavam?

A.L. — As discussões chegavam pelo jornal, pelas revistas, mas acontecia o seguinte: o curso era tremendamente forçado, puxava muito pelos alunos. De modo que, ou a gente estava em casa fazendo mapa para o estado-maior, ou estava dormindo, senão não agüentava o dia seguinte. O curso foi de fato o curso mais pesado que fiz na minha vida.

M.M. — Depois desse curso, o senhor foi promovido?

A.L. — No fim do curso fui promovido a major. E tinha que fazer estágio, no estado-maior era obrigatório fazer estágio.

M.M. — Antes da conclusão do curso ou depois?

A.L. — No final do curso, dentro da Escola. De modo que, quando fui escolher a guarnição para fazer esse estágio é que fui promovido a major. E o ministro da Guerra, Canrobert*, me designou para Curitiba, se não me engano. Mas eu não podia ir. Fiquei muito contrariado mas não podia ir, porque estava no final do estágio e tinha que ser promovido para ocupar um lugar de estado-maior. Aí que veio a interferência: ele me designando para fazer um estágio de estado-maior nessa guarnição e eu não podendo...

* Em 1940, ano em que o entrevistado participou de estágio no Estado-Maior do Exército, o ministro da Guerra era o general Eurico Gaspar Dutra. O general Canrobert Pereira da Costa só viria a ser ministro da Guerra no governo Dutra.

M.M. — Se não me engano, o seu estágio foi na 3ª. Região Militar do Rio Grande do Sul, não foi isso?

A.L. — Não, isso foi depois. Eu fui designado para o 2º Batalhão Ferroviário*.

M.M. — Em 1940, e no Paraná?

A.L. — No Paraná, em Curitiba.

M.M. — E lá o senhor foi de novo comandante...

A.L. — Fui principalmente subcomandante. Era um batalhão muito bom, que todo mundo queria. Foi um período bom que passamos. Um ano e poucos meses agradabilíssimos no batalhão. O batalhão estava encarregado da missão de construir a estrada de ferro de Caxias do Sul até Rio Negro, no Paraná.

M.M. — A construção dessa estrada era difícil?

A.L. — Tinha pontos difíceis, muito difíceis, porque era serra, a serra do Espigão.

M.M. — O senhor foi o responsável pela obra dessa ferrovia?

A.L. — Não. Geralmente o comandante era o chefe da obra, de modo que acumulava as duas funções: de chefe da obra e...

M.M. — Quem fez o projeto da estrada?

A.L. — O projeto da estrada, era o projeto batalhão que fazia. Ao contrário da estrada do Norte**, em que não fizemos o projeto, e apesar da refinaria de Caxias*** já

* O entrevistado antes de ser transferido para o 2º Batalhão Ferroviário, estagiou na 3ª Região Militar (RS), no mesmo ano de 1940.

** Refere-se à Rodovia Petrolina-Leopoldina.

*** Refere-se à ferrovia de Caxias - Estrada de Ferro Rio Negro-Caxias.

ter o projeto também, nós fizemos o projeto do trecho dado ao batalhão. Depois fizemos a construção... Nós, tínhamos duas companhias: uma de projeto e outra de construção. E um chefe, o comandante, um subcomandante em cima para correr, fiscalizar, ver a parte administrativa.

M.M. — Era o senhor que tomava conta, que fiscalizava as duas obras?

A.L. — Não, era o comandante.

M.M. — Mas dizem que o subcomandante trabalha mais que o comandante!

A.L. — Às vezes. Mas o comandante era muito bonzinho.

M.M. — Eu tenho o dado que em 1940 o senhor participou do III Congresso de Engenharia e Legislação Ferroviária.

A.L. — Enquanto estive no batalhão, realizou-se em Belo Horizonte o terceiro congresso ferroviário do Brasil, e achei que era útil participar. Pedimos autorização e conseguimos ir ao congresso: eu e um outro oficial que ficou célebre, Rodrigo Otávio Brandão Ramos, meu companheiro de 2º Batalhão Ferroviário, fomos de carro de Rio Negro, passamos por Curitiba, pegamos uma estrada vicinal e fomos Rio - Belo Horizonte.

M.M. — Quais eram as condições das estradas?

A.L. — As estradas ainda não tinham essa estrutura atual. De modo que as estradas principais eram empedregulhadas, eram de pedregulhos, brita, calcário, todos esses materiais fortes. E eram de um traçado intransponível, com curvas estreitas, curvas fortes...

M.M. — Quer dizer que a viagem não era nada...

A.L. — Bom, a viagem era agradável. Chegamos em Queluz,

paramos um dia - Queluz é a minha terra, terra da d. Dulce, tínhamos que parar... Fizemos uma estada de dois dias e fomos para Belo Horizonte, para o congresso. O congresso resultou em uma porção de indicações, mas nada de positivo para continuar a realizar outros congressos. Devia haver outros congressos, e não ficar só no terceiro. E voltamos para Rio Negro com o Rodrigo Otávio.

M.M. - O senhor já nos contou da viabilidade de ter os dois tipos de transporte: o rodoviário e o ferroviário.

A.L. - O traçado da ferrovia Caxias-Rio-Negro era um traçado de primeira grandeza, porque previa-se a instalação da eletrificação do trecho, portanto, os gabaritos eram diferentes, e tinha a extensão de seiscentos e tantos quilômetros. Uma extensão brutal!

M.M. - E num terreno acidentado. Agora, ao deixar o 2º Batalhão Ferroviário, a informação que nós temos é que o senhor foi designado para servir no 1º Batalhão de Engenharia, que foi transformado no sétimo. Como foi isso?

A.L. - Não tem nada antes disso?

M.M. - O senhor tem toda razão, general, o senhor teve uma promoção antes de ir para o 1º Batalhão de Engenharia.

A.L. - Senão eu não poderia ser comandante.

M.M. - O senhor foi promovido a tenente-coronel?

A.L. - A tenente-coronel ou a coronel. A passagem pelo 7º Batalhão de Engenharia...

M.M. - O senhor pode explicar por que era 1º Batalhão e depois virou 7º Batalhão de Engenharia?

A.L. - A história é que o 1º Batalhão de Engenharia não estava em funcionamento, foi desativado, como se diz hoje.

De modo que, quando surgiu a necessidade de um batalhão de engenharia no Norte, o número vago era o primeiro. Aí, como o primeiro pertencia à 1ª Divisão de Infantaria e eu tinha que ir para o Norte, ficava um negócio desconjuntado. Então... o primeiro passou a ser o sétimo e passou a funcionar provisoriamente em Petrolina.

M.M. — Petrolina, em Pernambuco. E o senhor foi ser comandante. Como era esse batalhão?

A.L. — Eu assisti - foi parte da vida de Pernambuco durante um certo tempo - a miséria em que estava a população. Sem recursos, sem... Da minha parte, resolvi fazer a metade de um hospital, instalei luz elétrica em Petrolina, fiz o porto, fiz uma porção de melhoramentos que podiam aliviar um pouco aquela miséria, embora não tinham esperança disso. Mas Petrolina ficava na rota... Quando os submarinos alemães estavam na costa, Petrolina estava atrás, na fronteira, e não podíamos passar pelo mar. Perdemos uma porção de navios. Então fez-se uma rota pelo interior, que fazia parte do 7º BE. E organizou-se a rota com curso de transporte, meios de subsistência, ajuda às...

[FINAL DA FITA 3-B]

M.M. — O senhor disse da importância estratégica da localização do 7º BE. Lá foi construída uma rodovia, não foi?

A.L. — Foi, eu chego lá. Devido à posição do 7º BE, de ele ter sido criado para facilitar os transportes, a 7ª Região organizou os transportes pelo interior utilizando a estrada de rodagem Petrolina-Leopoldina. Essa estrada passava a 500km. fora do alcance dos submarinos - nós tivemos

submarinos na nossa costa. Quero destacar aqui a figura do Newton Cavalcanti.

M.M. — No 7º Batalhão?

A.L. — É, no 7º Batalhão. Tanto lá como aqui, ele atuou tremendamente! Ele era um sujeito formidável! Eu vou lhe mostrar, quero que veja. os versos que o Newton Cavalcanti fez para mim.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.M. — O general me mostrou um poema feito pelo marechal Newton Cavalcanti, em 1962, elogiando sua obra da refinação e também as obras do Nordeste, não foi?

A.L. — Foi o Newton Cavalcanti que fez o plano de defesa de todo o Nordeste.

M.M. — O senhor já falou da importância estratégica da 7ª. Região: houve a construção da rodovia...

A.L. — ...Fazendo parte da rodovia Petrolina-Leopoldina - Fortaleza. Ao 7º BE foi designada a construção da estrada de rodagem de Petrolina a Leopoldina, de difícil construção por falta de água. Era grande a falta d'água.

M.M. — Em plena caatinga. Era uma época seca.

A.L. — Olha que o São Francisco estava ali perto! Mas não adiantava. E o 7º BE ficou encarregado também da hospedagem de todos os militares em trânsito para o Norte e Nordeste.

M.M. — Havia muitos oficiais em trânsito?

A.L. — Havia uma quantidade grande de oficiais em trânsito que não podiam ir pela costa, então iam pelo interior.

M.M. — Quer dizer que essa rota alternativa foi muito utilizada?

A.L. — Foi muito utilizada, tinha condução própria. E o rio São Francisco fazia o resto; era Pirapora, São Francisco, Petrolina, Leopoldina e Fortaleza.

M.M. — Em 1942 foi declarada a guerra. O 7º Batalhão começou os preparativos para entrar em combate?

A.L. — Os preparativos foram depois de 1942.

M.M. — Como foram esses momentos?

A.L. — A estrada foi muito utilizada; por ela passava não só pessoal, como material em grande quantidade, de modo a entrar no sistema defensivo do Nordeste. Além disso, o general Newton Cavalcanti designou o 7º BE para fazer toda a rede rodoviária de Engenho Aldeia. Mas essa posição de Petrolina já está dito.

M.M. — Qual era a importância de Engenho Aldeia?

A.L. — Engenho Aldeia era o campo de instrução: podia estar aqui, podia estar lá, podia estar em qualquer parte. Mas ele ficou em... — como é o nome, o dono da Casas Pernambucanas tem ali... — Floresta, justamente passa por ela. E Engenho Aldeia fica a uns 10Km do QG de Recife. Não era grande a coisa. Mas o rapaz que tomava conta da estrada de rodagem morreu acidentado, e ele* então me chamou um dia e me mandou para lá sem mais nem menos.

M.M. — E lá foi o senhor...

A.L. — E lá fui eu mexer com trator e...

* Refere-se ao general Newton Cavalcanti.

M.M. — Era também uma construção difícil por causa da seca?

A.L. — Não, era construção fácil, de pequena extensão, ao contrário da outra, em que o trabalho foi difícil.

M.M. — Eu queria saber como o senhor viu a entrada do Brasil na guerra?

A.L. — Mas será possível???

M.M. — Como foi a reação de seus companheiros?

A.L. — Bom, nós, compatriotas, achamos que todas as medidas de defesa do patrimônio da nação estariam realizadas se nós combatêssemos também os alemães. O que foi feito. O patriotismo entrou em [inaudível]. Isso é política...
... - não sei como dizer essas coisas.

M.M. — Mas o senhor sempre diz. General, quando foi declarada a guerra, o que, além da construção dessa via de acesso alternativa, o 7º Batalhão de Engenharia fez para se preparar para a guerra? Recebeu, mais equipamento, mais armamento?

A.L. — O 7º BE estava em trânsito, era um elemento de trânsito, de modo que todo esse material passava por ele. Mas nada ficava: passava e voltava, ia até Fortaleza - essa rota ia até Fortaleza.

M.M. — Eu queria que o senhor me explicasse um pouquinho a questão da FEB: havia diferença entre a FEB e o Exército tradicional?

A.L. — Cada um em sua missão era indestrutível. Não havia discussão. A FEB, agia em observação no mar, e as tropas terrestres, evitavam, vigiavam e combatiam os elementos inimigos. Falou-se muito em elemento inimigo, falou-

se em observação do território, em espia, mas acho que nada disso foi verdade.

M.M. — Depois disso, em 1944, o senhor foi fazer um estágio nos Estados Unidos. Como foi esse estágio?

A.L. — O general Newton Cavalcanti gostava muito do meu irmão e de mim também - estava-se vendo ali*. E ele era uma pessoa de difícil qualificação...

M.M. — Por quê?

A.L. — Porque ele era uma coisa, era outra, mudava, mas era extremamente patriota. E ele mesmo ia fiscalizar as obras que tinham sido coordenadas por ele, como Engenho Aldeia. De modo que eu o apreciava muito por sua conduta e sua formação militar, e só militar - embora ele tenha sido chefe de gabinete do presidente da República.

M.M. — Quer dizer, ele não era um político, era um militar.

A.L. — Ele não era um político, era um chefe militar na última palavra. Ele sabia tudo o que um soldado devia saber. Ele sabia. Sabia mexer com canhão, sabia mexer com metralhadora, sabia mexer com tudo. Tudo era com ele! Ele tinha uma percepção digna de se observar. Nós servimos com ele no Paraná, em Engenho Aldeia e depois Paraná novamente. Mas estávamos aonde?

M.M. — Eu havia perguntado como o senhor chegou ao estágio nos Estados Unidos, e o senhor estava contando que foi através...

A.L. — ...Do general Newton Cavalcanti, que nos conhecia

* Refere-se à posição que o general Cavalcanti ocupava.

muito, que se dava muito conosco. Como prêmio da minha gestão em Petrolina - isso é ele quem fala, não sou eu -, ele me proporcionou uma viagem de instrução à América do Norte, ele me deu essa missão como oficial. E fez muita questão, porque mandou inclusive parar um avião americano para eu viajar - os aviões americanos vinham da África, Dacar, Recife, Belém etc. Eu tinha que tomar um desses aviões. E ele controlou tudo até eu embarcar no avião. Eu considero o general Newton Cavalcanti um exemplo muito fiel do soldado brasileiro. Muito fiel mesmo. Dedicado...

M.M. - E o senhor foi para Fort Belvoir?

A.L. - Ele me designou para os Estados Unidos, e meu destino era Fort Belvoir, pertinho de Washington.

M.M. - Por que esse forte?

A.L. - Porque ele era apropriado à engenharia. Havia negócio de divisão, mas era especialmente de engenharia. Olha a engenharia sempre no meio!

M.M. - Sempre na sua vida. Foram outros oficiais brasileiros com o senhor?

A.L. - Comigo foi uma turma de nove ou dez oficiais brasileiros. Eu conhecia muito pouco esses oficiais: Dirceu... Ficamos em Belvoir num regime de trabalho suave...

M.M. - Suave?

A.L. - Suave, porque nós não sabíamos inglês.

M.M. - E como era, então?

A.L. - Cada turma tinha um chefe americano, mas que trabalhava conosco. E esse americano ficava sempre comigo, porque eu era o chefe do grupo. De modo que os dois ficávamos juntos. À medida que a instrução ia se desenrolan-

do, ele ia narrando para os oficiais brasileiros. Não era um bom sistema, mas era o melhor que se podia arranjar. Hoje é completamente diferente.

M.M. — O ensino das disciplinas militares nos Estados Unidos era muito diferente do ensino no Brasil?

A.L. — Era muito diferente. A gente não pode dizer muita coisa, porque o americano é nosso amigo e companheiro. Era diferente, sim. Nós vimos pelo lançamento da ponte. [inaudível] como era diferente a instrução brasileira e a instrução americana: a instrução para o americano botava o pontão n'água, e eles iam equipar o pontão da água para o pontão; enquanto o brasileiro não saía do pontão, não se molhava, e de dentro do barco fazia tudo. De modo que essa foi uma... É esse pontinho que a gente puxa. Mas isso não influía em nada. Contanto que o barco fosse para a água, não tinha importância nenhuma que fosse de um jeito ou de outro. Eu podia citar muitas vantagens mas...o regime era principalmente suave, de modo que podia-se ir a boate, fazer outros passeios - ele mesmo nos proporcionou outros passeios à Escola Naval...

M.M. — O senhor chegou a visitar Washington quando estava lá?

A.L. — Muito. Quase toda noite nós íamos para Washington, porque é pertinho, uns 10, 20 km, tinha linha de ônibus boa toda hora. Mas não deixamos de aprender muitas coisas com os americanos, muitas coisas que ficaram sedimentadas, prontas para serem empregadas quando voltássemos para o Brasil.

M.M. — Quer dizer que esse estágio que os brasileiros fizeram lá provocou algumas mudanças na organização do Exér-

cito aqui? Não sei se na organização, mas na adaptação do...

A.L. — Uma parte, porque o Exército brasileiro não aderiu 100%. Só aquele grupo que estava em Washington que operava como se fosse americano.

M.M. — O senhor não chegou a ir para a guerra?

A.L. — Não. Depois de Fort Belvoir, nós voltamos ao Brasil, eu assumi o comando do 7º BE novamente...

M.M. — Quer dizer que o senhor foi lá, fez esse estágio, mas não chegou a ir para a guerra.

A.L. — Não, não cheguei a ir para a guerra. E aqui, em Recife, fomos designados novamente para o 7º BE.

M.M. — O senhor tinha alguma missão aqui?

A.L. — No 7º BE, nessa oportunidade - era um pouco diferente da fase anterior que estávamos narrando -, era um preparo para a guerra, porque a guerra estava no final. Então era um preparo rápido para entrar em guerra e liquidar... Mas não foi possível entrar porque veio a paz, nós não pudemos entrar em ação. Por pouco não entramos na guerra.

M.M. — Mas os preparativos... Enfim, o 7º BE estava pronto para entrar em ação?

A.L. — Não estava pronto, mas estava quase pronto.

M.M. — Terminada a guerra, ou antes disso, o senhor veio servir no Estado-Maior do Exército?

A.L. — Aí deixamos o Norte com pesar, porque fizemos lá muita coisa, e viemos servir no Estado-Maior do Exército.

M.M. — O senhor já estava casado, general?

A.L. — Já, já tinha filha. No Estado-Maior do Exército, fui logo apresentado ao Departamento de Estradas de Rodagem para representar o Estado-Maior do Exército na rede rodoviária do país. Primeiro com o dr. Fiúza, diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, depois, dentro do Estado-Maior, promovendo outros empreendimentos.

M.M. — O senhor chegou a participar do curso de transportes do Estado-Maior?

A.L. — Eu dirigi o curso e organizei outros empreendimentos. Essa comissão foi até o Getúlio cair.

M.M. — Sim, porque o senhor trabalhou até 1945. Em 1944 o senhor foi designado representante do Ministério da Guerra no Plano Rodoviário...

A.L. — No Plano Rodoviário Nacional do Fiúza. Mas esse negócio está muito entrelaçado com a morte do Getúlio. Com a morte, não, com a posse do Getúlio.

M.M. — Com a deposição do Getúlio.

A.L. — Com a deposição de Getúlio. Aí então o ministro...

M.M. — Foi o Joppert*?

A.L. — O ministro... foi o Joppert. Isso mesmo. Você está sabida!

M.M. — O senhor já havia me contado isso antes da gravação.

A.L. — O Joppert, que tinha feito algumas restrições ao estudo.

M.M. — Porque foi formada uma comissão, não é isso?

* Maurício Joppert da Silva, ministro da Viação e Obras Públicas do governo de José Linhares.

A.L. — Foi formada uma comissão e, apesar de um pouco criticada, entrei nessa nova comissão como representante do Estado-Maior do Exército. Na comissão, criamos o Departamento de Estradas de Rodagem, com recursos próprios. Essa foi a coisa mais importante.

M.M. — Quer dizer, ele não dependia do Ministério da Viação.

A.L. — Não, dependia do Ministério da Fazenda... E essa organização foi muito bem recebida por todo mundo, porque achavam que era mesmo a solução: adequar os meios para eles poderem ser empregados. Dessa comissão eu não quis participar, porque eu já estava no petróleo e achava que era demais.

M.M. — Eu queria que o senhor falasse um pouquinho mais do Plano Rodoviário Nacional, porque a impressão que nós temos é que a atual disposição das nossas rodovias segue muito as diretrizes daquele plano da década de 40.

A.L. — O plano era definitivo. Só não foi definitivo porque eles não conservaram a mesma...

M.M. — ...Diretriz, filosofia?

A.L. — ...diretriz, - pode-se dizer assim, não era isso que eu queria falar, mas está bom - as mesmas diretrizes e deixaram estragar praticamente todo o plano.

M.M. — Nesse plano já se previa aquela forma de rodovia longitudinal, transversal?

A.L. — É isso. Foi feito o plano, aprovado pelo presidente da República e o ministro Joppert - por isso é que ele tem o nome de Joppert.

M.M. — E deu origem à chamada lei Joppert não é?

A.L. — Quer desligar?

M.M. — Pelo que eu entendi, então, as linhas básicas...

A.L. — Você tinha que falar em lei Joppert!! Como base de quê?

M.M. — Do Plano Rodoviário Nacional, que foi elaborado por uma comissão, e não foi evidentemente o trabalho de um...

A.L. — Foi um plano que deu vida. Ainda como missão do Estado-Maior, havia as comissões de rede. As comissões de rede eram uma por região, em todo o Brasil, e tratavam da organização da rede ferroviária e da fiscalização do cumprimento das normas do Estado-Maior. Como era uma questão técnica, a estrada de ferro, o Estado-Maior resolveu assumir as cinco regiões, e a 4ª Seção do Estado-Maior do Exército foi...

M.M. — O senhor havia dito designado.

A.L. — Não, espera aí!

M.M. — O senhor estava falando das redes.

A.L. — As redes ficaram então subordinadas às diretorias de engenharia do Exército, por ser uma questão técnica, e não de transporte. Mas era preciso as comissões de rede ficarem subordinadas... Estou fazendo uma confusão!

M.M. — Então é isso. O senhor participou dos dois planos, o do Fiúza e o do Joppert, e há ainda a questão das redes, que ficaram subordinadas...

A.L. — ...À Diretoria de Engenharia.

M.M. — Do Estado-Maior.

A.L. — Não era do Estado-Maior, a Diretoria de Engenharia era parte do Exército.

M.M. — Qual foi sua atuação nessa organização das redes sobre a Diretoria de Engenharia?

A.L. — Embora as comissões de rede fossem bem organizadas, era uma das boas coisas que existia, o comando delas passou da 4ª Seção do Estado-Maior do Exército para a Diretoria de Engenharia. Tivemos que adaptar. Com a nossa adaptação às novas funções, creio que o Exército ficou bem servido de transporte. Com as novas funções.

M.M. — E a sua tarefa foi fazer essa reorganização, não é?

A.L. — É.

[FINAL DA FITA 4-A *]

3ª Entrevista: 24.07.1987

V.L. — General, continuando a nossa conversa, hoje eu gostaria de perguntar como o senhor começou a se interessar pela questão do petróleo?

A.L. — Quando voltamos de Pernambuco, fomos designados para o Estado-Maior do Exército, e na função de Estado-Maior do Exército fomos designados para tomar parte numa das comissões de estado-maior. Era hábito naquela ocasião passarmos com o coronel João Carlos Barreto na Cinelândia, e entre os nossos assuntos prediletos estava a conversa sobre o desenvolvimento do Petróleo. Ele era o presidente do Conselho do Petróleo.

V.L. — Ele já era general nessa época?

A.L. — Era coronel. E entre os assuntos tratados esta-

* A fita 4-B não foi gravada.

va o da... atuação do general Horta Barbosa no Conselho do Petróleo, no qual ele foi substituído pelo coronel João Carlos Barreto. O convite do coronel Barreto, presidente do Conselho, a mim, pegou-me num período de quase inatividade do Conselho e do Brasil. Em mil novecentos e... praticamente não havia trabalho nenhum. De modo que foi um encargo pesado que assumimos ao aceitar o convite do presidente do Conselho do Petróleo. É de se notar que naquela ocasião o Brasil não tinha o movimento que tem hoje, era de uma simplicidade muito grande. Tudo era importado, e se destinava, mais à agricultura do que à indústria. Não tínhamos naquela ocasião nenhuma indústria: até a pá e a picareta eram importadas nos empreendimentos que fazíamos. Esta situação, nós a encontramos. Mas, como já tínhamos exercido a Comissão de Rodovia, tínhamos bastante prática no tratamento dessas comissões, por isso fomos nomeados pelo João Carlos Barreto para uma comissão do Conselho. Então, nessa ocasião, acumulávamos uma missão no Conselho e o Exército, do qual ainda não tínhamos nos desligado.

V.L. — O senhor representava o Estado-Maior das Forças Armadas...

A.L. — Representava o Ministério da Guerra.

V.L. — O senhor representava o Ministério da Guerra no Conselho, mas a sua indicação partiu do João Carlos Barreto. Essa indicação tinha que ser submetida a alguma instância?

A.L. — Não. Tinha que ser submetida somente a quem eu representava. Era da livre escolha do ministro da Guerra.

V.L. — O senhor disse que costumava passear com o João

Carlos Barreto. Essa amizade vinha desde quando?

A.L. — Vinha da Escola de Estado-Maior. Fomos colegas.

V.L. — E na época em que foram colegas na Escola do Estado-Maior, já se discutia essa questão do petróleo?

A.L. — Raramente. Eu expliquei que quase não havia esses problemas, não havia discussão sobre o problema do petróleo. Eu não podia imaginar que, aceitando esse convite, eu ia ficar durante nove anos como conselheiro, representante do Ministério da Guerra no Conselho do Petróleo. Foi uma experiência ótima que nos permitiu tirar muitas conclusões a respeito do desenvolvimento econômico e social do país.

V.L. — General, como era constituído o Conselho no seu conjunto?

A.L. — O Conselho Nacional do Petróleo era órgão da Presidência da República. E tinha um conselho formado de... de seis ou sete elementos — já me esqueci.

V.L. — Havia representantes dos ministérios militares?

A.L. — Três representantes dos ministérios militares, um da Fazenda, um do Ministério da Indústria e Comércio, um da Viação...

V.L. — ...Um da Agricultura.

A.L. — Quantos tem?

M.M. — Já tem seis.

A.L. — Então é isso.

V.L. — Acho que havia mais uma representação, da indústria e comércio — eram os dois separados.

M.M. — Mas não havia também os representantes das associa-

ções comerciais e industriais.

A.L. — Isso é o que eu queria dizer quando falei no representante do comércio, no representante da indústria.

M.M. — Porque na época não havia ainda o Ministério da Indústria e Comércio.

V.L. — Como funcionava ordinariamente o Conselho?

A.L. — O Conselho, constituído por esses elementos, funcionava periodicamente, de acordo com o horário estabelecido por seus membros e aprovado pelo presidente do Conselho. Geralmente era uma sessão por semana, com os processos distribuídos entre os conselheiros, entre aqueles que se interessassem pelo problema: comércio com o comércio, indústria com... e os militares.

V.L. — Que tipo de processo ia para os militares?

A.L. — Não havia distinção de assunto. Qualquer conselheiro podia receber processo de uma outra área, porque tudo ia ser discutido no plenário, as coisas se normalizavam no plenário. Mesmo as divergências seriam tomadas por voto e resolvidas no plenário.

M.M. — Quando se examinava um processo, havia um membro, um conselheiro que era relator, que ficava encarregado do estudo?

A.L. — Havia um relator que era designado pelo presidente. Essa função era distribuída pelo presidente a um dos conselheiros, e o presidente procurava ser coerente com a função que esse representante desempenhava no Conselho. Mas os assuntos podiam ir de qualquer área para qualquer área.

M.M. — O senhor disse que o CNP era um órgão vinculado à

Presidência da República. Ele gozava de autonomia? Como era o relacionamento do Conselho com o presidente da República?

A.L. — O Conselho era um órgão da Presidência da República e completamente independente dos outros órgãos: obedecia somente à Presidência da República, que geralmente tinha uma pessoa, um chefe de gabinete, que representava o presidente, mas não influía sobre as resoluções. A escolha era do presidente da República, e somente do presidente: não havia indicação, não havia possibilidade nenhuma de alguém intervir.

M.M. — Quer dizer que o Conselho gozava de ampla autonomia, por exemplo, para contratar pessoal, para utilizar recursos?

A.L. — É uma boa pergunta. Todo pessoal do Conselho era contratado pelo próprio Conselho. O que o Conselho tinha de ruim, era que a sua vida dependia das dotações, das verbas, era que ele estava no orçamento da República.

M.M. — As verbas que eram votadas para o Conselho passavam pelo Tesouro Nacional?

A.L. — Tudo. Passavam como qualquer outra verba. E isso criava para a questão do petróleo um problema quase insolúvel. Porque geralmente as verbas dadas pelos órgãos não identificados plenamente com o Conselho eram insuficientes para a realização daquilo que o Conselho queria: fazia orçamento anual, mas não havia meios para cumprir todos os projetos que estavam programados.

V.L. — Quais eram as metas, os projetos mais importantes do Conselho nesse período que o senhor ficou lá?

A.L. — Bom, nesses anos todos, - vamos passar isso tudo a

limpo logo depois. Os projetos principais eram do próprio Conselho. Apesar da independência que gozava na aplicação das verbas, ele não podia se afastar muito do programa estabelecido. Daí surgia essa questão da... Como é?

M.M. — O senhor estava falando dos projetos. Uma outra coisa, general: o CNP tinha representantes dos vários ministérios. Ele podia contar com o apoio técnico ou financeiro desses outros órgãos que nele estavam representados?

A.L. — Ele entrava no orçamento como um contribuinte não particular, geral, como todos os outros elementos da... Não havia... proteção para qualquer um dos empreendimentos.

V.L. — O corpo de pessoal que os senhores contratavam era um corpo técnico?

A.L. — Bom, havia de tudo. O Conselho era organizado por uma diretoria administrativa, que tratava das verbas, dos problemas ligados a recursos, e por uma diretoria técnica, que tratava de todos os problemas técnicos.

V.L. — Esses quadros técnicos vieram da gestão anterior, da gestão do general Horta Barbosa, ou houve uma renovação de quadros técnicos?

A.L. — Não. Foram aproveitados todos os elementos técnicos do general Horta Barbosa. Nenhum foi excluído. Foram aproveitados todos eles. Agora, daí por diante passaram a ser chamados, não havia seleção, era por indicação, porque o assunto era muito restrito. Então não se podia fazer uma chamada de pessoal como se faz em outras repartições. O chamado era pessoal, com o conhecimento que a administração teria dos consultados.

M.M. — E aproveitou-se algum técnico do DNPM — Departa-

mento Nacional de Produção Mineral?

A.L. — Não, não me lembro... Esse assunto do Departamento de Produção Mineral era tratado como assunto técnico, não havia uma designação especial para ele.

V.L. — O senhor sentia que o corpo técnico do Conselho Nacional do Petróleo estava à altura das tarefas que o Conselho exigia? Havia suficiente preparo técnico?

A.L. — Os técnicos estavam bem capacitados para desempenharem suas funções. E foi providenciada uma seleção muito grande entre os elementos, apesar de eles não serem escolhido por provas. Então esses técnicos eram pessoas muito boas, excelentes técnicos! O único reparo a fazer é que não havia recursos para a procura de novos técnicos de alta especialização. O geólogo, por exemplo, era formado por Ouro Preto. E daí não passava, daí não podia passar. Esse dos minerais também era um geólogo que não tinha muita penetração. É isso.

M.M. — O CNP contratou muitos técnicos estrangeiros?

A.L. — Não. Ele não podia contratar, não tinha recursos. A falta de recursos aparecia sempre em todos os pontos, principalmente nesse primeiro período da nossa atuação no Conselho. Então, estudamos bem esses recursos, fomos formando os assuntos, e as soluções vieram, naturalmente, em consequência. Mas sempre vagarosamente. Sempre o problema do recurso dominando sobre os problemas do...

M.M. — Será que eu posso concluir que os técnicos do CNP foram sendo formados na prática do trabalho?

A.L. — Não. Eles já vinham com conhecimentos, que foram aperfeiçoados dentro do Conselho. Mas não em cursos especiais. Foram aperfeiçoados com a prática. O homem da sonda

era o homem da sonda e ficava restrito àquela posição, o que causava, naturalmente, uma pessoa sem acesso, sem... condições ótimas para a realização do seu objetivo.

M.M. — Eu queria voltar à organização do Conselho. O senhor era representante de um dos ministérios militares.

A.L. — Do Ministério da Guerra.

M.M. — O senhor se achava privilegiado em relação aos outros conselheiros quanto, por exemplo, a receber informações a que o senhor tinha acesso?

A.L. — Bom, embora não usássemos, nós éramos de fato privilegiados, porque no regulamento do Conselho, na lei do Conselho, tinha o voto... Como se chama?

V.L. — Voto de qualidade?

M.M. — Poder de veto?

A.L. — Poder de veto. É melhor assim. Os três representantes militares tinham poderes para isso, mas nunca usaram. Achávamos que aquilo..

V.L. — Conseguiam chegar a um consenso, a um acordo, pelo menos?

A.L. — Chegávamos. Sempre chegávamos a um acordo. E quando não chegávamos em um dos assuntos, ele era eliminado.

V.L. — Quer dizer que, na estrutura do Conselho, a posição dos militares era uma posição decisiva e...

A.L. — Privilegiada. Aliás, o general Horta Barbosa fazia questão disso. Era questão do general Horta Barbosa também esse ponto, o privilégio dos militares.

V.L. — Isso vinha desde o tempo do Horta Barbosa?

A.L. — Desde aquele tempo. Porque ele achava que os mi-

litares naquela ocasião tinham força mais do que suficiente para levantar e solucionar esse problema do petróleo.

M.M. — Na gestão do general João Carlos Barreto foi mantida a mesma estrutura criada com o general Horta Barbosa?

A.L. — Foi mantida a mesmíssima estrutura. E o general Horta Barbosa continuou a dispor de franco apoio dentro do Conselho e do próprio presidente do Conselho, João Carlos Barreto. Ele era muito estimado, foi uma perda lamentável quando ele morreu.

V.L. — Nesse período ele se afastou do Conselho, mas continuou ainda com uma fase de atuação bastante grande no Clube Militar discutindo questões do petróleo.

A.L. — Bom, esse já é outro assunto completamente diferente.

V.L. — Não estou fugindo do assunto, estamos falando do general Horta Barbosa. É o mesmo.

A.L. — Essa intervenção do general Horta Barbosa foi ocasionada posteriormente, durante a realização dos...

V.L. — Foi na época da campanha d' "O petróleo é nosso".

A.L. — ...comícios. Dos comícios e conferências e... Deixei para depois.

V.L. — Em termos mais imediatos, a gestão do general João Carlos Barreto não alterou, então, a estrutura do Conselho. Mas o pensamento do Conselho sobre a questão do petróleo mudou nessa época?

A.L. — Não. Ali já havia a especialização; o homem do comércio era da livre iniciativa, o homem do... Era fechado...

Já havia essa especialização, de modo que eles tinham que

responder pelos seus objetivos, que eram esses traçados pelo presidente do Conselho. Não podia ter outra solução.

V.L. — Mas dentro do Conselho havia opiniões diferentes sobre a questão de se o petróleo...?

A.L. — Ah, havia várias opiniões. Na ocasião da discussão da... saíram várias opiniões no Conselho. Cada um defendia a sua opinião. E como era especializado, tinha que ter esse problema de trabalho.

M.M. — Nós reparamos, lendo os relatórios do CNP de 1946 - o senhor já estava lá há um ano -, que havia contratos com inúmeras empresas de capital privado, algumas estrangeiras, que faziam prospecções, perfurações em vários locais do Brasil. Eu queria saber como essas companhias trabalhavam para o CNP? Como eram os contratos? Elas recebiam alguma subvenção?

A.L. — O assunto petróleo era muito particularizado, de modo que não se podia dar a qualquer um a solução dos seus problemas. Tinha que ser selecionada ou uma firma ou uma empresa para levar esses problemas adiante. Foi o que aconteceu na construção da Refinaria de Cubatão, na de Duque de Caxias, por fim, e em Mataripe. De modo que o problema era esse, que já havia especialidade.

M.M. — Agora, cabia ao CNP fiscalizar o trabalho dessas companhias. O CNP tinha estrutura técnica para fiscalizar o trabalho dessas companhias estrangeiras, que vinham com uma superioridade técnica imensa?

A.L. — Era um ponto indiscutível esse problema de ter autoridade ou não sobre o... Porque às vezes a gente contratava fiscal de fiscal, para poder levar a termo a fisca

lização dos empreendimentos. Mas isso de fato deu muitas divergências, inclusive com os militares que estavam em Cubatão. Deu muita divergência. Eles achavam que eram capazes de fazer a fiscalização, e nós achávamos que era preciso aprendermos primeiro para depois fiscalizar. Mas eles queriam dominar a situação, então achavam que podiam fazer tudo. Houve uma questão sobre este particular que foi até ao presidente da República.

M.M. — O senhor vai contar para a gente agora essa questão ou isto seria antecipar?

A.L. — Não. Esse é outro caso.

V.L. — O senhor quer contar?

A.L. — Não.

M.M. — Quando essas companhias vinham trabalhar aqui, o CNP tinha alguma preocupação em treinar seus técnicos brasileiros acompanhando os trabalhos?

A.L. — Uma coisa de que se fazia muita questão era botar sempre um brasileiro junto de um estrangeiro, da mesma especialidade, para ver se esse elemento brasileiro conseguia captar a técnica estrangeira que vinha aqui em casa.

V.L. — Essas companhias recebiam subvenção do CNP?

A.L. — Não, era contrato. Eram pagos de acordo com o contrato. Mas era pagamento em dólar.

M.M. — E o orçamento do CNP supria...?

A.L. — O orçamento do CNP sempre foi curto, sempre foi pequeno.

M.M. — E onde o CNP arrumava os dólares para pagar?

A.L. — Ah, mas havia dólar suficiente! Eu mesmo tive um

problema de dólar quando estava na presidência.

V.L. — Da Petrobrás, mais tarde?

A.L. — É. Aliás, ganhamos a questão bonito.

M.M. — Foi belíssima a sua atuação.

V.L. — Se o senhor quiser contar essa questão agora, pode contar, não faz mal sair da ordem, porque estamos no assunto dos dólares. Foi uma vitória sua muito importante na presidência da Petrobrás!

A.L. — Foi importantíssima!

V.L. — Como foi, general?

A.L. — Quando assumimos a presidência, já havíamos feito contrato com várias companhias e não tínhamos dinheiro suficiente para fazer a coisa. E o Gudín, ministro da Fazenda, não deixava sair um tostão para a Petrobrás. Foi aí que fizemos a representação junto ao presidente da República e todos os elementos do conselho de... conselho dos dólares...

V.L. — Cambial? Tem um nome específico?

A.L. — É cambial, mas é outro. Esse conselho* é importante na solução desse problema. Mas vamos deixar.

[FINAL DA FITA 5-A]

A.L. — A representação foi ao presidente da República, mas a solução demorou muito. Então eu providenciei junto ao Juarez, Rodrigo Otávio e Bina Machado o estudo desse pro-

* O entrevistado se refere à Sumoc - Superintendência da Moeda e do Crédito.

blema, para resolver imediatamente. E lá na Sumoc havia elementos com as mesmas idéias nossas que aprovaram uma resolução fornecendo dólares para a Petrobrás. No pagamento, o Gudín segurou. Mas nós tínhamos a aprovação da Sumoc, o apoio dos estados-maiores e a aprovação de... e ele não teve outra solução senão dar contrafeito o visto. E deu justamente na medida que pedimos. Deu tudo aquilo que pedimos. O Gudín tinha uma idéia de que o orçamento era único e indivisível. E esse negócio veio ferir essa idéia, porque se o orçamento era único e indivisível, não se justificava dar dólares para uma empresa, para Petrobrás, que era um dos segmentos. Mas nós combatemos a idéia, a Sumoc afinal resolveu tudo muito bem e o Juárez, maldosamente [risos], me deixou no fogo sozinho. Mas ele foi complacente numa certa espera, num certo ponto, deixando a solução para o Gabinete Militar, que resolveu a nosso favor.

M.M. — Isso foi em 1954?

A.L. — Em 1955. Esse negócio de data vai dar uma...

M.M. — Eu queria voltar para o CNP, em 1946. Nós lemos que o CNP mantinha duas refinarias rudimentares, experimentais: uma em Aratu e outra em...

A.L. — Mataripe.

M.M. — Não, antes de Mataripe, em 1946. Em Candeias. E no ano de 1946, essa Refinaria de Candeias, inclusive, foi fechada. Eu queria saber que balanço o senhor faz dessas duas refinarias experimentais? Qual era a utilidade delas? Era interessante mantê-las em operação?

A.L. — Eu não entendi. Refinarias?

M.M. — Eram pequenininhas, pelo que eu entendi, eram rudimentares.

A.L. — Seriam as da Esso?

M.M. — Não. Eu li que em 1946 estavam em funcionamento duas refinarias rudimentares do CNP: uma em Aratu e outra em Candeias, que foi fechada nesse ano. O senhor se lembra delas?

A.L. — Não. Isso nem aparece em parte alguma. Não tinham expressão, nem tomamos conhecimento. Elas não funcionavam para o objetivo que se tinha. Se estavam funcionando, não funcionavam de acordo com o objetivo previsto.

M.M. — Mas elas não serviam nem para aperfeiçoar os conhecimentos?

A.L. — Não, não. Seria até um mal emprego. Porque toda vez que se chama para ensinar e se escolhe um professor ruim, é pior. [risos]

M.M. — Outra coisa que eu queria saber dessa época: nós vimos no CNP que existiam vários métodos para a pesquisa do petróleo - geologia de campo, geofísica, perfuração... Quais eram os métodos mais usados naquela época?

A.L. — Bom, eram usados praticamente todos os métodos. Mas, como sempre, com limitações. Sempre a falta de recursos sacrificando os empreendimentos. Sempre sacrificando.

M.M. — Já se utilizava a aerofotogrametria?

A.L. — Não, não me lembro disso. Apenas os métodos novos, que estão em curso é que são uma espécie de aerofotogrametria. Mas não estavam em uso na época.

M.M. — Outra coisa importante é que houve um projeto, ainda nesse ano de 1946, o projeto da Refinaria Nacional

de Petróleo*, que não foi adiante. Por quê?

A.L. — Porque essa refinaria foi substituída pela Refinaria de Cubatão. Foi substituído o nome e tudo: Refinaria de Cubatão. Por isso é que ela sumiu.

M.M. — Porque há uma lacuna: é aprovada a lei, saem os recursos... O senhor participou da comissão da localização da refinaria?

A.L. — Nessa ocasião eu estava participando da localização da refinaria. Não era construção, era localização apenas. Localização no Brasil, localização na área de Santos e finalmente atualização no local em que está. Então eu era chefe da comissão de localização, fazendo esse papel todo.

M.M. — O que se leva em consideração na escolha de um lugar para se montar uma refinaria?

A.L. — Bom, são várias as condições. Agora mesmo, antes de sair da Petrobrás, eu escolhi Paulínea. E são várias as condições a que se deve obedecer: condições de localização, questões de transporte, questões de recrutamento de pessoal... São várias as cláusulas, as condições para a localização de uma refinaria. Condições políticas, como está acontecendo presentemente com Alagoas e Recife, que estão querendo refinaria também.

M.M. — Havia interferência dos governos estaduais?

A.L. — Havia interferências suaves, não havia pressão. Acontecia exatamente como está acontecendo atualmente, que os governos dos estados trabalham para que a nova refina-

* A Refinaria Nacional de Petróleo seria a designação pretendida no projeto da Refinaria de Mataripe.

ria seja em seus territórios. Porque ela dá o ICM, dá recursos, embora limitados também, mas dá. Para um estado é bastante.

V.L. — Na época em que estava fazendo esses estudos de localização, o senhor recebia muitas pressões?

A.L. — Nós conseguimos deixar essas localizações secretas um tempo enorme, até quase a escolha definitiva. Não dávamos audiência ao pessoal, aos moradores, aos prefeitos locais. Não dávamos. Quando aparecia a solução, já aparecia de sopetão!

M.M. — O senhor falou nos governos estaduais e eu me lembrei que houve nesse período a criação do Imposto Único sobre Combustíveis, que antes era cobrado pelos estados e pelos municípios. Como foi essa questão? Os estados aceitaram tranquilamente a criação desse imposto?

A.L. — Houve alguma reclamação, mas aceitaram. Também eles ganhavam, de modo que não havia por que se opor ao imposto único. O imposto era distribuído por todos os interessados no petróleo - e aí iam as refinarias, o oleoduto... De modo que a adoção do imposto único não criava nenhum empecilho.

M.M. — O imposto único aliviou de alguma forma a falta de recursos do Conselho?

A.L. — Os recursos aumentaram com o imposto único. Mas os encargos também aumentaram, [risos] os empreendimentos aumentaram. De modo que não se pode dizer que tenha aumentado efetivamente a ajuda do imposto único aos estados.

V.L. — E os equipamentos do Conselho, de onde provinham?

A.L. — Bom, como eu disse no começo, no Brasil não havia

nada! Até as pás e picaretas eram importadas do exterior. Não havia nada mesmo! De modo que era uma situação lastimável que o país atravessava. Os primeiros equipamentos foram montados no exterior e trazidos para o Brasil, quando o negócio deve ser ao contrário: desmontar no exterior para trazer e montar aqui no Brasil. Como acontece agora. Desde o meu tempo para cá não houve mais isso. E a Refinaria de Cubatão, a ampliação de Mataripe, o oleoduto, todos esses tiveram seus equipamentos, a maioria, importados ainda. Principalmente Mataripe.

M.M. — Essa ampliação se deu já na década de 50, na sua gestão na Petrobrás?

A.L. — Não, não.

M.M. — A procedência desses equipamentos era mais de países da Europa ou dos Estados Unidos?

A.L. — Havia um contrato com a França para fornecimento de equipamentos, havia com os Estados Unidos, e não me lembro de mais algum país.

M.M. — O senhor chefiou ainda a comissão dos estudos do futuro Oleoduto Santos-São Paulo e já se previa Campinas. Eu queria que o senhor contasse quais foram os resultados desses estudos, qual a importância do oleoduto.

A.L. — O oleoduto foi a nossa criação máxima depois da Refinaria Duque de Caxias. Porque pegamos os dois do começo e fomos até o fim, inauguramos e produzimos em tempo record. Então esses dois são para mim os principais elementos da minha atuação na Petrobrás.

V.L. — O oleoduto foi ainda no Conselho do Petróleo.

M.M. — No Conselho começam os estudos não é?

A.L. — O Conselho tinha fracos recursos que não davam para a construção do oleoduto. Então apelamos — essa foi outra vitória no Congresso — para uma verba extra que foi dada pelo Congresso para a construção do primeiro empreendimento, o oleoduto. O segundo empreendimento ainda não estava sendo cogitado. Foi só o oleoduto. De modo que os recursos vieram; conseguimos recursos do Congresso, recursos de empréstimo, do Conselho do Petróleo, para canalizações, e foram suficientes para chegarmos ao fim com uma certa folga. É nessa atuação dos recursos que eu me situo. Além da administração geral do oleoduto, eu me situo nessa questão de recursos, em que havia também uma comissão para aprovação. Depois o oleoduto passou para a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

V.L. — Era uma batalha para conseguir os recursos! Como o senhor agia nesse sentido?

A.L. — Fazia o que todo mundo faz: o recurso aos amigos bem situados. No Congresso, por exemplo, tinha João Ponce de Arruda, que era líder do governo no Congresso. Essas coisas, a gente conseguia... No Conselho do Petróleo tinha os amigos do João Carlos Barreto, os amigos do dr. Leopoldo Miguez de Mello. Isso ajudava muito a obter os recursos. Eles faziam suas diligências.

V.L. — Junto ao Congresso?

A.L. — Junto ao Congresso, junto ao Conselho, porque o Conselho tinha... Tudo isso era extra.

M.M. — Era comum conseguir verbas suplementares do Congresso Nacional?

A.L. — Não, não era comum. Havia muita dificuldade. E muitas vezes o empreendimento parava no meio do caminho à

espera de verba. Geologia, então, esperava muito! Um poço levava um tempão para ser aberto, enquanto hoje, em 60 dias, o sujeito tem conhecimento perfeito do resultado do poço.

M.M. — E naquela época demorava?

A.L. — Levava dois, três anos... Quer dizer, era uma...

V.L. — Era uma luta, não é?

A.L. — Era uma luta tremenda.

M.M. — Voltando à questão do oleoduto, eu queria saber se havia naquela época alguma preocupação com a ecologia, com a segurança das populações, com acidentes, já que iam ser transportados ali vários tipos de combustíveis.

A.L. — Não. A construção do oleoduto obedecia a normas internacionais de precisão, de modo que não havia esse inconveniente. Certa vez um furozinho pequeno produziu um alarme danado, mas não havia perigo nenhum. Não havia. Quanto ao oleoduto, ele tinha 59 km e passou a pertencer à Estrada Santos-Jundiaí.

M.M. — Foi a Estrada que ficou responsável pelas obras?

A.L. — Dona das obras! Dona do oleoduto! O oleoduto, embora seja um problema de petróleo, está sendo operado pela Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Porque a Santos-Jundiaí tinha naquela ocasião liberdade de atuação de emprego de recursos. E ela entrou com quase todo o recurso que foi necessário para terminar o oleoduto.

M.M. — O senhor trabalhou com a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí?

A.L. — Ah, trabalhei. Foi logo... Se pudesse colar, eu diria a data de inauguração do oleoduto. [risos] O oleo-

duto constou de duas linhas de 10 e uma de 18, subindo a serra. A primeira a ser inaugurada foi a linha de 10 e posteriormente a linha de 18; uma linha de 10, uma linha de 18, e depois foi inaugurada uma linha de 10.

M.M. — Transportavam vários tipos de combustíveis?

A.L. — Transportavam vários tipos de combustíveis. O cano de 18 transportava óleo combustível, e as duas linhas de 10 transportavam querosene, diesel, gasolina e outros elementos leves, leves. Uma é para produtos pesados, a outra para produtos leves.

M.M. — Esse transporte pode ser simultâneo?

A.L. — Simultâneo, não. O transporte de um produto em seguida ao outro é que podia ser feito. Um em seguida ao outro, e não simultâneo. Um em seguida ao outro e com total segurança. Muita gente perguntava se o óleo não contaminava a gasolina, se a gasolina não contaminava o óleo. Mas é fácil explicar que o transporte era feito por elementos grandes de óleo diesel, elementos grandes de gasolina, de modo que as superfícies de contato eram as mínimas possíveis, o que diminuía a perda.

M.M. — De quem foi o projeto do oleoduto Santos-São Paulo?

A.L. — Bom, como eu disse no começo, nós fomos do planejamento, do plano, dos estudos preliminares, até o final, até a operação. Até a operação fomos nós os condutores do oleoduto. Tinha que ser, a gente estava na estrada.

V.L. — O projeto foi seu, portanto?

A.L. — O projeto foi meu e o transporte também foi meu.

M.M. — E qual foi a maior dificuldade, além da financeira, da falta de recursos, na construção desse oleoduto? Havia

algum problema técnico a contornar? Porque aquilo é uma encosta, não é?

A.L. — Havia o problema da serra, que era sério, e que está para ser resolvido até hoje. Tudo na serra caiu, exceto o oleoduto, que está firme. [risos]

M.M. — O que o senhor fez de diferente?

A.L. — Foi a técnica, seguimos a técnica. Nós tínhamos um elemento, um técnico importante, estrangeiro, um engenheiro muito importante, muito bom.

V.L. — Quem era?

A.L. — Era o Leopoldo Miguez. No dia em que a linha [inaudível] foi aprovada, foi submetida a teste, havia no porto de Santos 16 ou 17 navios de óleo esperando. E São Paulo sofrendo com a falta de combustível. Então, uma das principais funções do oleoduto, bonita por sinal, foi livrar São Paulo desse sofrimento. No dia seguinte em que ele foi aprovado, começou o transporte de óleo para São Paulo, enchendo todos os tanques de refinarias, todos os tanques de postos, de Utinga, tudo. De modo que ele teve essa função muito importante de desafogar o transporte de São Paulo para Santos, e teria até hoje, não fosse a nova passagem para a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

M.M. — O oleoduto perdeu essa função atualmente?

A.L. — Agora o Conselho conseguiu recuperar. Porque o oleoduto era especificamente do Conselho e estava na Estrada de Ferro por uma questão de facilidade de dinheiro. Mas ele... O que eu ia dizendo?

V.L. — O senhor estava dizendo que o oleoduto tinha sido recuperado pelo Conselho.

A.L. — Ah, sim. De modo que eu sempre lutei para que ele voltasse à sua posição real no problema do petróleo, que era de alívio para o transporte de óleo, de combustível, portanto a cargo do Conselho. E voltou. Pouco tempo depois de passar para a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, ele voltou para o Conselho Nacional do Petróleo, onde está até hoje.

M.M. — Hoje em dia, sem dúvida, o oleoduto é a maneira mais segura e econômica de se transportar combustível. Naquela época já se tinha essa idéia?

A.L. — Já, já. Aliás, foi uma das razões por que se escolheu o oleoduto. E o oleoduto foi o primeiro do Brasil. Havia um outro oleoduto, mas esse não era nosso, era americano, de guerra, transporte de óleo, de gasolina etc. em Imbura, perto de Recife. Mas esse era pequenino e estava restrito a uma distância muito pequena, muito insignificante.

M.M. — O senhor, mais tarde, foi dirigir inclusive a rede de oleodutos militares, não é? Mas isso foi bem mais tarde.

A.L. — Bom, o oleoduto Santos-São Paulo primeiro era apoiado... primeiro era... O oleoduto Santos-São Paulo... O que eu ia dizer? Esqueci.

V.L. — A Margareth perguntou se o senhor, mais tarde, foi dirigir a rede de oleodutos militares.

A.L. — Não, não tem nada de militar aí no meio, não.

M.M. — Foi isso que eu perguntei. Mas, voltando ao oleoduto Santos-São Paulo: a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí tinha algum direito sobre o combustível transportado pelo oleoduto?

A.L. — Não. Sobre combustível transportado, não tinha. Tinha a responsabilidade do transporte: transportava e não podia perder muito no fim da linha. [risos] Mas teve uma pergunta anterior que eu queria responder. Era sobre o projeto do oleoduto, agora me lembrei.

M.M. — Ah, de quem foi o projeto!

A.L. — O primeiro projeto era Santos-São Paulo-Campinas. Campinas não foi necessário, porque Utinga, que era o terminal, já estava dentro de São Paulo, dentro da cidade, de modo que seria um desperdício naquela ocasião, embora necessário, mas um desperdício para quem tinha muito pouco. Tinha-se que olhar isso. Depois do Oleoduto Santos-São Paulo, passou-se a estudar o Oleoduto Paranaguá-Curitiba, concomitantemente com uma rede de oleodutos nacionais, porque mais de dois já formavam uma rede de oleodutos, uma rede. Mas eu acho que também não foi levado adiante.

M.M. — Paranaguá-Curitiba era maior?

A.L. — Um pouquinho maior. São as mesmas distâncias, quase; um tem 99, o outro tem cento e poucos.

M.M. — Nessa época da decisão da construção do oleoduto, como era transportado o combustível no Brasil? O mais comum era por navio? E internamente era feito pela ferrovia?

A.L. — Bom, o Brasil não tinha combustível nenhum. Tudo era importado. E os portos, que são elementos de contato de um transporte com outro, eram espalhados pelas costas do Brasil. E das costas até o interior, o transporte era feito em vagão-tanque e caminhão-tanque - mas em pequeno número -, de preferência em vagão-tanque, na sua estrada de ferro.

M.M. — Na minha estrada de ferro? [risos]

[FINAL DA FITA 5-B]

V.L. — Os estudos da obra do oleoduto tiveram início em 1946. Quando o oleoduto foi inaugurado?

A.L. — Bom, nós passamos cinco anos nos trabalhos do oleoduto e fora do Exército. Demos muito mais atenção e trabalho aos empreendimentos civis do que aos militares nessa ocasião.

V.L. — General, duas perguntas: em 1946 o senhor foi transferido para a Diretoria de Engenharia como chefe da 2ª Divisão. Essa não é uma função dentro do Exército?

A.L. — Dentro do Exército.

V.L. — Então o senhor teve também alguma atividade dentro do Exército nesse período.

A.L. — Tive. Mas é o que eu digo: fraca atividade. Nós tivemos muito fraca atividade. Depois de voltarmos do Norte, tivemos uma fraca atuação dentro do Exército.

V.L. — E nessa chefia da 2ª Divisão, o senhor não tinha atribuições importantes?

A.L. — Foi pequena a nossa influência. Mas, mesmo assim, como não podíamos parar, fizemos o curso de transporte do Exército, eu como chefe de instrutor, e teve um outro empreendimento que... eu não me lembro.

V.L. — Outra coisa que o senhor disse foi que suas atividades ligadas ao Conselho eram atividades civis, quer dizer, como técnico altamente especializado, não é isso?

A.L. — No Conselho do Petróleo?

V.L. — É, no Conselho.

A.L. — Eu era conselheiro. Política.

V.L. — Ah, então eram atribuições também políticas, e aí o seu papel de militar pesava.

A.L. — A política, a militar, e ainda fazia construção. Acumulava tudo.

V.L. — Então, na construção do oleoduto, a sua tarefa foi mais civil. Mas as suas tarefas no Conselho, realmente, eram de todas essas ordens.

A.L. — É, todas.

V.L. — Uma questão que sempre me intriga e sobre a qual eu sempre venho pensando é a questão do envolvimento dos militares no problema do petróleo, que é muito grande! Até essa representação dos três ministérios militares no Conselho Nacional do Petróleo é muito expressiva. O fato de os militares terem o direito de veto dentro do Conselho Nacional do Petróleo mostra o papel fundamental que eles tiveram nessa questão, não é?

A.L. — É. Mas eu, da minha parte, pela minha formação, não me interessava muito pelas questões de política: só as executivas e técnicas, executivas. De modo que não posso esclarecer a minha atuação nesses setores, particularmente nesses setores político e... político e...

V.L. — ...militar, no caso.

A.L. — ...militar. Pode botar.

V.L. — Nessa época, no Conselho, uma questão importante também foi a questão relativa à participação ou não das empresas estrangeiras na prospecção de petróleo. O senhor tem lembrança desse debate?

A.L. — Tenho alguma lembrança, principalmente no período do presidente João Carlos Barreto. O Horta Barbosa deixou um espírito nacionalista muito elevado no Conselho. Ele foi combatido, assim que ele saiu, por certos elementos lá dentro. Não convém...

V.L. — Não convém o quê? Não entendi. Ah! Não convém dizer. [risos]

A.L. — Depois apareceu a comissão do Odilon Braga, que tinha instruções do Estado-Maior do Exército para facilitar o acesso das organizações estrangeiras. Eu fui membro dessa comissão.

M.M. — A comissão do Estatuto.

V.L. — Como foram os trabalhos dessa comissão?

A.L. — Trabalhos contínuos, que utilizavam o CNP como elemento, com discussão no Senado, na Câmara, tudo isso. Afinal esse projeto foi levado à Câmara e foi recusado. Finalmente foi recusado.

V.L. — Qual foi o seu trabalho específico nessa comissão, que era uma comissão do anteprojeto da legislação do petróleo ou do Estatuto do Petróleo?

A.L. — Do Estatuto do Petróleo.

V.L. — O que que cabia ao senhor nessa comissão como incumbência, como atribuição?

A.L. — Só consultando.

V.L. — Não adianta consultar. É o tipo da coisa... [risos]

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.L. — Não me lembro mais a função que tive nessa comissão. Mas éramos obedientes às instruções do Estado-Maior do Exército.

V.L. — E havia instruções precisas do Estado-Maior quanto a questões como a quem deve caber a pesquisa, a quem deve caber a lavra, a quem deve caber a industrialização do petróleo?

A.L. — Tudo isso foi abordado. Todos os elementos foram abordados. E Odilon, uma capacidade tremenda, Glycon de Paiva e outros, outras cabeças importantes, fizeram o melhor que podiam. Mas não passou porque o espírito da época era nacionalista, abundantemente nacionalista.

V.L. — O senhor disse que técnicos, assim como Glycon de Paiva, fizeram o melhor que podiam. Mas o melhor que podiam em que sentido?

A.L. — Nas suas especialidades. O Glycon era geólogo, Odilon era político, cada um na sua especialidade. Eram os bons! Não digo os melhores porque... não eram. Mas eram os bons, os bons elementos. Nós também acompanhamos. Acompanhamos porque éramos do Estado-Maior. Quando fui desligado do Estado-Maior deixei de acompanhar.

V.L. — Mas nessa época, então, o senhor acompanhava a posição do Estado-Maior?

A.L. — É. Mas aí a lei já estava no Congresso. Eu não tive atuação nenhuma na lei.

V.L. — Mas o senhor teve atuação na elaboração do Estatuto, não é?

A.L. — Tive. Trabalhos no estatuto.

M.M. — O argumento usado pelo Estatuto para contratar as

empresas estrangeiras era de que se ganhava tempo na corrida tecnológica, na defasagem que o Brasil tinha em relação aos países estrangeiros desenvolvidos. Como a gente podia escolher uma boa tecnologia estrangeira se nossos técnicos eram tão fracos naquela época?

A.L. — Não eram fracos, eram insuficientes. Não eram fracos. Nossos técnicos não eram fracos. Eram até muito bons técnicos, assimilavam com facilidade tudo aquilo. Mas os recursos eram poucos, eram pequenos. Torno a repetir isso.

M.M. — Mas o senhor acha que os nossos técnicos, mesmo os bons, eram capazes de distinguir qual a melhor tecnologia a ser utilizada no nosso caso específico?

A.L. — Eram capazes, sim, porque eles fizeram isso. O resultado desse esforço grande está aparecendo agora.

M.M. — É, mas o Estatuto não passou!

A.L. — Mas o Estatuto é outra coisa. Nós estamos tratando de duas coisas.

M.M. — Pois é. Mas o espírito do Estatuto não era esse, trazer empresas estrangeiras para nivelar a defasagem de tecnologia do Brasil?

A.L. — Não. Havia... - como se diz? - concessão. Havia concessão por prazos muito limitados, 20, 25, 30 anos, que não permitia ao estrangeiro fazer muita coisa para ele, e sim para nós. Porque à medida que fôssemos conhecendo o nosso território, mais facilidade teríamos para achar petróleo.

V.L. — Mas o debate público em torno do Estatuto do Petróleo foi quente, não é? Porque aí veio a campanha.

A.L. — Bom, aí gerou a campanha.

V.L. — Como o senhor viu isso?

A.L. — Nós acompanhamos a campanha desde o começo, desde justamente o Estatuto do Petróleo até a Lei 2.004. Ora mais intensamente, ora menos, ora fazendo conferências e passando por comissões. Mas mesmo assim a minha participação foi pequena, porque eu estava muito sobrecarregado.

V.L. — Quer dizer, a sua participação foi pequena no Estatuto?

A.L. — No Estatuto. O Estatuto reunia duas vezes por semana. Eu só podia comparecer uma vez por semana ou uma vez por quinzena, de modo que por aí se vê o grau de...

V.L. — O senhor acha que a campanha assumiu tons muito radicais quando pedia o monopólio estatal e atacava o Estatuto do Petróleo?

A.L. — Radicalizou-se muita coisa, muita coisa mesmo ficou radical. Mas não perturbou o avanço do projeto. O projeto foi aprovado apesar das resistências.

V.L. — O senhor está se referindo ao projeto da Petrobrás, mais tarde?

A.L. — Não, ao papel individual.

V.L. — Não entendi.

A.L. — O meu papel individual.

V.L. — Ah, sim. O projeto do oleoduto.

A.L. — É. De modo que a história é essa.

M.M. — Nessa comissão, o geólogo Glycon de Paiva...

A.L. — Comissão? Que comissão?

M.M. — Na comissão do Estatuto do Petróleo, o geólogo Glycon de Paiva, apresentou dois anteprojetos para a legislação do petróleo: um da Shell Mex e outro da Standard Oil. Como isso era visto, uma empresa estrangeira elaborando uma proposta de legislação para o Brasil?

A.L. — Eu não conheço esse assunto, não. Não me lembro dele. Glycon, eu sei que era internacional. Isso eu sei que ele era. E deve ter feito isso, mas não posso garantir nada.

V.L. — Você está falando da portaria de 24 de fevereiro?

M.M. — Não, estou falando do Estatuto do Petróleo, mais tarde. O Glycon de Paiva...

A.L. — O Odilon também era internacional, o outro também era internacional... De modo que foi uma dificuldade manter discussão com...

V.L. — Faziam parte da comissão o Odilon, o professor Rui de Lima e Silva, lembra dele?

A.L. — Ah, lembro muito dele. Já morreu.

V.L. — Como era ele em termos de posição quanto ao petróleo?

A.L. — Ele era muito modesto. Mas tinha qualidades tremendas! E era um sujeito convencido da solução que ele tinha e batalhava muito por ela.

V.L. — Que tipo de solução?

A.L. — Ele era nacionalista.

V.L. — E Avelino Inácio de Oliveira? Também fazia parte.

A.L. — O Inácio, fazia. O Avelino, a gente não sabia o que ele era: era um misto de nacionalista e misto de...

Eu não vou para a cadeia?

V.L. — Não. Não tem perigo de cadeia. [risos] Misto de nacionalista e de...?

A.L. — Misto de entreguista. Mas um bom técnico, excelente técnico! Fez uma obra que poucos puderam fazer.

M.M. — Ele era engenheiro?

V.L. — Avelino Inácio de Oliveira era engenheiro.

M.M. — E o professor Rui de Lima e Silva, qual era a formação dele?

A.L. — Acho que todos eram de Ouro Preto. Não tenho certeza, mas acho que eram de Ouro Preto.

V.L. — Havia ainda o engenheiro Antônio Alves de Sousa, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, que representava o Ministério da Agricultura nessa comissão.

A.L. — Ah, eu não o peguei.

V.L. — Foi da mesma comissão que o senhor fazia parte.

A.L. — Essa, do Estatuto?

V.L. — É.

A.L. — Ah, bom, pensei que fosse do Conselho.

V.L. — Não, da comissão do Estatuto. Quer dizer então que as pessoas dentro da comissão tinham posições diferentes.

A.L. — Tinham posições diferentes.

V.L. — Para conseguir fazer o Estatuto numa comissão em que cada um pensava uma coisa era complicado, não é?

A.L. — Mas ali a cabeça do Odilon era mais importante.

Ele, quando fazia um parecer, o sujeito não...

V.L. — E o senhor, dentro da comissão, tendia mais para que posição, quando pensava a questão do petróleo?

A.L. — Eu tendia mais para o nacionalismo, porque já tinha feito estudos sobre prazos de concessão. Eu já tinha feito estudo sobre prazo de concessão e outros estudos que me faziam...

M.M. — Quais foram os resultados? O que o senhor concluiu dos seus estudos sobre os prazos de concessão?

A.L. — O Brasil não tinha capacidade para fazer concessão de espécie nenhuma naquela ocasião. Não tinha capacidade para fazer concessão, não tinha recurso, não tinha garantia, principalmente garantia, para se empenhar num programa de concessão, que é um programa caro. O concessionário, além do dinheiro, exige muita mordomia, muita...

M.M. — Era mais barato o CNP tomar a iniciativa do que fazer concessões?

A.L. — Era mais barata a exploração pelo próprio Conselho. Mas lá o que eu digo: ficava restrito ao problema do dinheiro.

V.L. — Quer dizer, a questão do recurso é que levava...

A.L. — ...É que fazia o programa.

V.L. — Pelo que o senhor está explicando para a gente agora, o senhor considerava que o CNP é que devia executar determinadas tarefas e se via estrangulado pela falta de dinheiro.

A.L. — Isso mesmo.

V.L. — E como conseguir recursos? Há então o estudo so-

bre os prazos de concessão, como forma de trazer.

A.L. — Com as concessões, procurando ver o que era possível tirar delas, porque eles é que tiravam da gente.

M.M. — O senhor também tem um estudo sobre tributação, não é?

A.L. — Não. Sobre tributação, não tenho.

V.L. — Nessa questão do Estatuto do Petróleo, o senhor disse que seguia um pouco a posição do Estado-Maior. O senhor era chamado ao Estado-Maior para discutir a posição que deveria tomar quanto ao Estatuto?

A.L. — Juarez foi indicado pelo Estado-Maior para estar em contato comigo. Então tudo era através de Juarez.

V.L. — Conta um pouquinho essas conversas com Juarez para discutir a questão do Estatuto. O senhor não se lembra de nenhuma?

A.L. — Mas aí eu vou para a cadeia.

V.L. — General, como foram essas conversações com o Juarez, já que ele era o intermediário entre o Estado-Maior das Forças Armadas e o senhor, que representava o Estado-Maior das Forças Armadas na comissão do Estatuto do Petróleo?

A.L. — ...E em outras comissões. Vamos ver se eu tento dizer qualquer coisa. O contato começou na Revolução de 1922, com Prestes, ele, juntos, e eu como aluno. Começou aí. Ele teve uma atuação brilhante na revolução. Depois passamos para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, em que eu era instrutor e ele era um dos três alunos. Assim passamos três anos juntos, ele tirando o curso de aperfeiçoamento, e eu fiquei quatro anos, porque

tive mais um ano de professor. Foi sempre aluno brilhante, corajoso e capaz das grandes ações. Quando o governo mudou para... - como se chamava o presidente? - Costa e...

M.M. - Café Filho?

A.L. - Café Filho?

V.L. - Mas nós estamos falando de antes disso.

M.M. - Não, do Estatuto...

V.L. - Já estamos falando do Estatuto? Ah, era Dutra. No governo Dutra, depois da guerra, o senhor reencontrou Juarez, não foi?

A.L. - Não. Encontrei com ele no Conselho do Petróleo.

V.L. - Sim, nessa época do Conselho Nacional do Petróleo.

A.L. - Foi, na época em que ele assumiu uma posição de condutor da opinião do Estado-Maior no Estatuto.. Ele, nessa ocasião, representava o Estado-Maior e fazia aquilo que o Estado-Maior mandava. Depois veio o negócio dos dólares na Petrobrás.

V.L. - Mas antes do negócio dos dólares na Petrobrás, qual era a posição do Estado-Maior quanto à questão do Estatuto do Petróleo?

A.L. - Bom, essa posição, eu não sei bem qual era, qual foi.

V.L. - Mas não era o senhor que representava na comissão essa opinião do Estado-Maior? Quando o senhor falava lá, estava falando o Estado-Maior. O senhor representava o Estado-Maior.

A.L. - Não. Por azar Juarez entrou em férias. Quando tinha que resolver mesmo o problema, ele entrou em férias.

Isso tudo ficou anotado... Vocês querem saber o negócio do Estatuto do Petróleo.

V.L. — É.

A.L. — Eu também pouco sei sobre a atuação de Juarez. Porque nós éramos chamados para saber o que ele queria, e recebíamos o que ele queria. Odilon também nos chamava para dizer o que queria. De modo que a atuação do Juarez foi entre Odilon e Glycon, dizendo assim, entre Odilon e Glycon. Era uma posição intermediária. Ele estava esperando ver o que acontecia de bom ou de ruim para intervir. E ele interveio poucas vezes: ele interveio três vezes.

M.M. — Em que ocasiões ele interveio, o senhor se lembra?

A.L. — Não. Eram casos particulares da comissão: questão de votação, questão de...

M.M. — Eram assuntos importantes de serem registrado, nessas três ocasiões?

A.L. — Bom, o Estatuto do Petróleo era importante. Tudo era importante nele.

M.M. — Mas em que foi especificamente que o Juarez interveio?

A.L. — Coisas simples de voto: voto de conselheiro, relatórios, conversas com os amigos, conversas... Enfim, essas coisas que podem originar uma formação de idéia.

V.L. — Nessa época o Estado-Maior devia estar preocupado com o problema do relacionamento do Brasil com os Estados Unidos, não é?

A.L. — Como sempre esteve.

V.L. — Mas nesse período começou também o clima de guerra

fria no mundo. Então era um situação em relação à qual as forças armadas brasileiras tinham que se definir um pouco.

A.L. — Olha aqui, isso não é da nossa... [risos] Não adianta!

V.L. — O Estatuto foi uma passagem dura!

A.L. — O Estatuto foi objeto de discussão em todos os lugares de discussão do petróleo, com várias opiniões, mas nenhuma delas decisivas, porque ele terminou no Congresso, que engavetou.

M.M. — Quando se estava elaborando o Estatuto, outros órgãos governamentais foram consultados?

A.L. — Não. Só quando necessário, quando um problema técnico tinha que ser consultado, porque a cabeça do Odilon completava tudo isso. Era um sujeito formidável. E se não fosse esse, o Estatuto não seria feito como foi.

M.M. — Ainda sobre o Estatuto: havia a presença de dois estrangeiros, um chamado Hebert Hoover, o outro Alain Kurtz, que parece que estudavam a legislação. Qual foi a participação deles?

A.L. — Foi um caso interessante - esse eu posso falar - foi um caso interessante. Esses casos não se ligam ao Estatuto, não têm ligação nenhuma com o Estatuto. Eles eram dois técnicos estrangeiros que fizeram projetos de concessão que foram aprovados pelo general João Carlos Barreto e pelo presidente da República. Quem era presidente da República nessa ocasião?

V.L. — Dutra.

A.L. — Foram aprovados por Dutra, mas desaprovados pelo Congresso e pelo... Embora não tenha havido resolução do

Congresso, houve muita discussão no Congresso sobre esses dois papéis, essas duas concessões. Mas não teve consequência nenhuma, porque não representava a opinião dos que eram contra, não representava quase nada. Principalmente aquele rapaz, o...

M.M. — Hoover?

A.L. — Não, um brasileiro, que acompanhava muito o Dutra, dava opinião... Puxa! Esse camarada é importante.*

V.L. — A questão do Estatuto do Petróleo, como nós comentamos mais atrás, provocou um enorme debate público. E provocou também um debate grande no Clube Militar. O senhor tem lembrança do clima dessa época? Porque o fato concreto é que a questão levou a uma divisão no Clube Militar. O senhor foi a alguma reunião no Clube Militar?

A.L. — Fui a duas sessões, mas não me lembro mais quais foram. Não posso adiantar com segurança quais foram.

[FINAL DA FITA 6-A]

M.M. — Como é que o senhor viu, se é que acompanhou, os debates entre o general Horta Barbosa e o general Juarez Távora no Clube Militar?

A.L. — Eu, francamente dizendo, não senti nada. Porque os dois participaram sob a forma política, e nessas condições não podiam entrar em detalhes nas propostas feitas no Clube. Tanto é que elas não foram levadas adiante, até o

* Refere-se ao diretor do DASP, Mário Bittencourt Sampaio.

final, quando surgiu a lei da UDN*, que veio acabar com a fogueira. Sai daí!**

V.L. — Nada disso! A gente não vai sair. [risos]

M.M. — General, o senhor disse que foi a duas sessões no Clube Militar. O senhor chegou a fazer alguma conferência lá sobre esse...?

A.L. — Eu não me lembro, sabe? Acho que fiz. Mas não foi sobre petróleo, foi técnica. Foi sobre o oleoduto, parece. Como na Escola Superior de Guerra, eu também fiz conferência.

V.L. — Ah, fez? Sobre que assunto?

A.L. — Sobre energia. Não tenho mais nada...

V.L. — General, como o senhor explica o fato de que o projeto do Estatuto do Petróleo não tenha tido andamento na área legislativa, tenha sido engavetado?

A.L. — Não tenho justificativa.

V.L. — O senhor acha que a campanha d' "O petróleo é nosso" foi uma pressão forte?

A.L. — A campanha deve ter influído sobre isso. Foi uma influência muito grande da rua.

V.L. — Em nível nacional e nos estados também.

A.L. — É. Mas, francamente, eu acho que houve pouca participação dos elementos para aprovar a Lei 2.004. Ainda foi pouca, foi pequena ainda.

* Refere-se ao substitutivo apresentado pela UDN, já no governo de Getúlio, que deu origem à Petrobrás.

**O entrevistado sugere que mudem de assunto.

V.L. — Quer dizer, o senhor acha que houve maior participação para brecar o Estatuto do Petróleo do que para aprovar a Lei 2.004, é isso?

A.L. — Foi matar o quê?

V.L. — Se foi maior a mobilização de campanha...

A.L. — De campanha de rua, de conferência de petróleo?

V.L. — ...de rua, conferências e tudo isso contra o Estatuto do que depois, para aprovar a Lei 2.004?

A.L. — Foi muito maior, muito maior. O Estatuto não conseguiu sair da estaca zero no Congresso. Ao passo que a Lei 2.004, que foi logo em seguida, foi de vento em popa, com uma facilidade enorme. Os políticos já tinham rejeitado o Estatuto e aprovado a 2.004. Não era 2.004, era três mil e...

V.L. — Era 2.004.

A.L. — Não, era três mil e tantos, a primeira apresentação da...

V.L. — Ah, a primeira! Nós tínhamos alguma coisa para ver sobre as atividades do CNP em 1947 e 1948.

M.M. — Nós soubemos que em 1947 começou - voltamos às questões técnicas e administrativas que o senhor tanto gosta - a exploração de gás de Aratu. Como era a situação da exploração de gás ainda na época do Conselho?

A.L. — Sei muito pouco sobre isso mas... o gás de Aratu era empregado lá mesmo no Recôncavo - isso o gás da Bahia. O gás de Cubatão deu motivo a uma polêmica sobre o seu aproveitamento.

M.M. — Por quê?

A.L. — Porque havia cinco concorrentes, um discordou e levou o caso até à Presidência da República. Mas não adiantou nada, ficou como o Conselho queria. Isso foi obra do Conselho do Petróleo, o gás de Aratu e o gás de Cubatão. Esse camarada que aproveitou o gás de Cubatão está ocupando o gás até hoje. Mas agora surgiu o gás... aqui de perto...

M.M. — De Campos.

A.L. — ...de Campos, que já foi outro regimen. Outro regimen. Vendas simples, venda pura: sai, passa para o tubo, quem estiver inscrito recebe, quem não estiver, não recebe. Como o gás de cozinha de apartamento. Por isso que a sua comercialização foi rápida. Hoje descobriu-se o de Alagoas, o gás de Alagoas. E o problema do gás não está totalmente definido, ainda está muito balançado pelas opiniões.

M.M. — Tecnicamente a exploração do gás é mais fácil ou mais difícil do que a do petróleo, ou é a mesma coisa?

A.L. — O gás é um produto subsidiário e só aparece quando há exploração de petróleo. De modo que não se pode dizer que sua exploração seja mais fácil ou mais difícil. Ela em si é mais fácil, porque é natural, exige poucos processos de beneficiamento. Mas a discussão presente é forte demais e tem que levar a uma solução; a solução ainda não foi conseguida, está variando.

M.M. — Outro assunto da competência do Conselho era a autorização dos aumentos ou de diminuições eventuais do preço do combustível. Como isso era feito?

A.L. — Bom, o Conselho tinha uma tabela de preços organizada. Toda vez que um dos elementos da tabela se alterava,

o preço naturalmente se alterava. Agora, sofreu alterações quando passou a ser preço único em todo o Brasil. Isso alterou, porque o preço passou a ser calculado, um preço calculado, um preço... E é isso.

V.L. — O que se levava em conta para estabelecer o preço do derivado do petróleo?

A.L. — Agora não me lembro, minha filha, são muitas parcelas, muitas parcelas.

V.L. — Eu não estou falando em termos de parcela, mas em termos de fatores. O que era levado em conta, o senhor não se lembra?

A.L. — A pressão era o comum. Pressão, quantidade, volume. A pressão principalmente, porque se tirava do campo e ia se espalhar pelos consumidores.

V.L. — E isso incidia no preço?

A.L. — Incidia no preço.

M.M. — Uma outra coisa importante nos anos de 1947 e 1948 foi que o Conselho tomou algumas medidas na tentativa de melhorar o funcionamento da nossa frota de transporte de petróleo, de aumentar o rendimento dela. Eu queria saber o seguinte: de quem eram os navios da frota de petroleiros nessa época? Eram do CNP?

A.L. — Frota? Navio?

M.M. — É. Pertenciam a companhias particulares?

A.L. — Havia dois contingentes de exploradores do transporte: um era de navios nossos, nossos próprios navios, e outro de navios alugados, que obedeciam também a regras internacionais — os do petróleo também obedeciam a regras internacionais.*

* Refere-se aos navios de propriedade do CNP, da Frota Nacional de Petroleiros.

M.M. — Eu li um caso em que o CNP parece que proibiu a venda de um petroleiro nacional para um país do exterior. O CNP podia fazer isso? Era uma recomendação?

A.L. — Não sei. Isso aí não sei. É possível que tenha pedido autorização para vender.

M.M. — Nessa época do Conselho, já era viável reunir todos os petroleiros numa direção única nacional? Já se pensava nessa solução?

A.L. — Desde o começo a frota teve um comando único. Desde o começo. Nem para os navios afretados havia diferença de afretamento.

M.M. — E os fretes? O senhor se lembra se esses fretes eram justos?

A.L. — Bom, os fretes me pareceram justos, porque havia uma tabela, havia uma fórmula de formar o preço para todos.

M.M. — E cobria os custos do transporte?

A.L. — Cobria os custos.

M.M. — Outra coisa que me chamou atenção na atividade do Conselho é que houve um momento em que o Conselho autorizou a mistura de álcool à gasolina, já naquela época.

A.L. — Ainda está autorizada, não está?

M.M. — Ainda está. Como foi essa experiência do uso do álcool?

A.L. — Foi uma campanha muito bonita, feita por alguns técnicos e políticos, para a utilização do álcool, pela ausência de gasolina, de combustível nas bombas. Então essa venda deficiente obrigou ao uso de um substituto, e esse substituto foi o álcool, que está sendo utilizado ainda com bastante força. Mas já diminuindo a força, porque à

medida que nós temos mais óleo, baixa a utilização do álcool.

M.M. — Isso na mistura com a gasolina?

A.L. — Não. Politicamente é melhor baixar, porque o preço do óleo depende do preço internacional, e então ele baixa ou suspende de acordo com o preço internacional. Também o álcool segue a mesma coisa: baixa ou suspende de acordo com o preço internacional, porque ele é dado em função da gasolina. Não há perturbação aí.

[FINAL DA FITA 6-B*]

4ª Entrevista: 31.07.1987

V.L. — General, continuando a nossa conversa sobre o CNP, eu queria voltar a um ponto, que é o seguinte: o Departamento Nacional da Produção Mineral durante muitos anos foi o órgão que tratou dos assuntos relativos aos minérios etc. Com a criação do CNP, que diferença passou a existir entre o CNP e o Departamento Nacional da Produção Mineral?

A.L. — A relação que existiu entre CNP e Departamento... Igualzinho, não mudou. Porque o Departamento Nacional da Produção Mineral não fazia parte do CNP, era um órgão separado, subordinado ao Ministério da Agricultura, e que resolvia todos os problemas de minério, minerais, exceto petróleo.

V.L. — Como se dividiram as atribuições, então? Tudo relativo a petróleo passou a ser atribuição do Conselho?

* A fita 6-B não foi gravada integralmente.

A.L. — Tudo. Todos os assuntos que tinham no meio indicação de petróleo ficaram com o CNP, e os outros assuntos, com o Departamento. Não houve entrelaçamento de papéis de uma repartição para outra. Eram quase absolutamente in dependentes havendo até reclamações da atuação dos órgãos contra o CNP ou contra o Departamento. De modo que não havia nenhuma indicação de que um fosse subordinado a outro.

V.L. — Ah, não havia relação de subordinação. Mas o Departamento Nacional da Produção Mineral perdeu num certo sentido uma área de atuação. Porque em se tratando dos minérios, das riquezas do subsolo, ele também tinha como atribuição todas as coisas ligadas ao petróleo até a funda ção do CNP, não é?

A.L. — Acho que não. Não houve modificação nenhuma.

V.L. — E a pesquisa?

A.L. — Não houve modificação nenhuma, nem na pesquisa*, nem na exploração, que pudesse aproximar uma repartição da outra.

V.L. — Quer dizer que essas atribuições passaram para o CNP.

A.L. — Não, as atribuições não passaram para o CNP. Ficaram independentes, subordinadas unicamente ao Ministério da Agricultura, que tinha menos recursos ainda que o CNP.

V.L. — Ah, bom. Então isso está esclarecido. Mas algum tipo de vínculo existia, me parece, pelo fato de que havia um representante do Ministério da Agricultura no CNP, não é?

* Refere-se à pesquisa mineral em geral.

A.L. — É. Mas esse representante estava subordinado ao programa dos minérios, que podia-se chocar com as repartições do Conselho do Petróleo. Ele... não atuou em conjunto com o CNP. Pareciam repartições completamente separadas, desligadas uma da outra. No entanto, pelo assunto, deveria sempre existir uma certa aproximação de uma com a outra.

M.M. — Nesse período houve várias mudanças na legislação quanto ao aproveitamento dos minérios do subsolo. Nem nessas ocasiões eles tinham trabalhos em comum?

A.L. — Não, nem nessas ocasiões. Eram completamente separados. E as verbas também eram separadas; tudo quanto era recurso era sempre completamente separado.

V.L. — Quer dizer que nenhuma esfera, nem pesquisa, nem lavra, nem instalação de refinaria, nada disso ficou mais com o Departamento Nacional da Produção Mineral. Ah, não. A pesquisa o senhor disse que continuou lá.

A.L. — Não, a pesquisa também não continuou lá.*

V.L. — Tudo relativo a petróleo passou para o CNP?

A.L. — Tudo relativo a petróleo, seja na sua exploração, seja na sua produção, seja no seu desenvolvimento, passou para o Conselho do Petróleo. Aliás, já estava, não foi retirado. A questão principal foi essa, fica melhor assim: esses recursos que estavam com o Departamento Mineral não foram levados para o CNP. Não foram.

M.M. — Não houve, por exemplo, a transferência de algum geólogo de um órgão para outro?

* Há nova confusão entre pesquisa de petróleo e pesquisa mineral em geral.

A.L. — Não, não houve transferência nenhuma.

V.L. — E nenhuma experiência que...?

A.L. — Os recursos eram... Eu sempre me bato muito no negócio dos recursos, porque é de fato um raciocínio lógico dessa época de tremenda fartura... Não, de tremenda...

V.L. — Escassez de recursos.

A.L. — ...escassez de recursos. Eu me bato sempre nisso, porque acho que foi uma das razões de insucesso em todas essas repartições, inclusive no CNP.

V.L. — Mas depois algum vínculo vai se estabelecer, porque quando se tratou da comissão para a elaboração do Estatuto do Petróleo, Glycon de Paiva, que era do Departamento Nacional da Produção Mineral, participou dessa comissão.

A.L. — É. Aí o Glycon estava mais independente. Mas não se uniram. Mesmo no Estatuto do Petróleo não se uniram.

V.L. — Os órgãos tinham independência mesmo. Nós falamos da última vez que o próprio CNP gozava de autonomia administrativa para a utilização de seus recursos, para movimentar pessoal, e tinha vinculação direta com a Presidência da República. Havia alguma forma de interferência do DASP no Conselho ou não?

A.L. — Não. O DASP fazia com o Conselho a mesma coisa que fazia com qualquer repartição no que se referia à exploração. Qualquer repartição que tivesse isso, o DASP estava interessado. Mas não atuava.

V.L. — O presidente do CNP despachava diretamente com o presidente da República?

A.L. — O presidente do CNP despachava diretamente com o presidente da República. Diretamente.

V.L. — Quer dizer que ele funcionava como um órgão de primeiro escalão, não é?

A.L. — De primeiro escalão.

V.L. — A questão do petróleo, então, já se colocava nessa ocasião como uma questão prioritária ao nível governamental?

A.L. — É, a questão ficou prioritária e não saiu mais desta situação.

V.L. — Apesar disso, tinha dificuldades orçamentárias.

A.L. — Apesar disso, tinha muitas dificuldades orçamentárias. A gente se admira hoje como é que o CNP pôde aguentar um período tão... mesquinho como esse de falta de recursos, sabendo-se que a indústria é uma indústria cara, uma indústria tremendamente cara, e que demanda tempo. É uma indústria que, para produzir seus efeitos, demanda tempo. Uma refinaria leva cinco anos para se construir; a exploração nas sondas agora está levando um ano, mas já levou quatro, cinco anos.

V.L. — Quais eram os projetos prioritários do CNP no período de sua experiência lá?

A.L. — Bom, isso está aqui nesse...* Fazendo referência a esse período de escassez, os projetos prioritários foram dois: um na área de produção de petróleo e refinaria, e outro na área de exploração. Esses dois foram os prioritários. Eu tratei principalmente da parte de refinaria aumento de cinco mil para quinze mil barris; e na exploração, aumento de cinco mil para também quinze mil barris

* Refere-se a anotações pessoais.

por dia. Coincidência de dados, não é? [risos] Essas foram as experiências prioritárias. E as conseqüências dessa política de obras se viram logo em seguida quando, na mudança para a 2.004 surgiu a necessidade...

V.L. — Desculpe a interrupção. Mudança de quê?

A.L. — Da lei da Petrobrás. Até isso esqueci, está vendo? Então o empreendimento já estava meio em marcha quando surgiu a Petrobrás; embora oriundo do Conselho do Petróleo, ele passou depois para a Petrobrás.

V.L. — Qual empreendimento? Das refinarias?

A.L. — Das refinarias.

V.L. — Nós tínhamos falado que o fato de o presidente do CNP despachar diretamente com o presidente da República demonstrava a importância do órgão. Eu acho que outra coisa que também demonstrava grandemente a importância do órgão era a representação dos diferentes ministérios militares no Conselho. Quer dizer que esse órgão era priorizado do ponto de vista da Presidência da República, e o assunto era também prioritário do ponto de vista das forças armadas.

A.L. — É. Como prioridade dessas necessidades das forças armadas etc., foi assim solucionado, mas nunca houve intervenção das forças armadas no petróleo, nunca houve uma interferência direta nos empreendimentos do petróleo. Apenas eles eram aprovados pelo presidente da República, era a única intervenção que havia.

V.L. — Mas havia também uma forma de intervenção através da representação dos diferentes ministérios...

A.L. — É. Aliás, isso já foi discutido.

V.L. — Nós já discutimos um pouco que havia uma orientação direta do Estado-Maior para...

A.L. — E os representantes eram escolhidos pelo presidente da República, porque tudo ia ao presidente da República. Eram escolhidos pelo presidente.

V.L. — E indicados por quem?

M.M. — Certamente o presidente ouvia o ministro da área.

A.L. — Às vezes, às vezes. Dependia do prestígio da pessoa com o presidente. [risos]

V.L. — Era preciso alguém chegar ao presidente e indicar o nome, porque o presidente não conhecia todos os nomes.

A.L. — Geralmente era o chefe de gabinete que fazia isso.

V.L. — Um chefe de gabinete é sempre uma eminência parda, não é? Isso é clássico.

A.L. — Sempre. Deve ter havido atuação do chefe de gabinete.

V.L. — É. Um chefe de gabinete já sabendo. No seu caso particular, quem foi que levou o seu nome ao presidente da República?

A.L. — Bom, Rômulo Almeida foi um deles. Getúlio mandou-o lá em casa me fazer uma visita para definir esta situação.

V.L. — Isso já foi na Petrobrás. Nós ainda estamos falando do Conselho: o seu nome foi indicação do presidente do Conselho João Carlos Barreto?

A.L. — Foi indicação do presidente do Conselho, isso mesmo.

V.L. — E o presidente do Conselho encaminhava ao presidente da República?

A.L. — O presidente do Conselho encaminhava... Toda representação era do presidente da República; quando não era representação, não era do presidente da República.

M.M. — O senhor chegou a ser apresentado ao presidente Dutra quando da sua nomeação?

A.L. — Não. Na nomeação para o Conselho, para conselheiro, não. Fui apresentado depois.

V.L. — Em que circunstâncias?

A.L. — Ele foi fazer uma visita ao oleoduto* e nos honrou com a presença.

V.L. — Quer dizer que o oleoduto foi oficialmente inaugurado com a presença do presidente da República. Mas a importância que as forças armadas conferiam ao Conselho e o peso da representação militar no Conselho também se expressavam no fato de que os representantes militares tinham poder de veto. Lá o senhor tinha um bocado de poder, não é, general?

A.L. — Mas nunca o usei.

V.L. — Eu queria saber se o senhor usou o seu poder de veto em alguma circunstância.

A.L. — Não. Nem eu nem os outros companheiros usamos o poder de veto.

V.L. — Esse poder de veto poderia ser usado em assunto de segurança nacional. O que era definido naquela época como assunto de segurança nacional para se usar o poder de veto?

* Refere-se ao Oleoduto Santos-São Paulo.

A.L. — Bem, aí tem uma porção de... O poder de veto seria utilizado mais ou menos em questões políticas. Não em questão de segurança, mais em questões políticas.

V.L. — Questões políticas, como? Na política em relação ao petróleo?

A.L. — Escolha de conselheiros, documentos encaminhados ao presidente da República através do Conselho, algum empreendimento importante... Esses eram os assuntos que iam para a Presidência.

V.L. — Poderia haver, então, o seu poder de veto, por exemplo, se algum desses assuntos ou alguma indicação fossem considerados inadequados?

A.L. — Não. Um empreendimento que a minha refinaria lá dos confins, não sei o quê, desejasse, tinha que passar pelo Conselho. E geralmente o presidente do Conselho, como boa política, dava o projeto para os representantes do Exército, Marinha etc. examinarem. Um projeto de fronteira, por exemplo, um projeto de produção, de envolvimento de certos setores, tudo isso era assunto da Presidência. E o militar tinha poder de veto sobre esses assuntos. Mas nunca usou.

V.L. — Porque tanto assuntos de fronteira quanto assuntos de combustíveis, a rigor, são também assuntos de segurança nacional, não é?

A.L. — Sim. Mas... não eram levados assim a sério, não eram levados a esse ponto de alguém vetar. Se fossem vetados, seriam vetados antes do Conselho. Não havia poder de veto no Conselho. No Conselho havia poder de veto, mas o presidente encaminhava esses assuntos, podia mandar ou não mandar, podia combinar ou não combinar com...

M.M. — E isso aconteceu?

A.L. — Aconteceu.

M.M. — O senhor se lembra de algum exemplo em que o caso não chegou à discussão dos conselheiros porque os militares usaram o seu poder de veto antes?

A.L. — Não. Nenhum usou.

M.M. — Mas o senhor disse que havia, digamos assim um veto informal, anterior à discussão.

A.L. — É, mas feito pela autoridade legal mesmo. De modo que não..

V.L. — A autoridade legal, no caso, era o presidente do Conselho?

A.L. — Era. De modo que não...

V.L. — Quer dizer que não chegavam à discussão assuntos que podiam ser passíveis, vamos dizer assim, de maior controvérsia, é isso?

A.L. — É. O xisto, por exemplo.

V.L. — Ah, a questão do xisto.

M.M. — Eu estou querendo perguntar umas coisas sobre o xisto, mas antes eu ainda queria saber se nessas questões que poderiam suscitar o veto havia, por exemplo, exame de contratos assinados com empresas, essas coisas?

A.L. — Podia haver, sim. Era até uma praxe mandar os grandes contratos ao presidente do Conselho. A comissão que estudou passava ao presidente do Conselho e o presidente do Conselho ia obter a aprovação do presidente da República.

V.L. — Quer dizer que, em termos de poder dentro do CNP, o



presidente do Conselho era uma figura bastante poderosa, não é?

A.L. — Poderosíssima. Mas tudo dependia da formação do Conselho mesmo, do plenário. Tudo dependia da atuação do plenário do Conselho.

M.M. — Qual o peso que o presidente do Conselho tinha em relação aos conselheiros? Ele podia, por exemplo, impor uma idéia?

A.L. — Podia, pela maioria de votos.

V.L. — Nesse sentido é o que o senhor diz, que tudo dependia do plenário.

A.L. — O veto não... absorvia essa solução pelo voto. Aliás, a própria resolução do Conselho dependia do voto.

V.L. — Dependia do voto dos conselheiros.

A.L. — É. Havia, por exemplo, casos em que um do Conselho, pedia, o presidente do Conselho não dava, ele então ia ao presidente da República assim mesmo e conseguia o andamento do processo. Caía no caso de voto. Havia casos como esse, não me lembro de nenhum até. Um propunha, era vetado, mas um terceiro pegava o documento e levava ao presidente da República.

V.L. — Então os conselheiros podiam ir diretamente ao presidente da República?

A.L. — Não, não podiam, mas iam.

V.L. — O senhor se lembra de algum caso assim?

A.L. — Não me lembro, não.

V.L. — Houve alguma situação, em algum momento, algum tema de discussão no Conselho que gerou maiores dificuldades para o presidente...?

A.L. — Maior entusiasmo.

V.L. — Ou maior entusiasmo, vamos chamar assim. Mas toda vez que há entusiasmo, há maiores diferenças de opinião e maiores dificuldades de um presidente conseguir o consenso em torno de sua posição.

A.L. — É, isso era uma coisa difícilíssima. Como é mesmo?

V.L. — O senhor se lembra de alguma questão específica que tenha sido mais discutida?

A.L. — Ah, sim. O oleoduto* foi uma questão muito discutida quando passou pelo Conselho, a Frota de Petroleiros também. Mas o mais discutido mesmo foi a política. Todos os empreendimentos políticos sofreram muita discussão; exame de contrato de técnico estrangeiro. Isso foi muito discutido. E outros assuntos que...

V.L. — Havia oposições ao contrato de técnicos estrangeiros?

A.L. — Ah, o voto raramente era 100%; era sempre 70%, 80%.

M.M. — Como era esse procedimento? Quem propunha a contratação do técnico?

A.L. — Isso vinha da origem da organização do Conselho. Os técnicos eram distribuídos pelas diretorias, e aí é que se formava o processo para sua contratação. Este processo ia primeiro ao presidente do Conselho e depois ao presidente da República.

V.L. — Ia ao presidente do Conselho e não passava pelos conselheiros?

* Refere-se ao Oleoduto Santos-São Paulo.

A.L. — Podia não passar. A contratação, podia. Uma vez resolvida, não adiantava nada. Seria mais um papel, mais um...

V.L. — Uma burocratização. Mas o caso dos técnicos estrangeiros foi à discussão plenária.

A.L. — Todos os casos de técnicos estrangeiros foram à discussão. Todos. Os técnicos estrangeiros, técnicos de exploração, de produção, como o Link, ou então Cubatão. Todos esses passaram pelo crivo do Conselho, onde eu estava.

M.M. — Houve algum caso em que um técnico não pôde ser contratado por veto do Conselho?

A.L. — Houve, mas... Na Refinaria de Mataripe houve um caso. Na exploração é que havia esses casos, porque nós queríamos andar depressa com a exploração, que emperrava nessas questões, nessas questiúnculas. Então houve de fato esses casos. Mas foram poucos, não foram muitos casos.

V.L. — Era importante a presença dos técnicos estrangeiros? Eles estavam trazendo uma contribuição grande em termos de ensinamentos para o aprimoramento dos técnicos nacionais?

A.L. — Estavam. Havia na Petrobrás...

V.L. — Nós ainda falando do Conselho.

A.L. — Meu espírito está voltado para a Petrobrás.

V.L. — O senhor está doido para falar da Petrobrás hoje, mas a gente já está chegando, já vai falar adiante.

A.L. — Não, pelo contrário. Como era a pergunta?

V.L. — Houve uma contribuição grande desses técnicos estrangeiros em termos tecnológicos mesmo? Houve um aprendizado importante para os técnicos brasileiros?

A.L. — Isso houve, de fato, porque o Barreto se preocupou muito em formar um conselho de técnicos muito grande, muito desenvolvido, para que os brasileiros pudessem ficar juntos e aprender. Este foi o caso do Link, do próprio Link.

M.M. — Mas a contratação do Link também teve controvérsias, porque ele era ligado a uma empresa...

A.L. — Ah, todo assunto tinha controvérsia. Esse foi o maior, o maior dos maiores.

V.L. — Por que foi o maior dos maiores?

A.L. — Porque o Link tinha competência - tinha saído de uma grande organização, universal, que era a Esso - e manifestava essa competência em todas as palestras, em todas as conversas. Era o único no assunto. E junto a ele, então, ficava o Departamento de Produção...

V.L. — O Departamento Nacional da Produção Mineral?

A.L. — Não era o Departamento de Produção, era o de Exploração. Houve, de fato, muita discussão.

M.M. — Eu me lembro que no caso do Link houve umas queixas também quanto ao salário dele. Diziam que ele tinha sido contratado... Como foi essa história do salário?

A.L. — O Link era um técnico estrangeiro de alto valor, como eu disse, que não viria por qualquer tostão.

V.L. — Era preciso pagar alto o preço dele.

A.L. — Era preciso pagar alto porque ele era internacional,

além de tudo ele agia internacionalmente. Quando o Neiva foi aos Estados Unidos com autorização da diretoria para procurar um técnico, já havia uma discussão sobre a contratação do Link. Mas isso já é Petrobrás.

M.M. — Não tem importância.

V.L. — O Neiva que o senhor está falando é o Neiva Figueiredo?

A.L. — O Neiva Figueiredo é que foi encarregado de ir aos Estados Unidos buscar um técnico, selecionar um técnico de alto valor para o Departamento de Exploração, que estava quase acéfalo naquela ocasião. Funcionava, mas estava quase acéfalo. E o Neiva, que já tinha cursado escolas nos Estados Unidos, conversou com um técnico dos Estados Unidos - não me lembro o nome desse técnico - que era bom também como o Link, e este indicou o Link. O Neiva então trouxe o Link para a Petrobrás. Agora, sobre as condições do contrato do Link, muitos reclamaram, dizendo que eram excessivas. Nós, da Petrobrás, não achamos excessivas, porque ele era um técnico que merecia. Depois, era por pouco tempo, não era para sempre - ele tinha contrato por cinco anos. De modo que... ele estava dando... E os relatórios dele hoje são muito apreciados. [risos]

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

V.L. — Voltando ao CNP, nós estávamos falando da estrutura do CNP, das suas atividades, das suas prioridades. As atividades técnicas e administrativas do CNP estavam divididas em unidades: uma Divisão Técnica, uma Divisão Econômica, uma Divisão Administrativa. Quem escolhia os diretores de divisão?

A.L. — O presidente do Conselho.

V.L. — Era atribuição exclusiva do presidente do Conselho? Não passava pelos conselheiros?

A.L. — Não, não passava. Muitas vezes o presidente do Conselho, querendo apoio para um técnico, ia buscar esse apoio...

V.L. — No plenário?

A.L. — No plenário, não! Na Presidência.*

V.L. — E esses técnicos, em geral vinham de onde, de que órgãos?

A.L. — Bom, alguns eram brasileiros, outros eram estrangeiros. Os estrangeiros que vieram foram bem selecionados; uns foram para a Refinaria de Cubatão, outros ficaram no Departamento de Exploração.

[FINAL DA FITA 7-A]

V.L. — As decisões de ordem técnica do Conselho eram influenciadas por questões políticas?

A.L. — Eram influenciadas tanto quanto os seus... representantes; quer dizer, os representantes do Ministério da Agricultura... Eram influenciadas pelos órgãos técnicos do plenário do Conselho. O presidente do CNP, este sim era tremendamente influenciado por todos os setores da vida nacional. Quase todos. Quando achavam que tinham alguma competência, alguma coisa, aproximavam-se do Conselho.

* Refere-se à Presidência da República.

M.M. — O senhor, particularmente, foi abordado por alguém que estivesse interessado, por exemplo, que a refinaria fosse em seu município?

A.L. — A gente era abordado quase todo dia. Em Mataripe, em Cubatão, sempre havia uma equipe que assessorava os pedintes.

V.L. — Um lobby.

A.L. — É. Eu, pessoalmente, não fui abordado por nenhum elemento, a não ser por amigos de infância, que de vez em quando criticavam a minha atuação no Conselho.

M.M. — Os amigos? Por quê?

A.L. — Porque eu os estava contrariando.

V.L. — Por que estava contrariando?

A.L. — Ah, essa é outra pergunta. [risos] Porque eles divergiam das causas que estavam sendo discutidas no plenário. Havia muita influência, como não podia deixar de ser num órgão da influência do Conselho na economia nacional.

V.L. — Claro. Um órgão desse tipo tende a sofrer todo tipo de pressão: pressão coletiva e pressão em cima de cada um.

A.L. — Todo tipo. A individual é pior.

V.L. — É pior porque ficam em cima da pessoa, não é? O senhor se lembra quais os assuntos que eram matéria de maior pressão externa?

A.L. — Bom, a exploração e a produção sempre foram os de maior procura interna; e depois, os projetos de refinação.

V.L. — De onde vinham essas pressões?

A.L. — Geralmente dos interessados. Não havia uma pressão, assim, de fora, com dinheiro à vista. Não havia isso não. O pessoal era de uma decência única.

V.L. — Mas eram pressões, vamos dizer, de empresas privadas nacionais que queriam participar na produção ou de empresas estrangeiras?

A.L. — Havia participação da indústria nacional; a indústria nacional foi uma das que mais entrou dentro do Conselho. Mas com razão, não sem razão, porque queria se desenvolver e não tinha recursos. A indústria era um elemento formidável para se desenvolver o...

M.M. — O que esses industriais pleiteavam? Eram vantagens, digamos assim, no sentido de eles poderem produzir similares estrangeiros que o CNP importava?

A.L. — Repete, repete.

M.M. — O senhor disse que os industriais faziam uma pressão muito firme sobre o Conselho.

A.L. — Uma pressão boa. Eu considero boa. [risos]

M.M. — Mas em que sentido? De evitar, por exemplo, importação de material que eles produziam?

A.L. — A Refinaria de Cubatão, por exemplo, tinha importação direta. A exploração também tinha importação; na exploração havia muita influência por causa do material de perfuração. Mas influência...

V.L. — Influência por causa do material de perfuração, que era importado.

A.L. — ...no sentido de melhorar o produto por parte do Brasil.

V.L. Quer dizer, que os industriais brasileiros queriam

ter condições competitivas na produção desses equipamentos?

A.L. — E hoje chegaram bem pertinho. Hoje já é outro o problema.

V.L. — Mas naquela época isso era impossível?

A.L. — Naquela época era quase impossível. Exame de qualidade, por exemplo, era uma coisa vaga, ninguém entendia. No entretanto, é a condição número um para se importar, para se exportar.

V.L. — Como era feita a seleção do equipamento a ser importado? Era avaliada pelo CNP? Havia técnicos especializados na avaliação dos equipamentos?

A.L. — Não. Quando a encomenda era grande, o Conselho lançava mão dos seus representantes no exterior.

V.L. — O Conselho tinha representação no exterior?

A.L. — Tinha. Tudo movido a dólar. E esses representantes entravam no circuito para fazer a qualificação do material. Mas nesse período a avaliação era entregue a companhias estrangeiras especializadas nesse sentido.

V.L. — Então eram companhias estrangeiras que faziam a própria avaliação do equipamento?

A.L. — Faziam a avaliação, que estava sujeita a outra avaliação pro forma aqui no Brasil. Não podia...

V.L. — Mas essas companhias eram elas mesmas produtoras dos equipamentos?

A.L. — Não, eram intermediárias. Geralmente eram intermediárias. E produtoras também. A Refinaria de Mataripe foi toda assim.

M.M. — E quando se tratava de repor as peças dos equipamentos que estavam gastas? Compravam sempre na mesma empresa ou compravam de qualquer um?

A.L. — Esse era um problema tão sério quanto a falta de dinheiro. Esse problema era muito mais sério ainda, porque não era possível se fabricar no Brasil; até a enxada e a foice vinham do exterior, como eu já disse. E...

M.M. — Nós estávamos falando das peças de reposição dos equipamentos quando estragavam, como eram compradas.

A.L. — Essa foi a pior dor de cabeça que se teve na presente solução. Demorava num empreendimento. O que mais demorava nos empreendimentos era a reposição de peças sobressalentes.

M.M. — Era possível adaptar, por exemplo, peças compradas na Europa ou nos Estados Unidos? Dava-se um jeito aqui?

A.L. — Não. Cada peça de um país desses tinha uma forma, uma indicação para ser utilizada. Geralmente não serviam. As japonesas não serviam de jeito nenhum. Era um problema muito sério.

V.L. — Quer dizer que havia um problema grave de recursos, havia um problema grave de equipamento, havia o problema de capacitação técnica, porque estava-se procurando contratar técnicos estrangeiros, mas ao mesmo tempo ir formando técnicos nacionais, e havia também o problema dos capitais - capitais em termos de investimento na produção e no refino do petróleo.

A.L. — É, o capital foi o leit motiv de muita discórdia, não só aqui no Brasil, como no exterior. No Brasil formaram-se grupos como o do Drault Ernanny, como para Mataripe. E, no exterior, essas grandes companhias tinham re-

cursos suficientes para impor uma certa aceitação de seus produtos aqui no Brasil.

V.L. — Como o Conselho lidava com essa situação de força das companhias estrangeiras?

A.L. — Em nove anos de Conselho eu não senti pressão nenhuma das companhias estrangeiras. Não senti. Elas também tinham seus receios de entrar no mercado, um mercado que podia ser hostil.

V.L. — Mas essas companhias já tinha praticamente tal força em nível internacional que...

A.L. — Mas no caso do Brasil... Tanto que o Estatuto do Petróleo caiu com a maior facilidade. No entanto era baseado em material nacional... Tudo isso. Não produziu o efeito que eles queriam que tivesse.

V.L. — Eu não entendi muito bem. O senhor disse que o Estatuto do Petróleo caiu com a maior facilidade, quer dizer, não foi aprovado e tal. O senhor estava caracterizando o Estatuto...

A.L. — Porque ele tinha que comprar material* também, não é? O que eu ia fazer?

M.M. — General, o senhor falou do grupo Drault Ernanny e do de Mataripe. Como era o relacionamento do CNP com esses grupos privados nacionais?

A.L. — Não havia... Eram impedimentos... Eram relações muito boas. Apesar de o Drault Ernanny principalmente, ter uma variada escolha para recursos, ele não utilizou. Era de boa conversa, mas não...

* O trecho não é claro. Parece haver referência à necessidade de importação de equipamento para exploração.

M.M. — Qual era o principal tipo de reivindicação desses grupos nacionais junto ao CNP? Eles queriam, por exemplo, ajuda técnica? Era nesse sentido?

A.L. — Não entendi a pergunta.

M.M. — O senhor disse que havia esses grupos nacionais. Esses grupos faziam algum tipo de solicitação de ajuda técnica ao CNP?

A.L. — Eles surgiam quando o CNP criava o problema. Mataripe, por exemplo, surgiu com essa firma americana que veio fazer o serviço de Mataripe. Esses grupos não atuavam independentemente; sempre tinha um contrato, uma forma... ouvir os estrangeiros, se necessário. Não havia essa...

V.L. — O que a Margareth está perguntando é se os grupos privados, como o do Drault Ernanny, por exemplo, reivindicavam alguma coisa do Conselho, como subsídios, ajuda técnica...

A.L. — Não, não. Só quando saía um projeto e eles compariavam para a concorrência. Só. Quando era feita a concorrência, é de se imaginar a pressão exercida por esses grupos do Brasil. No caso dos estrangeiros era mais forte.

M.M. — Esses grupos privados com os grupos estrangeiros?

A.L. — Não, não havia condições de competir. Havia, se necessário, o veto dos militares. Mas não foi necessário, nunca foi necessário.

V.L. — General, em 1946 o senhor foi nomeado membro da comissão especial para a elaboração de um anteprojeto de legislação sobre o petróleo, o Estatuto do Petróleo. Quais

eram as atribuições dessa comissão? O que ela deveria fazer? Quais eram os seus propósitos?

A.L. — A proposta era de uma lei nacional, que fosse dominada por nacionais. Esse grupo tinha por missão realizar um projeto de decreto... Um relatório... e principalmente o estudo dos capitais a intervirem no problema. Essa era a missão do Estatuto do Petróleo, que caiu...

V.L. — Mas parece que era também função desse grupo estudar certos ajustes necessários às mudanças que a Constituição de 46 tinha estabelecido na legislação relativa ao petróleo, não é?

A.L. — Ajustes... Não sei se eram ajustes. O grupo devia produzir um estatuto limpo, quer dizer, um estatuto sem pressões. E... Pergunte de novo.

V.L. — A Constituição de 1946 estabelecia que as autorizações ou concessões seriam dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país. O entendimento dessa questão "sociedades organizadas no país"...

A.L. — É duvidoso.

V.L. — Exatamente, é duvidoso. Há uma ambiguidade aí. Então essa comissão tinha que estudar a Constituição e, com base na Constituição, estabelecer o Estatuto, não é?

A.L. — É.

V.L. — Quais foram as linhas, as diretrizes gerais seguidas pela comissão? Qual era a visão dela sobre esse problema?

A.L. — Bom, primeiro vamos falar do Odilon, Odilon Braga, que era uma cabeça de primeira ordem, um sujeito que sabia onde tinha os pés. Foi ele praticamente quem organi-

zou o Estatuto, apesar de ter no meio vários elementos para redigir, inclusive eu.

M.M. — Quer dizer que vários membros da comissão do Estatuto fizeram estudos, e o Odilon reescreveu, independente do...

A.L. — Não. Ele estudou por ele mesmo. A maior contribuição no Estatuto foi dele, pessoal, para escrever um novo estatuto-base... do Brasil. E ele fez isso com muito... Acho o relatório que ele escreveu uma peça invulgar. Embora eu não esteja de acordo, tenho que reconhecer que é uma peça invulgar, tanto que foi até ao Congresso. E não pôde ir adiante porque logo surgiu a Lei 2.004. Está tudo mais ou menos ligado, uma coisa com a outra.

V.L. — O senhor disse que não estava de acordo com o relatório. Evidentemente, em muitas situações na vida, a gente pode reconhecer o imenso mérito de um tipo de trabalho e ter uma opinião diferente. Em que o senhor não estava de acordo na forma dada pelo Odilon Braga ao projeto? Quais eram as questões?

A.L. — Francamente que eu não me lembro mais. Exploração, cinco anos.

V.L. — O projeto previa concessões de cinco anos para nacionais e estrangeiros?

A.L. — Eu ia começar com a exploração mesmo. Exploração e... proibição. Não sei se era proibição, não me lembro mais. Era proibição de capitais estrangeiros, não é?

M.M. — O projeto era favorável. Quer dizer, o Estatuto, com essa ambigüidade da Constituição, permitia de certa forma a entrada de empresas de capital estrangeiro.

A.L. — Mas a gente pensava em diminuir essa influência com prazos. Porque os prazos de exploração de petróleo eram geralmente de 30 a 50 anos. E isso não podíamos admitir. Eu fui dos que mais lutaram pela diminuição do prazo.

M.M. — Eu li no próprio relatório do Estatuto que o Odilon disse que não cabia à comissão do Estatuto decidir sobre o regime de monopólio do Estado ou sobre se a empresa privada devia atuar no setor petrolífero, que isso já tinha sido uma decisão do presidente do CNP, o general Barreto. Foi assim mesmo? O senhor se lembra?

A.L. — Não, não me lembro disso. Porque o Odilon, afinal, teve acesso a tudo e não modificou. Quando o projeto marchou um pouquinho para o Congresso, ele não modificou: manteve tudo aquilo que tinha sido decidido na comissão. Ele, Odilon. Falar em comissão é falar em Odilon. Agora, tinha cabeças formidáveis também, como o Glycon. Glycon de Paiva era uma cabeça também.

M.Q. — Mas o senhor, como representante do Ministério da Guerra, não se preocupava com o fato de o Glycon apresentar dois anteprojetos, um da Esso e outro da Standard Oil?

A.L. — Não, não, não. Porque muito mais perigoso do que isso era o veto dos militares. Era muito mais perigoso do que isso. No entretanto, eu consegui que se afastassem todas as opiniões a favor do veto, que deixassem o pessoal, porque só deixando... Não é que a gente seja duro. É preciso soltar a corda para colher chocolate, não é? [risos]

V.L. — Sua avaliação a respeito do problema do petróleo no período era que realmente para a pesquisa, a industrialização e o aproveitamento econômico, o vulto dos capitais,

da aparelhagem e de técnicos era de tal ordem que isso não podia ser feito por nacionais?

A.L. — Era muito difícil se conseguir um capital que fizesse isso tudo. Porque o Brasil — continuo a pisar na mesma tecla — não tinha recurso para isso. Nem para o Estatuto do Petróleo.

M.M. — O senhor acha que o Estado naquele momento era mais eficiente do que a empresa privada nacional para arcar com essa tarefa? Como foi, aliás porque foi o CNP, um órgão público, que desempenhou... O senhor acha que naquele momento só o Estado podia arcar com essa tarefa?

A.L. — Não. Até que apareceram dois ou três grupos que não eram Estado e no entretanto eram partidários do Estatuto. E... Eu fui abordado uma vez em Santos, no parque balneário, sobre essa participação dos grupos privados na solução do problema. E ofereci um jantar muito gostoso. Mas jantar de petróleo, não. [risos] Jantar, jantar só. E eram elementos de raciocínio muito grande.

V.L. — O senhor formulou a síntese dos pareceres dos representantes dos ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica sobre os trabalhos da comissão. O senhor se lembra qual era o conteúdo ou qual era o sentido do seu parecer?

A.L. — Bom, ele estava muito influenciado pelo Estado-Maior do Exército, porque eu era o representante do Estado-Maior. O Estado-Maior é que traçou a política para isso.

V.L. — E qual era?

A.L. — Pois é, aí é que está: eu não me lembro. Não me lembro.

V.L. — O senhor não se lembra em geral? Vamos tomar, assim, as grandes diretrizes. O senhor não se lembra nem da grande diretriz? Por exemplo, uma grande diretriz poderia ser: é necessária a permanência das empresas estrangeiras no Brasil, porque nós não temos nem recurso, nem tecnologia, nem equipamentos. Outra: é necessária maior participação, uma participação crescente do Estado em todos os assuntos ligados ao petróleo. Uma outra diretriz ainda poderia ser: importante tanto a participação do Estado como a dos empresários nacionais. O senhor não se lembra nem a dimensão genérica?

A.L. — Não. A solução... A minha opinião era um meio-termo. Quando fiz o palavreado final, a despedida da comissão, eu disse que aquele Estatuto ia ficar por terra, porque era um Estatuto do meio, do meio das soluções. Havia um meio-termo a que eu era favorável.

V.L. — Mas o senhor acha que o Estatuto conseguiu chegar a essa posição de equilíbrio?

A.L. — Chegou, chegou a essa posição de equilíbrio. Só foi batido muito tempo depois, quando o mandaram para o Congresso.

M.M. — Há alguma coisa no texto final do Estatuto que o senhor reconhece como contribuição pessoal sua?

A.L. — Tendo aprovado o Estatuto, eu reconheço todos aqueles escritos. A aprovação foi unânime.

V.L. — Foi unânime na comissão?

A.L. — Foi unânime na comissão, não houve nenhuma divergência. Tinha lá aquele de cabelos brancos, como se chamava? Vocês têm aí a constituição da comissão?

M.M. — Temos. Havia na comissão o professor Rui Lima e Silva, os engenheiros Avelino Inácio de Oliveira...

A.L. — O Avelino! O Avelino era partidário do capital estrangeiro. No entretanto, ele se acomodou para tirar as arestas... porque a campanha nas ruas estava muito grande. Isso também é um negócio interessante: a campanha estava na rua e era uma forma de pressão.

V.L. — É uma forma de pressão forte, porque a campanha foi forte.

A.L. — Muito grande, muito forte. Daí o Avelino, que era um sujeito esclarecido, de cabeça aberta, teve que se adaptar à coisa. Como o Lima e Silva, aliás.

M.M. — O professor Rui de Lima e Silva era também partidário do capital estrangeiro?

A.L. — Ele era também partidário, assim como o Glycon.

M.M. — Então a maioria da comissão era a favor do capital estrangeiro.

A.L. — Quase. Havia ainda três outros elementos, que estão sobrando aí.

V.L. — O Odilon, já falamos; o Rui Lima e Silva, o Avelino Inácio de Oliveira, o Glycon de Paiva, o senhor e havia ainda o Alfredo Valdetaro da Fonseca, assistente jurídico do CNP, que foi secretário da presidência da comissão.

M.M. — E mais ainda: o Antônio Alves...

A.L. — Por isso que ele foi aprovado.

V.L. — Porque havia a maior parte das opiniões a favor.

A.L. — Ia para o plenário da Comissão, a Comissão decidia por voto, de modo que não podia haver... Mas acho que a minha...

V.L. — Contribuição.

A.L. — Não, não é contribuição. Acho que a minha partitura nesse negócio está errada. Alguns devem estar errados; deve ser capital nacional em vez de... Não posso afirmar que...

V.L. — Que houve consenso nisso.

M.M. — De qualquer forma o senhor devia ser uma das únicas vozes discordantes.

V.L. — Não, na época o senhor achava que era realmente importante e necessária a permanência do capital estrangeiro aqui, não é? Ele está dizendo que participou de um consenso neste sentido.

A.L. — Achava. Achava, porque fui partidário do prazo mínimo para a concessão, e isso feria a Constituição. Tanto é que não houve nenhuma apresentação de proposta estrangeira, principalmente por causa de prazo. Houve também proposta estrangeira... quando estava em andamento o projeto...

M.M. — O projeto do Estatuto. O senhor estava falando da atuação das empresas estrangeiras, se houve propostas...

A.L. — Bom, quando passou pelo Conselho, teve voto... Como é?

V.L. — Unânime, o senhor disse. Mas o senhor falou também que o Conselho, nessa época, estava sofrendo...

[FINAL DA FITA 7-B]

A.L. — ...outra era por causa de comando, que não estava bem-decidido.

V.L. — Comando, como?

A.L. — Comando das decisões! Estava em decisão... Os grandes grupos internacionais que já haviam se manifestado a favor ou não, quando o Estatuto do Petróleo foi mandado para o Congresso, desistiram. Todos eles. Nenhum chegou a apresentar um projeto para si, para sua própria exploração. Nenhum apresentou. De modo que essa parte foi afastada, graças a Deus.

V.L. — Ah, quer dizer que a sua visão do Estatuto é que ele restringiu a...

A.L. — O Estatuto deu as bases, deu as bases. Não foi só restrição de coisas, teve outros aspectos também. Deu as bases para se produzir um resultado bom e eles não produziram. Infringiram muitas cláusulas - o Estatuto foi todo ele redigido pela comissão, não tinha terceiro para dirigir. De modo que o que aquela comissão, assessorando o plenário do Conselho, resolvesse, seria adotado. Mas não apareceu nenhuma... companhia. Acho que foi por causa dessa decisão de 50% da exploração, acho que isso foi um elemento... Porque elas achavam que, no Brasil, não dava para ressarcir o prejuízo causado pela exploração deficitária.

V.L. — Mas, por outro lado, a campanha que estava nas ruas acusava as companhias estrangeiras de dominarem completamente todas as etapas relativas à questão do petróleo aqui no Brasil, de terem lucros exorbitantes e levarem esse lucro para fora do país. Era esse o tom da campanha. Essa campanha se fez sentir de alguma forma como pressão para quem estava redigindo o Estatuto?

A.L. — Esses grupos estavam em cima, estavam feito urubu.

Porque no mundo todo era o único país que estava sem exploração, o único que não fazia concessão. Os grupos estrangeiros já estavam todos eles instalados, já estavam dando resultados, sem lucro ou com lucro. Só faltava o Brasil. E o Brasil... Por isso é que nós podemos também... corrigir... Bom, vamos repetir de novo porque...

V.L. — O senhor estava respondendo à questão sobre as acusações que a campanha fazia ao Estatuto. O Estatuto, na verdade, foi o motor de agregação da campanha e da criação do Centro de Defesa do Petróleo.

A.L. — É, "O petróleo é nosso"...

V.L. — Da campanha d'"O petróleo é nosso", da mobilização de estudantes, de vários setores da sociedade e de muitos militares.

A.L. — Poucos. Havia o Clube Militar...

V.L. — O debate era acesíssimo no Clube Militar.

M.M. — O senhor se lembra do famoso debate entre o general Horta Barbosa e o general Juarez?

A.L. — Em parte. Já... Você está com ele na cabeça, não é?

M.M. — Estou. [risos]

V.L. — O senhor assistiu a esse debate? Esteve presente no Clube Militar?

A.L. — Não.

V.L. — Mas teve conhecimento das posições em debate?

A.L. — Tive. Aliás, eram conhecidas antes.

V.L. — Todo mundo sabia o que pensavam o Horta Barbosa e o Juarez sobre esse assunto. O Juarez Távora tinha algum

peso ou influência na comissão que estava elaborando o Estatuto do Petróleo?

A.L. — Tinha! Ele tinha o poder de veto.

V.L. — Mas ele não era da comissão.

A.L. — Mas ele era do Estado-Maior do Exército. Ele atuava no grupo pelo Estado-Maior do Exército.

V.L. — Ele participou de reuniões da comissão que estava elaborando o Estatuto?

A.L. — Não, não participou. Não era para isso.

V.L. — Então, como ele fazia sentir a sua voz ou a sua presença junto à comissão?

A.L. — Como é? Como foi?

V.L. — Ele conversava com os membros da comissão?

A.L. — Não. Nós tínhamos reuniões periódicas. Não eram semanalmente, não eram quinzenalmente, mas eram periódicas. Contanto que ele pudesse vir a... Ele não participava da reunião, porque tinha o representante: ele chamava o representante e dava instruções.

V.L. — Quem era o representante?

A.L. — Era este general aqui.

V.L. — Estou sabendo, estou olhando para o senhor. [risos]
O senhor era o representante. Então, em toda essa fase de elaboração do Estatuto do Petróleo, foram mantidas conversações entre o senhor e o Juarez sobre o assunto.

A.L. — Sim, as coisas foram conversadas.

M.M. — Era um diálogo fácil ou difícil?

A.L. — O Juarez comigo era amigo, de modo que... não

foi... de pegar de sopapo, não.. [risos]

V.L. — O anteprojeto do Estatuto elaborado pela comissão chegou a ser discutido em diferentes órgãos governamentais?

A.L. — Não. Foi direto do Getúlio* para o Congresso.

V.L. — Quer dizer, foi direto da comissão à Presidência, e da Presidência ao Congresso. Mas houve uma fase da comissão em que o senhor teve um papel muito importante também, que foi o estudo sobre a tributação na indústria petrolífera e o imposto único. Como foi isso?

A.L. — Sabe que eu já não me lembro? Está muito... Não me lembro mais.

V.L. — Esse foi um trabalho importante do senhor.

A.L. — Foi importante, eu sei, foi demorado... Mas tinha outros elementos para tratar disso.

V.L. — Como? O senhor formou uma equipe? Porque o responsável era o senhor, não era?

A.L. — O responsável era eu. Eu e Juarez.

V.L. — Ah, Juarez também?

A.L. — Também. O Juarez não deu seu parecer favorável ao Estatuto?

V.L. — Mas estou falando nesse estudo específico sobre a tributação e o imposto único.

A.L. — Não, não fiz. Não fui eu.**

* Engano do entrevistado; quem enviou o Estatuto ao Congresso foi o presidente Eurico Gaspar Dutra.

**Embora o entrevistado negue, ele apresentou à comissão do Estatuto do Petróleo um estudo sobre tributação na indústria petrolífera e imposto único.

V.L. — Nós tínhamos essa informação.

A.L. — Puxa! Essa parte nunca que acaba?

V.L. — General, como o senhor explica o fato de o Estatuto não ter tido andamento na área legislativa? Porque o anteprojeto sequer foi remetido às comissões técnicas, e não foi à discussão plenária também.

A.L. — Foi a plenário, foi a plenário.

M.M. — Não na Câmara dos Deputados.

A.L. — Só na Câmara.* Mas não passou da Câmara também.

M.M. — Pois é. A que o senhor atribui essa rejeição tão...?

A.L. — Isso é injunção política, não tem... Os comunistas dominavam a situação.

V.L. — A situação, como? Não no governo. Que situação os comunistas dominavam? A campanha?

A.L. — A campanha, dentro do Congresso.

V.L. — Dentro do Congresso?

A.L. — Dentro do Congresso mesmo.

M.M. — Mas muito poucos representantes comunistas.

V.L. — Muito poucos representantes. E a maioria do governo na Câmara também...

A.L. — Mas a maioria - agora eu me lembro - a maioria era tida pela UDN, que não dispensou... Os comunistas apoiaram violentamente a UDN neste caso.

V.L. — Isso foi mais tarde, já no caso da votação do pro-

* Há engano do entrevistado; o Estatuto do Petróleo não chegou a ser votado no Congresso.

jeto da Petrobrás. No caso do Estatuto do Petróleo houve, vamos dizer, uma comissão da maioria governista, que não se mexeu para tentar aprová-lo. Ao mesmo tempo estava havendo uma campanha de rua muito forte que funcionou como pressão sobre o Congresso. Quer dizer que o Estatuto acabou sendo letra morta, não é?

A.L. — Riscada!

V.L. — Hoje em dia, ao repensar a questão do Estatuto, depois de ter participado de várias diretorias da Petrobrás e de ter sido seu presidente, o senhor acha que naquele momento o Estatuto representava o conjunto de medidas mais adequadas para o problema no Brasil?

A.L. — Só vendo o Estatuto, só examinando o Estatuto. Não dá para dizer assim.

V.L. — Mas naquela época o senhor achava isso.

A.L. — Naquela época eu podia achar mas...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

V.L. — Voltando ainda à sua atuação no CNP, general, qual foi o empreendimento de maior sucesso a que o senhor esteve vinculado nesta fase do CNP?

A.L. — Bom, eu participei de todas as operações do oleoduto, desde a busca do terreno até a aprovação final pelo CNP.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.L. — Minha participação no oleoduto foi total, desde a contratação do técnico estrangeiro... O oleoduto sofreu

do mesmo mal que os outros empreendimentos brasileiros: sem recursos, sem técnicos, sem...

M.M. — Havia um técnico, William Heltzel.

A.L. — William Heltzel. Minha participação no oleoduto passou pelo técnico estrangeiro, pela formação da nossa equipe e chegou até a Santos, com pleno êxito.

V.L. — Por que a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí foi escolhida para executar este serviço?

A.L. — Era isso que eu estava dizendo. Faltou dinheiro para o oleoduto, que naquela ocasião eu queria que fosse uma obra do Conselho. Como foi, no começo. Depois, não, mas no começo foi do Conselho. Como é que passou para a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí? O general Brito e Silva - Brito e Silva, se não me engano -, que foi nomeado diretor da Estrada de Ferro, acolheu a minha proposição de construção do oleoduto e passou a apoiar. Vinha aqui ao Rio - ele era comandante da 2ª. Região -, falava no oleoduto e arranjava dinheiro.

M.M. — Quer dizer que a sugestão partiu do senhor, foi o senhor que teve a idéia de utilizar a Estrada de Ferro para fazer, digamos assim, esta operação?

A.L. — Isso.

V.L. — E para articular também a questão do transporte.

M.M. — Aí o senhor manteve contato com ele. Qual foi o procedimento?

A.L. — Bom... esqueci.

M.M. — Porque pelo que eu li, não entendi muito bem, ficou pouco claro, mas o que está escrito é que um representante da Estrada de Ferro, através do Ministério da Viação e

Obras Públicas, tinha feito uma solicitação ao CNP. Mas o senhor já traz um fato novo.

A.L. — Bom, isso aí foi afastado, porque já havia indicação dos empreiteiros e demais pessoas que iam fazer o oleoduto.

V.L. — Havia concorrência pública para a escolha dos empreiteiros?

A.L. — Havia concorrência pública. Parcial, porque nem tudo se prestava a fazer concorrência... A aduana de Santos, por outro lado, já tinha uma parcela grande de intromissão no oleoduto, não podia participar. Mas o general Brito, como chefe da Estrada de Ferro, tomou a si a obtenção de recursos para a construção e me conservou na direção da Estrada, entende? De modo que esse foi o problema da minha permanência na Santos - Jundiaí: permaneci lá durante cinco anos e entreguei o oleoduto funcionando direitinho, com todos os recursos.

M.M. — Foi um período de construção de cinco anos?

A.L. — O período de construção foi de três anos. Há um espaço aí que não foi utilizado - foi utilizado no oleoduto, mas não na construção. Para arranjar o material foi preciso criar certas facilidades no Conselho do Petróleo. Então a verba do Conselho, que já era pequena, nós mutilamos e tiramos uma parte. E... escolhemos na Europa uma outra parte do material.

M.M. — O senhor viajou pessoalmente?

A.L. — Não, não viajei. Se eu viajasse, o negócio parava. Aí houve uma influência muito grande do dr. Leopoldo Miguez, que foi à Europa, foi aos Estados Unidos, preparou

o projeto nos Estados Unidos e veio para o Brasil com os projetos e o Heltzel para a construção.

M.M. — Quer dizer que o equipamento era feito, digamos, sob medida?

A.L. — Sob medida, direitinho. O Congresso também auxiliou. Nós tínhamos um amigo na Câmara, muito amigo, João Ponce de Arruda, que disse que não queria que o oleoduto fracassasse também, então tomou a si o fornecimento da verba orçamentária. Aí nós completamos facilmente o... com a verba toda.

M.M. — Ainda sobre o oleoduto, eu li que houve um contrato com uma firma, imagino que seja americana, chamada William...

A.L. — William Brothers.

M.M. — William Brothers Co. O que ela fazia exatamente?

A.L. — Essa firma não foi contratada por nós, não era do oleoduto. Ela quis participar, mas não conseguiu. A outra firma era a Techint. Em lugar da William Brothers, que se apresentou no começo, mas com orçamento muito elevado, foi escolhida a segunda em orçamento, que foi a Techint.

V.L. — Americana também?

A.L. — Não, é brasileira agora. Mas formou muita gente nossa. O efetivo para a construção do oleoduto não era grande, limitava-se a soldas etc. Era muito pequeno.

M.M. — Era só para montar, soldar o equipamento?

A.L. — Era, de modo que o pessoal era pequeno. Não havia necessidade de muita gente.

M.M. — Para fazer o oleoduto, precisava-se preparar o terreno?

A.L. — Na questão do terreno houve um problema preliminar, que foi o da desapropriação. São Paulo, com uma densidade de casas como só São Paulo tem, que é difícil passar entre elas... Esse foi o primeiro obstáculo que tivemos. O segundo obstáculo foi o sangue, em Santos - a Baixada de Santos é toda de mangue -, e foi difícil, houve soluções não muito católicas.

M.M. — O que se fez? Um aterro?

A.L. — É. O mangue é uma terra mole, que afunda assim, que a gente... De modo que botar um pedaço de ferro como o do oleoduto em cima do mangue é...

V.L. — Como se deu a solução técnica aí?

A.L. — E a terceira providência foi a travessia da cidade, com essas inúmeras casas e terrenos muito partidos, que se resolveu.

V.L. — Como se resolveu o problema das desapropriações? Elas foram feitas pelo governo do estado?

A.L. — Não, pela Estrada de Ferro, o governo federal.

V.L. — E as indenizações também foram pela Estrada de Ferro?

A.L. — As indenizações - o que é interessante -, foram realizadas à medida que íamos desapropriando. O sucesso do oleoduto dependeu muito disso também, dessa decisão da Estrada de ferro de pagar as contas imediatamente a sua realização.

M.M. — Isso facilitou o processo.

A.L. — Facilitou tremendamente. Porque nesse caso do oleoduto não havia falta de pessoal, não havia falta de material, não havia falta de coisa nenhuma: era só cons-

truir. O oleoduto foi dividido em três seções: seção do planalto, com as casas, aquela ocupação habitacional muito grande, o mangue, e uma terceira, a do meio, que eu não me lembro mais como se chamava.

M.M. — Não era a serra?

A.L. — Não... É... serra!

M.M. — Isso foi imaginando pela geografia.

A.L. — Essa menina vai longe! [risos] Mas a serra foi o trecho mais interessante que tivemos, porque subir novecentos e tantos metros em 30 metros de largura é uma África! E a gente vê pelo resultado: foi tão bem-feita, que até hoje não caiu nem um pedacinho do oleoduto, enquanto a encosta da serra do Mar vira e mexe está rodando.

M.M. — Há desligamento. Mas o que foi feito? Foi feito um serviço antes? Qual foi o processo?

A.L. — Não. Foi um projeto interessante, feito nos Estados Unidos, que o Heltzel mesmo comandou.

M.M. — Ah, houve um projeto. E aí, o que se fez? Conte-se primeiro a encosta? Eu fico imaginando como é que era o acesso.

A.L. — O oleoduto sobe pela encosta e é preso ao terreno, preso ao terreno firme. De modo que a gente tira a parte mole do terreno e crava na parte firme. Isso é que os outros não fizeram.

M.M. — Por isso é que os outros...

A.L. — Fracassaram.

M.M. — ...fracassaram. E era preso com cabo de aço?

A.L. — Não, era tudo de aço. Uma linha de tubo de aço de

de dez polegadas e uma linha de tubo de 18 polegadas para óleo combustível. É interessante como uma pode seguir atrás da outra.

V.L. — E foi vantajoso também ter sido feito com a Estrada de Ferro, porque ela depois ficou com a questão do transporte dos combustíveis para o porto de Santos. Mas esse transporte estava submetido a regras do CNP, não é?

A.L. — O transporte, não. A Estrada ficou independente. Tinha que atender à requisição do CNP, mas não era nem subordinado nem...

M.M. — Mas havia normas, não é?

A.L. — Havia uma norma.

V.L. — Entrando na questão pessoal, essa obra deu muita satisfação ao senhor, não deu?

A.L. — Total, total. Essa, como a Refinaria Duque de Caxias, em que foi total também.

V.L. — São dois marcos na sua carreira em termos de realização de que o senhor tem muita razão para se orgulhar.

A.L. — Ah... Mas a gente é esquecido.

V.L. — Eu acho que essa questão do oleoduto ficou bem coberta, porque nós já falamos nisso também da vez anterior. Agora temos ainda um outro assunto para falar, que é o Plano Salte. O senhor está lembrado do Plano Salte? Sobre o que ele dispunha? Qual o programa que ele tinha para o petróleo?

A.L. — Mais ou menos. O Plano Salte, eu não... Está faltando o nome daquele engenheiro, que eu pedi da outra vez, do qual o Plano Salte dependeu, que é o dono do Plano Salte*.

* Refere-se ao então diretor do DASP, Mário Bittencourt Sampaio.

M.M. — Ah, sim. O que eu acho muito complicado com a história do Plano Salte é que ele foi feito pelo mesmo governo, o governo Dutra, e na questão do petróleo foi um plano muito menos...

A.L. — Ousado!

M.M. — ...ambicioso, muito menos ousado. Por que será que isso aconteceu? O senhor acha que foi para evitar a polêmica, as críticas, ou já foi uma reavaliação do governo Dutra em relação à questão do Estatuto?

A.L. — Como posso responder a isso? Não sei responder.

M.M. — Eu só queria saber a sua opinião.

A.L. — Eu trabalhei no Plano Salte ao lado dessa pessoa cujo nome esqueço.

V.L. — Nós vamos verificar.

A.L. — Foi o dono do Plano Salte! Ele era muito ligado ao Dutra.

V.L. — O senhor considera mesmo que o Plano Salte era menos ambicioso?

A.L. — Não. O Plano Salte era até bastante ambicioso. E resolveu! O Plano Salte resolveu! Esse rapaz foi uma pessoa notável.

M.M. — Havia um planejamento de aquisição de petroleiros. Chegou a...?

A.L. — Chegou a realizar, realizou tudo que estava no plano. Não me lembro de nenhum empreendimento que não tenha sido realizado por ele.

M.M. — O senhor disse que participou do Plano Salte. Foi uma consulta pessoal ou ao Conselho Nacional do Petróleo?

V.L. — Os conselheiros às vezes eram solicitados para darem parecer?

A.L. — Não, o Plano Salte não foi orientado pelo Conselho.

M.M. — Foi pelo DASP, não é?

A.L. — É, pelo DASP.

M.M. — Mas ele* chegou a consultar o Conselho?

A.L. — Acho que consultou. Porque ele tinha que dar verba também, apesar das verbas autônomas que eles recebiam. O Plano Salte recebeu muito dinheiro. Apesar disso...

V.L. — O senhor veio a participar no plano enquanto membro do Conselho ou foi convidado a título individual?

A.L. — Não, fui como membro do Conselho. Aliás, esse rapaz me consultava muito - eu preciso descobrir o nome dele, ele era a estrela do Plano Salte!

V.L. — O senhor disse que o Plano Salte resolveu.

A.L. — Resolveu em parte.

V.L. — Por que o Plano Salte resolveu?

A.L. — Porque os empreendimentos eram levados adiante. E inaugurados.

V.L. — A pesquisa se intensificou?

A.L. — Intensificaram-se as pesquisas, isso muito bem. O Plano Salte foi uma bela projeção do Brasil.

M.M. — Havia umas críticas na época de que o Plano Salte era omissos em relação à utilização de outros combustíveis

* Trata-se do diretor-geral do DASP Mário Bittencourt Sampaio.

alternativos além do petróleo. O senhor se lembra se esse fato era verdadeiro?

A.L. — Não... Não se podia falar em omissão, porque o Plano Salte estava na cabeça de todo o pessoal do petróleo, estava na cabeça de todo mundo. E resolveu. O fato é que resolveu.

V.L. — O senhor, que estava trabalhando na área do petróleo, pensava em termos de uso de combustíveis alternativos como o álcool ou não?

A.L. — Pensava em termos daquilo que você justamente não falou: o xisto.

V.L. — Ah, o xisto. Vamos falar do xisto.

M.M. — O senhor até participou de uma...

A.L. — Eu devo ter participado de uma comissão.

M.M. — ...Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso.

A.L. — Localizada onde?

M.M. — No vale do rio Paraíba, não é isso?

A.L. — Isso acabou.

M.M. — Esse projeto ia justamente receber recursos do Plano Salte, não é? Antes de falar sobre a comissão, como era a situação do aproveitamento do xisto no Brasil naquela época?

A.L. — O xisto foi um projeto muito...

[FINAL DA FITA 8-A]

A.L. — Desde que entrei para o Conselho do Petróleo, e nos nove anos que lá servi, o xisto esteve sempre em cogita-

ção, mas nunca foi resolvido. Até que apareceu uma indústria privada que se encarregou de realizar esses trabalhos. Então nós temos no caso do xisto dois grandes projetos: um é esse a que eu me referi e o outro é o do Paraná. O do Paraná, a cargo da Petrobrás, e o outro, a cargo da iniciativa privada, depois transformado em iniciativa oficial, mas parou, não andou mais. É a obra de Tremembé, no vale do Paraíba.

M.M. — Isso foi mais tarde, já na Petrobrás.

A.L. — Isso já na Petrobrás. Porque só a Petrobrás é que podia ter dinheiro etc. e tal, era aquela mesma...

M.M. — Mas no tempo do CNP já se pensava, já havia estudos para o aproveitamento...?

A.L. — Ah, sempre se pensou. Com menos força no começo, e no fim com força total. Tanto que já existe uma bela indústria de xisto no Paraná. Tudo foi obra da Petrobrás.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.M. — General, o senhor também foi membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, Abbink-Bulhões. Eu queria que o senhor descrevesse sua participação.

A.L. — Ah, aquele foi um tempo róseo, da Abbink! Não teve influência nenhuma no desenvolvimento do problema.

M.M. — O senhor acha? Nem os recursos que...?

A.L. — Não se falou em recursos. Abbink parou logo no começo, não teve conseqüências... Estudou, fez um projeto, fez o começo, mas nada foi adiante. O que foi adiante mesmo foi a Petrobrás.

V.L. - Mas a comissão estudou a questão do petróleo. Foi uma das questões mais estudadas pela comissão, não foi?

A.L. - Comissão do petróleo? Do Estatuto?

V.L. - Não. As preocupações com o petróleo não estavam muito presentes na Missão Abbink?

A.L. - Não entendi.

V.L. - A questão do petróleo não foi discutida, não foi tratada na Missão Abbink?

A.L. - Foi, mas com aquele sem esperança, sem...

V.L. - Solução.

A.L. - ...solução, sem...

V.L. - A missão teve alguma recomendação específica quanto à questão do petróleo?

A.L. - Não, nada, nada. Aí tem o Congresso também?

5ª Entrevista: 7.08.1987

V.L. - General, para encerrar a nossa conversa sobre o CNP, eu gostaria de pedir ao senhor que fizesse um balanço geral das realizações e da importância do Conselho nesse terreno do petróleo.

A.L. - O CNP desempenhou uma função relevante não só nesse problema de petróleo no Brasil, como também no desenvolvimento da indústria de um modo geral. Foi no CNP e em face das realizações que ele estava fazendo e com o auxílio do dr. Mário Bittencourt Sampaio que...

V.L. - Dr. Mário Bittencourt Sampaio era então presidente do DASP, não era?

A.L. — É, foi presidente do DASP*. Ele era muito chegado ao presidente Dutra, tinha relações positivas com o presidente, de modo que para ele foi fácil fundar aquilo que deu estrutura importante ao Conselho: criou a Frota Nacional de Petroleiros, criou a Refinaria de Mataripe e começou a tratar a Refinaria de Cubatão. Além disso, preparou a entrada de uma certa importância capaz de concluir o Oleoduto.

M.M. — Não foi o Mário Bittencourt que teve aquela participação no Plano Salte?

A.L. — Pois é, eu ia tocar nisso agora. O dr. Mário Bittencourt, entusiasmado pelo problema do petróleo e com facilidades para conseguir realizações, foi o autor do Plano Salte, um dos planos mais eficientes que o Brasil já teve. Plano no Brasil é a mesma coisa que zero, então quando há um plano assim a gente fica até admirado. O Plano Salte foi liderado pelo dr. Mário Bittencourt e com resultados muito grandes dada a forma como ele conduziu e a escolha dos seus auxiliares. Não vale a pena tocar em nomes; basta tocar no dr. Mário, que abrange toda a...

M.M. — No Plano Salte havia uma parte de recursos destinados ao petróleo.

A.L. — Havia um programa; programa de saúde etc. etc. etc., e uma parte de realizações do petróleo.

M.M. — Certo. O dr. Mário consultou o CNP para a elaboração desse planejamento na área específica do petróleo?

A.L. — Consultou quem?

* Mário Bittencourt Sampaio foi diretor, e não presidente do DASP.

M.M. — O CNP.

A.L. — Consultou. Ele não fazia nada sem consultar o CNP, que era presidido pelo general Barreto, João Carlos Barreto, outra figura que se pode incluir como realizador do Plano Salte, embora não tenha tomado parte ativa na realização.

M.M. — O senhor falou da Refinaria de Mataripe. Eu queria que o senhor explicasse bem esse projeto, qual a importância dessa refinaria e por que o lugar, Mataripe?

A.L. — A Refinaria de Mataripe teve a sua aprovação quando finalizou a primeira fase do seu funcionamento - a refinaria teve três ou quatro fases de funcionamento, cada vez aumentando um pouco mais a capacidade de refino. E foi um braço poderoso para o Plano Salte - não sei se está aí no Plano Salte, deve estar -, porque foi a primeira refinaria, já tinha técnicos para fazê-la funcionar e já tinha campo de ação para a produção - tinha até um vasto campo de ação para produção.

V.L. — De onde provinha o óleo a ser refinado em Mataripe?

A.L. — O óleo era principalmente da própria área de produção de petróleo do Recôncavo. O CNP teve grandes êxitos de descoberta de petróleo nessa área, mesmo depois do Cordeiro. [risos] E teve uma atuação muito grande na efetivação do Plano Salte.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.M. — General, na Refinaria de Mataripe também se refinava óleo importado?

A.L. — Não. A capacidade inicial de refinação foi calcula

da a primeira vez pelas possibilidades do Recôncavo, e os aumentos subseqüentes, os aumentos posteriores, foram feitos à base de ampliação do óleo do Recôncavo. De modo que ela pôde trabalhar sempre com o óleo do Recôncavo. Nenhum óleo foi importado para a refinaria.

V.L. — O senhor se lembra qual foi a firma contratada para a construção da refinaria?

A.L. — Não, não me lembro. Sei qual é, mas não me lembro o nome.

M.M. — Foi a firma que elaborou o projeto.

A.L. — Que elaborou o projeto, o primeiro projeto. De modo que, quando acabou o primeiro projeto, nós tínhamos na mão uma soma de técnicos muito boa para continuar a produção.

M.M. — Quer dizer que, na ampliação, os técnicos já eram brasileiros.

A.L. — Já havia técnicos brasileiros, embora houvesse estrangeiros também. Mas os brasileiros predominavam. O técnico estrangeiro vinha para fazer uma injeção de óleo novo.

V.L. — Renovação, sangue novo. Esses técnicos foram contratados pela firma ou diretamente pelo CNP?

A.L. — Diretamente pelo CNP. O CNP tinha uma Comissão de Construção da Refinaria de Mataripe, então esta comissão é que fazia todas as despesas.

V.L. — E a seleção dos técnicos também.

A.L. — A procura, a busca e a contratação de técnicos. Se não chegassem os brasileiros, poderiam ir buscar no estrangeiro.

M.M. — O senhor queria falar ainda sobre a relação do CNP com a industrialização brasileira.

A.L. — É. Além de entrar na Refinaria de Mataripe, eu quero lembrar aqui que esse período que se está tratando foi um período de grande desenvolvimento do petróleo no Brasil. Foi enorme esse desenvolvimento! E não só se fiscalizou o que existia, como criaram-se novas áreas de produção, como a indústria de equipamento pesado mecânico e de equipamento pesado elétrico, cujas fábricas estão em funcionamento até hoje. Essa indústria mais as refinarias, tudo isso forma um conjunto da época de que se está falando e influiu tremendamente sobre o desenrolar do plano e as vias traçadas pelo Mário Bittencourt Sampaio.

M.M. — Quer dizer que o Plano Salte, pelo menos na parte de petróleo, foi completamente aplicado, foi posto em prática.

A.L. — Foi aplicado, e aí a situação do Conselho, melhorou muito. O Conselho, como já me referi, não tinha verba, por isso os planos eram fracassados ou diminuídos muito. Então, uma das missões do dr. Mário era conseguir os recursos necessários para o Plano Salte, o que ele fez brilhantemente, porque era uma figura muito lúcida, muito... Bom, além desses empreendimentos, havia vários outros que poderiam ser enunciados como produto da época em que se estava trabalhando com a refinaria, como Cubatão, como refinação, enfim, obras pesadas, que muito influíram no desenvolvimento do país. É nisso que eu quero chegar.

V.L. — O senhor fez parte da comissão para a escolha da localização da Refinaria de Cubatão. Por que foi escolhida essa área?

A.L. — Primeiro houve uma comissão para a escolha do local da refinação de 45 mil barris, sem se dizer onde era... Depois os ministros é que influenciaram sobre essa escolha.

V.L. — Quais ministros? De que áreas?

A.L. — Os ministros de algumas áreas tiveram que influenciar na localização da refinaria. Mas esse local não foi aprovado pelo Conselho, de modo que o Conselho nomeou uma comissão - não houve briga nesse negócio.

M.M. — Onde era o primeiro local? Aqui no antigo Distrito Federal?

A.L. — Havia um no Distrito Federal, mas não foi esse, foi outro.

V.L. — Mas chegou a haver alguma proposta de localização antes da proposta de Cubatão?

A.L. — Aí é que entrou a minha atuação. Porque essa comissão nomeou a área de Santos, São Paulo ou Barra Mansa - o pessoal até fugiu daquela área. Essa comissão foi nomeada pelo Conselho do Petróleo para escolher a área. O Conselho do Petróleo, então, indicou a área, mas não o local próprio da construção. Foi uma área que se estudou, e eu tive uma participação muito feliz na escolha, porque houve aprovação unânime de todos os conselheiros.

M.M. — Essa área já era na Baixada Santista?

A.L. — A área já era na Baixada, mas não no ponto exato. A comissão nomeada, em que eu estava, participou então da escolha definitiva da área e fez algumas operações subsidiárias a essa compra, como demarcação, como fundos apropriados para iniciar os serviços da refinaria, contratos

de seleção de firmas, contrato de seleção de pessoal... Tudo foi feito nessa hora, nessa área da Refinaria de Cubatão que foi escolhida pela comissão.

V.L. — Mas tinha havido uma proposta anterior de área vinda de um ministério. O senhor não se lembra se era o Ministério da Fazenda?

A.L. — Não me lembro, não.

V.L. — Mas a área foi considerada inadequada tecnicamente talvez pelo Conselho?

A.L. — Foi.

V.L. — E com que recursos, com que fontes de financiamento se esperava contar para a construção da Refinaria de Cubatão?

A.L. — A maior coisa era o Plano Salte. O Plano Salte é que, com seus recursos, foi elevando a refinaria de modo a passar de 45 mil para 60 mil barris. Veja a influência do...

V.L. — Dinheiro.

M.M. — Nessa fase inicial, o projeto também foi contratado a alguma firma?

A.L. — Foi, essa eu me lembro. foi contratada uma firma estrangeira, a Hydrocarbon. Nós ainda não podíamos fazer, só podíamos aguentar Mataripe com esforço, com precaução, com cuidados especiais.

V.L. — Quer dizer que, para Mataripe, a firma contratada foi nacional?

A.L. — Não, não foi nacional. As primeiras nunca puderam ser nacionais. E a primeira de Cubatão foi a Hydrocar-

bon*, que fez o projeto e a fiscalização. Nessa hora é que nós tivemos uma desavença, tivemos a opinião contrária de outras pessoas fora da comissão. Mas em nada adiantou, porque o projeto foi mantido.

M.M. — Com quem era essa desavença?

A.L. — Havia técnicos na refinaria que não concordavam com o projeto e achavam que aqui no Brasil podiam-se fazer projetos. A divergência foi daí. E eu, que era nacionalista, mas que desejava fazer o melhor possível, concordei que fosse uma firma estrangeira, na primeira. Como no oleoduto também. E isso deu resultado. Hoje nós estamos vendo que essa escolha foi acertada.

V.L. — Quer dizer, era uma forma de incorporar uma tecnologia mais avançada.

A.L. — Uma tecnologia mais avançada. E deu muito resultado, deu muito bons resultados. Mas o que não conseguimos foi acalmar o pessoal; os técnicos sempre vinham com uma... As divergências que se notam na Refinaria de Cubatão foram justamente essas.

M.M. — A firma encarregada de fazer o projeto também era encarregada de adquirir os equipamentos, de montar, tudo?

A.L. — Não. O equipamento era... Nós tínhamos um escritório em Paris, e outro em Londres. Então essa comissão... Essa comissão, não. A comissão** preparava os programas para fornecimento de equipamento e...

* Hydrocarbon Research Inc.

**Trata-se da comissão de construção da Refinaria de Cubatão.

M.M. — Eu queria voltar um pouco atrás porque, segundo a nossa informação, em 48 o senhor foi licenciado do Exército e passou a servir ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Isso é correto?

A.L. — Em 1948... Não sei bem se foi em 48 que nós passamos à disposição do Ministério da Viação para construir o Oleoduto Santos-São Paulo.

M.M. — Então foi na época da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Voltando a Refinaria de Cubatão, foi o CNP também que escolheu a firma operadora?

A.L. — Foi o CNP que orientou, que aprovou os orçamentos, que aprovou os projetos feitos pelo Plano Salte.

M.M. — Mas a firma operadora não era a mesma que a construtora?

A.L. — A firma operadora era a mesma, mas os seus auxiliares não eram os mesmos. Uma destinava-se à operação e a outra destinava-se à montagem, de modo que eram diferentes. Mas deu bom resultado, porque chegamos ao fim com todos os testes preparados e em boas condições. É isso.

M.M. — O senhor falou em off que houve divergência também quanto à firma operadora. Foi no mesmo sentido? Os técnicos também se queixavam...?

A.L. — É, foi no mesmo sentido. Eles eram oficiais brasileiros e achavam que podiam sozinhos fazer funcionar essa primeira refinaria. E nós achávamos que não era possível. Houve essa divergência durante todo o período da construção até a inauguração.

V.L. — E era o pessoal do corpo técnico que trabalhava na construção.

A.L. — É, na construção.

M.M. — Quando foram ampliadas essas refinarias ou construídas outras, já com técnicos brasileiros, aquele conhecimento adquirido com a montagem e a operação da antiga foi suficiente ou foi preciso fazer novos estudos? Bastava olhar funcionar uma...

A.L. — Não. Os estudos continuaram sempre, porque cada ampliação era um estudo diferente. Podia até mudar a firma que estava fazendo o projeto, podia mudar. Mas não mudamos, fizemos tudo com a mesma. Nós tivemos uma ampliação antes da inauguração.

M.M. — Em Cubatão?

A.L. — Em Cubatão.

V.L. — O senhor queria falar ainda sobre o CNP?

A.L. — Bom, a demarcação da área da refinaria foi feita muito rapidamente e chegou-se à conclusão de que era imperiosa a necessidade de se deslocar o cemitério de Cubatão [risos] para nova área.

V.L. — E isso não deu um problema social com a população da área? A remoção dos ossos?

A.L. — Não houve problema nenhum. Nós pensávamos que ia haver, mas não houve problema nenhum. Durante o período da construção, o cemitério foi deslocado para uma área próxima. E os mortos não reclamaram. [risos]

V.L. — E os vivos? O problema são os vivos. [risos]

A.L. — De modo que esse é um ponto interessante. Hoje, em cima dos ossos, estão colocados vários tanques de recepção de cru.

M.M. — Mas foram transferidos todos os ossos, não é, general?

A.L. — Todos. Eram poucos. Cubatão não tinha muita gente para morrer.

V.L. — General, quando Vargas montou sua Assessoria Econômica para fazer o projeto da Petrobrás, ele escolheu...

A.L. — Quem?

V.L. — Getúlio Vargas. Getúlio Vargas montou sua Assessoria Econômica, que fez o projeto da Petrobrás. Como o senhor via o projeto da Petrobrás, o projeto que foi apresentado pela Assessoria Econômica? O que o senhor pensa do trabalho da Assessoria Econômica?

A.L. — O projeto passou pelo Conselho...

V.L. — Ah, isso era uma coisa que eu queria perguntar, se o Conselho foi consultado.

A.L. — Foi consultado, e geralmente não saiu do Conselho para outras firmas fazerem o projeto. Não me consta que o BNDE.... É BNDE, não é?

M.M. — O BNDE veio mais tarde.

V.L. — É, mais tarde. Eu estou falando do projeto de lei da criação de uma empresa...

A.L. — Da 2.004?

V.L. — É, do projeto de lei. Todo o projeto foi preparado pela Assessoria Econômica do governo Vargas. Houve alguma consulta ainda ao CNP?

A.L. — Além dessa equipe do Getúlio Vargas, a pessoa que mais influenciou sobre a organização foi o Beltrão. De modo que pode ser que a comissão tenha chegado a uma con-

clusão, mas quem preparou os papéis para o funcionamento foi o Beltrão. Organização...

V.L. — Isso já na fase de implantação da empresa. Nós estamos falando do projeto de lei a ser apresentado ao Congresso. Quando falamos de Assessoria Econômica, estamos falando do Rômulo Almeida...

A.L. — Então é a Assessoria do Palácio do Catete.

V.L. — Exatamente, a Assessoria do Palácio do Catete.

A.L. — Ele foi de fato a principal figura para a organização da 2.004. Nem sempre foi feliz, porque o presidente Getúlio mandou que fosse à minha casa fazer essa pergunta...

V.L. — O Rômulo? Qual pergunta?

A.L. — O Rômulo. Foi em casa me consultar sobre um projeto que ele tinha organizado da 2.004, que não era ainda 2.004, era mil quinhentos e não sei quanto.

V.L. — 1.516.*

A.L. — 1.516. E esse, junto com aquele**que nós mostramos da última vez, é que formaram o projeto da 2.004. Porque foi alterado. Não era ainda a 2.004 era esse 1.516, que foi alterado para marchar para o Congresso.

V.L. — O senhor está dizendo que quando o Rômulo o consultou...

* Refere-se ao projeto 1.516, que dispunha sobre a constituição da Petróleo Brasileiro S.A., encaminhado ao Congresso pela mensagem 516, de 6/12/1951, por Getúlio Vargas.

** Refere-se à outras versões do projeto exibidas anteriormente aos entrevistadores.

A.L. — Quando ele me consultou, já havia uma efervescência muito grande na opinião pública que pressionou também o presidente Getúlio Vargas para realizar a obra. Mas o presidente admitia a possibilidade de capital estrangeiro no espírito do...

[FINAL DA FITA 8-B]

V.L. — Então o Rômulo fez uma visita ao senhor para conversar sobre o projeto 1.516...

A.L. — Mandado pelo Getúlio.

V.L. — ...a mando do presidente da República. Essa conversa foi uma consulta informal, ou ele o consultava enquanto membro do CNP?

A.L. — Foi uma consulta informal. Não havia escrito, não havia relatório, não havia nada. Ele queria saber a minha opinião.

M.M. — Como foi essa conversa?

A.L. — A conversa com o Rômulo foi diante do papel preparado por ele, estudando item por item para saber as conveniências e as inconveniências do projeto.

M.M. — Ele já mostrou um esboço de projeto?

A.L. — Ah, já mostrou. Mas eu penso que lá no Catete havia mais de um papel daqueles. Desconfio que havia mais papel ainda, com mudança de idéia, principalmente. Não posso afirmar isso, mas é bom constar porque...

V.L. — Era realmente possível que o projeto tivesse algumas versões um pouco diferentes, que estavam sendo feitas...

A.L. — Sim. O Jesus podia ter uma cópia, o Neiva outra e assim...

V.L. — As pessoas realmente mais importantes na elaboração desse projeto foram o Rômulo, o Jesus, o Neiva*... Houve mais alguém com papel especialmente importante no projeto da Petrobrás?

A.L. — Eu, que fui consultado.

V.L. — Quando vocês discutiram, qual foi a impressão que o senhor teve do projeto? O que considerou as conveniências e as inconveniências?

A.L. — Eu achei que o projeto não estava bem-feito, que havia falhas ideológicas e havia também falhas técnicas. Por isso o papel que levaram para eu examinar não foi incorporado à lei, não foi incorporado. Ficou fora da... E eu fiquei fora do...

V.L. — Ficou fora do projeto. Mas eram falhas técnicas de que tipo, general?

A.L. — Tempo de duração de uma comissão, uma coisa assim, e técnica estrangeira.

V.L. — E as ideológicas?

A.L. — As ideológicas eram... Os que estavam mais em moda eram os comunistas, de modo que isso também influenciou na pessoa do...

V.L. — Jesus?

A.L. — ...Jesus. Creio que na pessoa do Jesus, não sei, eu nunca cheguei à conclusão de que Jesus era comunista.

[risos]

* Rômulo Barreto Almeida, Jesus Soares Pereira e João Neiva de Figueiredo.

V.L. — O senhor achou por acaso que esse projeto tinha alguma inspiração comunista, com as características que ele tinha? Porque ele sequer era um projeto, vamos dizer, xenófobo, não era um projeto radicalmente nacionalista, em absoluto.

A.L. — Em absoluto. Não tinha nada disso.

M.M. — Não era o monopólio nesse projeto inicial; ele admitia uma empresa, uma sociedade anônima, e até uma das críticas dos nacionalistas é que ações poderiam ser compradas por companhias estrangeiras. O senhor acreditava nesse perigo?

A.L. — Eu não acreditava muito, porque inclusive já se tinha dado contra em várias propostas de emprego de capital estrangeiro no Brasil. Quando estava em andamento essa lei, havia dois americanos no Brasil querendo mudar a forma da lei que já existia. O nome deles, não sei, esqueci. Mas a consulta feita a mim pelo Rômulo foi um pouco antes do envio do projeto de decreto ao Congresso. Mas, chegando ao Congresso, ele foi radicalmente rejeitado por grande maioria de congressistas.

V.L. — É. Aí houve a emenda Eusébio Rocha, e finalmente...

A.L. — Aí é que entrou o... Como é o nome do Rocha?

V.L. — Eusébio Rocha, que apresentou a emenda, depois o substitutivo.

A.L. — E o Bilac...

V.L. — E o Bilac Pinto finalmente, que era da UDN.

A.L. — Sim, mas ele tinha... representação na UDN.

M.M. — Aí há uma grande dúvida: por que uma pessoa da UDN apresenta um projeto de monopólio?

V.L. — Toda essa questão da Petrobrás nos deixa muito perplexos porque, de um lado, Getúlio Vargas, que se apresentava como uma liderança nacionalista e que tinha uma Assessoria Econômica cujo propósito era apresentar projetos de cunho nacionalista, apresentou um projeto com grande abertura. Por outro lado, a UDN, que nunca defendera essas posições — alguns udenistas, sim, participaram da Campanha do Petróleo e tudo, mas como posição partidária... — acabou por apresentar a proposta do monopólio.

A.L. — Pois é. Em poucas linhas destruiu completamente o que estava em votação no Congresso.

M.M. — O senhor se lembra se mais alguém do CNP, além do senhor, foi consultado pela Assessoria?

A.L. — Bom, o Neiva era do CNP. Não me lembro se...

V.L. — Porque quando o presidente criou uma Assessoria Econômica para fazer esse projeto, num certo sentido ele estava retirando uma faixa de atribuição do CNP, não é?

A.L. — Estava.

V.L. — Houve ressentimento no CNP por causa disso?

A.L. — Não. Todas as idéias estavam voltadas para esses papéis que estavam em circulação no Congresso, ou então para a agitação na rua, que acompanhava muito de perto essas votações no Congresso sobre a lei.

V.L. — As dimensões da campanha d'"O petróleo é nosso" foram bem grandes?

A.L. — As dimensões em certa parte do Brasil foram muito grandes, podemos dizer, do Centro para o Sul. No Norte, quase nada.

M.M. — Eram manifestações em que predominavam a classe

média, os estudantes? Havia sindicatos de trabalhadores? Como era a composição, o senhor se lembra?

A.L. — Eu não me lembro.

V.L. — Mas o que eu pergunto é se a presença na rua desse movimento se fazia sentir de forma bastante forte, se era uma pressão forte.

A.L. — Era uma pressão válida.

V.L. — E era uma pressão forte?

A.L. — Muito forte. E acredito que tenha influenciado o presidente Vargas a assinar...

V.L. — A 2.004?

A.L. — Marchando para a 2.004. Foram essas arruaças que encaminharam o presidente para a sua posição.

V.L. — É. Ele mandou o Capanema, que era o líder dele no Congresso, articular as forças políticas e chegar finalmente a um acordo com as forças nacionalistas, não é?

A.L. — Como a morte do presidente vai influir em seguida.

M.M. — Como é que foi o suicídio do ponto de vista da Petrobrás? O senhor acha que facilitou a vida da Petrobrás?

A.L. — Acho que dificultou mais do que facilitou, principalmente por causa dos recursos, que não existiam mais na época. O desempenho do Plano Salte em andamento consumiu os recursos todos. Então já não havia mais recursos, e o presidente da República* botou um ministro da Fazenda tremendamente antinacionalista, que também influiu sobre a redação da proposta. Não da lei, da proposta.

* Já se tratava, neste momento, do presidente Café Filho.

V.L. — Finalmente aprovada a lei, instalou-se a empresa. Juracy Magalhães foi escolhido para ser o primeiro presidente e formou-se a primeira diretoria, da qual o senhor fez parte, juntamente com o Neiva de Figueiredo e o Irnack Carvalho do Amaral. Quando se formou essa primeira diretoria, cada um dos senhores já tinha uma atribuição específica na empresa?

A.L. — Já. Essa especificação saiu na própria lei. Hoje não é assim, mas na ocasião havia diretor de administração, diretor técnico, diretor de produção...

V.L. — O senhor era de administração?

A.L. — Eu era de administração. Fui eu que instalei a Petrobrás no... primeiro edifício.

M.M. — Onde era?

A.L. — Avenida Rio Branco, 81.

V.L. — Conte um pouquinho como era isso: a sede, o número de salas, o tamanho, essa instalação.... O começo da história da Petrobrás.

A.L. — A sede da Petrobrás, nós resolvemos em vez de alugar - essa foi uma diretriz que realizamos inteiramente. Fomos procurar um prédio para comprar, em vez de alugar, e conseguimos.... na avenida Rio Branco, 81.

M.M. — Quer dizer que a Petrobrás já se instalou com sede própria.

A.L. — Já se instalou com sede própria, com prédio próprio e com pessoal próprio também. O pessoal foi fácil fornecer, porque muitos elementos da formação das equipes foram tirados do CNP.

V.L. — Ah! Então deixe eu entender uma coisa: por exem-

plo, o senhor mesmo, como foi convidado para a diretoria da empresa?

A.L. — Bom, eu imagino - não sei como foi, mas imagino - que tenha sido pela minha atuação anterior, porque eu não deixava passar coisa nenhuma, era positivo nas minhas idéias. De modo que, penso eu, foi minha atuação anterior que determinou. Agora, o Neiva e o Irnack já foram mais técnicos em exploração e... do que eu em administração.

M.M. — Quem exatamente convidou o senhor?

A.L. — Bem, acho que eu não posso esquecer isso, não.

V.L. — Não pode, não. [risos] Quem foi?

A.L. — Foi o Juracy - Juracy foi nomeado presidente da Petrobrás - com ordem do Getúlio. Ele não tinha escolha.

V.L. — O Getúlio interferia, não é?

A.L. — Interferia. Ele citou os três nomes que deviam fazer parte da diretoria.

V.L. — Só para fazer um aparte: é interessante quando a gente pensa nos três nomes, porque o Irnack vinha do Departamento Nacional de Produção Mineral; o Neiva, da Assesoria...

M.M. — E do CNP.

V.L. — E do CNP; e o senhor, do CNP e do Exército. Quer dizer, era uma diretoria pequena, mas com uma composição muito representativa desses órgãos todos que haviam tido alguma importância nesse processo.

A.L. — No projeto. Mas ele era... não sei.

V.L. — E o Juracy, da UDN.

A.L. — O Juracy, da UDN. Ele dizia que queria combinar

com a UDN, ele mesmo confessava.

V.L. — Ah, confessava? Quer dizer que a escolha do primeiro presidente foi ligada a essa necessidade de...

A.L. — Ajeitar.

V.L. — ...ajeitar politicamente com a UDN.

M.M. — O senhor foi apresentado ao presidente nessa ocasião ou já o conhecia?

A.L. — Bom, eu já o conhecia do oleoduto, porque ele tinha feito várias visitas à minha obra, o oleoduto. Ele já me conhecia.

V.L. — Mas naquela época era o Dutra, não era? A visita que o senhor contou foi do Dutra, não foi do Getúlio.

A.L. — É, a do Dutra.

M.M. — Ele tinha ido ao oleoduto...

A.L. — Elogiou muito e... ficou nisso.

V.L. — As atribuições precisas do senhor eram montar esta empresa...

A.L. — Montar a máquina.

V.L. — Como é que o senhor fez isso?

A.L. — Sempre o CNP interveio na história. No CNP, eu era também presidente da Comissão de Petroquímica*, da qual tiramos quase todos os elementos. Deixamos a comissão lisa. Deixamos a comissão lisa porque havia possibilidade de ela escolher outros elementos com concurso, com alguma propensão para... petróleo. De modo que o negócio saiu assim.

* Refere-se à Comissão Especial de Indústrias Petroquímicas, criada pela Ordem de Serviço nº 3/53 de 20/1/1953, no CNP.

M.M. — Eu queria que o senhor falasse um pouquinho da Comissão da Petroquímica. Foi em 53, 54 não é?

A.L. — É. Nós temos uma pequena mágoa por causa da comissão, por não fazerem justiça à presença de elementos da comissão toda mais para adiante e dificultarem... Essa comissão foi a primeira, no Brasil, de petroquímica. A injustiça que eu falo é de não dizerem isso. Mesmo o Rômulo Almeida, por exemplo, foi um dos que ignorou a Comissão de Petroquímica; e ele não podia ignorar.

M.M. — Essa comissão parece que teve um trabalho importante na tentativa de montagem da primeira fábrica de fertilizantes. Eu queria que o senhor falasse um pouquinho sobre isso.

A.L. — Bom, isso é outra coisa. A Fábrica de Fertilizantes foi uma obra do Conselho. Procuraram-se e selecionaram-se projetos, e o principal deles foi o de fertilizantes — aí também houve um problema de área. Fui nomeado presidente da comissão.

V.L. — O senhor foi nomeado coisa à beça. [risos]

M.M. — Para a localização da fábrica?

A.L. — Não, foi simultaneamente.

V.L. — Para a construção já.

A.L. — É. A locação da fábrica é que deu motivo a outra diferença entre elementos técnicos do Conselho. Nós queríamos a fábrica junto à refinaria, porque a Fábrica de Asfalto...

M.M. — Fábrica de Fertilizantes.

A.L. — ...era para usar os gases da refinaria. Então, quanto mais próximo, melhor. Mas havia elementos que não

se conformavam com isso e desejavam a própria Fábrica de Fertilizantes como unidade da Refinaria de Cubatão. Eu não concordei, porque eram problemas diferentes um do outro: o da produção de fertilizantes era químico, e o da comissão de Cubatão era a refinação. Então havia essa divergência: eles queriam que a Fábrica de Fertilizantes pertencesse a Cubatão e eu me opus. Daí saiu nova...

M.M. — Eu me lembro de ter lido que houve críticas à entrada do Estado na área da petroquímica, havia quem achasse isso uma intervenção indevida.

A.L. — A entrada do Estado na área da petroquímica foi pequena, limitou-se à área da Fábrica de Fertilizantes. De modo que não foi muito...

V.L. — Voltando à diretoria e à sua composição, foi o senhor que montou toda a equipe técnica, todo o quadro da Petrobrás nessa primeira fase?

A.L. — Nessa primeira fase. De modo que ela funcionou, a posse dos diretores foi no dia 10 de maio e... O que eu ia dizendo?

M.M. — O senhor estava falando da montagem...

V.L. — Da máquina administrativa da Petrobrás quando o senhor era diretor administrativo, na gestão Juracy Magalhães.

A.L. — Não sei o que estava falando.

V.L. — Os técnicos, o senhor disse que eram na sua maioria provenientes da Comissão de Petroquímica do Conselho. E como era a relação da sua diretoria com as outras diretorias, quer dizer, a do Neiva e a do Juracy?

A.L. — Parece que escolheram de propósito pessoas que ti-

nham muito boas relações umas com as outras. Nós não divergimos, ou muito raramente divergimos. Divergimos mais com o Beltrão do que com os companheiros de formação da Petrobrás.

V.L. — E as divergências, no caso, eram sobre o quê?

A.L. — Sobre organização. O Beltrão queria dar uma organização moderna à empresa - aliás, ele teve razão -, então mudou as linhas mestras da organização que existia por aí - eu podia dar depois a posição de algumas.

M.M. — Mas eu pensava que o Beltrão só tinha trabalhado nessa fase da sua administração.

A.L. — É, na minha administração. Mas como a missão dele abrangia todas as diretorias, ele tinha acesso a todas elas indistintamente.

V.L. — Mas ele não fez parte da primeira gestão.

A.L. — Não, não. Ele foi contratado para isso, só para isso: para fazer a organização.

M.M. — Mas já na sua gestão.

A.L. — Já na minha gestão.*

V.L. — Qual era a diretriz básica que o senhor imprimia ao seu setor, à sua Diretoria de Administração?

A.L. — Austeridade - uma das condições para entrar na... - e conhecimento da empresa. Não havia outra. Qualquer outra caía numa dessas duas.

* Hélio Beltrão foi o contratado na gestão Juracy Magalhães para elaborar o Plano de Organização dos Serviços Básicos da Petrobrás. Assumiu o cargo de diretor de Administração na gestão Arthur Levy.

V.L. — Conhecimento do ramo em geral, claro. Quando perguntei ao senhor sobre a relação entre os diversos diretores, eu não quis saber se essas relações eram amigáveis ou não, mas como é que essa estrutura funcionava.

A.L. — Tudo funcionava de acordo com o manual de instrução que tínhamos, feito pelo Beltrão. Quando funcionamos no dia 10 de maio, já havia o manual, ele já tinha preparado.

V.L. — Foi quando o senhor era presidente?

A.L. — Não, diretor.

V.L. — Ah, então foi ainda na fase do Juracy Magalhães.

A.L. — No dia 10 de maio, que foi o primeiro dia de funcionamento, ela funcionou integral. Isso que eu quero dizer: funcionou integral. Porque já tínhamos...

M.M. — O Beltrão tinha sido contratado para elaborar esse manual?

A.L. — Tinha sido contratado. Agora, nós já tínhamos... Teve um período desde a aprovação da lei, que foi a mil quinhentos e não sei quanto...

V.L. — Aí já é a Lei 2.004.

A.L. — É.

V.L. — General, a lei da Petrobrás foi aprovada em outubro de 53 e a Petrobrás foi instalada em 10 de maio de 54. Só quando ela foi instalada é que as diretorias foram escolhidas, que os trabalhos começaram, ou as coisas já estava adiantadas?

A.L. — Os trabalhos já estavam adiantados, já estavam sendo realizados. A intenção era fazer ela funcionar o mais

depressa possível, porque havia muitos assuntos em marcha, inclusive a exploração.

M.M. — Ah, sim, claro. Para não haver descontinuidade na passagem do CNP para a Petrobrás.

A.L. — Pois é. Isso foi brilhantemente feito, porque não houve motivos para discordância, para...

V.L. — Como foi feita a transferência dos bens do CNP para a Petrobrás? O senhor foi encarregado disso também.

A.L. — Fui encarregado. Esses bens foram arrolados nesse período de transição. Esse período de transição resolveu todos os problemas, é um exemplo. Poucos processos de instalação no Brasil têm essa propensão a realizar tudo. Então... cada diretoria tinha uma comissão de arrolamento, isso passou a ser geral na Petrobrás. Tinha que ser. Então cada uma tinha uma comissão de arrolamento. Esta comissão, na minha administração, na minha diretoria, foi feita também por uma outra comissão que tinha o arrolamento de todos os bens da Petrobrás — um por um, máquina por máquina. Nesse intervalo, legalizamos essa distribuição, que foi aprovada pelo CNP. Então arrolamento de bens...

V.L. — Quer dizer, o CNP, além de recursos financeiros, passou também...

A.L. — Pessoal e material. Mas nós deixamos qualquer coisa, como sempre, porque eu ainda continuei lá.

V.L. — O senhor fazia a ponte.

A.L. — Fazia a ponte.

V.L. — Quer dizer que o senhor diz que não gosta de política, mas nesse caso deve ter feito, no mínimo, política de relações públicas, para conseguir aparar todos os des-

descontentamentos decorrentes do fato de um órgão estar perdendo bens, estar perdendo recursos para outro, não é? Como foi isso?

A.L. - Talvez tinha sido um intuito natural.

V.L. - Estou superdesconfiada do senhor, general. Estou achando que o senhor é político demais e esconde o jogo. [risos] Isso de em off... Estou brincando, é uma brincadeira. [risos]

A.L. - Não, até que não.

V.L. - Mas o patrimônio com que a Petrobrás iniciou sua vida era pequeno, não era, general?

A.L. - Quatro milhões de cruzeiros. Era de fato pequeno. Mas deu, o negócio é que deu. Porque imediatamente nós começamos a funcionar no provimento de recursos, tirando verba daqui, tirando verba dali... A própria lei nos deu esses quatro milhões para iniciarmos, que naquela época, diga-se de passagem, já era muito bom, e dólares suficientes também para manusearmos as importações. Nessa época, quase tudo ainda era importado.

M.M. - Apesar disso houve um aumento, tanto na área de prospecção, de pesquisa...

A.L. - Bom, na minha área foi 5 e 15 mil barris... Tudo andou mais rapidamente do que no Conselho do Petróleo - embora a gente deva elogiar muito o Conselho pela sua aptidão em administrar coisas que não deram resultado, improdutivas.

V.L. - O senhor disse: "Embora a gente deva elogiar muito o Conselho, a Petrobrás teve uma..."

[FINAL DA FITA 9-A]

A.L. — ...foi melhorada. Basta haver mais recursos para a máquina ser melhorada. É raro o improdutivo; o sujeito não quer perder o lugar, então não vai fazer bobagem.

M.M. — General, como diretor administrativo o senhor gozava de autonomia para desempenhar a sua função?

A.L. — Autonomia de diretor. Em toda a empresa os diretores têm autonomia até a área do presidente. Quando entra a área do presidente, pára a autonomia.

V.L. — Quais foram as grandes metas propostas para a Petrobrás pela gestão Juracy Magalhães?

A.L. — A primeira foi Cubatão, a segunda foi o aumento de Mataripe e a terceira foi o aumento da exploração e o aumento da produção de óleo. Essas foram as grandes metas que serviram de guia para a Petrobrás.

V.L. — Acho que na vez anterior nós falamos sobre a questão da vinda do Link - falamos adiantados sobre esse assunto. O senhor não se lembra de que já falamos sobre esse assunto?

A.L. — Sobre o quê?

V.L. — Que o Walter Link foi contratado para a área de exploração, o que causou muita polêmica.

A.L. — Outra polêmica. Eu, por exemplo, não aprovei essa polêmica. Porque a Petrobrás, tendo iniciado os serviços num campo neutro, num campo em que não havia recursos, não havia técnica, não era possível fazê-la funcionar com os rendimentos do Conselho. Tínhamos que fazê-la funcionar com rendimentos maiores que os do Conselho. E um dos aumentos de rendimento era a ampliação do seu quadro técnico e a ampliação dos seus chefes técnicos. Aí é que en-

trou o Link. O Neiva foi encarregado de ir aos Estados Unidos para escolher um técnico de alta capacidade para dirigir o Departamento de Exploração da Petrobrás. O que havia sido convidado - não sei como se chamava - não concordou, então, em substituição, veio o Link. De fato, não se pode condenar a Petrobrás nem o Link por sua atuação, porque foi brilhante. A atuação do Link foi brilhante. Deixou uma repartição na Petrobrás... Alguns técnicos da Petrobrás reclamam, por causa da situação diferente.

M.M. - De salário?

A.L. - É. O salário dele era o do mercado nos Estados Unidos. Daí é que saiu essa divergência de salários com os técnicos brasileiros. E ele foi autorizado também a trazer dos Estados Unidos elementos que pudessem constar desse departamento que ele criou, de Exploração e Produção.

M.M. - Um dos argumentos do presidente Juracy para a contratação do Link era de que um técnico dessa envergadura daria mais prestígio para a empresa no exterior. Isso aconteceu de fato?

A.L. - Aconteceu. Foi muito interessante a sua pergunta sobre as conseqüências da entrada do Link na Petrobrás. Muitas portas se abriram. Porque ele era reformado, já era aposentado - era uma figura, de bela estampa etc., mas já era aposentado. E ele foi buscar entre seus amigos uns aposentados de fama... Por isso é que eu concordei com a vinda dele, que aprovei a vinda dele. Mas quem contratou mesmo foi o Juracy, foi na época de Juracy.

V.L. - Nós estamos vendo a questão do prestígio da Petrobrás do ponto de vista externo e a contribuição que a vin-

da do Link teria trazido para esse prestígio. Agora, pensando ainda na questão externa, a empresa sofreu pressões?

A.L. — Externamente?

V.L. — Externamente, em termos de liberação de recursos. A posição americana não foi muito favorável à existência de uma empresa estatal no Brasil.

A.L. — Aí não se falava da expressão do americano, era contratação de pessoas bem independentes, completamente. Não era por ser americano.

V.L. — Claro. Eu não estou falando da contratação, só aproveitei para tratar da relação com outros países. Quer dizer, os Estados Unidos não receberam bem a criação de uma empresa estatal aqui e começaram a colocar restrições...

A.L. — Os Estados Unidos mandaram várias pessoas aqui tentar prejudicar o... Mas não conseguiram. A Petrobrás sobrenadou a tudo isso, a todas as divergências externas e internas, que foram muitas.

V.L. — Porque a Petrobrás ficou com um problema de financiamento externo, não foi?

A.L. — Hein?

V.L. — A Petrobrás teve que lutar contra o problema de cerceamento do financiamento externo, por causa da política americana.

A.L. — Não sentimos isso, não.

V.L. — Não houve diminuição, nem maiores dificuldades?

A.L. — Houve trabalho nesse sentido, mas não conseguiu resultados. Os resultados foram diferentes. Existia isso

que você está falando, mas os resultados não foram esses aí.

V.L. — General, o senhor depois vai substituir o Juracy Magalhães na presidência da Petrobrás. Como foi o convite para que o senhor viesse a ser presidente? Quem lhe fez o convite?

A.L. — Eu vou lembrar.

V.L. — Foi no governo Café.

A.L. — Bom. Foi Juarez com Rodrigo Otávio.* Juarez era o chefe de gabinete e Rodrigo Otávio adjunto - aliás, todos os dois já morreram. Então, pela minha atuação nos cargos anteriores - sempre havia uma coisa baseada no anterior - um dia eles me chamaram, e eu ainda quis... O Otávio dizia que estava muito sobrecarregado, que estava com muita coisa na Petrobrás para fazer, então queria ver se me dispensavam. Mas eles não conseguiram.

M.M. — O senhor preferia ter ficado na Diretoria Administrativa?

A.L. — Depois nomearam outro... Puxa, quem foi o outro?

V.L. — O que foi para a Diretoria Administrativa? Foi o Beltrão?

A.L. — Não.

M.M. — Quando o senhor assumiu a presidência, sua diretoria era o Irnack, o Neiva e o Hélio Beltrão?

A.L. — Não, não era o Hélio.

M.M. — Quem foi para o lugar de diretor administrativo?

* Juarez Távora e Rodrigo Otávio Jordão Ramos.

A.L. — Foi o Hélió, sim, foi o Hélió.

V.L. — Foi o senhor que o chamou.

A.L. — Fui eu que chamei. Foi escolha individual, sem nenhuma interferência.

M.M. — A escolha dos três diretores?

A.L. — Não, dois já estavam dirigindo.

V.L. — Dois já estavam, mas o senhor decidiu mantê-los.

M.M. — Foi uma decisão pessoal neste caso?

A.L. — Foi absolutamente pessoal, em razão dos méritos do Beltrão, no caso, e à sua prática em fazer a coordenação e preparar os elementos da Petrobrás. Ele já estava em condições, não havia necessidade de um tempo de amostragem do Beltrão para ocupar a diretoria, como foi o nosso caso. O Beltrão já estava preparado para entrar: tinha feito o Plano de Organização, de modo que estava perfeitamente preparado para assumir a diretoria, e até a presidência, se fosse convidado.

M.M. — Quando o senhor assumiu, pensava em continuar o trabalho do seu antecessor ou havia coisas a serem modificadas?

A.L. — Não. Pela formação rígida da diretoria, não havia possibilidade de outra forma de escolha do...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

V.L. — General, nós estávamos conversando sobre o relacionamento entre as diversas diretorias durante a sua gestão. Não em termos de amizade, mas em termos de como isso funcionava com relação ao trabalho.

A.L. — Funcionava de acordo com o Manual de Organização da Petrobrás feito pelo Beltrão. Era isso, de um modo geral, que se fazia. O Beltrão também tirava as dúvidas dessa organização, aplicando naturalmente o que ele havia preparado no Manual.

M.M. — Como era o contato dessa diretoria com o senhor, que era o presidente? Havia reuniões periódicas em conjunto ou isoladamente?

A.L. — Deixe eu ver como eu tive... Havia uma reunião por semana, acho que às quartas-feiras. E todas as vezes que eu queria resolver um problema com um dos diretores, bastava chegar na porta da diretoria, entrar e resolver os assuntos. Se o diretor estivesse desocupado, quer dizer, se não estivesse em entrevista. Acho que não tenho mais nada para...

V.L. — Como era a vida nesse período, general?

Porque, apesar de ser a segunda gestão, a empresa ainda estava na fase de implantação. O trabalho era muito absorvente? Afetava o seu tempo privado, sua vida particular?

A.L. — O período era absorvente, seja na parte de condução da Petrobrás, seja na parte de preparo de documentos.

V.L. — O senhor chegava tarde em casa?

A.L. — E não apanhava. [risos]

V.L. — Mas o trabalho era bastante absorvente?

A.L. — Obrigava o senhor a viajar ou não?

A.L. — Eu viajava muito, principalmente à Bahia-Rio-Bahia. E depois Cubatão, Rio-Cubatão.

M.M. — O senhor inspecionava pessoalmente os trabalhos?

A.L. — Inspecionva pessoalmente, quando era necessário. Não ia inutilmente.

M.M. — E como era o contato dessas unidades que estavam longe aqui da sede?

A.L. — Procurava ser o mais dócil possível. Mesmo assim, havia aspereza no trato de muitos chefes com os subalternos? Como existe em toda empresa, a harmonia não é 100%. No nosso caso, acho que nas camadas superiores era 100%; nas camadas de baixo havia sempre uma divergência, como foi o caso de Cubatão, com os militares, de que já falei.

V.L. — Dos militares?

M.M. — O senhor substituiu o superintendente de Cubatão.

A.L. — Bom, no desenrolar das querelas, foi preciso substituir o superintendente de Cubatão.*

V.L. — E o senhor colocou lá o Ernesto Geisel.

A.L. — Aí o Bina Machado já estava na chefia do gabinete. E o Bina Machado, ora ficava a meu lado, ora ficava do outro, de modo que a gente não tinha uma orientação segura sobre os problemas que estavam sendo questionados.

V.L. — Por que foi preciso mudar essa superintendência?

A.L. — Foi justamente esse negócio de substituição em seção de militares para fazer o orçamento, para fazer o projeto... Eles achavam que estavam em condições de fazer isso e nós achávamos que não estavam, que era preciso uma experiência a mais, porque a que tínhamos não era suficiente para a direção da empresa.

* O general Arthur Levy substituiu o coronel Joaquim R. Monteiro pelo coronel Ernesto Geisel na superintendência da Refinaria Presidente Bernardes - Cubatão.

M.M. — Quer dizer, no caso da refinaria, a mesma discussão que vinha desde o CNP...

A.L. — Continuou. Agora, os oficiais eram da ativa, de modo que isso também foi um argumento a meu favor para vencer a questão. O oficial da ativa não tem garantida a sua permanência na condução de uma coisa civil. Não tem garantida. Ele é oficial da ativa para servir o Exército na ativa. Agora, os reformados, não; os reformados podem exercitar a sua função e... De modo que todos os fatos surgiram por causa desse problema. Também o general Stênio*, que era o coordenador-geral desses elementos, ficou parado, ficou...

M.M. — Era o general Stênio quem coordenava esses elementos favoráveis a que técnicos brasileiros operassem a...?

A.L. — É. E nós achávamos que não era possível, que era um período de estágio.

V.L. — Então o senhor substituiu o Superintendente pelo coronel Geisel.

A.L. — Foi. Trabalhei com o Geisel.

M.M. — E que tal o coronel Geisel?

A.L. — O Geisel... foi formidável. Eu não tenho outra expressão, senão esta: ele foi formidável, acatava todas as decisões que a gente tomava. Ele foi chefe do gabinete Café Filho e na mão dele é que esse problema dos militares foi acabar. Do Geisel e do Bina Machado.

V.L. — Quer dizer, general, que havia em Cubatão um desentendimento entre os técnicos e os militares ligados à refinaria e a superintendência. O senhor lidou com essa

* Stênio Caio de Albuquerque.

situação substituindo primeiro o superintendente, botando Ernesto Geisel. E como é que o senhor, vamos dizer assim, manobrou com essa situação dos militares que estavam lá dentro descontentes?

A.L. — Várias vezes nós fomos a Cubatão tentar um acordo com eles, mas não foi possível. Eu tive que excluir da refinaria uns quatro ou cinco elementos. Essa exclusão deu motivo à ida de processo até o presidente da República, e o presidente nomeou a comissão Macedo Soares para verificar quem tinha razão. Macedo Soares ficou para lá, ficou para cá...

V.L. — O Edmundo de Macedo Soares?

A.L. — O Edmundo. Ele ficou para lá e para cá e não disse nada. Quando o processo voltou, eu já tinha excluído os oficiais. E ficou por isso mesmo, nada mais aconteceu.

V.L. — E o maior fator de discórdia foi a questão de...?

A.L. — O projeto da refinaria ser feito ou não por brasileiros.

V.L. — E os militares que estavam na ativa, o senhor se articulou de alguma maneira com os superiores deles para que fossem afastadas dessas atividades civis?

A.L. — Eu atuei na área do Lott, mas não tive êxito, me retraí e não fui mais lá. Essa foi a área que eles contaram para fazer todas as objeções.

V.L. — Durante sua gestão, general, o senhor vai ter um papel fundamental - e aí não vai poder dizer que não -, porque a situação era uma situação de conflito com o Ministério da Fazenda - o ministro da Fazenda era o Eugênio Gudin. E o senhor estava com uma preocupação muito grande

de lutar por condições de sobrevivência da empresa.

A.L. — Com dólar.

V.L. — Com dólar. O que o senhor considerava essencial para a sobrevivência da empresa?

A.L. — Naquela época a providência essencial era a provisão de dólares. Era essencial, essencialíssima! Ou o governo dava os dólares que a gente necessitava, ou eu tinha que pedir demissão. Eu estava com a carta de demissão no bolso quando... Mas a questão... Juarez tomou a questão a si e abandonou logo depois.

M.M. — O senhor procurou o Juarez?

A.L. — Procurei o Juarez, porque a questão do dólar estava na área do gabinete. Mas...

M.M. — O senhor já contou um pedaço dessa história, mas a gente queria saber mais detalhes. Porque nessa época houve uma campanha muito grande pelos jornais quanto a se manter ou não a Petrobrás, lembrando os prós e os contras. O ministro da Fazenda ia sempre aos jornais dando declarações contrárias, o senhor também ia à televisão - até à TV Record eu lembro que o senhor foi.

V.L. — Eu ia perguntar isso ao senhor: naquele tempo a televisão não era muito usada. Eu sei que uma das primeiras pessoas que se utilizou muito da televisão para fins políticos foi o Carlos Lacerda durante o governo de Vargas. Mas de qualquer maneira isso estava começando aqui no Brasil. Como foi a sua experiência de ir debater um assunto dessa envergadura na televisão?

A.L. — Eu nunca solicitei a intervenção da televisão nos casos da Petrobrás. Eu tinha aversão ao uso indiscrimina-

do da televisão. De modo que foi com dificuldade que conseguimos estancar... Pode me explicar de novo?

V.L. — O senhor esteve na TV Record...

A.L. — Estive em várias.

V.L. — ...e debateu as críticas que estavam sendo feitas à Petrobrás. Havia muita pressão contra a Petrobrás, e o senhor foi para a televisão, criticou os impacientes que queriam resultados imediatos, lembrou os pronunciamentos do presidente Café Filho e de Juarez Távora favoráveis a que a lei da Petrobrás não fosse alterada, não fosse mexida, que não houvesse nenhuma alteração nisso. O senhor falou muito na televisão.

A.L. — Tudo isso?

V.L. — Tudo isso e muito mais. Não se lembra dessa experiência e desse debate em defesa da permanência da Petrobrás?

A.L. — Eu me lembro, sim. É que a gente não está acompanhando bem a história.

V.L. — Voltando à questão dos dólares, general, da necessidade premente de recursos em moeda estrangeira, a tal ponto que o senhor estava com a carta de demissão no bolso, caso não conseguisse.

A.L. — Isto é um fato.

V.L. — Como é que o senhor encaminhou a questão?

M.M. — O senhor disse que procurou o Juarez. Procurou mais alguém?

A.L. — O Bina Machado, que não fez nada.

V.L. — Quem se empenhou?

A.L. — Quem trabalhou mesmo nisso no núcleo do palácio do Catete — porque o problema foi bater no Catete — foi Rodrigo Otávio, coronel Rodrigo Otávio. Preparamos duas correspondências: uma de aplicação simples de dólar e outra de negociação de dólar. E o Gudín não estava querendo nem uma nem outra, porque ele tinha um projeto de que o orçamento da República era uno e indivisível. De modo que, se desse dólar para a Petrobrás, tinha que dar para todo mundo, e não havia capacidade para dar isso tudo.

M.M. — O senhor chegou a ter algum contato pessoal com o Gudín?

A.L. — Ah, tive. Tive vários.

M.M. — Como eram essas conversas?

A.L. — Muito boas. Ele era meu amigo, era meu amigo. Ele tinha uma admiração... gostava muito de mim, de modo que nossas reuniões, mesmo divergentes, eram corteses, eram muito acessíveis. Não havia problema de contato entre mim e ele. Sempre que eu o procurava pelo telefone, ele estava à minha disposição para atender. O negócio é que ele se batia por uma causa justa e eu também me batia por outra causa justa, que era fornecer dólares para a Petrobrás, sem o que a Petrobrás pararia.

M.M. — Além do Rodrigo Otávio e do Juarez, o senhor procurou alguma outra pessoa?

A.L. — O ministro Meira. Como é que ele se chama? Esse, dos automóveis, que criou a indústria automobilística no Brasil.

V.L. — O Lúcio Meira. Criou mais tarde, já no governo do Juscelino.

A.L. — O Meira já estava nesse problema bem antes do Juscelino. E não houve mais ninguém. A discussão acabou ficando entre mim e o Gudín. Porque o Conselho de Administração da Sumoc marcou uma reunião especial para tratar do assunto e não deu ganho de causa ao Gudín, deu a mim. De modo que o Gudín ficou separado, sem poder atuar mais. Mesmo assim ele atuou, foi ao presidente da República, mas não conseguiu nada.

M.M. — O senhor chegou a expor pessoalmente suas teses ao Conselho da Sumoc?

A.L. — Não, eu não. Mas mandei esse rapaz do automóvel, o Meira, fazer a ligação com a Sumoc. Eu tenho fotografia da reunião com esse rapaz...

V.L. — O Lúcio Meira?

A.L. — O Lúcio Meira. Ele manteve contato com a Sumoc. Esse rapaz ficou do lado de fora da reunião, assistindo. Ele foi fardado, e muitos diziam que ele foi para forçar a aprovação do papel pela Sumoc dando dólar para a Petrobrás.

[FINAL DA FITA 9-B]

V.L. — Pensando sobre esse momento, justamente na hora em que terminou a fita o senhor disse uma frase caracterizando-o - falou e foi bonito: "Há momentos na vida da gente que são cruciais..."

A.L. — Que são cruciais, como o caso da aprovação do dólar pelo ministro Gudín, que foi resolvido graças à intervenção do presidente da República a meu favor.

M.M. — Essa defesa dos dólares da Petrobrás foi uma discussão pública. O senhor foi à imprensa, o Gudín também foi...

A.L. — Não foi pública, foi dentro de uma reunião da Sumoc, que não é pública.

M.M. — Sim, mas o senhor defendia a destinação de recursos em dólares para a Petrobrás. O senhor acha que o fato de ter dado essas declarações nos jornais, na televisão, facilitou a aprovação dos dólares pela Sumoc?

A.L. — Facilitou até um certo limite, porque os repórteres iam pedir audiência para mostrar que o Gudín estava errado, enfim, uma porção de... Gudín não estava errado; Gudín estava fora de época, estava defendendo o seu projeto, que era contrário ao meu.

V.L. — E que era contrário à existência da Petrobrás.

A.L. — Contrário à existência da Petrobrás. Aí, um dia em que já estava cansado de discutir comigo, ele me telefonou. Gudín telefonou para mim dizendo que era contrário etc. e tal, mas que, como se tratava de uma empresa tal, do Estado etc. e tal, que ele ia fornecer os dólares. Aí acabou a questão. Mas surgiu ainda um "que": quando o papel voltou ao gabinete da Presidência da República ele foi um pouco alterado, e Gudín custou novamente a aprovar essa alteração. Custou. Novamente outra discussão, outra conversa com o ministro Gudín. Felizmente ele concordou no final. De manhã cedo. Passamos a manhã toda nesse brigueiro.

M.M. — Quer dizer que, embora aprovada pelo conselho da Sumoc, a decisão ainda levou um tempo para ser executada.

A.L. — Levou um tempinho. Não foi um tempo grande, dois ou três dias só.

M.M. — Nessa época o Brasil passava por uma grave crise cambial, não é?

A.L. — Uma grave crise cambial, justamente. Apesar disso, conseguimos arrancar os dólares. [risos] Nós tínhamos uma outra coisa a favor era que os dólares que mandávamos para o exterior, com a compra de óleo diesel, de óleo cru e equipamento de importação etc... Pôxa...

V.L. — Os dólares que os senhores mandavam para o exterior, com a compra de equipamentos...

A.L. — ...Eram produzidos pela própria Petrobrás. Quando ela produzia derivados, quando produzia o óleo etc. e tal, em vez de importar, ela estava ganhando em dólar. E esses dólares que ela estava ganhando, Gudín queria que entrassem no orçamento único, que era idéia dele. De modo que ficou assim. Até que, na última instância, ele concordou em dar os dólares da Sumoc. No final, ele concordou em dar os dólares também para a Petrobrás.

M.M. — Quer dizer que o que a Petrobrás gerava em dólares passou a ser aplicado pela própria Petrobrás.

A.L. — Pela própria Petrobrás. Um detalhezinho pequeno é que era esse total menos 20%; 20% ficavam para os outros, para o Gudín brincar com eles. [risos]

V.L. — Ah, iam para o ministério. Mas essa medida teve um alcance muito grande também em termos de criar um grau de autonomia muito grande para a empresa - ela própria poder operar e investir com os dólares que tinha gerado.

A.L. — É. Essa solução foi ótima por várias razões, in-

clusive por essa autonomia que deu, para a satisfação dos desejos daqueles que eram favoráveis à Petrobrás.

V.L. — Houve uma mudança na visão e na atitude do Juarez nesse período, não é? Porque antes ele era contra o monopólio estatal, e nessa questão, pelo menos na fase inicial, ele vai apoiar o senhor.

A.L. — É. Ele deu até uma entrevista sobre esse negócio de nacionalismo, estatismo etc., mostrando-se nessa ocasião favorável ao estatismo. Não sei como é que ele...

V.L. — Campanha eleitoral, será?

A.L. — Não sei.

V.L. — Será que a questão eleitoral não teria pesado?

A.L. — Mas ele estava no gabinete do Café Filho.

M.M. — Será que ele já pensava em ser candidato?

A.L. — Acho que sim. Foi tão próximo da candidatura!

V.L. — Tão próximo da candidatura! Ali ele já devia estar pensando, não é?

A.L. — É, já devia estar pensando.

M.M. — Quais foram os efeitos imediatos da aquisição dos dólares? Por exemplo, a compra de equipamentos aumentou muito?

A.L. — Primeiro tínhamos que cumprir compromissos já assumidos, que eram enormes! Sem esses dólares, não poderíamos cumprir a importação de material, do óleo etc. etc. Depois...

M.M. — O que pesava mais nessa época em termos de importação da Petrobrás: o óleo ou outros materiais?

A.L. — Os dois. Eram dois problemas sérios: um, a impor-

tação de sondas, e outro, a importação de óleo. Dois problemas que... Sem isso a Petrobrás não andaria, razão pela qual eu fiquei intransigente em pedir os dólares.

V.L. — General, outro momento notável da sua gestão foi o momento em que se inaugurou a Refinaria de Cubatão. O senhor poderia nos contar como foi a inauguração e depois dar detalhes sobre o funcionamento da refinaria?

A.L. — Primeiro, a inauguração de Cubatão serviu de palco político para duas autoridades que estavam em grandes atividades naquela ocasião: o prefeito de São Paulo... Como é que chama, o vassoura?

V.L. — Jânio Quadros. [risos]

A.L. — Mas você entendeu, não é?

V.L. — Claro, claro! Todo mundo entende.

M.M. — E o outro?

A.L. — Tinha um segundo caso... Não dá, está vendo? A cabeça está ruim.

V.L. — Depois o senhor se lembra do outro.

M.M. — Mas o Jânio Quadros foi à inauguração?

A.L. — E o Café Filho. Os dois se reuniram em Cubatão, e todos os dois fizeram um discurso político. De inauguração de Cubatão não tinha nada, nem uma palavra sobre a refinaria, que era uma grande obra naquela ocasião, uma obra que poucas nações tinham. Fiquei danado da vida! Ele foi lá de helicóptero e não disse nada sobre a Refinaria de Cubatão. Nós é que no final... O Lott também estava.

M.M. — O Lott também discursou?

A.L. — Não, o Lott não era de discurso. Foi prestigiar

o momento para eles, e não para Cubatão.

V.L. — E a presença do Lott lá, o senhor acha que foi também de ordem política, ou ele foi só prestigiar?

A.L. — Não, o Lott foi sem querer. Ele até criou um caso comigo. Cubatão, vivemos de casos.

V.L. — Cubatão teve muito caso. Como foi o caso com Lott?

A.L. — Com o Lott foi porque no almoço eu, como presidente da Petrobrás, tinha que me sentar do lado direito do presidente da República. E os coordenadores do almoço puseram o Lott do lado esquerdo. De modo que, nesse caso, ele falou, esbravejou, mas eu não liguei importância. [risos]

V.L. — Por causa da posição na mesa.

A.L. — Só por causa da posição. Veja como é triste a...

M.M. — Havia outras autoridades?

A.L. — Havia, mas não me lembro mais. Além do Lott, havia o superintendente, eu... Foi muita gente, mas não foi gente de representação, foi o pessoal de Cubatão mesmo.

V.L. — E houve repercussão na imprensa? Foi dada a devida importância ao fato de se estar inaugurando a maior refinaria do país?

A.L. — Não, muito raro. Passou despercebido. O discurso político queimou a solenidade. Queimou completamente.

V.L. — Vamos falar então sobre o funcionamento de Cubatão.

A.L. — A partida foi muito boa, e o funcionamento posterior, com os elementos que foram contratados, foi muito bom. Nessa ocasião já estava apaziguado, e foram raras as oposições para o funcionamento. Poucas. Mas Cubatão

continuou. Cubatão não parou aí. Cubatão continuou: logo veio a unidade grande para cem barris por hora.

M.M. — A Fábrica de Asfalto fazia parte desse complexo?

A.L. — Fazia. Mas vamos completar aqui primeiro. E Cubatão começou a produzir imediatamente. Anexo a Cubatão, existia a Fábrica de Asfalto, que também foi inaugurada com a presença do Geisel como superintendente.

V.L. — Essa fábrica era suficiente para atender às necessidades do país naquela época?

A.L. — Não, não. Os planos não eram totais, havia ainda uma parcela que ficava... mas era consequência daquele outro falatório sobre estrada de rodagem — o asfalto está muito ligado ao problema da estrada de rodagem.

M.M. — A refinaria foi inaugurada em 55?

A.L. — Em 54,* se não me engano.

M.M. — E logo em 55 já começou, pelo menos chegaram os equipamentos para o aproveitamento do gás produzido pela refinaria. Esse já era um plano desde aquela Comissão de Petroquímica de que o senhor participou?

A.L. — Já era, fazia parte do plano. Aquela comissão chegou à necessidade de se construir uma fábrica de fertilizantes, com uma capacidade tal, que não me lembro, mas houve dificuldades também, porque o material era de difícil aquisição e acesso. Aquisição não no sentido de que faltasse dinheiro, mas de funcionamento, era de difícil funcionamento. O gerador que tinha a missão de purificar

* A Refinaria de Cubatão foi inaugurada em abril de 1955.

o ar não funcionou direito, então ficou-se aguardando que o fornecedor entregasse um material melhor, sem conserto.

M.M. — Eu li que nesse processo de aproveitamento de gases foi feito um contato com a Service Engenharia. O que fazia essa firma? Foi ela que montou a...?

A.L. — A Service fez... O gás, depois de uma luta danada, era distribuído para quatro empresas, e a Service era a empresa principal.

[FINAL DA FITA 10-A*]

6ª Entrevista: 14.08.1987

V.L. — General, nós falamos da última vez sobre Cubatão.

A.L. — Bom, eu prefiro continuar falando sobre Cubatão, porque foi um dos melhores episódios da vida do petróleo no Brasil. Em Cubatão nós começamos bem, porque começamos mantendo em segredo o preço do terreno da refinaria. Antes o problema de Cubatão tinha sido falado no plenário do Conselho do Petróleo, quando se falou da necessidade de uma refinaria no Brasil, já que tínhamos uma de apenas cinco mil barris e era necessário construir outra. Essa refinaria deveria ser colocada ou junto ao consumo ou junto à produção. Depois de uma discussão nos ministérios militares sobre a sua localização, imaginada até em Angra dos Reis, metade do caminho do Rio para São Paulo, houve uma longa discussão no Conselho do Petróleo. Porque o Brasil, não tendo nenhuma refinaria, em qualquer lugar

* A fita 10-A não foi gravada integralmente.

a refinaria seria bem-vinda, bem projetada.

V.L. — Já havia Mataripe.

A.L. — Só Mataripe, com cinco mil barris.

M.M. — O senhor estava falando que a discussão era se a localização seria perto da área de consumo ou da produção.

A.L. — Era. Afinal chegou-se à conclusão de que a construção da refinaria seria oportuna em qualquer lugar, porque tendo só cinco mil barris, todas as áreas eram carentes de refinaria. Apesar disso, reconheceu-se nessa ocasião que a melhor localização seria a zona de Santos - a região ou zona de Santos -, por estar perto do... O consumo de São Paulo era maior do que qualquer uma das outras regiões do Brasil, de modo que era uma localização privilegiada.

V.L. — Então o fator consumo era importante.

A.L. — O fator consumo era importante. No caso do Brasil. No caso do Brasil não havia o que discutir: todas as regiões eram carentes, de modo que...

M.M. — Mas nessa época certamente o consumo era maior do que a produção.

A.L. — O consumo era tudo. A produção era só de cinco mil e o consumo era de 50 mil barris mais ou menos.

M.M. — Daí a escolha da região próxima a São Paulo, não é?

A.L. — É, em São Paulo. Mas a região de Santos - é preciso não confundir com a região de São Paulo - foi muito discutida, e chegou-se à conclusão de que a refinaria estaria bem localizada junto ou próxima à cidade de Santos.

V.L. — Por que era particularmente importante a localização próximo à Santos?

A.L. — Porque já havia um esquema montado de recebimento de óleo cru, portanto Santos seria o melhor ponto da costa do Brasil a ser montada uma refinaria. Ainda mais, como não havia em parte alguma outra refinaria, qualquer solução seria aceitável. Mas essa de Santos predominava por causa do porto, que era fundamental. No caso o do Rio não era tão fundamental quanto o de Santos.

V.L. — O senhor disse que houve essa discussão entre os militares no Conselho para tomar a decisão.

A.L. — Isso foi antes. Já falei.

V.L. — Nessa mesma época o geólogo Glycon de Paiva estava pleiteando que a localização da refinaria fosse no Norte, porque ele acreditava na existência de petróleo naquela área.

A.L. — É. Mas qual é a pergunta?

V.L. — A pergunta é essa: quando a comissão estava discutindo a localização de Cubatão, havia debates?

A.L. — Muitos debates.

V.L. — Em particular com o Glycon mesmo?

A.L. — Não. O Glycon de Paiva não fez parte de nenhuma comissão de localização. Era apenas uma opinião a mais no problema da localização da refinaria. Então a localização da refinaria tinha que ser feita, portanto, na região de Santos. Nessa ocasião, o Conselho do Petróleo nomeou uma comissão para a escolha do local, e fomos escolhidos para ser o chefe, como em todas as coisas lá. Após o exame de todas as áreas do porto de Santos, Cubatão dominou por causa da sua região plana, que possibilitaria a expansão da refinaria. Então foi escolhida a área de Cuba

tão por essa comissão nomeada pelo Conselho Nacional do Petróleo. Foi exigido por nós absoluto sigilo sobre a localização mesma do terreno; primeiro foi a zona, depois foi a área, depois, finalmente, a localização da refinaria.

V.L. — Quer dizer, só quem sabia do local exato eram os membros da comissão.

A.L. — Não. Nem a comissão conhecia.

V.L. — Nem a comissão conhecia? Só o senhor?

A.L. — Espere um momentinho. Outra pessoa que interveio no assunto e foi muito útil foi o prefeito de Cubatão, que, chamado à minha presença, comprometeu-se a manter o sigilo da localização. Esse sigilo era indispensável, porque era uma área em expansão, como até hoje, era uma área de grande expansão e de grandes possibilidades. Então nós, eu e o prefeito, escolhemos essa área de Cubatão, que era a que mantinha as condições para a instalação de refinaria. Escolhida a área, procuramos estabelecer um conjunto de normas ou regras para a seleção de preços do terreno, porque o preço estava em expansão, estava sendo muito... A região era de fato apropriada para a instalação de uma indústria e para a expansão dessa indústria, que era um ponto fundamental também. Só o porto, só as vizinhanças de Santos tinham essas condições. Então, o local da refinaria não podia ser outro, senão esse próximo ao porto de Santos. Cubatão, naquela ocasião, havia tido providenciada sua libertação do município de Santos e passara a ser município independente do porto de Santos, o que também ajudou muito a nossa combinação com o prefeito de manter o segredo. O prefeito já era do município de

Cubatão, e não do município de Santos.

V.L. — Por que tinha que ser segredo?

A.L. — Porque, como eu já disse, a expansão era enorme, o avanço na área...

M.M. — Especulação.

V.L. — O preço do terreno ia subir loucamente.

A.L. — E já sabiam que ia ser construída uma refinaria. Não sabiam qual era, quer dizer, contaram o coisa, mas não contaram o...

V.L. — Exato.

M.M. — Esse terreno que os senhores adquiriram já comportava a ampliação futura da refinaria?

A.L. — Comportava. Uma das razões para a área ser escolhida foi essa possibilidade de expansão. Hoje está provado que estávamos certos. [risos] Com o estudo de preços, chegamos a uma tabela mais ou menos aproximada do valor do metro quadrado do terreno, o que era muito importante. Essa tabela foi aprovada pelo Conselho do Petróleo e logo depois anunciada. Aí deixou de ser segredo, mas os preços já estavam determinados. Se não se fizesse isso, nós íamos comprar um terreno por dez vezes mais do que era possível naquela ocasião, naquela área. Escolhido o terreno, passamos à demarcação da área.

M.M. — Só uma coisa, general: como foi feito o pagamento do terreno?

A.L. — Ah, para o pagamento do terreno, cada interessado ia nos procurar no Conselho — a comissão funcionava no Conselho, não tinha sede ainda.

V.L. — Nós queríamos saber como a comissão comprou, a forma de pagamento.

A.L. — Houve um estudo precedido de um determinado critério de avaliação de áreas que sabíamos que estavam em plena expansão. Nós tínhamos que cortar...

V.L. — Mas esse terreno, no conjunto, pertencia a diversos particulares, não é isso?

A.L. — A área era de particulares.

V.L. — De vários particulares, porque ninguém possuía aquilo tudo junto. E lá era o cemitério também.

A.L. — De sobra foi o cemitério. [riso]

V.L. — Então cada um dos particulares se entendia com a comissão para vender o seu terreno, mas ao preço da tabela.

A.L. — Ao preço da tabela.

V.L. — E vocês conseguiram que todos vendessem. Isso já foi outra luta, não foi? Porque alguns podiam não vender.

A.L. — É. Felizmente todos concordaram. Reagiram muito, teve um, então, que era o pai do prefeito... — esse podia reagir mesmo! [risos]

V.L. — Alguns deviam estar querendo usar essa reação até para subir o preço do seu terreno. Estavam pressionando.

A.L. — Ou para manobrar com terceiros. Esse é que era o problema.

V.L. — Claro, claro. Agora, o cemitério era terra da prefeitura que teve que ser desapropriada.

A.L. — Eu queria me lembrar do preço do metro quadrado que foi estabelecido pela comissão, porque, como julgávamos que fosse o menor preço de venda, seria interessante re-

gistrar. Mas não há meio de eu me lembrar. Sei que era em torno de 60 centavos, uma coisa assim.

Bom, determinados o preço e o plano de pagamento, passamos a demarcar o terreno, contando com o auxílio de uma estaca oficial de demarcação de área - um poste onde se começa a fazer o exame topográfico. Com o auxílio dessa estaca, conseguimos demarcar toda a área necessária à refinaria e que já havia sido já estudada pela comissão - a comissão, além do preço, sabia a área que ia ser adotada para a construção da refinaria. Adotada essa área e determinados os preços, estava a comissão em condições de entrar em entendimento com todos os proprietários, como foi feito. Com pequenas reações, o preço foi aprovado. Então, tínhamos preço, tínhamos área determinada, tínhamos referências topográficas certas, de modo que foi possível a demarcação da área necessária à refinaria.

Na mesma ocasião foi nomeada uma comissão para a construção da refinaria. Com a área, com todos esses elementos determinados anteriormente pela minha comissão, foi nomeada uma comissão em que estava o general Stênio. O general Stênio foi designado para fazer parte da comissão, para dirigir a comissão de construção da refinaria. Quando aconteceu a nomeação dessa comissão, nós passamos completa e detalhadamente e não só a demarcação, como... Quer dizer, a refinaria já tinha todos os elementos para ter iniciada sua construção. Como de fato, dentro de pouco tempo, foi iniciada, mas não mais sob a minha orientação: a minha comissão foi extinta, naturalmente, com a nomeação da comissão de construção, que passou a vigorar sob a direção do general Stênio. Isso é o que eu tinha.

A comissão de construção passou a trabalhar em seguida chamando para sua formação um grande número de oficiais da reserva ou da ativa, que levaram a questão da refinaria até o fim, com sucesso. A posição dos oficiais da ativa era criticável, porque estavam na ativa; mas a dos oficiais reformados perfeitamente legalizada. De modo que isso criou casos na construção.

V.L. — Os oficiais da ativa não podiam ter uma função civil, como trabalhar na construção da refinaria?

A.L. — Podiam. Mas tinham que sair quando a refinaria entrasse em operação. Tinha que sair, porque não podiam exercer cargo permanente fora, entendeu? Então tinham que sair. Mas eles não quiseram, e foi uma grande complicação.

V.L. — Quer dizer, esses homens eram técnicos militares?

A.L. — Técnicos militares que tiveram grande êxito na construção da refinaria. Bons técnicos. Eu sinto imensamente ter divergido deles.

A construção foi dada a uma firma estrangeira, a Hydrocarbon. Foi também um processo demorado, muito discutido, com muita filosofia de construção, enfim, foi muito comentado. Todos os atos da comissão passavam pelo presidente do Conselho, que no final da construção era o Plínio Cantanhede.

V.L. — A contratação dessa firma provocou pressão do movimento nacionalista?

A.L. — Foi um problema. A contratação dessa comissão criou problemas dentro da refinaria e da Petrobrás.

M.Q. — Como foi escolhida a Hydrocarbon?

A.L. — A Hydrocarbon foi escolhida através de uma concor-

rência. Naquela ocasião as concorrências de petróleo praticamente não existiam, porque tudo era primeiro, tudo era início. Então nós ficávamos tateando para encontrar uma solução boa; e uma solução foi essa da Hydrocarbon. A Hydrocarbon venceu uma concorrência, o que resultou em proveito da Petrobrás.

V.L. — O senhor disse "em proveito da Petrobrás"?

A.L. — Da Petrobrás. Porque aí eu estava na Petrobrás - não se falou na passagem de um para outro.

V.L. — Porque até então tudo ligado a Cubatão provinha do Conselho. Depois de criada a Petrobrás, quem ficou com a responsabilidade? A Petrobrás ou o Conselho?

A.L. — Aí a Petrobrás entrou com sua autoridade e ficou com toda a responsabilidade da construção.

V.L. — Essa comissão de construção do general Stênio ficou ligada então à Petrobrás?

A.L. — À Petrobrás. Mas primeiro ela funcionou como do Conselho do Petróleo. O Stênio se entendia diretamente com o dr. Plínio Cantanhede.

M.M. — Quem contratou a firma? Foi o CNP ou já foi a...?

A.L. — Foi o CNP que contratou.

M.M. — Mas a fiscalização, a execução do contrato, passou a ser responsabilidade da Petrobrás.

A.L. — Da Petrobrás. Bom, outros casos pequenos surgiram com essa contratação, inclusive com protestos, protestos. Mas o problema foi levado adiante e se chegou a uma conclusão da data de inauguração.

V.L. — Em abril de 55 foi inaugurada.

A.L. — Até a inauguração, em abril...

M.M. — A refinaria foi inaugurada na sua gestão. O senhor ainda teve que tomar alguma providência para a conclusão das obras?

A.L. — Poucas providências. Porque estava entregue a uma firma idônea, capaz de operar, capaz de levar avante o empreendimento. Além desse, depois surgiu um outro contrato para a operação da refinaria.

M.M. — Com a mesma firma?

A.L. — Com a mesma firma, porque não se justificava passar para outra uma coisa que estava sendo do conhecimento de uma firma, tendo chegado com pleno êxito ao fim. Não se justificava uma nova firma de operação. Também aí houve outros problemas; surgiu o problema de que os oficiais — sempre com os oficiais, Cubatão está ligada ao oficial...

V.L. — Engraçado, a história de Cubatão é uma história militar, não é?

A.L. — É. Pronto, sumiu.*

V.L. — O senhor falou que era sempre com os oficiais...

M.M. — O problema da operação.

A.L. — Os oficiais achavam que só elementos brasileiros — acho que já falei sobre isso — seriam capazes de operar a refinaria — aí já não é mais construção, é operação —, com o que também não concordamos. Nós queríamos adquirir a técnica estrangeira, queríamos adquirir a opinião dos estrangeiros nesse problema. Não íamos fazer isso com técnicos brasileiros. Então eles também reclamaram, mas a

* O entrevistado refere-se ao fato de ter-se esquecido do assunto que estava falando.

idéia foi mantida, como uma possibilidade a mais de os técnicos estrangeiros operarem a refinaria, com o menor número de elementos possível. O que foi feito. Eles entraram nas posições-chaves e operaram durante pouco tempo - acho que não foi nem um ano.

V.L. - Quando eles foram embora, o senhor já tinha técnicos brasileiros capacitados para substituí-los?

A.L. - Já capacitados.

V.L. - O senhor teve que despedir gente nessa época?

A.L. - Não. No caso da solução de técnicos estrangeiros operarem a refinaria, houve quatro ou cinco elementos que se insubordinaram contra essa idéia. Aí já não era mais... era insubordinação. Então na mesma ocasião em que recebi a comunicação, eu fiz a demissão desses quatro ou cinco elementos. Bons elementos. É preciso que se diga. Não foi o caso de serem maus elementos ou incapazes tecnicamente; todos eram capazes. Mas fizeram um ato de rebelião que não podíamos aceitar e foram demitidos.

M.M. - O senhor teve esses problemas só com técnicos militares ou havia engenheiros também?

A.L. - Alguns engenheiros também entraram no brigueiro.

V.L. - O senhor lembra o nome do primeiro superintendente de Cubatão?

A.L. - Monteiro*.

V.L. - Ele também saiu, não é?

A.L. - Saiu. Saiu porque não foi capaz de conter o problema da sua esfera.

* Joaquim Ribeiro Monteiro.

V.L. — Por que o senhor escolheu o Ernesto Geisel para substituir o primeiro superintendente?

A.L. — Bom, quando a questão se agravou e mudou o governo - o governo mudou, Getúlio saiu naquele dia da Carta* -, nós tivemos que...

V.L. — Saiu completamente, não é, general? - vamos dizer assim. [risos]

A.L. — Não teve jeito. Aí tivemos que procurar um elemento capaz de dominar a situação. Porque o Café Filho, quando assumiu, mandou que o Macedo Soares fizesse uma diligência a respeito. Macedo Soares fez, e o relatório dele foi ambíguo, levando a que eu permanecesse na direção da Petrobrás, nesse caso. E os nomes que tínhamos bem à mão eram o de Geisel, Leopoldo Miguez e... - havia um outro -, que poderiam desempenhar maravilhosamente a missão, levando até o fim do governo Café Filho.

M.M. — O senhor disse que escolheu o Geisel por sua capacidade administrativa de controlar a situação. Ele entendia de petróleo, de refinaria? Tinha algum conhecimento?

A.L. — Bom, no Estado-Maior do Exército ele acompanhou toda a evolução dos acontecimentos. De modo que ele estava bem a par da...

A respeito da inauguração já falamos, já conversamos sobre quem participou...

V.L. — O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa a mais sobre a operação de funcionamento da refinaria?

* Refere-se ao suicídio de Vargas e à Carta-Testamento.

A.L. - Não. A operação foi...

[FINAL DA FITA 10-B]

A.L. - ...o funcionamento da refinaria. Após as desavenças havidas, a refinaria teve a sua marcha normal, sem mais preocupações, até o final.

V.L. - Vamos voltar um pouquinho a um assunto sobre o qual já falamos, que é a criação da Petrobrás, a primeira gestão da Petrobrás e o papel que o senhor desempenhou na Diretoria de Administração. Nós queríamos lembrar o mais possível sobre a Petrobrás, que é a menina dos olhos, não é, general?

A.L. - A menina dos olhos... A menina dos olhos é a Refinaria Duque de Caxias.

V.L. - É Duque de Caxias... Ainda não chegamos lá, mas estamos perto. Quando tratamos da primeira diretoria, o senhor nos contou que montou a máquina da Petrobrás, e que os técnicos que foram chamados eram em sua maioria provenientes da Comissão de Petroquímica do CNP. O senhor quer falar mais um pouquinho sobre essa comissão? Nós achamos muito interessante, porque mostra o CNP com preocupações muito avançadas.

A.L. - A Comissão de Petroquímica foi de fato um avanço grande, porque na ocasião só se tratava de petróleo e petróleo, e não se fazia nenhuma referência à petroquímica. Nós tínhamos um químico de grande projeção em toda essa questão de Petrobrás, de petroquímica etc., que era o Leopoldo Miguez de Mello. Ele foi um dos técnicos brasileiros a se interessarem pela petroquímica no Brasil e pela bor-

racha sintética. Ele se interessou pela borracha sintética e daí, para passar a outros pontos da petroquímica, era uma questão de prazo, porque os problemas estavam muito correlacionados. A petroquímica, como o nome está dizendo, vem do petróleo; a ligação com o petróleo é muito amarrada, são muito... dependentes um do outro. E o dr. Leopoldo Miguez foi, posso dizer, uma grande estrela dentro da petroquímica e da Petrobrás.

V.L. — Ele veio trabalhar com o senhor na diretoria?

A.L. — Ele foi assessor.

V.L. — Foi o senhor quem o trouxe do CNP para a Petrobrás?

A.L. — Não, ele já tinha vindo. Quem trouxe o Leopoldo foi o Plínio*, antes.

V.L. — Sim, mas o Plínio era do Conselho, do CNP. Uma vez criada a Petrobrás, o senhor nos contou que levou muita gente do CNP para trabalhar lá. O Leopoldo foi um deles?

A.L. — Leopoldo foi um deles.

V.L. — Ele foi como assessor?

A.L. — Ele foi como assessor de petroquímica.

V.L. — General, logo no começo da vida da Petrobrás, existia o presidente, o Juracy, e as três diretorias: a do Irnack, a do João Neiva de Figueiredo e a sua. Como se organizava a empresa abaixo das diretorias? Havia departamentos ou ainda não existia nada disso, era uma coisa pequenininha mesmo?

* Plínio Cantanhede.

A.L. — Havia o projeto de organização do Beltrão, que foi seguido e que teve uma influência considerável na arrumação da Petrobrás. Nada saía sem o projeto entrar em ação.

V.L. — Desde os primeiros tempos?

A.L. — Desde o primeiro dia. Foi uma felicidade para a Petrobrás contar com um elemento que funcionasse nesse quadro sem estar sujeito a pressão alguma, e que encontrasse uma firma nessas condições.

M.M. — Quem encarregou o Beltrão de elaborar esse plano? Foi o senhor, enquanto diretor?

A.L. — Foi o Plínio.

M.M. — Foi o Plínio, lá no CNP?

A.L. — Foi. O Plínio era muito amigo, os dois eram inseparáveis.

V.L. — Quer dizer que, quando a Petrobrás foi instalada, o Plínio ainda dirigia o CNP. Mas ele vai ter uma influência na estrutura organizativa da Petrobrás, vai escolher o Beltrão para o plano...

A.L. — É isso.

V.L. — Eu queria entender um pouquinho essas coisas, general: o CNP teve que transferir o acervo para a Petrobrás, inclusive os técnicos. Como ficou a relação entre o CNP e a Petrobrás nessa primeira fase no que se refere às atribuições?

A.L. — O Plínio nomeou uma comissão de instalação, e através dessa comissão é que surgiram todas as normas da Petrobrás. Desde a primeira, que foi uma norma com o dr. Carlos Medeiros - o dr. Carlos Medeiros é outro elemento

que precisa ser citado, ele foi chefe da comissão de implantação da Petrobrás.

M.M. — O senhor se lembra quem mais fazia parte dessa comissão? O senhor fazia parte?

A.L. — Fazia. Eu participei de todas essas comissões do começo do petróleo.

M.M. — E o Neiva de Figueiredo e o Irnack?

A.L. — O Neiva e o Irnack também faziam parte. Os três. Ainda não éramos diretores.

M.M. — Quer dizer, dessa primeira diretoria, naturalmente, só o Juracy não era do Conselho.

A.L. — É, era o único que era político. Mas ele prestou muita ajuda, mandou pintar de cal as residências da Petrobrás: "Ah, higiene! Vocês façam..." [risos] De modo que nesse particular ele foi...

V.L. — Então, depois da Lei 2.004, para começar a existir a empresa, o CNP nomeou uma comissão de implantação, foi isso?

A.L. — De implantação, isso.

V.L. — Dessa comissão de implantação, é que depois vão sair na verdade os três diretores que o presidente da República vai escolher.

A.L. — É. Do trabalho dessa comissão é que eu tenho aquele diário, relatando dia por dia como foi feita a transferência do Conselho de Petróleo para a Petrobrás. Eu tenho esse diário, mas não serve para nós aqui. Eu quero apenas fazer referência.

V.L. — Serve para o arquivo como referência. Para o ar-

quivo é muito importante! E para lermos também, até para podermos perguntar bem ao senhor.

A.L. — Ninguém se lembrou disso, mas eu anotei, dia por dia, o que se fez para a implantação da Petrobrás.

V.L. — Já que o senhor fez o diário dessa época, vamos tentar reconstituir o que o senhor se lembra disso. Como é que surgiu a Petrobrás... Vamos pensar em lembrar isso. Não dia por dia, mas as coisas que ficaram marcantes nesse trabalho.

A.L. — Ah, assim eu não me lembro.

M.M. — General, nessa comissão de instalação da empresa, as tarefas eram divididas? O senhor, por exemplo, ficou encarregado de estudar alguma?

A.L. — As tarefas eram sempre divididas. Eu fui encarregado do patrimônio da empresa; então tudo quanto é refinaria, petroleiro, passava pelas minhas mãos, era vistoriado por mim. As outras eram orientadas por outros, inclusive pelo Glycon, que estava lá.

M.M. — O senhor ficou com as refinarias, o oleoduto e os petroleiros.

A.L. — Com o patrimônio. Não era execução, era o patrimônio, tratava-se de uma coisa estática.

V.L. — O momento de encerramento dos trabalhos da comissão de implantação foi quando da nomeação de diretoria, finalmente, ou as coisas correram paralelas?

A.L. — A comissão foi nomeada depois... Como é que eu posso esquecer uma coisa dessas?

V.L. — Não tem importância. Não tem mesmo. O senhor falou que, para montar a máquina inicial da Petrobrás, teve

que comprar vários prédios.

A.L. — Mas aí a Petrobrás já estava instalada por essa outra comissão de instalação. E a nomeação dos diretores foi feita no período entre uma comissão e outra.

M.M. — O presidente Juracy acatou as sugestões da comissão?

A.L. — O Juracy foi formidável. Ele era uma cabeça, sabia onde tinha os pés. Apesar de ser adversário político do presidente Vargas, ele agiu com muita discrição, o que até deu um problema.

V.L. — De que tipo?

A.L. — Ele foi 100% a favor da Petrobrás - tem mais isso. E em outras circunstâncias, como no episódio de Nova Olinda, ele também foi 100%, porque ficou a meu lado - eu já era o presidente.

V.L. — Já era a sua gestão.

A.L. — O Juracy ficou a meu lado e me empurrou para falar - porque eu não gosto de falar -, para dar entrevista, para puxar pela imprensa...

M.M. — A gente estava falando dos prédios que o senhor comprou.

A.L. — Você tem alguma pergunta a fazer?

V.L. — Tenho, sobre os prédios. O senhor falou que o primeiro era na avenida Rio Branco. Ainda existe até hoje?

A.L. — Existe! Está lá, firme, até hoje.

V.L. — Foram necessários vários prédios para instalar a Petrobrás?

A.L. — No começo foi um só, por causa do número de empre-

gados, que era pequeno. Depois a própria diretoria foi aumentando, então construíram esse colosso que é hoje. E já vão construir outro daquele.

V.L. — Mas esse de hoje é bem moderno.

A.L. — Esse é mais moderninho.

V.L. — O senhor falou que o Juracy, apesar de ser adversário político de Getúlio, teve um comportamento sempre muito discreto e tudo isso. E o senhor, quando foi fazer parte da diretoria da Petrobrás, era a favor da tese do monopólio estatal do petróleo?

A.L. — Eu era a favor, mas atuava discretamente, por causa das companhias que estavam a meu lado.

V.L. — Era preciso saber lidar com a situação.

A.L. — Mas eu era pelo monopólio.

V.L. — O senhor acreditava que o Estado podia tomar a si essa tarefa e realizá-la.

A.L. — Nessa ocasião, sim; na outra oportunidade, não. Mas nessa oportunidade já podia tomar, porque nós evoluímos, não é?

M.M. — Então, pelo que eu entendi, na fase do CNP já se absorveu tecnologia, enfim, know-how suficiente para, na fase da Petrobrás, o Estado assumir a responsabilidade. É isso, mais ou menos?

A.L. — Mais ou menos é isso.

V.L. — Porque certamente na sua gestão o senhor vai defender a Petrobrás com unhas e dentes, de qualquer jeito. Quando houve tentativas de mudança da Lei 2.004 o senhor brigou.

A.L. — É. Aí não havia mais... Havia a briga pela aprovação da lei e... por outros fatores.

M.M. — Mas uma vez aprovada a lei...

A.L. — Eu queria narrar um fato que houve com o presidente Getúlio. Quando ele nos nomeou, Juracy estava na América. Outro fator que não deixava o Juracy entrar muito no assunto é que ele estava sempre fora - ele era embaixador do Brasil quando foi nomeado e estava sempre fora do assunto. É por isso que se pensa que ele não tinha... Mas ele tinha idéias gerais sobre a organização, e muito boas. Quando Getúlio nos nomeou, os três - Juracy estava nos Estados Unidos -, ele mandou nos chamar para nos conhecer, porque só conhecia o Neiva.

V.L. — Claro, porque foi da Assessoria.

A.L. — Foi da Assessoria. Ele disse do prazer da nomeação que tinha feito e que esperava muito de nós. Quer dizer, essa visita ao presidente em Petrópolis foi muito útil para o andamento da operação, porque veio criar incentivos para os diretores na ocasião. Quanto ao Juracy, ele teve a coragem de entregar a direção de uma empresa como a Petrobrás a companheiros talvez sem tato político, que podiam criar casos dentro da empresa. Porque ele podia defender uma idéia que não fosse a do grupo.

V.L. — Porque o grupo era basicamente de técnicos, não é?

A.L. — Quase todo ele era técnico: Neiva, Irnack e eu éramos técnicos.

M.M. — E era um grupo fechado, com as opiniões muito próximas?

A.L. — Com opiniões próprias muito boas.

V.L. — Mas em geral as opiniões dos três eram próximas? Havia um entendimento?

A.L. — Eram próximas, porque já havíamos trabalhado juntos na comissão de...

V.L. — Implantação.

A.L. — ...colocação. Nós três já agíamos de comum acordo, de maneira que...

V.L. — Uma coisa que sempre me causa muita curiosidade é a seguinte: mesmo sendo técnicos, não existe técnico também que não vote, que não tenha uma opinião política, uma coisa assim. A figura do Getúlio era uma figura muito controversa. Eu olho esses três nomes e posso quase jurar que nem todos os três pensavam a mesma coisa do Getúlio. O Neiva, por exemplo, tinha trabalhado diretamente com ele; mas o Irnack vinha trabalhando com o Juarez desde 1934, quando o Juarez era do Ministério da Agricultura; o senhor vinha do Conselho e era também bastante ligado ao Juarez, que não era uma pessoa favorável ao Getúlio. Então essa primeira diretoria, politicamente, não era uma diretoria getulista.

A.L. — Ah, não. Não era.

V.L. — De jeito nenhum! Juracy mesmo era da UDN.

A.L. — Não atuavam como políticos — eu preferia dizer isso do que... Porque eram políticos, aí é que está, mas atuavam de acordo com o que achavam que ia ser bom para a Petrobrás. Por isso é que a gente elogia muito o Juracy: porque ele soube fazer isso! Apesar de estar muito ausente da empresa...

V.L. — Politicamente ele conduziu bem.

A.L. — ... ele conduziu bem. Bom, havia o fato de que na ausência do Juracy, era eu que tomava a presidência. E muitas vezes nós tivemos que fazer reunião nesta sala que está aí.

V.L. — Aqui no apartamento do senhor? Onde estamos sentados?

A.L. — Nós fizemos aqui umas três reuniões para definir essas coisas todas de organização.

M.M. — E como era o relacionamento dessa primeira diretoria com o presidente Vargas?

A.L. — Não havia problema. Nenhum. Ele até nos estimulou muito para fazermos uma visita a ele...

V.L. — Os setores nacionalistas que estavam em campanha fizeram alguma oposição à escolha desses nomes?

A.L. — Eu não me lembro. [risos] A não ser a Juracy. A Juracy, fizeram.

V.L. — Porque ao nome do Juracy houve. Eu estava lendo sobre isso, que os setores nacionalistas diziam: "Ah, mas o primeiro presidente da Petrobrás é um homem da UDN..." Isso não houve em relação aos nomes da diretoria?

A.L. — Não. Na diretoria, nós três éramos completamente alheios à política. Nem tomamos parte nos funerais do Getúlio!

V.L. — Não tomaram?

A.L. — Não, não tomamos parte.

V.L. — O suicídio do Getúlio afetou de alguma maneira a situação da Petrobrás?

A.L. — Não, não afetou. Porque o que nós queríamos, conse

guimos depois, que foi o negócio do dólar, com Café Fⁱlho. 2

V.L. — Mas vinha havendo uma pressão muito grande e uma tentativa grande também de rever a Lei 2.004, ou seja, de acabar com o monopólio do Estado.

A.L. — Quem era o responsável por essa coisa? Era o Gentil*. Acho que era o Gentil que patrocinava essa idéia de rever e devolver a liberdade a... Mas a turma estava contra.

V.L. — O senhor acha que o suicídio do Getúlio acalmou um pouco essa oposição à Petrobrás ou não teve nenhuma influência?

A.L. — Não. Só o Juracy. Tive que pedir demissão por causa disso. Só. Mas os três, não. Nós não tivemos influência nenhuma da morte do Getúlio. Nenhuma.

M.M. — Mas o senhor acha que a oposição feita à Petrobrás, com essa tentativa de rever a Lei 2.004, era realmente em relação à Petrobrás, ou era porque associavam o nome da Petrobrás ao nome de Getúlio Vargas?

V.L. — Era uma oposição ao Getúlio?

A.L. — Era as duas coisas: tanto era oposição ao Getúlio, como essas outras...

V.L. — Como era mesmo uma posição, vamos dizer, filosófica em relação à industrialização e ao desenvolvimento de achar que o Estado não deveria assumir. Pode ser as duas coisas.

* Refere-se a um projeto do deputado Adolfo Gentil (PSD-CE) que, na prática, revogava o monopólio da exploração.

A.L. — Eu não sei, não acredito em traição ao Getúlio, que eu tenha traído Getúlio por ter permanecido na função depois.

V.L. — Ah, não! Isso não vem ao caso.

A.L. — Mas pela cabeça da gente passam essas coisas todas.

V.L. — Como o senhor estava num cargo de tal responsabilidade na Petrobrás e no governo Vargas, o senhor se sentiu cumprindo lealmente o seu papel com relação ao presidente.

A.L. — Ao que ele queria da Petrobrás.

V.L. — Ele tinha uma idéia clara do que queria da Petrobrás naquele período?

A.L. — Aqui entre nós, Getúlio não tinha idéia.

V.L. — Getúlio não tinha idéia?

A.L. — Era política, era política, política, só política.

M.M. — Mas ele ouvia os técnicos, acatava a opinião dos técnicos?

A.L. — Acatava, quando lhe convinha. Era um jogo pessoal. Getúlio sempre fez um jogo pessoal.

V.L. — Jogo pessoal de poder?

A.L. — De poder e de... Mas isso é política.

V.L. — Isso é política e o senhor não gosta, não é?

A.L. — Não está na agenda. [risos]

V.L. — Mas o perfil do Getúlio é uma coisa que nos interessa muito, saber como ele era visto, as diferentes opiniões sobre ele.

A.L. — Sim, Getúlio Vargas é a Fundação. [riso]

V.L. — Fundação Getúlio Vargas, claro.

A.L. — Ele gostava muito de mim. O contato que tive com ele não foi só esse da visita a Petrópolis; todas as vezes que ia visitar o oleoduto, ele chamava primeiro o coronel Levy — me chamava para ficar junto dele. De modo que, pessoalmente, ele nos estimulava muito, a nós, que não éramos da política.

A.L. — Que não eram da política ou que até não gostavam dele, que não eram getulistas de jeito nenhum.

A.L. — Eu não era getulista, vamos dizer, getulista forte.

V.L. — O senhor participou de alguma maneira dos movimentos militares pela deposição dele?

A.L. — Não, de nenhum. Tomei parte em guerras e guerrilhas a favor dele. Sempre fui a favor.

V.L. — Bom, chegamos então à questão da sua nomeação para a presidência da Petrobrás.

A.L. — Já foi falado quase tudo.

V.L. — Na entrevista anterior nós falamos um bocadinho sobre isso, mas podemos...

A.L. — Rever.

V.L. — ...aprofundar. Falando mais, mais coisa aparece para falar.

A.L. — Falando mal, aparece o péssimo. [risos]

V.L. — Ou falando bem, aparece o ótimo, também é verdade. Então, em setembro de 54, o senhor substituiu o Juracy na presidência da empresa. O senhor vai definir uma diretriz diferente daquela do Juracy ou vai buscar dar continuidade aos trabalhos da empresa?

A.L. — Nós seguimos a linha do Juracy, mas com força na

minha opinião, principalmente, no sentido do aumento de produção e do aumento de refinação. As duas coisas.

V.L. — Ah, então não só a refinação, mas também a questão da produção estava na ordem do dia.

A.L. — A produção estava no meio também. Tanto estava, que o Neiva mandou buscar o Link.

V.L. — O Link veio ainda na gestão do Juracy?

A.L. — Sim, mas de acordo com todos nós.

V.L. — Isso o Juracy conta no livro dele, que a opinião dos técnicos de todos os três diretores, foi favorável à vinda do Link. Que ele veio com aquele salário imenso...

A.L. — Eu era muito favorável. Quem conversasse com o Link veria a potência que ele era em técnica. E o aproveitamento dele na Petrobrás foi uma espécie de elogio pela sua aposentadoria - ele estava aborrecido por causa da aposentadoria e pronto para prestar qualquer auxílio, porque era um aposentado.

V.L. — A única coisa que me coloca uma interrogação é que ele insistia muito na questão da inexistência de petróleo no Brasil.

A.L. — Não. No último relatório que fez, ele definiu as possibilidades do Brasil e mostrou onde havia possibilidade de ter petróleo. Ele não era negativista, ele acreditava. Seguindo aquelas normas dele, que eram formidáveis, e obedecidas as regras das companhias de petróleo, ele era inteiramente favorável.

M.M. — Mas no relatório ele faz uma recomendação de que se ria mais rentável a Petrobrás refinar óleo importado. O que o senhor acha disso?

A.L. — Como?

M.M. — Ele recomenda que a Petrobrás deveria trabalhar mais com óleo importado, que seria mais lucrativo, me parece.

A.L. — O Juracy?

M.M. — Não, o Link.

V.L. — Eu tenho a impressão de que uma das coisas que ele recomenda é que, ao invés de se ficar pesquisando tanto no Brasil sobre a existência do petróleo, que a pesquisa fosse feita fora, em outras áreas.

A.L. — Não é fora do país, não.

V.L. — Eu acho que era fora do país.

A.L. — O Link? Fora do país?

V.L. — Ele propunha que a Petrobrás fizesse pesquisa fora, porque seria mais rentável trazer o petróleo. Por exemplo: que a Petrobrás fizesse pesquisa no Oriente Médio e trouxesse o petróleo de lá para ser refinado aqui.

A.L. — Eu não me lembro de ele ter dito isso.

M.M. — E como foi a situação da pesquisa na sua gestão? Ela se intensificou?

A.L. — Bom, nós tivemos a sorte de ter Nova Olinda na administração. Foi um entusiasmo excessivo aqui no país. E os deputados então... Quem assistiu à sessão da Câmara de reconhecimento de Nova Olinda viu que foi um sucesso exuberante!

M.M. — O senhor manteve uma atitude bem discreta, não é? A euforia foi maior...

A.L. — Fora do... Sabe, o técnico... não pode se exaltar

muito nos resultados, tem que acompanhar pari passu.

V.L. — Têm que ser passos seguros, não pode haver entusiasmo sem fundamento.

A.L. — Têm que ser... passos seguros.

V.L. — Ele tem que ir acumulando dados para ter certeza.

A.L. — O negócio é...? Nós estamos falando em...?

M.M. — Nova Olinda.

A.L. — Em Nova Olinda, embora não estivéssemos na refinaria, nós tivemos o auxílio...

[FINAL DA FITA 11-A]

A.L. — ...no episódio de Nova Olinda, estimulando e também falando no microfone. Ele falou no microfone.

M.M. — O senhor teve que prestar um depoimento na Câmara sobre o entupimento do poço com a história do cimento. Como foi essa história? Porque se denunciou que houve um processo inadequado, e o senhor desmentiu isso.

A.L. — Como? Nem é objeto de comentário, porque é tão impossível que... [risos]

M.M. — Mas havia denúncias de desmoronamento...

A.L. — Isso tudo sempre há: sempre há desmoronamento. Mas em Nova Olinda não foi isso, não teve isso. Em Nova Olinda, o que teve foi Juarez indo para a tribuna, para os jornalistas, programando produção para o Brasil ser independente. Isso é que deu motivo para muito riso também.

V.L. — Deu motivo para muito riso, por quê? Não tinha nada a ver com a realidade? Era muito difícil?

A.L. — No momento não havia possibilidade de termos auto-suficiência dentro de um período de governo. Isso era reconhecido por todos. Era humanamente...

V.L. — Impossível. E Juarez assumiu lá essa posição radical, mudando em relação ao passado.

A.L. — Juarez fez um quadro negro de toda a tragédia da produção, mas achava que o Brasil podia ter auto-suficiência em pouco tempo. Em muito menos tempo do que o previsto.

V.L. — É engraçado mesmo, porque houve uma mudança radical na posição do Juarez; antes ele não acreditava que o Brasil devesse ser produtor de petróleo.

A.L. — Ele mudou. Mas ele declarava que mudou. Ele não fazia isso escondido, não. Ele declarava que mudou, e depois declarava de novo que não tinha mudado.

V.L. — Então era contraditório. [risos]

A.L. — À medida que os fatos iam evoluindo... ele também evoluía.

M.M. — Essa euforia foi uma coisa de tamanha proporção, que o presidente Café Filho chegou a ir visitar Nova Olinda.

A.L. — Ele foi a Nova Olinda com Geisel e alguns deputados a meu convite.

M.M. — O senhor acha que, a partir do clima de euforia e do fato de o presidente Café Filho ter ido visitar o poço, isso facilitou de alguma maneira a vida da Petrobrás? O Café Filho passou a ter um relacionamento melhor com a Petrobrás por causa dessa descoberta de Nova Olinda?

A.L. — Não, não teve. Não estou convencido de que a res-

posta deva ser essa, mas acho que não teve.

M.M. — A que o senhor atribui esse ambiente de tamanha euforia?

A.L. — O Gentil tinha apresentado seu projeto na Câmara e estava quase vencendo - mais uma ou duas sessões era capaz de conseguir aprovar o projeto. Então esse negócio de Nova Olinda veio a calhar, veio certinho para desmoro-nar a arquitetura do Gentil. Todinha. Veio certo. E isso foi também a minha participação.

M.M. — O senhor estimulou essa...?

A.L. — Ah, tinha que estimular. Eu tinha que estimular, porque eu fazia muita conferência... Esses projetos de informação que a gente tem, eu os usava para levantar a Petrobrás.

V.L. — Quer dizer que o senhor, na sua gestão, também procurou dar força às atividades de pesquisa e prospecção para o Brasil ser produtor.

A.L. — Sim, para o Brasil ser produtor.

V.L. — O senhor fazia parte do Círculo de Engenharia Militar? O senhor se lembra do Círculo?

A.L. — Não me lembro, não. É de engenharia militar?

V.L. — Existia o Círculo de Engenharia Militar, que reunia uma série de oficiais que em janeiro de 55 fizeram um manifesto dizendo que era importante que a Petrobrás desenvolvesse seus trabalhos de prospecção, e que não houvesse nenhuma retificação no texto da Lei 2.004. Quer dizer, estava havendo também uma movimentação dos militares que queriam garantir a Petrobrás. O senhor não fez parte do Círculo de Engenharia Militar?

A.L. — Não. Eu achava que o Círculo Militar era muito extremado, muito extremista.

V.L. — Eu não estou falando do Clube Militar, estou falando do Círculo. O senhor se lembra do Círculo? Era extremista?

A.L. — Acho que era, não sei. Já está tão distanciado no tempo que...

V.L. — O senhor foi presidente da Associação dos Refinadores Nacionais ao mesmo tempo em que era presidente da Petrobrás. O que era a Associação dos Refinadores Nacionais?

A.L. — No meu período, nós estimulamos várias coisas, inclusive a indústria pesada, a ABDIB*. Criamos a ABDIB, que hoje desconhece a nossa paternidade, e criamos a Associação dos Refinadores, essa que você está falando, em 55.

V.L. — O que era a Associação dos Refinadores?

A.L. — Era a junção de todos aqueles que refinavam no Brasil, pró ou contra a lei da Petrobrás: pró ou contra. Se tivesse alguém animado a resolver o problema do petróleo no Brasil para dar não sei quanto, essa comissão entrava em cena. Mas ela era semi-oficial, não era uma comissão essencialmente... da refinação. Não tinha poder executivo nenhum, era só de comunicar o que ocorreu.

M.M. — E havia muitos assuntos em comum das refinarias públicas com as particulares?

* Associação Brasileira da Indústria de Base.

A.L. — Não havia, porque as particulares... Quem é que foi o primeiro-ministro do Brasil mesmo?

V.L. — San Tiago?

A.L. — Nós ajudamos a criação da refinaria através do San Tiago Dantas*. Aí é que ele entrou no problema.

V.L. — Quer dizer que o San Tiago Dantas participou da formação dessa Associação dos Refinadores?

V.L. — Mas o senhor está se referindo a esse período de 55?

A.L. — Não, eu me lembrei do nome.

V.L. — Ah, porque não havia primeiro-ministro nesse período. Mas a Petrobrás não dava...

A.L. — A comissão foi nomeada por mim, foi designada por mim, mas também estava prestes a ser extinta. De modo que não havia um estímulo muito grande em levar adiante as coisas. Não se dava nada para eles, não havia jetom, não havia coisa nenhuma.

V.L. — E acabava desestimulando.

M.M. — Até porque os interesses das refinarias particulares não deviam ser...

A.L. — Estavam em desproporção muito grande.

V.L. — General, na sua gestão houve a preocupação com o refino, Cubatão foi inaugurada, houve a preocupação com a pesquisa e houve também um programa acelerado e importante

* Aqui há um engano do entrevistado, San Tiago Dantas foi Ministro das Relações Exteriores do gabinete Tancredo Neves (8-9-61/13-7-62). Um pequeno trecho a seguir, prejudicado pelo engano, foi sumprido.

de treinamento de técnicos, não foi? O senhor não teve a preocupação de formação de quadros?

A.L. — Muita preocupação.

V.L. — Quais foram as medidas que o senhor tomou no sentido de formar técnicos?

A.L. — Bom, o Conselho passou para a Petrobrás um laboratório muito influente, muito positivo, que tinha supervisão do Moggi*, mas era dirigido principalmente pelo... Leopoldo - novamente o Leopoldo aparecendo.

V.L. — Ele deu uma grande contribuição.

A.L. — Grande. Foi uma pena a morte dele.

M.M. — Mas eu li que o senhor firmou um convênio entre a Petrobrás e a Universidade da Bahia para formação de técnicos. O senhor acha que naquela época as universidades estavam aparelhadas para fornecer técnicos que atendessem às necessidades da Petrobrás?

A.L. — É o contrário. Aí foi mais para a Petrobrás dar os... A Petrobrás já tinha evoluído, estava evoluindo, e nesse contrato ela se prontificava a dar recursos, a fim de que essa organização,** que era orientada unicamente para a exploração e a prospecção, cumprisse a sua obrigação... A universidade. Eu me lembro desse contrato.

V.L. — Quer dizer, quem dava mais era a Petrobrás.

A.L. — Quem dava mais era a Petrobrás. Especialmente por intermédio do Neiva e do Irnack.

* Antônio Seabra Moggi.

** Deve referir-se ao Cenap. Este, no entanto, também cui dava da parte de refino.

V.L. — Qual o peso que teve o treinamento de técnicos no exterior para a formação de um quadro forte na empresa?

M.M. — Eram mandados técnicos para o exterior?

A.L. — Eu me lembro muito do... Assim como pretendíamos usar os técnicos do Brasil para fazer o aumento da produção, nós achávamos que o coeficiente de técnicos podia aumentar muito não só para a exploração, como para a refinação. E isto foi feito, mais para a exploração do que para a refinação. Esses técnicos de exploração foram longe. Aí é que apareceu o Link, com uma capacidade fenomenal de organização. E ele não veio só, pessoalmente, não; veio com mais três ou quatro técnicos.

M.M. — O Link veio, mas eu queria saber se algum técnico da Petrobrás foi estudar lá fora.

A.L. — Foi. Mas havia uma desconfiança de que o pessoal queria ir para fora para fazer turismo. Mas isso não ocorreu, porque todos foram escolhidos a dedo e não tinham essa preocupação de fazer turismo.

V.L. — Quer dizer que havia uma seleção prévia para escolher quem merecia ir estudar e melhorar. Era o senhor que selecionava ou uma diretoria?

A.L. — Geralmente eram os diretores.

V.L. — E quais eram os centros internacionais mais importantes de formação de técnicos?

A.L. — França e Estados Unidos.

V.L. — Ah, nós mandamos gente para a França também?

A.L. — Também. Nós tivemos aqui um rapaz que era francês até a alma. Já morreu.

V.L. — A situação das universidades brasileiras e das escolas de engenharia era fraca ainda?

A.L. — Era muito fraca. Quase não se sentia sua atuação. Daí a necessidade do estrangeiro para completar o quadro de técnicos; ele estava mais completando do que se aperfeiçoando no exterior.

V.L. — Havia também um centro de treinamento em Cubatão. Foi o senhor que o criou?

A.L. — Não de Cubatão. Era o Centro de Treinamento da Petrobrás, do Moggi. Servia a toda a Petrobrás.

V.L. — Era um centro de treinamento de técnicos?

A.L. — Um centro de treinamento de técnicos.

V.L. — Mas funcionava em Cubatão?

A.L. — Funcionava em Cubatão ou onde fosse necessário. Agora está funcionando aqui no Rio.*

V.L. — Ah! Porque nós tínhamos entendido que esse centro de treinamento funcionava em Cubatão, na refinaria mesmo, com cursos especializados.

A.L. — Até que podia ser, mas...

M.M. — O senhor se lembra se esses cursos eram abertos ao público ou eram só para funcionários da empresa?

A.L. — Eram abertos a todo mundo.** Mas o comparecimento - talvez hoje fosse maior - foi muito pequeno. O aproveitamento desse curso para a educação de técnicos estrangeiros e nacionais foi muito pequeno. Agora é que estão sa-

* O Cenap possui várias unidades, espalhadas, porém, no Rio de Janeiro e na Bahia.

** Os concursos para o Cenap é que eram abertos aos recém-formados de todo o país.

indo turmas de dez, doze pessoas; antigamente era turma de um.

V.L. — Turma de um? A turma do eu sozinho? [riso]

A.L. — Vamos mudar para turma de dois.

M.M. — E os professores desse curso eram os técnicos da Petrobrás ou era gente vinda de fora?

A.L. — Eles tinham uma situação... provisória enquanto faziam o curso. Depois passavam a efetivos, quando nomeados. Era o mesmo sistema que usam fora.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

V.L. — General, um aspecto administrativo importante da sua gestão foi a implantação gradual do Plano de Organização da Petrobrás, preparado logo após a criação da empresa por Hélio Beltrão. Na sua gestão começou a implantação gradual do plano. A empresa tinha um conselho de administração, cujos membros eram nomeados pelo presidente da República. O senhor se lembra se o presidente da empresa influenciava na escolha desses membros?

A.L. — Influenciava em parte, porque ele pedia a indicação de nomes para essas funções vagas.

V.L. — Ah, o presidente da República pedia indicação ao presidente da empresa e o senhor, então, mandava sugestões.

A.L. — Mandava sugestões.

V.L. — E os representantes das organizações públicas e de acionistas privados nacionais, como eram escolhidos?

A.L. — Eram escolhidos pelas associações que representavam.

V.L. — Os conselheiros tinham algum grau de autonomia em relação ao presidente da Petrobrás?

A.L. — É o mesmo grau. Mesmíssima coisa.

V.L. — Mas o presidente da Petrobrás tinha bastante poder neste conselho, inclusive poder de veto, não é?

A.L. — Quando demiti os três oficiais, eu mostrei o poder.*

V.L. — A demissão desses oficiais de Cubatão teve que passar pelo conselho?

A.L. — É.

V.L. — A diretoria executiva era composta do presidente e de seus diretores. Era ela, na verdade, que...

A.L. — Geria a Petrobrás.

V.L. — Teoricamente, o conselho de administração formulava as políticas. Como era isso?

A.L. — Eram reuniões espaçadas. A gente sente a intervenção desses órgãos pelo espaço entre as reuniões.

V.L. — Quer dizer que esse conselho de administração, na verdade, acabava por não ter muito peso na deliberação da política da empresa.

A.L. — Como é?

V.L. — Esse conselho de administração devia deliberar qual seria a política da empresa. E a diretoria executiva, composta do presidente e seus diretores, é que tinha que gerenciar a empresa mesmo, não é?

* Refere-se à demissão, em maio de 1955, de seis militares que atuavam na Refinaria de Cubatão.

A.L. — É isso.

M.M. — Mas na prática não era a diretoria que propunha as políticas?

V.L. — Claro, ela estava gerenciando.

A.L. — Na prática, um dos diretores propunha. Não havia seleção.

V.L. — Mas no organograma, apesar da existência do conselho de administração, a força maior estava na diretoria executiva.

A.L. — Aliás, todos esses órgãos são organizados desse jeito: o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem...

V.L. — Alguma vez a diretoria teve divergência...? Porque abaixo da diretoria vêm os técnicos, os funcionários da Petrobrás. Havia uma boa relação entre as diretorias e o corpo técnico, ou havia assuntos ou situações de dificuldade?

A.L. — Eu não tive conhecimento de nenhuma ação perversa contra a Petrobrás. Todos se entendiam. E não só no meu período, nós outros também. E nos outros órgãos.

V.L. — Nos outros períodos a situação se complica, porque já passa a existir sindicato, associação de engenheiros, então vão surgir muitos interesses em conflito.

A.L. — Isso estava tudo apagado nessas administrações anteriores.

V.L. — Mas já se formava nessa época aquele espírito que a gente costuma chamar de "vestir a camisa da empresa"? Já existia esse espírito de empresa?

A.L. — A moral da empresa.

V.L. — A moral da empresa. O pessoal já se sentia como um time lá?

A.L. — Era um time até bem forte.

V.L. — Houve alguma ocasião em que a proposta da política da empresa entrou em confronto com a política do governo?

A.L. — Não. Isso não podia.

V.L. — Era preciso ter sempre o apoio do governo.

A.L. — Era preciso ter o apoio do governo.

V.L. — Aquela grande vitória que o senhor obteve, conseguindo recursos em moeda estrangeira, contribuiu de alguma forma para a maior autonomia e um maior poder da empresa?

A.L. — Contribuiu, mas não podemos usá-la, porque já estava quase no fim do governo. Influiu muito! Podia influir mais com a demissão do Gudin, mas isso eu não queria.

V.L. — É isso que eu digo: às vezes havia dificuldades entre os interesses e a política da empresa e a política do governo. Porque o ministro da Fazenda representa a política do governo.

A.L. — Nesse caso havia.

V.L. — Mas o senhor ganhou.

A.L. — Ganhei a parada. E não pedi a exoneração do Gudin, tem mais isso. Ele ainda ficou lá, e eu continuei tomando a bênção a ele toda vez que precisava de dinheiro. Ele gostava muito de mim. Ele me fez um elogio quando... No Clube Militar, não sei, mas o Gudin fez um elogio formidável à minha atuação.

V.L. — Mas era difícil dirigir uma empresa como a Petrobrás, tendo um ministro da Fazenda com uma política diferente.

A.L. — Dificílimo! Dificílimo! Para eu conseguir, foi preciso que o Juarez estivesse na Casa Militar e houvesse uma porção de condições favoráveis, senão não conseguia. E mesmo o Gudín, depois, foi favorável a muita coisa que eu pedi.

V.L. — Que grau de autonomia a empresa gozava em relação ao Legislativo?

A.L. — Autonomia... Era autônoma. Como é que eu posso dizer isso?

V.L. — Ficou até bem claro.

A.L. — Havia essa... Não gozava de autonomia, porque as questões não eram colocadas pela empresa na mesa de decisão do Legislativo, e sim pelos elementos interessados. Aliás, é fácil identificar isso.

V.L. — O senhor poderia fazer um balanço geral de sua gestão na presidência da Petrobrás? O senhor deixou uma empresa forte, já consolidada? Que problemas havia para serem resolvidos?

A.L. — É difícil falar sobre a própria pessoa.

V.L. — Mas é importante que o senhor fale. Nós vimos vários aspectos importantes da sua administração: a questão da reserva cambial, a questão da formação dos quadros, a questão...

A.L. — Nova Olinda.

V.L. — ...da inauguração de Cubatão... A questão de Nova Olinda foi relativa, porque Nova Olinda mostrou que não...

A.L. — Sim, mas na ocasião mostrou...

M.M. — Mas para a garantia...

V.L. — Para a garantia, foi importante. Quase que poderia ter sido um blefe importante.

A.L. — E demonstrou na exploração do óleo agora, na bacia do Amazonas. Então há uma correlação entre as duas.

V.L. — Ah é? Então havia uma potencialidade na área.

A.L. — Havia. Mas então, qual era a minha...?

M.M. — Qual é o balanço que o senhor faz da sua gestão?

A.L. — Primeiro, que foi feita com garra, uma administração feita com muito vigor.

V.L. — O senhor já estava apaixonado, não estava?

A.L. — Dificilmente haveria alguém não apaixonado. Principalmente por tomar parte... nesse problema de rua... Eu não sei falar sobre mim.

V.L. — Mas esse aspecto é importante: foi feito com garra, foi feito com paixão. O senhor acreditava então na importância daquilo que estava sendo feito para o Brasil. Era uma visão de Brasil. O senhor fez declarações nesse período dizendo que a Petrobrás já era uma realidade - mais ou menos assim, não me lembro de cor - e que em alguns anos o Brasil seria auto-suficiente e independente na produção.

A.L. — Fui avançado, avançado demais. Não houve isso.

V.L. — Não houve isso, mas essa declaração e o acreditar nisso naquele momento político davam uma tremenda força para a empresa, é verdade ou não?

A.L. — Davam.

V.L. — O senhor não quer falar muito de si mesmo, não quer fazer o balanço da sua gestão? Então vamos continuar

mais adiante. Depois houve um período em que o senhor interrompeu a sua trajetória na Petrobrás - foi um período curtinho -, o senhor foi substituído no governo Kubitschek pelo Janary Nunes, também militar. Eu queria perguntar uma coisa: o militar na Petrobrás é uma constante, não é? Por quê?

A.L. - É. Porque muita gente pensava que havia ligação entre o poder da Petrobrás e a decisão militar quanto à questão.

V.L. - Mas a questão, por exemplo, de um país ser auto-suficiente em termos de petróleo e controlar suas reservas minerais não era vista também pelas forças armadas como uma questão de segurança?

A.L. - Eram usadas essas idéias toda vez que havia necessidade. Mas não constituiu ponto fixo para as outras necessidades. Como é que eu vou falar isso?

V.L. - Acho que ficou claro. Por que o senhor se afastou da Petrobrás nesse período da gestão Janary?

A.L. - Eu não me afastei. Eles me afastaram.

V.L. - Ah, afastaram o senhor?

A.L. - Juscelino me afastou.

V.L. - Como é que foi isso, general?

A.L. - Antes de ele assinar o decreto do meu afastamento, tínhamos feito uma reunião no Quitandinha com o Roberto Campos, Juscelino e mais uns outros. Nessa ocasião, pela média das pessoas que estavam na reunião, eu já senti que tinha perdido a parada. Perdi a parada, não, porque nunca fiz parada disso, nunca fiz questão de aparecer. Mas nessa ocasião eu já sabia que ia ser demitido.

V.L. — O senhor disse que nessa reunião estavam o senhor, Roberto Campos... Juscelino estava presente? O senhor falou Juscelino?

A.L. — Juscelino. Juscelino, aquele da Bahia...

V.L. — Quem? Juracy?

A.L. — Juracy, não. Aquele da Bahia.

[FINAL DA FITA 11-B]

7ª Entrevista: 28.10.1987

V.L. — General, eu estava fascinada lendo o diário que o senhor fez do dia-a-dia da fase de instalação da Petrobrás. Este é um documento precioso que devia ser incorporado ao seu arquivo para a consulta dos pesquisadores, porque é impossível reconstituir esse dia-a-dia na forma como o documento nos permitiu ver. E eu vi nesse diário uma série de referências à Comissão de Petroquímica. O senhor gostaria de nos falar mais alguma coisa sobre a comissão?

A.L. — A comissão surgiu dentro do plenário do CNP, obrigatoriamente, porque tínhamos que tratar também da refinação de petróleo. Então, como elemento subsidiário da formação da cadeia de petróleo, do fornecimento, surgiu a necessidade de aproveitamento dos produtos leves, dos gases da refinaria, coisa que até aquela ocasião ainda não se havia pensado. Essa Comissão de Petroquímica, a meu ver, está sendo ocultada pelos impedimentos de agora, pois, em menos volume, ela é mais importante... O preço do gás... Porque o gás - o gás leve - é mais caro à medida que vai diminuindo o peso. Então surgiu a necessidade de se trabalhar junto com as refinarias todo esse produto.

V.L. — Ela teve um caráter pioneiro, não é, general?

A.L. — É, pioneiro.

V.L. — O senhor acha que esse caráter não tem sido reconhecido, porque os empreendimentos posteriores procuraram valorizar coisas ocorridas depois, não é?

A.L. — Esse produto ficou sumido entre as coisas da refinaria. Estava tão ligado e tão... que ficou sumido. E a refinaria, para nós, era mais importante, muito mais importante do que qualquer outro produto.

V.L. — Essa Comissão de Petroquímica já tinha técnicos muito competentes?

A.L. — Não, ainda não. Até ela ser descoberta pelo Conselho, não havia nenhum técnico que tivesse estudado o problema.

V.L. — E como se formaram esses técnicos que vão ser capazes de participar da comissão?

A.L. — A mesma coisa que se fez em Cubatão: primeiro chamou-se um técnico de alto valor que entendia do assunto, para organizar a coisa, e depois entregou-se para os brasileiros, depois dos empreendimentos preparados e em funcionamento.

V.L. — Mas o senhor nos contou que, ao montar a máquina da Petrobrás, o senhor trouxe muitos técnicos da Comissão de Petroquímica do CNP.

A.L. — Bom, essa parte está certa: foram aproveitados vários elementos do CNP. Mas esse aproveitamento era prematuro ainda, de modo que não se cogitou do técnico interno, o técnico da Petrobrás. É isso aí.

M.M. — O senhor se lembra de algum desses técnicos que fo-

ram da Comissão de Petroquímica que o senhor levou para a Petrobrás?

A.L. — Leopoldo Miguez. Leopoldo Miguez sempre na frente.

V.L. — O senhor admira o Leopoldo.

A.L. — Leopoldo Miguez, Moggi, Plínio... Esses se interessaram pela Petrobrás.

V.L. — Plínio Cantanhede?

A.L. — Plínio Cantanhede. Tem um outro...

V.L. — E essa gente foi trabalhar na Petrobrás com o senhor?

A.L. — Bom, primeiro a produção de óleo; as primeiras providências saídas da comissão foram sobre o óleo cru. Tanto é que o Juracy, quando assumiu, logo me nomeou para uma comissão importantíssima de compra de óleo cru das companhias de petróleo estrangeiras, porque só elas existiam. Essa foi a primeira preocupação: aumentar a produção e conseguir do exterior o volume necessário para o funcionamento da indústria brasileira.

V.L. — Quer dizer, aumentar a importação de óleo cru e a quantidade de óleo a ser refinado no Brasil, não é isso?

A.L. — É isso mesmo.

V.L. — Há também outras coisas importantes da sua gestão, general que foram marcos que garantiram a vida da empresa. Qual foi a segunda coisa muito importante que ocorreu na sua gestão?

A.L. — Foi a parte financeira.

V.L. — Exatamente. Isso é um aspecto a ser ressaltado.

A.L. — Foi reorganizado todo o elemento financeiro da Pe-

trobrás, inclusive com a preocupação de se montar um banco da Petrobrás. Mas, depois da mudança da diretoria, isto fracassou, não foi adiante. Esse banco era fundamental também para a Petrobrás, porque, como se viu na Itália, o elemento financeiro ficaria dentro da organização.

V.L. — Ah, foi iniciativa do Mattei na Itália não é?

A.L. — Foi. Mattei era danado.

V.L. — Pois é. Eu sei a história dele também.

A.L. — Bom, esta foi a segunda coisa. A terceira foi a Refinaria de Mataripe, inaugurada ainda no nosso período, aumentando de cinco para 15 mil barris. Foi rápida a construção, e também com companhia estrangeira — não me lembro o nome, mas foi com uma companhia estrangeira, vamos ver se depois eu recordo. Em terceiro lugar veio essa refinaria. Em quarto, podemos botar... Qual é o quarto?

V.L. — O senhor está esquecendo de Cubatão?

A.L. — Não, estou falando só sobre Mataripe.

V.L. — Está falando sobre Mataripe, mas está falando também sobre as realizações da sua gestão.

A.L. — Ah, de um modo geral, não é? Tem razão. Então, em terceiro lugar viria a Refinaria de Cubatão, que suscitou muita dúvida, mas que afinal foi realizada, mesmo contra a vontade de muita gente que não acreditava na nossa capacidade de produzir. Reuniu-se em Cubatão uma série de técnicos de alto valor, o que permitiu a passagem dos conhecimentos da...

V.L. — O senhor quer dizer que permitiu a passagem dos conhecimentos dos técnicos estrangeiros, que houve a contribuição desse conhecimento para a formação de técnicos nacionais.

A.L. — Isso mesmo.

V.L. — Quer dizer, a questão da formação dos técnicos foi também um dos objetivos centrais da sua gestão.

A.L. — Importantíssimo! E não foi só na refinaria que houve essa participação dos técnicos estrangeiros; nós podemos citar logo o exemplo do Link.

V.L. — Sobre o qual nós já falamos. Acho que outro aspecto também importante na sua gestão, general, se o senhor me permite, foi a implantação do plano de organização.

A.L. — Bom, a organização estava sendo estudada pelo dr. ... Hélio Beltrão antes da implantação. Antes da implantação.

V.L. — O senhor acha que, ao sair da presidência da empresa, o senhor deixou uma empresa consolidada?

A.L. — Bom, eu saí com um ano e sete meses de presidência, de modo que é um prazo curto demais para ter resultados. Mas assim mesmo, com o resultado com a exploração, através dos técnicos estrangeiros contratados pelo Petrobrás, e da Refinaria de Cubatão, foi possível apresentar alguma coisa de útil, como essa enumeração que já fizemos anteriormente.

V.L. — O senhor ficou um ano e sete meses, pouco tempo, não é, general. Quando o senhor saiu da presidência da empresa, gostaria de ter continuado?

A.L. — Bom, isso é uma coisa muito clara. Gostaria, certamente, [risos] porque o projeto era muito bonito, era fascinante, qualquer um gostaria de ter essa missão, pois era preciso criar condições para a vivência da empresa.

V.L. — Que necessidades maiores o senhor ainda via nessa fase de implantação?

A.L. — Podemos dizer, só a questão dos técnicos. Sem eles

não se movimentava nada. Não adianta ter refinaria poderosa... Posso botar um quarto ponto?

V.L. — Claro, claro.

A.L. — O quarto foi a alimentação do transporte e a alimentação das refinarias de Cubatão e Mataripe, através do Oleoduto Santos-São Paulo.

V.L. — Juntaram-se os esforços, não é?

A.L. — É isso mesmo. Embora estivessem sendo manobrados por companhias, órgãos diferentes, esses dois empreendimentos, refinaria e oleoduto, terminaram quase na mesma época, podendo assim conjugar os esforços de um com outro.

V.L. — A coisa ficou um complexo, não é?

A.L. — Ficou um complexo. Em Cubatão também surgiu o problema da petroquímica. Cubatão era o único elemento do Brasil que tinha gases de refinação. Então a questão do gás apareceu logo em primeiro lugar, e surgiram várias companhias para a utilização desse gás - com muita briga, mas foi adiante, foi adiante. E como auxiliar também desse transporte, desse fornecimento de óleo, veio a Companhia Docas de Santos, com seu armazenamento de cru na base. Era um elemento de alta valia nessa coisa. Basta dizer que o oleoduto funcionou num dia... Antes do funcionamento do oleoduto existiam quarenta e tantos navios presos no porto de Santos - isso é uma das coisas principais a dizer - que foram imediatamente esvaziados assim que o oleoduto entrou em serviço. Na semana de entrada de serviço o porto de Santos estava livre de...

M.M. — Mais de quarenta navios.

A.L. — Essa coisa devia merecer maior consideração das autoridades, mas eu dei essa proteção ou essa exigência ao estado de São Paulo. O estado de São Paulo foi o principal beneficiado pelo oleoduto e a refinaria. No entanto isso passou completamente despercebido.

M.M. — Nós estávamos falando do seu sentimento quando da sua substituição, e o senhor disse que gostaria de ter ficado. Como foi quando o senhor percebeu que ia ser substituído?

A.L. — Ah, isso é outra coisa. Isso não é política, não?

M.M. — Não, isso é a sua vida.

V.L. — Política, não. Então vamos falar daquela reunião no Quitandinha, já que a gente não quer falar em política.

A.L. — Qual é a pergunta mesmo?

V.L. — Vamos lembrar aquela reunião no Quitandinha com o Juscelino, com Roberto Campos, com o Artur Levy, com o Antônio Balbino...

A.L. — Boa memória! Não deixa nada para a gente!

V.L. — Ah, pois é. Mas sabe quem me contou isso? Foi o senhor.

A.L. — Fui eu.

M.M. — Eu vou voltar mais para trás, já que o assunto é política. Na campanha das eleições presidenciais, todos os candidatos se manifestaram a respeito da Petrobrás. O senhor chegou a manter contato com algum deles na época da eleição?

A.L. — Da eleição? Não.

V.L. — Mas o senhor apoiou publicamente algum candidato?

A.L. — Vamos ver a pergunta que ela fez antes dessa.

M.M. — Antes dessa eu perguntei quando é que o senhor sentiu que ia ser substituído.

A.L. — Ela já respondeu em parte. Quer dizer, Juscelino, em certa época, me convidou para almoçar com ele no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. Batemos um longo papo e ele persuadiu-se de que era imprescindível apoiar a luta pelo petróleo.

V.L. — Foi privada, essa conversa? Só o senhor e ele?

A.L. — Foi na varanda do Palácio da Liberdade, completamente isolados. O bife que comemos lá foi diferente.

V.L. — Conte um pouquinho do ambiente. Estavam lá na varanda, comeram um bife... Eu gosto tanto dessa parte narrativa! O senhor não gosta de contar histórias assim.

A.L. — Foi agradável o convívio com o presidente Juscelino no Palácio da Liberdade.

V.L. — O senhor falou no Palácio da Liberdade... Quer dizer, ele já estava eleito, mas não estava ainda empossado na presidência da República, não é isso?

A.L. — Ele não estava nem eleito ainda.

V.L. — Ah, ele ainda era governador de Minas!

A.L. — Foi prematuramente, antes disso tudo.

M.M. — Mas ele já era candidato?

A.L. — Ele já era candidato. Ele então, como era natural, me elogiou muito, eu elogiei o almoço [risos] e ficamos nessa história assim. Bom, nós estávamos lá na presidência da Petrobrás, logo depois da eleição, antes da posse...

V.L. — E entre a eleição e a posse a coisa foi complicada, porque teve o 11 de Novembro. O senhor lembra ou não do 11 de Novembro?

A.L. — Eu não estou lembrando.

V.L. — Houve uma tentativa de não dar posse ao Juscelino. E o Lott segurou o chamado contragolpe do 11 de Novembro. Estou falando de política?

A.L. — Se está! [risos]

V.L. — Mas esse é um fato público, general. O senhor se lembra que isso aconteceu.

A.L. — Mas logo depois, antes da posse, ainda como elemento para dizer se ele podia ser presidente ou não, estava... Você não imagina a minha angústia!

V.L. — Por quê? Esqueceu?

A.L. — De falhar assim.

V.L. — Não tem nada de falha, não. Vamos lembrando. O senhor disse que, antes mesmo, havia esse problema de dar posse e tal mas...

A.L. — Ah, bom. O Juscelino convocou os técnicos que pudessem trabalhar, tratar de petróleo. Aí é que surgiu essa comissão no Quitandinha, para trabalhar, para fazer esse estudo, e compareceram vários elementos de alto valor.

V.L. — Quem?

A.L. — O Roberto Campos, o... Aquele da Bahia...

V.L. — O Antônio Balbino.

A.L. — Balbino, Antônio Balbino, que ficou do meu lado.

V.L. — Como? Não entendi. O Balbino ficou do seu lado em quê?

A.L. — O Balbino fez um raciocínio favorável à continuação do plano de petróleo. Roberto Campos foi completamente oposto.

V.L. — O que ele dizia? O senhor se lembra o argumento dele?

A.L. — Ele queria a revogação da Lei 2.004 e o aproveitamento do petróleo estrangeiro.

V.L. — Ah, quer dizer que foi essa a conversa com o Juscelino no Quitandinha. Ele estava ouvindo a opinião dos técnicos.

A.L. — É, ele estava ouvindo a opinião dos técnicos. Mas depois, Juscelino esteve casualmente comigo...

M.M. — Depois do Quitandinha?

V.L. — Vamos lembrar pela ordem, general. O senhor teve primeiro um almoço no Palácio da Liberdade com Juscelino, quando ele não era nem candidato.

A.L. — Mas já era a meu favor.

V.L. — Ah, era a favor da sua opção...

A.L. — Da situação da Petrobrás como estava.

V.L. — De fortalecer a situação da Petrobrás como estava — ele era candidato nessa ocasião. Depois ele foi eleito e, antes de tomar posse, fez essa reunião no Quitandinha, consultando algumas pessoas sobre o problema do petróleo. Nessa reunião houve opiniões diferentes, porque Roberto Campos tinha uma posição, e o senhor e o Antônio Balbino tinham outra.

A.L. — Tinha mais gente nesse meio.

V.L. — O senhor lembra de mais alguém?

A.L. — Não é possível lembrar. Bom, foi justamente nessa reunião que eu percebi que eu não continuaria mais.

V.L. — Por quê, general?

A.L. — Porque Juscelino, era também estreguista. Era. Depois é que ele foi evoluindo para o regime do Estado. Aí eu percebi que não ia continuar: arrumei as gavetas, preparei as despedidas e fui para casa sossegado.

V.L. — O senhor reuniu o pessoal da empresa para a despedida?

A.L. — Não, eu fiz o seguinte: fui de uma em uma das unidades para despedir. A sonda que estava lá em Nova Olinda, a sonda que estava não sei aonde, as refinarias... Então eu ia reunindo e me despedindo.

V.L. — O senhor correu tudo.

A.L. — Tudo. Meu último ato foi justamente correndo tudo. Eu não sabia ainda da nomeação do... Janary,* que foi uns dias depois. Janary foi interessante, porque ele nos tratou muito bem depois da posse, não tratou como vencido e vencedor. Eu apreciei muito o gesto dele.

V.L. — Mas por quê, general? O senhor se sentia vencido porque o Janary representava uma outra orientação?

A.L. — Não foi o Janary que mudou a orientação, foi o...

V.L. — Juscelino mesmo.

A.L. — ...Juscelino mesmo.

V.L. — E o Janary, então, como presidente da Petrobrás,

* Janary Gentil Nunes.

teria que seguir a orientação da Presidência da República.

A.L. — Mas ele seguiu por ordem... Seguiu a Presidência, a orientação... do presidente Juscelino.

M.M. — O Juscelino sempre teve uma postura favorável ao capital estrangeiro, tanto que o governo dele implicou uma abertura para investimentos, não só de capital, de financiamento, como de tecnologia estrangeira. Em alguma dessas reuniões que o senhor teve com ele, ele explicitou esse desejo de incorporar o capital estrangeiro em relação à Petrobrás?

A.L. — Não. Em ocasião nenhuma ele... Ele ouvia muito, gostava muito de ouvir, e o falatório dele... Quando ele não entendia muito do problema, transferia para outra pessoa, guardando com ele o sumo.

V.L. — Recolhia tudo.

M.M. — Me diga uma coisa, general: quem estuda o período de Juscelino, vê que sua política foi um marco, vamos dizer assim, na mudança qualitativa das relações do Estado com os vários setores da economia, inclusive com a intensificação do uso do planejamento. Nesse sentido ele elaborou o Plano de Metas, o famoso Plano de Metas, que tinha uma meta que era a energia, estabelecendo padrões para o crescimento do setor do petróleo. O senhor acha que essa meta relativa à energia alterou em alguma coisa o rumo da Petrobrás?

A.L. — Não, não acho que tenha alterado. Acho até que foi um benefício geral esse Programa de Metas. Foi o primeiro programa, posso dizer, o primeiro plano, embora ainda muito sumário, de modernizar a estrutura econômica do país.

M.M. — No Plano de Metas era claro o interesse do governo JK em atrair investimentos de capital estrangeiro. O senhor acha que o monopólio da Petrobrás em algum momento esteve ameaçado?

A.L. — Com o Juscelino, não. Ele decidiu não mexer com a Petrobrás. Botou um presidente dinâmico, formidável, que falava muito, e pronto! Mais nada. Ele não perturbou a Petrobrás. Pelo contrário, ajudou. Porque ele já tinha mudado de intenção, já tinha mudado de rumo. O plano era nacionalista, então ele tinha que acompanhar o plano. Aí ele já tinha mudado.

M.M. — O Juscelino também criou vários instrumentos, vamos dizer assim, que favoreceram a política de crédito do governo: um deles foi o BNDE. A partir desse momento a Petrobrás foi beneficiada com financiamento do BNDE?

A.L. — Não. Ela não foi perturbada pelo fornecimento de fundos. Ela e a administração posterior.

V.L. — Mas a Petrobrás foi beneficiada?

A.L. — Não.

V.L. — Mas também não foi perturbada, como o senhor diz.

A.L. — Pelo Juscelino ou pelo...?

V.L. — Pela ação do BNDE.

A.L. — Não foi perturbada, não. Continuou bem na sua rota, e incentivada ainda pelo presidente. É preciso destacar bem a presidência do Janary. Porque ele era impetuoso, era formal, tinha todas as condições para apoiar uma economia em evolução.

V.L. — E o senhor acha que a gestão do Janary conseguiu alcançar metas importantes na Petrobrás?

A.L. — A meta traçada para o petróleo foi toda ela cumprida. Se o Juscelino tivesse querido alterar, seria duvidoso, muito duvidoso que ele pudesse alterar a lei da Petrobrás. Como ele tentou e não conseguiu. A reunião do Quitandinha provou isso.

[FINAL DA FITA 12-A]

V.L. — O senhor estava falando do Janary.

A.L. — Janary tinha qualidades formidáveis para direção. Embora não fosse instruído a fundo sobre as coisas, tinha evidente pendor para o sucesso, tinha qualidades pessoais indispensáveis ao sucesso. Neste particular, ele tinha e usou, até no estrangeiro, quando foi à Bolívia, esta capacidade.

M.M. — Foi por ocasião do Acordo de Roboré, não é?

A.L. — Por ocasião do estudo do Acordo de Roboré.

V.L. — O senhor acompanhou essa questão do estudo de Roboré?

A.L. — Não, não acompanhei.

V.L. — Estava de fora. Mas nem por conversas, nada?

A.L. — Não. Quando saí da Petrobrás, eu me desliguei um pouco; deixei o barco correr sem a minha intervenção. Não adiantava nada.

M.M. — Mas certamente o senhor tomou conhecimento da grave crise que ocorreu entre o presidente Janary e o CNP, porque foi uma briga pública.

A.L. — O CNP, o Janary... Não, foi o... Como se chamava aquele rapaz?

V.L. — Quem dirigia o CNP era o general José Alexínio Bitencourt.

A.L. — É, Alexínio.

V.L. — Como foi essa briga, general?

A.L. — Bom, eu já estava fora da...

V.L. — Mas nem tomou conhecimento?

A.L. — Tomei conhecimento... Ninguém me contou nada, eu não quis me pronunciar sobre coisa nenhuma, de modo que fiquei no meu canto, sem intervir.

M.M. — Sei. Mas... existem alguns autores que atribuem essa crise ao fato de o CNP ter perdido a eficiência como órgão fiscalizador da Petrobrás. Ou seja, que a Petrobrás tinha crescido demais em relação à estrutura do CNP, que era um órgão criado na década de 30. O senhor acha que a briga foi por isso?

A.L. — Não deve ter sido isso, não, porque o CNP sempre foi apoiado pelos órgãos do governo.. Eu mesmo apoiei muito o CNP, ajudava muito a...

M.M. — Ah, mas o senhor tinha uma atitude...

A.L. — Quando eu estava na presidência, apoiei e dei mão forte para o Plínio, que era o presidente. Também o Janary me convidava sempre para ir visitar as coisas lá no Norte, de modo que ele nunca me deixava de lado. Eles nunca me deixaram de lado, estavam sempre me segurando...

V.L. — Tentando ter a sua colaboração.

A.L. — ...para o que desse e viesse.

M.M. — Mas eu li uma entrevista do coronel Janary para a Petrobrás, dizendo que a briga dele com o CNP ocorreu por-

que o CNP queria mandar na Petrobrás. O senhor acha que foi isso?

A.L. — É possível que tenha sido. Mas eram pessoas muito briosas, de forma que era raro o domínio de uma sobre a outra.

M.M. — Nessa época também se demitiram o Neiva de Figueiredo e o Irnack, saíram da Petrobrás.

A.L. — É, na época do...

M.M. — January. O senhor não sabe por que eles saíram?

A.L. — Não sei se foi um gesto de solidariedade ao January...

M.M. — Eu queria voltar um pouquinho para a sua vida: ao sair da Petrobrás - nós temos esta informação -, o senhor vai fazer um curso na Escola Superior de Guerra. Eu queria que o senhor nos contasse essa experiência.

A.L. — A Escola Superior de Guerra foi uma... Nessa ocasião havia discussão no CNP sobre refinarias etc.

V.L. — No final desse curso o senhor apresentou uma monografia.

A.L. — Ah, bom, é a Escola Superior de Guerra.

V.L. — É Escola Superior de Guerra, não é CNP.

A.L. — A solução que eles viram para o meu aproveitamento posterior ao do petróleo, aceitei a incumbência de voltar para o Exército Superior de Guerra. Na Escola Superior de Guerra passamos um ano, fizemos um trabalho sobre petróleo, que disseram que era muito... muito ótimo... Como é?

V.L. — Excelente.

A.L. — Excelente. Vamos botar excelente.

V.L. — Era "Combustível, um grave problema nacional", não é?

A.L. — Então fui incumbido pela Escola de completar o estudo sobre o ponto de vista da energia de um modo geral, e não sobre petróleo - daí é que surgiu essa monografia -, e logo em seguida recebi o convite da biblioteca militar* para redigir um livro sobre energia.

M.M. — Energia não se importa.

A.L. — Foi muito criticado o título do livro.

V.L. — Energia não se importa. Quer dizer, o senhor praticamente estava defendendo o monopólio sobre todas as fontes energéticas, não é?

A.L. — É.

M.M. — Quando estava escrevendo essa monografia e estudando na Escola Superior de Guerra, o senhor mudou de alguma maneira a visão que tinha sobre a questão da energia ou só consolidou a que já tinha?

A.L. — Não mudou nada. Ela veio a ser alterada mais para adiante. Naquela ocasião não mudou em nada, pelo contrário: o livro estava eivado de nacionalismo por todo lado.

V.L. — Nessa ocasião em que escreveu esse livro sobre energia em geral - a essa época já estava existindo o projeto de criação da Eletrobrás - o senhor teve interesse sobre essa questão da energia elétrica especificamente?

A.L. — Não. Sempre o petróleo ficava na frente da energia elétrica.

V.L. — A Escola Superior de Guerra então estava muito interessada na questão energética.

A.L. — Estava.

* Biblioteca do Exército.

V.L. — Porque é uma questão nacional fundamental.

A.L. — Sim. Mas tinha um setor que dirigia o assunto, de modo que o comandante da Escola mesmo não se interessava, porque tinha elementos para dirigir. O meu foi a comissão...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.M. — O senhor estava falando do interesse da Escola Superior de Guerra na questão da energia.

A.L. — É. A questão interessou muito e teve repercussão. Embora naquela ocasião não se tratasse do problema de energia no Brasil, a eletricidade estava de lado, e todo mundo disperso, dispersivo, esse livro foi muito útil às outras turmas que vieram após, que o adotaram como recurso de ensino, de apreciação sobre o desenvolvimento do Brasil, porque ele foi relacionado na parte de economia do petróleo, e não na parte técnica.

V.L. — A questão energética era vista pela Escola Superior de Guerra como uma questão de segurança nacional?

A.L. — A Escola Superior de Guerra só tem nome de guerra, porque é de desenvolvimento geral da nação.

V.L. — Pois é, mas a ESG ficou famosa como formuladora de toda uma concepção sobre o que deveria ser o desenvolvimento nacional e também de toda uma concepção sobre a ligação do desenvolvimento com a questão da segurança, não é?

A.L. — Sim, e daí? Qual é a conclusão?

V.L. — A conclusão é a pergunta. A pergunta era se a Escola Superior de Guerra via a questão energética como uma

questão de segurança nacional.

A.L. — Não era assim, não.

V.L. — Não? Como era, então?

A.L. — Não sei como era.

V.L. — Ô general! O senhor está aproveitando que eu estou tossindo. General, eu quero entender como era.

A.L. — Todos os assuntos da Escola Superior de Guerra eram de interesse nacional; qualquer um que entrasse ali era de interesse nacional.

M.M. — Mas ao entrar lá, o que o senhor ia fazer? Ia estudar...

A.L. — Estudar, ouvir as entrevistas, as aulas, que eram sobre economia brasileira, sobre técnica e economia brasileira.

V.L. — Os professores eram militares? Só militares davam aulas na Escola Superior de Guerra?

A.L. — Não, o acesso era aberto a todo mundo que chegasse a um nível de conhecimento que pudesse auxiliar a Escola.

M.M. — Depois que terminou esse curso e a monografia, o livro, o que o senhor foi fazer?

Porque a gente tem aqui que o senhor foi para a Diretoria de Comunicações do Exército, do Departamento Geral de Material Bélico. O senhor foi ser chefe de gabinete dessa...

A.L. — É, da Diretoria de Comunicações do Exército, não é isso?

M.M. — É. E como era o trabalho, qual era a sua atividade?

A.L. — Era simplesmente burocrático. Não tinha uma idéia

como essa da 2.004, de rebentar o... Quer dizer, não tinha essa preocupação. Era uma repartição pública.

M.M. — Como o senhor, um homem que construiu refinaria, oleoduto, se sentiu numa função burocrática?

A.L. — Os amigos me cercaram de todo o... De vez em quando me chamavam também para... A própria Escola me convidou para fazer uma conferência sobre energia no plenário da Escola. E fiz. Com um quadro enorme sobre energia. Fiz com muito gosto, aliás. Além dessa conferência que fiz de um modo geral para toda a Escola, houve dois cursos de extensão - não me lembro mais o nome dos cursos - em que eu tomei parte. Não havia grau mas...

M.M. — O senhor freqüentou o curso de treinamento da CEPAL em 58, não é?

A.L. — Não sei se foi antes ou depois da Escola Superior de Guerra.

M.M. — Aqui* diz que foi depois.

A.L. — Foi depois. Bom, a CEPAL foi iniciativa minha. De modo que foi concomitante com a estadia dentro do Exército, quando voltei. Foi ao mesmo tempo que a...

M.M. — Foi uma maneira de o senhor fugir da função burocrática?

A.L. — Pois é.

V.L. — Como era a CEPAL nesse tempo? Ela teve tanta importância, não é, general?

A.L. — Teve. Eu gostei muito do curso da CEPAL. Fiz ges-

* Refere-se ao currículo do entrevistado.

tões para auxiliar o curso da CEPAL com o curso da Escola Superior de Guerra. Mas não consegui. Estava tudo muito durinho para...

V.L. — O senhor se lembra quais eram as teorias econômicas mais em voga nessa época na CEPAL?

A.L. — Não me lembro, não. Mas nós fizemos um curso de quatro meses, bem dirigido, também por um técnico estrangeiro, cubano! Nós até tivemos desconfiança dele! [risos]

V.L. — Mas era cedo para se ter desconfiança de cubano. Isso foi em 58, era um pouquinho cedo, não é, general?

M.M. — Nessa época a CEPAL já tinha aquela idéia de desenvolvimento para dentro, substituindo importações, enfim, modernizando a política de administração...

A.L. — Queria modernizar a economia do país. A economia.

M.M. — E através de planejamentos setoriais, globais, etc.

A.L. — Até aí nós não vimos progresso nenhum de mudança total de um projeto. Não percebemos, não. Só viemos perceber agora.

M.M. — O senhor acha que esse curso alterou a sua visão sobre a economia do país?

A.L. — Alterou em parte. Porque é uma área que eu não estava habituado, e que entrou no conhecimento para...

M.M. — Mais tarde, na sua vida, o senhor incorporou essas teorias?

A.L. — Aí eu passei para a indústria privada, particular, não houve margem, não houve... Eram pequenos empreendimentos, que iam saindo à medida das possibilidades, dos convi

tes. Mas não notei... diferença.

V.L. — Nós fizemos esse atalho, voltamos para o Exército, para a CEPAL, e agora vamos voltar de novo para a Petrobrás. Encerrando ainda uma ou duas questões sobre a gestão Janary, nós tínhamos conversado sobre o conflito com o CNP e a questão interna que levou à demissão do Neiva de Figueiredo e do Irnack de Carvalho, que eram pessoas que vinham desde o começo da Petrobrás. O senhor tem mais informação de como foi essa crise com o Irnack e o Neiva?

A.L. — Olhe, quer saber de uma coisa? Eu não me lembro mais nada dessa crise. Ela foi tão... sumida, foi tão sumida que nem...

V.L. — O senhor tomou conhecimento na época de que o Lott deu apoio ao Janary? O Lott era ministro do Exército na época.

A.L. — Deu apoio, sim. Deu o apoio que o Janary pediu.

V.L. — O senhor acha que na época do Janary houve um processo de politização da empresa?

M.M. — General, bater varinha não dá,* porque não grava. Não é video-cassete. Tem que responder.

A.L. — Pois é. Há desvios, não é? [riso] De modo que...

V.L. — Nós não estamos falando da história da empresa? A história da empresa envolve uma parte técnica, envolve uma parte administrativa, envolve uma parte política. É verdade ou não?

A.L. — É.

* O entrevistado responde com um gesto.

V.L. — Porque a política também faz parte da vida, geral, a gente não pode dizer que não existe a política. Está por aí, não está?

A.L. — Mas quando eu passei para a vida privada não tinha esse negócio. Política era...

V.L. — Mas a vida privada foi depois, porque o senhor ainda voltou para a Petrobrás, não é? Quer dizer então que o senhor não tem muita informação sobre essa crise na Petrobrás na gestão Janary?

A.L. — Não me interessou também.

V.L. — O senhor estava ligado ao Exército, a Escola Superior de Guerra...

A.L. — Comentavam as coisas mas... não me interessavam.

V.L. — Mas, finalmente, o general Idálio Sardemberg substituiu o coronel Janary Nunes. Como era o Idálio? O senhor nos deu um perfil do Janary muito interessante, até nos deu a idéia de que era o homem certo para aquele momento, pelo funcionamento da época do Juscelino.

A.L. — É. E ele foi uma pessoa que substituíram, para dar veracidade ao fato.

V.L. — E aí entrou o Idálio. Como era seu perfil? Quais eram as características do novo presidente?

A.L. — Bom, o Idálio era mais concentrado, pensava melhor, pensava grande também. Ele foi com um desejo enorme de fazer a refinaria*, e foi em casa me convidar para ser o chefe da construção.

* Refinaria Duque de Caxias.

V.L. — O senhor já morava aqui nesse apartamento?

A.L. — Já morava aqui. Eu tenho uns móveis que são históricos!

V.L. — Então ele veio aqui convidá-lo para dirigir...

A.L. — Convidou-me para dirigir a construção da Petrobrás.

V.L. — Da Refinaria Duque de Caxias. Foi logo no começo da gestão? Ele assumiu e veio chamar o senhor?

A.L. — Logo no começo. Logo na primeira semana ele... Antes mesmo ele já tinha falado comigo que ia me convidar.

M.M. — O senhor saiu no governo JK, e no governo JK o senhor voltou para a Petrobrás. Como foi isso, general? Como o senhor se sentiu?

A.L. — Bom. JK... houve um fato com ele. Puxa! JK, refinaria, não é? JK visitou a refinaria uma vez e pediu que ela fosse inaugurada muito antes de estar concluída. Essa foi a ação da administração Juscelino. [riso]

V.L. — Sempre correndo, o Juscelino, não é?

A.L. — É. Muito antes. E... Essa cabeça é uma coisa danada!

V.L. — Vamos começar do começo a questão da refinaria. Então o general Idílio veio convidá-lo aqui em sua casa.

A.L. — É. Agora, a participação do Juscelino foi mais no fim, não no começo da...

V.L. — O senhor aceitou logo a tarefa?

A.L. — Aceitei logo. Claro, estava na minha.

V.L. — "Voltei para o meu lugar." E de quem era o projeto da refinaria?

A.L. — E o ambiente era agradável. Permitia fazer prog-

nósticos e planejamento.

V.L. — De quem era o projeto da Refinaria Duque de Caxias?

A.L. — O projeto era também de uma firma estrangeira, a Foster-Wheeler. Quando cheguei na refinaria...

M.M. — Quando o senhor chegou, o projeto já estava pronto?

A.L. — Quando eu cheguei, havia o projeto pronto, completamente pronto, e poucos serviços sobre a refinaria mesmo. Eu já tinha pedido três meses de prazo para botar tudo nos eixos. Já tinham passado dois superintendentes lá que não conseguiram sair da lama.

V.L. — Mas a localização já estava definida?

A.L. — A localização, não. O projeto. A localização dependia de nós.

V.L. — Então o senhor pediu três meses...

A.L. — Para botar as coisas em ordem, fazer uma refinaria, refinaria. E o Idálio apoiou; apoiou e protegeu essa solução. Quando inauguraram o sistema de luz da refinaria, que foi o primeiro sistema, luz própria, aconteceu uma coisa interessante: um avião de passageiros... Porque o campo da refinaria, uma parte dele, fica coincidindo com a área de aproximação dos aviões, que não sabia ainda da... imbicou para o eixo da refinaria, que estava muito bem iluminado, já estava bem certinho, e só depois de muito grito ele saiu da rota, levando um susto! [risos]

V.L. — Ele pensou que era a pista de aterrisagem.

A.L. — Pensou que era a pista de aterrisagem.

M.M. — Era uma usina própria a óleo diesel?

A.L. — Não. Nós tínhamos uma ligação com a Light e uma

ligação própria. Nosso objetivo para andar depressa era apoiar o plano da Foster-William, cujo trabalho andou depressa. Ele deu um ano e oito meses para a construção e nós fizemos dentro do prazo normal.

V.L. — Como foi feita a escolha do projeto da Foster-William? Por concorrência?

A.L. — Não, o projeto já existia. Mas a concorrência foi feita... Naquela ocasião não se podia pensar em concorrência, porque não havia gente capaz de fazer a obra. Como é que...? Mas a equipe da Reduc, da refinaria, era muito boa, permitia o aproveitamento do pessoal como orientador do projeto. Então o projeto foi inteiramente... Uma das coisas que eu exigi foi não mexer no projeto. Porque o projeto pronto pode andar mais depressa do que com uma variação qualquer.

M.M. — Bom, a primeira atitude foi garantir o projeto. E depois, o que o senhor fez? Foi escolher o local?

A.L. — Outra coisa que já estava escolhida quando cheguei foi o local. Mas o local era um mangue, era um mangue! Toda a refinaria está em cima de um mangue. Por isso exigiu 60 mil estacas. A Refinaria é enorme! Uma coisa grandiosa! Cada tanque era de 20 estacas. Imaginem!

M.M. — O senhor garantiu o projeto, o local já estava escolhido...

V.L. — E os equipamentos?

A.L. — O pessoal também já estava escolhido.

V.L. — O pessoal, o senhor disse que era da Reduc mesmo. Mas como da Reduc, se ela não existia ainda?

A.L. — O pessoal foi retirado da Petrobrás.

V.L. — Porque a Petrobrás já tinha gente capacitada, não é?

A.L. — Já tinha. Mas provou mais com o oleoduto. Essa é a minha glória. Bom, o que mais?

V.L. — E equipamentos?

A.L. — Equipamento é do projeto.

M.M. — Quer dizer, aí passou-se para a montagem da refinaria.

A.L. — É, para a montagem. E outro fato curioso da montagem é que nós fizemos o canal de descarga de refrigeração. Era um canal vultoso, grande, precisava de muito volume d'água para uma refinaria daquela. Mataripe estava terminando a montagem da sua refinaria já em funcionamento, então fizemos trazer da Refinaria de Mataripe o equipamento de montagem. É um grande... E o navio que trouxe, era um navio pequeno, nós o fizemos entrar por trás da refinaria, pelo canal de descarga, e ir quase até o almoxarifado para descarregar o material. Este é um caso interessante. Depois ele não pôde fazer a volta, não pôde virar... [risos] teve que vir de marcha a ré, devagarinho. Foi um caso muito interessante. Abrimos champanhe nesse dia.

V.L. — Quer dizer que o ambiente era de muito entusiasmo e confraternização entre as pessoas que trabalhavam na obra?

A.L. — Ah, era. O sucesso sempre traz isso.

[FINAL DA FITA 12-B]

A.L. — Em primeiro lugar ficou pronta a parte subsidiária da refinaria - abastecimento de luz, de água, esgoto, es-

tradas... Todo esse acessório para a refinaria ficou pronto muito antes da refinaria propriamente dita. As colunas de vapor... Aí é que veio o problema do Juscelino com a refinaria: ele queria inaugurar a refinaria de qualquer jeito, antes de deixar o governo. De modo que, contrariando todo o pessoal da refinaria, tivemos que marcar uma data em que essas instalações auxiliares, que foram preparadas antes, estivessem prontas. Quando estivessem prontas, podia-se marcar uma inauguração, uma inauguração programada, uma inauguração...

M.M. — Quer dizer que a refinaria teve duas inaugurações.

A.L. — Teve duas inaugurações. Duas. Mas eu, com dificuldade, contive o pessoal. O pessoal queria que aquela primeira inauguração fosse a principal, fosse a adotada. E nós queríamos que fosse a outra, dia 12 de setembro, quando a refinaria funcionou de fato. O funcionamento da refinaria foi um caso inédito porque, quando se faz uma obra desse vulto, primeiro se experimentam todos os pontos, se verificam quais são os pontos falhos, faz-se uma revisão completa. A refinaria não precisou nada disso. Assim que se terminou a última torre, abriu-se a válvula e ela funcionou.

M.M. — Por que não precisou?

A.L. — Porque logo deu sinal de que estava boa. Existem sinais.

V.L. — Quer dizer que a refinaria, como obra, foi um sucesso absoluto.

A.L. — Absoluto. Glória aqui ao...*

* Refere-se gestualmente a si mesmo.

V.L. — Quem eram os principais auxiliares que o senhor teve na construção da refinaria?

A.L. — Nós tivemos dois grandes auxiliares: o Leonel Finote e o Coimbra.

V.L. — Eram o quê, engenheiros?

A.L. — Um era engenheiro de projeto, o outro era engenheiro de campo.

V.L. — O Coimbra era o de campo?

A.L. — O Coimbra era o de projeto, tinha mais cabeça, e o Finote era de campo. Então era preciso que os dois se coordenassem perfeitamente, o que aliás aconteceu. Brigavam, brigavam mas...

V.L. — Acabavam dando certo. Como o senhor conseguiu recrutar esses dois quadros para trabalhar com o senhor?

A.L. — Bom, cada um deles tinha um problema e cada um deles tinha uma vantagem também. De modo que reuni essas coisas e apareceu um bloco muito bom de técnicos capazes de levar a refinaria.

V.L. — Eles eram da Petrobrás?

A.L. — Eram da Petrobrás. Houve muito poucas deserções.

V.L. — Durante o período de construção da refinaria, o senhor acompanhava a obra no campo ou no escritório?

A.L. — Nos dois - no campo e no escritório. E não deixava de comparecer aos fatos públicos.

V.L. — Seu escritório era onde nessa época?

A.L. — Meu escritório era na refinaria.

V.L. — Ah, lá na refinaria mesmo! Então o senhor ficou com o escritório no campo.

A.L. — É como não se faz, não é?

V.L. — Como não se faz... Na verdade, não é bem assim.

A.L. — Mas eu fiz questão de botar o escritório na refinaria, junto ao campo, para facilitar a tarefa de comunicação de um chefe com outro. Imagine se ainda fosse ficar subordinada à avenida Brasil! Como é que seria?

V.L. — Durante o período de construção da refinaria o senhor teve total autonomia para levar a obra para a frente?

A.L. — Autonomia? Sim, sim.

V.L. — O senhor despachava diretamente com o presidente da empresa, com o Idálio?

A.L. — É, com o Idálio.

V.L. — E dava conta a ele do andamento da coisa.

A.L. — Fazia relatório semanal. E também, com a chegada de material, a verificação era semanal.

V.L. — Qual era a proveniência do equipamento?

A.L. — Bom, já havia algum equipamento nacional. Pouco, mas deu para nacionalizar muita coisa da refinaria.

V.L. — E a questão dos recursos, general? Foi necessário mobilizar um montante grande?

A.L. — Na questão de recursos, não tivemos falta de dólar, mas tivemos falta de cruzeiros.

V.L. — Como foi isso?

A.L. — Foi até a diretoria concordar em assinar duplicata. Porque a Petrobrás não assina duplicata de dívida. Mas nesse caso ela teve que assinar. Tanto eu fiz que ela acabou assinando. E deu certo, porque logo entrou um período bom para a Petrobrás, e as duplicatas foram resgatadas com facilidade.

V.L. — A dívida era feita com que órgão? Assinava-se duplicata de onde? Que órgão emprestava o dinheiro?

A.L. — Não. A companhia era o devedor...

M.M. — Na compra de equipamento no Brasil é que foram oferecidas as operações com duplicatas, não é?

A.L. — É. Só na...

M.M. — Para importar material não houve dificuldade.

A.L. — Ah, não dava. Dólar não dava problemas.

V.L. — General, quais as principais diferenças entre a Refinaria de Cubatão e a Duque de Caxias? Há diferenças importantes?

A.L. — Bom, há uma diferença fundamental: Cubatão foi feita parceladamente, com dificuldades, criando pessoal, criando... E na Refinaria Duque de Caxias, nada disso aconteceu, porque ela foi feita num bloco só, numa vez só e... Essa é a principal diferença: uma foi fracionada e a outra... Cubatão foi fracionada por causa dos gases também, e a Duque de Caxias não foi.

V.L. — O trabalho foi concentrado.

A.L. — Concentrado, de uma vez só. A petroquímica da refinaria de... Como em toda refinaria sobram gases, a Petrobrás pensou no aproveitamento dos gases da Refinaria Duque de Caxias. Daí a montagem do grupo do...

V.L. — Do setor de petroquímica?

A.L. — É. Teve uma matéria que nós fizemos lá, foi um outro empreendimento de borracha sintética. Aí o dono era o Leopoldo.*

* Leopoldo Miguez de Mello.

M.M. — Desde a inauguração, já se pensou em aproveitar os elementos que sobravam para o aproveitamento na indústria petroquímica?

A.L. — O aproveitamento demorou mais um bocadinho, mas não influenciou sobre... porque era um serviço auxiliar, era um setor auxiliar da refinaria. De modo que não causou problemas.

M.M. — O que representou a inauguração, o funcionamento da Refinaria Duque de Caxias para a indústria de refino no país em seu conjunto?

A.L. — Eu não me lembro da proporção da... mas foi um grande sucesso de refinação, que deu para alimentar a área de refinação. Uma porcentagem bem grande, uma porcentagem bem grande de... Não me lembro de dados.

M.M. — Me diga uma coisa, general: como era organizada a refinaria em termos administrativos? Havia o senhor, que era o superintendente...

V.L. — Depois de inaugurada, o senhor foi logo nomeado superintendente.

A.L. — Ah, fui logo nomeado.

V.L. — Até que ano o senhor ficou na superintendência? Começou em 1961...

A.L. — Bom, eu fiquei até... os comunistas me deixaram lá. Até 62.

V.L. — E o senhor vai contar o que os comunistas fizeram lá em 62?

A.L. — Não fizeram nada. [risos]

M.M. — Só tiraram o senhor de lá.

V.L. — O senhor disse que ficou lá até quando os comunistas deixaram. Por quê? Começou a haver uma influência comunista entre os técnicos da Petrobrás, qualquer coisa assim?

A.L. — Não. Porque eles estavam em formação e queriam luzes. E estando em formação, eles apertam para todo lado. Era o começo do sindicalismo na Petrobrás na refinaria. E eu contei com o apoio de uma grande parte dos operários de lá, o que foi original na ocasião. [riso] Os operários atenderam geralmente a... e me cumprimentavam pelo Natal, pelo Ano Bom, essas coisas. Foi um ambiente agradável. Agradável como a refinaria, só o oleoduto.

V.L. — O oleoduto é que é a menina dos olhos, não é?

A.L. — Não, é a refinaria.

V.L. — Mas a época da refinaria já começou a ser uma época mais complicada, como o senhor está dizendo, em termos do relacionamento interno, porque começou a aumentar a participação sindical, não é? Havia muita reivindicação sindical dentro da refinaria?

A.L. — Não. Eles ainda não sabiam nem como reivindicar. Com o tempo é que foram aprendendo. Hoje estão bem organizados, não sei se bem ou mal, mas estão organizados e fazem pressão.

V.L. — Mas nessa época, não? A coisa não se sentia assim?

A.L. — Era prestígio individual de sindicalista, nome. Só aparecia um nome. Não me lembro mais.

V.L. — No seu tempo de superintendência, em 61, 62, houve algum sindicalista que tenha aparecido mais?

A.L. — Houve. Um deles é de origem de lá, da refinaria.

V.L. — Quem é?

A.L. — Não sei, não me lembro.

V.L. — O senhor chegou a ter reuniões ou encontros...?

A.L. — Não. Não dava ainda para isso. Era uma coisa muito no começo, foi muito no começo do funcionamento.

V.L. — Mas o senhor falou que ficou lá até os comunistas deixarem. Onde que os comunistas eram fortes? No movimento sindical?

A.L. — É que o comunismo... É que os colegas estavam em toda a parte na Petrobrás e influenciavam o pessoal da refinaria, que tinha que aprender ainda.

M.M. — A organização sindical que começava nessa época era dirigida pelos comunistas?

A.L. — Bom, parecia que era. Não sei bem se era ou não, mas acho que era.

V.L. — General, esse é um período em que, de um lado, começou essa via e essa reivindicação sindical, e de outro lado, foi criado o Ministério das Minas e Energia. Quer dizer, a Petrobrás em baixo começou a receber pressão do sindicalismo que se organizava, e em cima deixou de ter aquela relação privilegiada e direta com a Presidência da República, porque passou a existir o Ministério das Minas e Energia. O senhor sentiu nesse período alguma consequência da criação do ministério?

A.L. — Não. Ainda não estava na ocasião de a gente sentir essas coisas.

V.L. — Quer dizer que a criação do ministério, no início, não interferiu diretamente na autonomia da refinaria nem na autonomia da Petrobrás?

A.L. — Não, não. Quer dizer, eles fizeram poucas operações: uma foi me tirar de lá.

V.L. — Quem?

A.L. — Os comunistas.

V.L. — Como é que eles tiraram o senhor de lá?

A.L. — Como é hábito deles: comissão de sindicato. Só ia pessoal comunista, não ia democrata. Os comunistas então ganhavam todas as paradas dentro da refinaria.

M.M. — Mas a comissão do sindicato tinha força para tirar o presidente da companhia?

A.L. — Tinha, pela reunião de seus elementos e apoio externo.

V.L. — Apoio externo, como na imprensa? Na Petrobrás?

A.L. — Na Petrobrás. A imprensa também ajudou, mas não tanto.

V.L. — Apoio externo, quer dizer, fora da refinaria, mas dentro da Petrobrás?

A.L. — Dentro da Petrobrás.

V.L. — Quer dizer que o senhor acha que os comunistas estavam ocupando posições importantes na própria empresa?

A.L. — Ah, na própria empresa! Como não? Como estão até hoje.

V.L. — E isso... até quando?

A.L. — Até hoje!

V.L. — Nós ainda temos algumas coisas para falar. Margaret, você quer fazer alguma pergunta sobre alguma medida no governo Jânio Quadros, antes de a gente entrar no go-

verno João Goulart propriamente dito?

M.M. — General, o senhor não resistiu aos comunistas, mas resistiu à troca de governo, à substituição do Juscelino pelo Jânio Quadros, foi mantido no cargo de superintendente. Então me diga uma coisa: como foi a relação com o presidente Jânio Quadros?

A.L. — Difícil de dizer, muito difícil.

M.M. — Por quê?

V.L. — O presidente cortou o subsídio da importação do petróleo, não foi?

A.L. — Não me lembro desta parte.

V.L. — Nós queríamos saber como ficou a Petrobrás no período do Jânio.

M.M. — O Jânio assumiu num momento bastante difícil do ponto de vista econômico, porque o Juscelino tinha adotado uma prática inflacionária...

A.L. — Foi Jânio Quadros que inaugurou a...

M.M. — Refinaria.

V.L. — O Juscelino fez a primeira inauguração, aquela para aparecer no governo dele. Depois o Jânio é que efetivamente...

A.L. — Mas Juscelino era simpático. Podia fazer essas coisas.

V.L. — General, na verdade, o senhor foi nomeado superintendente da refinaria já no governo Jânio.

A.L. — Foi?

V.L. — Acho que sim. Não foi em 61? Então já foi no governo Jânio Quadros. O senhor dirigia as obras no governo JK.

A.L. — Eu tenho essas datas aqui*, mas vocês não me deixam ver!

V.L. — A gente tem cola também. [riso] O senhor dirigiu toda a implantação da refinaria, toda a construção no governo JK, mas assumiu a superintendência já no governo Jânio Quadros.

A.L. — Toda a refinaria no período JK, não. Faltou um pedacinho que ele quis inaugurar antecipadamente.

V.L. — Sim, terminou no governo Jânio, mas o cargo de superintendente...

M.M. — O senhor assumiu no governo do Jânio.

A.L. — Não foi, não.

M.M. — Se JK ainda não tinha inaugurado ... o senhor não podia ser superintendente sem estar inaugurada.

A.L. — É. A refinaria, eu sei que foi no governo Jânio Quadros. Mas tem um pedaço aí que me foge da cabeça que não foi no período de Jânio Quadros.

M.M. — A construção foi no período JK.

A.L. — A construção, até serviços auxiliares, foi no período JK.

M.M. — Agora, como superintendente da principal refinaria do país, o senhor...

A.L. — Olhe, o Diário... Houve um jornal aí que teve um efeito considerável na minha saída.

V.L. — Qual foi?

A.L. — Foi o Diário de Notícias. Não, foi o O Globo,

* O entrevistado se refere a notas pessoais.

O Globo. Na véspera da minha saída, ele botou em letras garrafais, dessa idade, desse tamanho!

V.L. — Puxa, meia página, quase!

A.L. — "Duvido o presidente tirar o coronel Levy da refinaria." Duvidavam. Isso aí foi o suficiente para me substituírem.

V.L. — Aí o Jânio o tirou; ele não gostava de ser provocado.

A.L. — Mas quem foi...? Isso é o que eu quero saber, quem foi o presidente nessa ocasião.

V.L. — Depois que o senhor saiu?

A.L. — O que permitiu a publicação desse jornal para eu sair.

V.L. — Era na época do Jânio, não era? Ou já era o João Goulart?

M.M. — Podia ser João Goulart.

V.L. — Podia ser o João Goulart. O senhor saiu em 62, não foi? Se o senhor saiu em 62, já era o Jango, já era o governo João Goulart.

A.L. — Aí está confuso, sabe?

V.L. — Porque essa data, nós não temos. Nós temos que o senhor assumiu a superintendência em 1961, mas não sabemos o ano em que o senhor saiu. O senhor afirmou que foi em 62. Se foi em 62, já era o governo Jango.

A.L. — E não podia ser... Essas duas datas não podiam ser tão próximas uma da outra.

V.L. — De 61 a 62?

A.L. — Não.

M.M. — Quanto tempo o senhor se lembra ter ficado à frente da refinaria enquanto superintendente?

A.L. — Acho que foram quatro ou cinco anos.

V.L. — Ah! Mas aí o senhor está incluindo o período todo da obra.

A.L. — Sim, o período da obra.

V.L. — Nós estamos falando da superintendência, depois da obra já pronta.

A.L. — Como Reduc.

M.M. — Como Reduc. Porque o senhor assumiu a obra em 59.

A.L. — É. E depois a Reduc...

V.L. — A Reduc em 61, já pronta a refinaria, não é isso?

M.M. — Quer dizer, se o senhor saiu em 62, já eram quatro anos de refinaria.

A.L. — Mas quem era o presidente na época?

M.M. — Em 62 era o João Goulart.

V.L. — Quando o senhor saiu, era o João Goulart. Não se lembra disso?

A.L. — Não me lembro, não.

V.L. — Além dessa manchete que o senhor está falando, houve campanha na imprensa, pressão para a sua saída?

A.L. — Para a minha saída, só houve essa, mas foi definitiva. E o O Globo era do nosso lado, hem? Era do nosso lado.

V.L. — Do nosso lado, quer dizer o quê?

A.L. — Anticomunista.

V.L. — E por que houve tanta pressão dos comunistas contra o senhor?

A.L. — Bom, isso só perguntando a eles. Eu não sei.

M.M. — No governo Jânio Quadros houve uma substituição do presidente da Petrobrás; assumiu o Geonísio*...

A.L. — O Jânio é que estava nessa ocasião. Inaugurou a Refinaria de Cubatão...

V.L. — Cubatão?

A.L. — Cubatão?

M.M. — Como governador de São Paulo.

V.L. — Ah, sim, naquela época. Não depois, como presidente.

M.M. — E inaugurou também a Refinaria Duque de Caxias.

V.L. — E ele nomeou o primeiro presidente civil da empresa, o Geonísio, não é? Porque até então, só militar.

A.L. — É. Mas o Geonísio era carga da empresa mesmo.

V.L. — Ah, vinha lá de dentro? De onde ele vinha?

A.L. — Desde a Bahia. Ele era baiano - o casal era baiano, ele e a mulher.

V.L. — E qual era a ligação dele com a questão do petróleo lá na Bahia?

A.L. — Ele sempre foi o chefe na Bahia, sempre. Na exploração e na produção, ele sempre foi o chefe, exceto quando deixou para ser presidente da Petrobrás, e outra vez, quando foi superintendente.

V.L. — É interessante, porque o Geonísio não só foi o primeiro presidente civil, como ele já veio de dentro da

* Geonísio Barroso de Carvalho.

própria empresa, foi um técnico que fez carreira dentro da Petrobrás. Isso é uma novidade também. Porque o senhor fez carreira na questão do petróleo, mas veio do CNP, tinha uma história anterior. E o Geonísio é a pessoa que ascendeu dentro da empresa. Isso é interessante. O senhor sabe mais alguma coisa entre essa atividade dele na Bahia até a chegada à presidência? O senhor sabe alguma coisa sobre a trajetória do Geonísio?

A.L. — Eu não sei porque ele era... reservado, caladão, mas conhecia a empresa completamente. Conhecia toda a empresa e podia exercer qualquer função dentro da empresa.

V.L. — Então ele não ficou só na Bahia, ele conhecia a empresa toda.

A.L. — Principalmente exploração, que já abrange muita coisa. Ultimamente é que ele foi superintendente, foi presidente da empresa.

M.M. — O senhor era superintendente da refinaria quando o Jânio tomou medidas restritivas à importação de equipamentos e materiais estrangeiros. O senhor acha que a Reduc sofreu com essas medidas ou ela já tinha sido concluída, não precisava mais importar nenhum equipamento?

A.L. — Ah, não. Ainda era o mesmo aspecto de importação. A mudança de importação para exportação se deveu principalmente à petroquímica, foi na época da petroquímica.*

V.L. — General, voltando então à escolha do Geonísio Barroso de Carvalho para a presidência da empresa, corre uma

* O entrevistado responde pensando na exportação e importação de produtos, e não de equipamentos, como no sentido original da pergunta.

versão de que o presidente Jânio Quadros, na verdade, não queria o Geonísio, queria o Josafá Marinho.

A.L. — Da Bahia.

V.L. — Da Bahia. Mas que a indicação do Geonísio teria sido apoiada pelas associações de classe, as associações profissionais, os sindicatos. É verdade isso?

A.L. — Não sei.

V.L. — Não sabe ou não quer falar porque é política?

A.L. — Não, eu não sei. Não me lembro.

V.L. — É uma coisa interessante, general, porque foi uma nova trajetória de ascensão à presidência da empresa: um técnico, que prestou serviços durante muitos anos, que é civil, que vem de dentro e que tem apoio das associações profissionais. É um perfil diferente de presidente, não é?

A.L. — É. E ele foi feliz na presidência.

V.L. — Foi? Como é que o senhor avalia a gestão dele? A presença de um civil na presidência facilitou a relação com as associações profissionais, com os sindicatos?

A.L. — Não, não adiantou nada.

V.L. — Essa foi uma época muito quente?

A.L. — Foi.

V.L. — Quente, o senhor sabe o que estou dizendo, não é? Com aquelas aspaszinhas. O que o senhor lembra desse período?

A.L. — Muita movimentação de engenheiro, muita movimentação de pessoal de um lado para outro... É o que caracteriza essa mudança de atitude dos quadros da empresa.

M.M. — Mas essas reivindicações eram de caráter trabalhis-

ta, de salário, de condições de trabalho, de segurança de trabalho, ou eram reivindicações no sentido de mudar a política da empresa?

A.L. — Bom, houve uma evolução natural. Primeiro esse aspecto de insegurança ainda. E o segundo aspecto é o da firmeza de atitude.

V.L. — Eu não entendi.

A.L. — Então vamos repetir.

M.M. — O senhor disse que foi uma época de grande movimentação e agitação sindical - sindicato dos Engenheiros, não é? Eu queria saber o que eles reivindicavam.

V.L. — O que eles queriam? Salário mais alto, melhores condições de trabalho, era o quê?

A.L. — Isso é da doutrina deles, ué!

V.L. — Mas a maioria dos engenheiros era comunista, geral?

A.L. — Não. Mas é da doutrina.

V.L. — Da doutrina de quem?

A.L. — Deles, dos comunistas.

V.L. — Ah... Então havia uma força dos comunistas muito grande nos sindicatos, nos técnicos?

A.L. — Não havia muito grande, mas havia força.

V.L. — E eles influenciavam os técnicos?

A.L. — Poucos, muito poucos.

V.L. — Mas se influenciavam poucos, como é que esse movimento sindical ficou forte?

A.L. — Pela ausência dos democratas.

V.L. — Ah, mais por ausência.

A.L. — É política, isso.

V.L. — O senhor deve ter se sentido muito mal nesse período, porque o senhor detesta política, não é? E como é que era? Eles faziam pressão? Como as coisas aconteciam naquela época?

A.L. — Eu mantive o prestígio da presidência e da refinaria, consegui manter. Mas assim que saí, foi aquele dilúvio.

V.L. — Quem veio depois do senhor na refinaria?

A.L. — Eu estava na refinaria.

V.L. — Sim, mas depois que o senhor saiu, quem o substituiu?

A.L. — Foi um engenheiro militar que já morreu.

V.L. — Mas, afinal, o senhor saiu porque achou que havia muita pressão, um ambiente muito conturbado, ou porque o presidente da República pediu o cargo?

A.L. — Não! Por causa desse jornal, do letreiro do jornal, daquele tamanho!

V.L. — Mas saiu aquele letreiro, e o que fez o presidente da República?

A.L. — O presidente da Petrobrás, que era da Bahia...

V.L. — Já era o Geonísio.

A.L. — Não, foi antes do Geonísio.

M.M. — Antes não pode ser, porque antes era a gestão do Idálio. Foi na gestão Mangabeira?

A.L. — Mangabeira.

M.M. — Ah, então o senhor foi demitido, o senhor saiu da refinaria na gestão do Mangabeira, com o João Goulart.

A.L. — É. O jornal dizia: "Duvido que o superintendente da refinaria... que os comunistas tirem o presidente... esse rapaz, esse presidente da... Duvido... etc. etc." Foi a ordem para ele tirar.

V.L. — Quem é que dizia isso? O O Globo?

A.L. — É. Bobagem, não é? Era um amigo. Mas não deram oportunidade de a gente ver a coisa antes.

[FINAL DA FITA 13-A]

A.L. — Essas coisas... não adianta perguntar.

M.M. — Ah, mas eu tenho que perguntar, por dever de ofício. Porque o presidente da República renunciou. Como foi isso?

A.L. — Quem era o presidente da República?

V.L. — Jânio Quadros. Jânio Quadros teve uma votação assombrosa, governou pouquinho tempo, depois...

A.L. — Fugiu da raia.

V.L. — ...correu da raia, renunciou. Como repercutiu a renúncia do presidente Jânio Quadros no ambiente da Reduc, que já era um ambiente, como o senhor disse, bastante movimentado?

A.L. — Bom, também... Vocês querem saber de uma coisa? Eu não guardei esse negócio.

V.L. — Oh, general, da renúncia do Jânio, eu lembro tudo.

A.L. — Então fale!

V.L. — Eu, não, não sou a entrevistada, sou a entrevistadora.

A.L. — Fale, fale!

V.L. — Eu, não. Eu não lembro da Reduc, lembro da faculdade.

M.M. — Mas o João Goulart assumiu a presidência e manteve o senhor na superintendência.

A.L. — É. E preparou o 13 de maio na Central do Brasil.

V.L. — O comício de 13 de março. Mas 13 de março já foi 13 de março de 64. Nós estamos falando quando o Jango tomou posse em 1961.

M.M. — O fato é que havia alguns setores militares e uns que contestavam a autoridade do presidente, antes de ele assumir.

A.L. — No tempo do Juscelino? Depois do Juscelino.

M.M. — Depois do Juscelino, quando o Jânio renunciou, o vice, João Goulart, deveria assumir, e houve uma contestação.

V.L. — Uma tentativa de impedir que ele assumisse a presidência da República. O senhor se lembra disso? Até houve aquele negócio do Brizola, no Rio Grande, do III Exército, houve a campanha da legalidade para que o vice-presidente assumisse... Aí o Jango acabou assumindo.

M.M. — Nós queríamos saber se essa crise de autoridade por que passava a presidência da República afetou de alguma maneira a Petrobrás?

A.L. — Quase parou, quase parou. Eu me lembro.

M.M. — E na Reduc?

A.L. — Também. O desânimo era geral.

M.M. — Eu queria que o senhor reconstituísse como era o clima.

A.L. — Mas é que eu não sei bem como era. Já esqueci isso aí.

V.L. — Mas lá na Reduc, general, o senhor não lembra? O senhor disse que havia um desânimo geral.

A.L. — Sobre a Reduc, a parte de construção, a parte de coisa, está bem. Mas sobre a parte sindical, não sei.

V.L. — Então vamos falar na parte de como ia o trabalho técnico mesmo, a produção, o refino, como estava funcionando a refinaria nos anos do governo João Goulart.

A.L. — Estava funcionando, e funcionando bem.

V.L. — Do ponto de vista da questão do petróleo, a coisa estava indo para frente?

A.L. — Bom, estava indo para frente, e a borracha sintética também. Não se pode separar a Duque de Caxias da...

V.L. — Borracha sintética. Isso é importante.

M.M. — Essa agitação alterou a produção? Houve queda na produtividade?

A.L. — Como é que eu vou saber isso?

M.M. — O senhor era o superintendente!

A.L. — Ah, é? Você acha que...?

M.M. — Acho. Porque se há uma movimentação sindical, as pessoas cruzam os braços na hora do trabalho...

V.L. — Essa questão política era tão importante na época, general, que o engenheiro Geonísio Barroso acabou

sendo afastado da presidência da Petrobrás depois de haver uma paralização dos empregados da empresa nos campos da Bahia e na Refinaria Landulfo Alves. Depois dessa paralização, foi nomeado então para substituí-lo o advogado Francisco Mangabeira. Aí a coisa toda já se complica, porque o Francisco Mangabeira foi indicado pelo ministro das Minas e Energia, o Gabriel Passos. Então o Ministério das Minas e Energia já passa a ter um papel importante nessa linha de poder, vamos dizer, que antes era direta: Petrobrás-Presidência da República. Isso foi sensível para o senhor naquela época?

A.L. — Não me lembro, não.

V.L. — O senhor tem mais alguma observação a fazer sobre a gestão do Geonísio como presidente da Petrobrás? Tem alguma lembrança forte ainda?

A.L. — Não.

V.L. — E de Francisco Mangabeira?

A.L. — Francisco Mangabeira foi até colega na Escola Superior de Guerra, sabe? Mas ele estava a favor dos sindicatos.

V.L. — Ah, ele desenvolveu uma política a favor dos sindicatos.

A.L. — Você não imagina o esforço que eu estou fazendo para poder...

V.L. — Falar sobre esse assunto. General, procurando retomar, qual era o clima na Reduc nesses anos?

A.L. — Nos anos de perturbação? Modificou muito pouco. Havia um desembaraço muito grande para a movimentação de pessoal. E a produção, naturalmente, sofreu em consequên-

cia disso. Falou-se até em parar as unidades, o que não foi feito. Questão de greve... Greve eu não me lembro.

V.L. — Mas houve greves nesse período. O senhor não se lembra mais?

A.L. — Nem ativando meus arquivos, que são grandes, dá para eu ver isso.

V.L. — E afinal, como se deu a sua saída da Reduc? Porque tinha sido obra sua, o senhor tinha sido o seu primeiro superintendente, tinha desempenhado um papel muito importante lá. Mas, como o senhor mesmo descreveu, foi um período de bastante movimentação sindical e tal, e o senhor acabou saindo por pressão dos comunistas, não é?

A.L. — Foi mais ou menos isso.

V.L. — E o senhor se retirou à vida privada durante um certo período?

A.L. — Como é?

V.L. — O senhor se retirou da Petrobrás, ficou um pouco sossegado na vida privada... O que o senhor foi fazer?

A.L. — Ah, foi por causa do cabeçalho do jornal. Mangabeira me tirou logo no dia seguinte. Aí eu fui fazer outras coisas. Porque ele me tirou da coisa e da Petrobrás.

V.L. — Quer dizer que no período em que o senhor foi fazer outras coisas, não acompanhou sequer como estavam andando os negócios da empresa.

A.L. — A empresa... A empresa estava longe.

V.L. — Estava longe, como?

A.L. — É difícil falar isso.

M.M. — Quer dizer que nem a gestão do Albino Silva...

A.L. — Mas quanto presidente apareceu aí, hein!

V.L. — Apareceram! Porque veio o Mangabeira, depois o Albino Silva, que era general... Aí já entrou de novo um militar.

A.L. — Porque mudaram muito, houve muita mudança. Daí a agitação do pessoal.

M.M. — E o Albino Silva, o senhor também não acompanhou?

A.L. — Era completamente desconhecido para mim.

V.L. — Porque o Mangabeira era um nome conhecido, pelo menos.

A.L. — Era um político hábil.

V.L. — Político, e político muito conhecido. O Albino Silva tinha sido chefe da Casa Militar e...

A.L. — É. Ele foi para a presidência da Petrobrás mais por política mesmo. Ele não entendia nada de técnica.

V.L. — Foi por política, por quê? Porque ele apoiava o Jango?

A.L. — E saindo para apoiar o Jango... Esse, então, quase não intervinha dentro da diretoria.

V.L. — O papel dele era mais político.

A.L. — Mais político.

V.L. — Parece que o Albino Silva tinha o apoio do Jair Dantas Ribeiro, ministro da Guerra. O senhor tem conhecimento disso? Bom, de qualquer forma o senhor já caracterizou que vai ser uma gestão muito mais pela posição política do general do que por sua relação técnica com a questão da empresa, não é?

A.L. — É.

M.M. — E a seguinte, do general Osvino?* O senhor o conheceu?

A.L. — O general? Eu o conheci na revolução. Não, eu o conheci antes. Nós o convidamos para almoçar na refinaria e ele foi.

M.M. — Ele tinha algum conhecimento de petróleo?

A.L. — Não, pouco. Era também político. Foi uma nomeação política. Por sinal, eu estou com um convite para ser homenageado na Petrobrás. Imaginem!

V.L. — Quando vai ser?

A.L. — Não sei. No aniversário da Petrobrás.

V.L. — Nós vamos lá assistir.

A.L. — Mas eu disse que não quero ir.

M.M. — Por quê?

A.L. — Porque não posso. Com esse negócio na cabeça, como é que eu vou....? Você vê a dificuldade... Então não vou... Eles se ofereceram para trazer a homenagem aqui em casa. Se for um papel dos 70 anos de Petrobrás, não sei o quê... Mas vão homenagear todos os presidentes.

M.M. — Há um assunto que eu sei que o senhor não vai gostar, mas sou obrigada a perguntar. Durante o governo João Goulart, e nessa época houve a mudança de vários presidentes, houve várias denúncias de corrupção dentro da Petrobrás. O senhor teve conhecimento de algum caso?

A.L. — Não sei de nada. Eu nem estava lá.

M.M. — Mas não ouviu falar?

A.L. — Você está procurando coisa!

V.L. — Depois veio a gestão do marechal Osvino.

* Osvino Ferreira Alves.

A.L. — Nossa senhora!

V.L. — Nossa Senhora? O que quer dizer isso, Nossa Senhora? O senhor não gostava do Osvino?

A.L. — O Osvino tinha muita força. Ofereci um almoço para ele na refinaria... Eu, não, o superintendente da época.

V.L. — Depois do senhor?

A.L. — Depois.

V.L. — O senhor foi a esse almoço?

A.L. — Eu fui a um almoço, não sei se foi esse. Pode ser que tenha sido outro.

V.L. — Mas nesse almoço a que o senhor foi, o Osvino estava lá?

A.L. — Estava. Quer dizer, isso foi antes, porque depois da revolução ele foi preso.

V.L. — É, foi preso. Ele só ficou três meses, os três meses antes da mudança do governo.

A.L. — Eu ainda vi o general lá na Petrobrás quando ele foi preso.

V.L. — Ah, viu? Como foi a cena? A gente falou que general não ia preso...

A.L. — O pessoal da revolução segurou o bicho no quarto lá da Petrobrás, da diretoria, até que vieram buscá-lo para não sei onde.

M.M. — O que o senhor estava fazendo lá? O senhor estava na Petrobrás?

A.L. — Nessa ocasião, não estava, não.

V.L. — Mas o senhor não assistiu a esta cena?

A.L. — Não, isso foi... Estava, sim. Eu tinha entrado naquelas horas. Porque eu entrei como chefe de gabinete.

V.L. — Ah! O senhor chefe de gabinete de quem?

A.L. — Do Queiroz*.

V.L. — Mas já depois do 31 de março, não é?

A.L. — Depois do 31 de março. Mas esta cena com o Osvino foi em 31 de março.

V.L. — Mas o senhor estava na Petrobrás no dia em que o Osvino foi preso?

A.L. — Fui chamado pelo general Olímpio Mourão Filho.

V.L. — O general Olímpio Mourão Filho era da Petrobrás?

A.L. — Não, não era. Ele pediu para eu ir até a presidência. Chegando lá, ele me surpreendeu: deixou na minha mão a presidência e foi fazer outra coisa. Mas me deixou na presidência.

V.L. — E a sala estava desocupada. O Osvino não estava lá?

A.L. — O Osvino estava lá, preso no gabinete dele.

V.L. — Foi o senhor que o prendeu?

A.L. — Não.

V.L. — O senhor vive falando: "Isso dá cadeia". Eu falei que general não ia para a cadeia, e agora estamos falando de um marechal que foi para a cadeia. Pois é, tem marechal que vai para a cadeia também.

A.L. — Eu tive a impressão de que o Osvino só tinha fama, não tinha capacidade para dirigir uma revolução.

V.L. — Mas, por quê? Diziam que ele ia dirigir uma revolução comunista?

* Ademar de Queiroz.

A.L. — Comunista ou outra qualquer.

V.L. — Deixe-me entender: esse general mandou chamar o senhor para a Petrobrás. Devia estar na situação de auge da crise, no momento em que se estava preparando o movimento de deposição do governo João Goulart... já estava acontecendo o movimento!

A.L. — Já estava acontecendo.

V.L. — O Mourão já tinha saído de Minas, nessa altura, quando o senhor foi para a Petrobrás?

A.L. — Ah, já tinha terminado a... Já tinha saído, sim.

V.L. — Porque o Mourão saiu em 31, o senhor está lembrado? Eu também me lembro bem. O senhor está falando que eu sou menina, mas não sou tanto assim, eu me lembro muito bem. O Mourão saiu de Minas, primeiro, e já tinha baixado para o Rio. E aí, quais foram os acontecimentos — eu queria detalhes mesmo — dentro da Petrobrás?

A.L. — Aí é que está difícil.

V.L. — O senhor se lembra disso. O general mandou chamar o senhor. Se mandou chamar, deve ter dito alguma coisa. Não sei o que ele disse, mas era amigo do senhor, deve ter dito — vou falar brincando: "General Arthur Levy, precisamos do senhor!" O que ele disse? Ele chamou o senhor para quê?

A.L. — Foi o Olímpio que me chamou?!

V.L. — É, o senhor falou que foi o Olímpio que o chamou. Qual era a posição dele dentro da Petrobrás?

A.L. — Não tinha.

V.L. — Ele estava ocupando a Petrobrás?

A.L. — Ele estava ocupando a Petrobrás e lembrou-se de mim.

V.L. — Ah! Ele estava ocupando a Petrobrás ao lado das forças que tinham se levantado contra o governo João Goulart! Agora que eu entendi! Então ele chegou, chamou o senhor e pediu que assumisse?

A.L. — Ele foi muito lacônico comigo. Pediu que eu tomasse conta do lugar: presidência da Petrobrás.

V.L. — Ah, o lugar era a presidência!! Eu não sabia se era na Reduc... Olhe que o senhor não está falando nada e eu consigo entender as coisas que o senhor não fala. Então ele pediu que o senhor ocupasse a presidência da Petrobrás. Aí o senhor deve ter perguntado: "Mas está vaga a presidência?" Então ele já tinha deposto o Osvino. Ele foi a pessoa que...

A.L. — Foi naquele instante.

V.L. — O senhor assistiu esse momento da deposição do Osvino?

A.L. — Não. Assisti depois, quando ele foi conduzido.

V.L. — Por quem?

A.L. — Por oficiais que foram buscá-lo. Pessoal da ESG, da Escola Superior de Guerra, da Escola de Aperfeiçoamento de oficiais, todo esse pessoal. Todos esses apareceram para prendê-lo.

V.L. — E isso tudo se passou no prédio principal da Petrobrás.

A.L. — Do 81, que eu ajudei a comprar.

V.L. — Ainda era o mesmo prédio, não é, general? Então, o que aconteceu?

A.L. — Eu pensei que fosse dizer... [risos]

M.M. — Ora, general, o senhor assumiu a presidência.

V.L. — O senhor disse: "Está bem, assumo a presidência.", ou disse: "Não, não assumo a presidência."? O que aconteceu? O senhor assumiu?

A.L. — Assumi. Aí eu comecei a passar telegramas para o pessoal voltar ao trabalho. E não mexer no dinheiro. Essas foram as duas coisas que...

V.L. — Quer dizer, o senhor foi chamado para manter a ordem lá.

A.L. — Para manter a disciplina.

V.L. — E como o senhor agiu?

A.L. — Por telegrama. E as respostas aos telegramas me garantiram que o nosso lado estava vitorioso, estava...

V.L. — Os telegramas eram para quem? Para diretores da Petrobrás, para chamar que viessem trabalhar, ou para pessoas do Exército?

A.L. — Eram para os chefes de unidade: refinaria, oleoduto, todo esse negócio.

M.M. — Em todo o Brasil?

A.L. — Em todo o Brasil. E todos atenderam, inclusive os navios que estavam navegando na costa.

V.L. — Isso é tão importante, general! Conte como foi.

A.L. — Já contei! [risos]

V.L. — Isto aqui é uma pílula homeopática! [risos]

A.L. — Eu estou dando chance para vocês virem mais vezes aqui.

V.L. — Ah, então é isso, general? E eu, que vou viajar, perco.

A.L. — Então não viaje.

V.L. — Não posso, tenho que ir. Então, general, o senhor assumiu a presidência da Petrobrás numa situação de emergência...

A.L. — No dia 1º eu assumi, de manhã cedo. O Osvino já tinha sido preso.

V.L. — Mas o senhor ainda assistiu o marechal Osvino ser levado.

A.L. — Assisti. O Olímpio deixou tudo comigo, saiu, foi embora. Fiquei sozinho na presidência, passando esses telegramas, prevendo se o pessoal aceitaria ou não a minha autoridade. Felizmente todos aceitaram, e eu fiquei até o dia 7.

V.L. — Quer dizer que o senhor não teve que remanejar os diretores de nenhuma das unidades, porque eles aceitaram que o senhor assumisse a autoridade nesse momento.

A.L. — Justamente.

V.L. — Então não foi muito difícil pacificar a empresa.

A.L. — Não, porque os outros elementos estavam com força também, não tinha mais o que pacificar. Já estava tudo pacificado; no dia 1º já estava pacificado.

M.M. — E com relação ao resto do pessoal, engenheiros, funcionários...?

A.L. — Ficou tudo como estava. Apenas o Ademar, que era o presidente... Logo depois o Olímpio Mourão passou para o general.

M.M. — O general assumiu no dia 7?

A.L. — O general Ademar.

V.L. — Quer dizer, sai o Osvino, o senhor fica do dia 1º ao dia 7. No dia 7 já é nomeado o Ademar de Queiroz?

A.L. — É. Com muito esforço conseguimos que ele aceitasse.

V.L. — O senhor gostaria que fosse ele? Foi um nome que lhe deu prazer?

A.L. — Certo. Eu tinha confiança nele.

V.L. — Ele era do seu lado, do lado desse grupo todo que tinha deposto o governo.

M.M. — O senhor participou da articulação do movimento de 64?

A.L. — Não. Nada, nada. Entrei de gaiato. [risos]

V.L. — O senhor não participou da articulação mas...

A.L. — Estava no comando, aí é que está. Eu estava no comando, e o Ademar não estava no comando.

V.L. — Quando o senhor diz que estava no comando, é no comando da Petrobrás?

A.L. — É. O Ademar estava com o presidente da República, com... Quem era o presidente da República?

V.L. — João Goulart, que foi deposto.

A.L. — Não, depois do João Goulart.

V.L. — O Castelo Branco.

A.L. — Eles estava com o Castelo Branco.

V.L. — O senhor chegou a conhecer o marechal Castelo Branco?

A.L. — Conheci muito.

V.L. — De onde?

A.L. — Em várias ocasiões. Na vida militar a gente tem contato com várias...

M.M. — Como era ele?

A.L. — Turrão, sério, muito sério... Era uma pessoa que infundia confiança logo logo.

V.L. — O senhor teve algum contato com ele na ESG?

A.L. — Na época, com o Ademar e ele.

V.L. — E na Escola Superior de Guerra?

A.L. — Na Escola Superior de Guerra também estive com ele. Com os dois. De modo que foi uma... No sétimo dia, tinha que acontecer mesmo, porque o dinheiro estava todo preso, por minha ordem, em todas as regiões do país. E o pessoal tinha que viver, não é? Então eu consegui que o Ademar assumisse a presidência, para mexer no dinheiro, porque eu não queria mexer. Então foi ele quem deu as ordens para soltar o...

M.M. — Foi difícil convencer o Ademar a aceitar?

A.L. — Não.

V.L. — O general faz uma cara como quem diz: "Quem não quereria ser presidente da Petrobrás?" Quer dizer que nesses dias de emergência, de crise, suas medidas foram as seguintes: primeira, passar os telegramas para ver se conseguia que, nas funções mais importantes, as pessoas permanecessem nos seus postos e aceitassem a sua autoridade naquele momento. Conseguiu isso. E não houve resistências?

A.L. — Não houve resistência.

V.L. — O senhor não teve que mandar prender ninguém, expulsar ninguém?

A.L. — Não. A resistência dispersou-se porque... esse governador aqui do estado... Brizola! Brizola...

V.L. — Brizola não era governador aqui do estado nessa época.

A.L. — É Brizola mesmo. Brizola, que era o comandante dos 11 lá no governo do Rio Grande do Sul, e que tinha esse efetivo militar à sua disposição, fugiu para o Uruguai. De modo que o campo ficou livre. Ele era a única resistência que havia.

V.L. — Ah, entendi.

M.M. — E aqueles sindicatos que estavam...?

A.L. — Amoitaram, amoitaram.

V.L. — Amoitaram! Gostei do termo. Ficou tudo na moita.

A.L. — Quando o movimento é vitorioso assim é difícil.

V.L. — Ainda mais um movimento militar forte. General, quer dizer que não houve necessidade, portanto, nessa primeira semana que o senhor assumiu a presidência da empresa, de medidas que nós poderíamos chamar de força? Nem medidas repressivas violentas?

A.L. — Já tinha havido, já tinha havido.

V.L. — Quando?

A.L. — No próprio dia 31 de março.

V.L. — E quem tomou essas medidas?

A.L. — O comandante das forças de Minas. Como é que ele chamava?

V.L. — O Mourão. Mas o Mourão tomou essas medidas em relação a própria Petrobrás também?

A.L. — A própria Petrobrás.

V.L. — Quais foram as ordens do Mourão para a Petrobrás?

A.L. — Ah, não sei. Não me lembro, não.

V.L. — Não se lembra? Eu me lembro de tanta coisa de 64... Eu não estava lá na Petrobrás, então não me lembro da Petrobrás. Mas o senhor estava lá, não se lembra? No dia 31 o senhor não estava na empresa. Estava em casa?

A.L. — Estava em casa dormindo, sossegado, nem sabia que havia revolução nem nada.

V.L. — Não sabia, general?!

A.L. — Não, eu não.

V.L. — Nem tinha ouvido falar nisso antes?

A.L. — Não.

V.L. — Quando o senhor ouviu falar que tinha havido a queda do governo João Goulart?

A.L. — Só quando me acordaram no dia 1º de abril.

V.L. — Aí disseram: "Caiu! Primeiro de abril!" [risos]
Quer dizer que o Mourão já tinha tomado medidas de força dentro da Petrobrás?

A.L. — É. E aconteceu um fato dele comigo muito interessante: eu não saía da sede da Petrobrás, dia e noite. Arrumei uma cama lá... À tarde do dia 6, aparece o Mourão com uma séquito grande de militares, uma coisa de impressionar. E disse assim: "Eu estou aqui para assumir a presidência da Petrobrás! O que é preciso fazer para eu assumir a presidência da Petrobrás?" Chamei o Vasco, que estava morrendo de medo...

V.L. — Quem era Vasco?

A.L. — Era um funcionário da Petrobrás. Muito querido, aliás. Mas o Mourão perguntou a mim o que era preciso para ele assumir a presidência. Eu então chamei o Vasco, que era na ocasião auxiliar-secretário nosso, e disse: "Vasco, diga ao marechal o que é preciso fazer para assumir a presidência." Então Vasco deu umas indicações: "Fazer um depósito, garantir a coisa, nomear os superintendentes etc. e tal..." Mas o depósito logo amainou a coisa. Quando ele falou em depósito, estávamos sem dinheiro na ocasião... Logo depois ele virou as costas e foi embora. Eu então pensei que ele voltaria no dia seguinte para assumir. Ele disse que ia assumir... Pensei que ele fosse dizer que ia ficar na presidência. Mas nem apareceu.

V.L. — Não apareceu mais?

A.L. — Não, não apareceu mais.

[FINAL DA FITA 13-B]

8ª Entrevista: 04.09.1987

M.M. — General, na nossa última conversa o senhor nos contou que tinha ficado sete dias à frente da Petrobrás em 1964, até o marechal Ademar de Queiroz assumir.

A.L. — Sete dias depois.

M.M. — Eu queria saber primeiro como é que foi a escolha do marechal Ademar de Queiroz? O senhor participou da escolha dele?

A.L. — Está aí uma coisa de que eu não me lembro. É uma

pergunta que eu não sei responder, porque não me lembro quem foi que escolheu. A escolha foi feita diretamente pelo presidente. Como é que era o nome dele?

M.M. — Castelo Branco.

A.L. — A escolha foi feita diretamente pelo presidente Castelo Branco, depois de várias pessoas terem tentado assumir a presidência, inclusive o comandante - acho que já está aí - de Belo Horizonte, que veio para assumir...

M.M. — Mourão Filho.

A.L. — Mourão Filho. Eu botei a Petrobrás à disposição dele, mas ele não quis assumir naquele momento, portanto perdeu a oportunidade. O presidente, o marechal Ademar, depois de ter assumido, depois do sétimo dia, nos levou à presença do marechal-presidente da República. Eu e mais dois diretores da Petrobrás. Então nós fomos apresentados ao presidente no palácio, lá em...

M.M. — O senhor já tinha assumido o cargo de chefe de gabinete?

A.L. — De chefe de gabinete. Bom, sobre essa pergunta, acho que é só isso.

M.M. — Como é que foi essa conversa com o presidente Castelo?

A.L. — A conversa foi sumária, não teve caráter político nenhum, porque eram subordinados que iam ser apresentados ao chefe. De modo que não havia formalidade nenhuma na posse... da pessoa que foi escolhida.

M.M. — Agora, os senhores, quando assumem a Petrobrás nessa época, naturalmente devem ter feito um estudo das condições da empresa. Como estava a empresa?

A.L. — Bom, nós assumimos em período revolucionário, portanto ainda sem programa traçado e sem previsão orçamentária nenhuma naquela ocasião. Eu botei um freio nessa previsão orçamentária, fazendo com que nenhum superintendente, nenhuma unidade retirasse dinheiro de banco, de modo que deixei à inteira discrição do marechal todo o dinheiro que a Petrobrás tinha no Brasil.

M.M. — E depois que o marechal assume a presidência, são feitos estudos mais detalhados? O senhor participou?

A.L. — Aí demorou um pouco para fazer estudo, mas com o tempo, com a normalização da Petrobrás e a posse do marechal na Petrobrás, foi possível prever qualquer programa a ser executado pela Petrobrás. Aliás, a Petrobrás estava no momento já realizando um início de programa de execução de empreendimentos. A revolução foi modificar isso; aceitar e modificar para outros termos.

M.M. — Uma coisa que eu li é que houve algumas mudanças administrativas na empresa durante a gestão do marechal Ademar de Queiroz, como por exemplo, fundiram-se os departamentos de Produção e Exploração em uma única unidade. Eu queria saber qual foi o peso dessas mudanças administrativas e se o senhor se lembra de outras?

A.L. — A Petrobrás está em evolução constante, não pára.

M.M. — A impressão que nós temos e que alguns autores também têm é que as unidades perdem uma certa autonomia em função de maior controle da direção central. É verdade?

A.L. — Bom, o controle já existia e era seguido, porque tinha sido projetado pelo Link. Eram duas organizações que foram projetadas pelo Link, aceitas pela Petrobrás, de

modo que foi fácil completar o programa, completar um programa qualquer. Qual foi a pergunta?

M.M. — Eu queria saber mais precisamente se esperavam que a empresa se departamentalizasse - nem sei se existe esta palavra -, que fossem criados vários departamentos e que as unidades técnicas fossem de alguma maneira isoladas, face às mudanças do escalão superior, que não ficassem mais sujeitas aos movimentos políticos mesmo, às indicações: mudou o escalão superior, muda-se todo o programa da empresa. Esse objetivo foi conseguido?

A.L. — Não houve alterações fortes, permanentes, dentro da Petrobrás depois da revolução. Houve mudança de quadros, alguma mudança dos quadros da empresa, o pessoal da empresa. E quanto aos empreendimentos, como já estavam organizados e havia elementos que permitiam a continuidade do programa - isso é importante, a continuidade do programa... Porque na diretoria havia elementos de um partido e de outro, nos vários departamentos havia também pessoas que eram pela expropriação estrangeira, outros que não eram, quer dizer, a empresa podia continuar a... Agora, a departamentalização estava sendo implantada nessa ocasião. Beltrão, que foi o autor do projeto, estava conosco lá. Nessa departamentalização é que surgiu o departamento de... de... o Depin.

M.M. — Depin - Departamento Industrial, é isso?

A.L. — Muito bem!

M.M. — São as siglas. O senhor nos falou que houve mudanças no quadro de pessoal - nós sabemos que houve vários afastamentos de funcionários. Essas mudanças chegaram a prejudicar de alguma maneira o andamento dos trabalhos?

A.L. — Na minha opinião pessoal, não prejudicaram em nada. Mudanças foram feitas, prendeu-se gente, expulsaram pessoas da Petrobrás, funcionários que estavam em trabalho, e fecharam sindicatos, mas isto não produziu alteração nenhuma na forma de condução dos problemas da Petrobrás.

M.M. — E quanto à diretoria, como é que ela foi recomposta? Porque evidentemente os diretores foram substituídos.

A.L. — Foram substituídos. Eu já não sei o nome deles, mas muitos foram substituídos por mim mesmo.

M.M. — Nos sete primeiros dias?

A.L. — Depois mesmo. O marechal consultava sobre nomes, e a gente dava a indicação.

M.M. — O senhor se lembra quanto tempo demorou mais ou menos esse processo?

A.L. — Foi rápido, muito rápido. A Petrobrás é muito dinâmica.

M.M. — Porque no momento anterior ouviam-se os quadros técnicos, os engenheiros, havia uma grande agitação e uma tentativa de interferência desses grupos nas diretrizes que a empresa deveria tomar. O senhor acha que depois de 64, digamos assim, os técnicos ficaram um pouco isolados no sentido de não interferirem nas...?

A.L. — Acho que não. Eu não vi ebulição nenhuma entre os quadros técnicos com as mudanças realizadas nos órgãos superiores. Nenhuma trepidação, nenhuma...

M.M. — Mas isso porque já tinham sido afastados...

A.L. — Sim, já tinham sido afastados, já se podia trabalhar à nossa moda, e não à moda deles.

M.M. — Mas o que eu queria saber é se, a partir desse momento, poderia haver de novo um clima para àquela situação anterior, ou a nova organização que a Petrobrás fez já isolava os técnicos para cuidarem de assuntos exclusivamente técnicos?

A.L. — Não houve isolamento de técnicos. Houve a reintegração de idéias, isto sim, que veio formalizar os programas, que veio normalizar esses empreendimentos todos. Não houve uma ebulição sobre o pessoal. Afinal, os técnicos se comportaram até muito bem.

M.M. — E o pessoal das unidades que ficam fora? Refinarias, oleoduto...

A.L. — A mesma coisa. Todas já tinham seus superintendentes renovados. Nós mesmos, com d. Dulce, fomos a Cubatão uma vez assistir um teatro...

M.M. — Na refinaria?

A.L. — Na refinaria.

M.M. — Havia peça de teatro?

A.L. — Portanto veja o ambiente como era.

M.M. — Quem eram os atores, os próprios funcionários?

A.L. — Não, era companhia contratada. No dia da nossa visita, eles programaram um teatro de arena, quer dizer, redondo. Também a Bahia teve os seus dirigentes alterados, mas nem por isso o programa foi modificado. O programa de produção e exploração do Link já estava traçado e aceito pela empresa. Com algumas alterações, mas o programa era do Link.

M.M. — A empresa aceitou prosseguir com os programas.

A.L. — Aceitou continuar.

M.M. — Eu queria saber se houve alguma mudança no esquema de tomada de decisões da empresa, se ela ficou mais centralizada.

A.L. — Não, ela ficou mais descentralizada. Com a criação dos departamentos, o Departamento de Exploração e o Departamento Industrial, os dois, ficou mais descentralizada.

M.M. — E como era o relacionamento entre os vários departamentos?

A.L. — Como se fossem subunidades, a mesma coisa como era antes. Apenas se encaixou no meio mais uma unidade de direção, o Depin, o... Depex, o De.. não sei o quê...

M.M. — Eu também não sei, não. [risos] Eu queria que o senhor contasse em detalhe o que o chefe de gabinete do presidente da Petrobrás fazia?

A.L. — O chefe de gabinete substituía geralmente o presidente quando ele fazia excursão. Então tomava conta da empresa. Mas isso durou pouco, porque eu também fui demitido.

M.M. — O senhor foi demitido?

A.L. — Demitido, não.

M.M. — Só trocou de cargo.

A.L. — Algumas pessoas opostas a nós, que não gostavam da atuação do chefe de gabinete, fizeram acusações. Então, para deixar o marechal livre... O marechal, de acordo com o presidente da República, dividiu os grupos. Eu não era para ser demitido mas, com o surgimento dessas declarações de terceiros... O marechal já tinha aberto um inquérito para apurar os fatos, o que me agradou muito.

M.M. — O senhor não quer contar quem fez essas acusações contra o senhor?

A.L. — Não. É que eu não... Eu posso procurar, posso procurar. Mas assim de momento...

M.M. — Bom, evidentemente eles queriam o seu lugar. Mas qual era o teor dessas acusações? De que eles se queixavam?

A.L. — Geralmente era má direção, questão de dinheiro, questão de posição de chefe... E eles me acusaram. Então, para deixar o marechal com mais liberdade, eu me demiti, a contragosto, porque o marechal não queria a minha demissão.

M.M. — É claro. Imagine o senhor, que já tinha sido presidente da empresa, sendo chefe de gabinete.

A.L. — De modo que eu me demiti e deixei o inquérito rolar, para saber o que...

M.M. — Foi inquérito interno da empresa?

A.L. — Havia dois inquéritos; um era interno. Essa minha demissão provocou o estudo de uma comissão interna, e esta a comissão, depois de examinar cuidadosamente todas as coisas que foram objeto de acusação, provou que eu não tinha absolutamente nada, que eu estava certíssimo etc. e tal, e o próprio marechal fez uma sessão pública para desagravar o meu nome. A comissão chegou à conclusão de que não havia fato nenhum criminoso a imputar ao general Levy, de modo que, como recompensa, ou como reconhecimento dessa situação de não existir... ele fez o Depin funcionar, que no caso não tinha funcionado até aquela época, e me nomeou chefe do Depin.

M.M. — Isto já em 1965?

A.L. — Em 65. O ano de 64 passou rapidamente.

M.M. — A Petrobrás sempre foi uma empresa de grande disputa, não é, general?

A.L. — Ah, não há dúvida nenhuma. O valor dela é que... Mas, com isso, essas duas comissões de inquérito da revolução puderam ser especificadas, enumeradas, e foram tomadas as providências que o caso exigia.

M.M. — Quer dizer que o Depin, até o senhor assumir em 65, estava mais no papel?

A.L. — O Depin funcionou até eu assumir.

M.M. — No Depin o senhor tinha o cargo de superintendente-geral do Departamento Industrial da Petrobrás. Abrangia todas as refinarias?

A.L. — Todas as refinarias, todas as fábricas de asfalto, toda a petroquímica à disposição da Petrobrás. Era quase uma Petrobrás-mirim. Mas era uma Petrobrás-bem volumosa-mirim.

M.M. — E como era administrar isso tudo?

A.L. — Ora, isso... Eu não administrei a Petrobrás, não administra a sua... que é maior do que o Depin?

M.M. — É. O senhor já tinha sido...

A.L. — Já tinha passado pela presidência da Petrobrás. De modo que achavam que a escolha era indicada, porque eu já estava a par de todos os processos de andamento da Petrobrás. Bom, então o Depin começou a funcionar desde o dia do reconhecimento da nossa não-culpabilidade.

M.Q. — E o senhor foi nomeado imediatamente para este cargo?

A.L. — É, nomeado para este cargo.

M.M. — Como eram administradas essas fábricas e as outras unidades?

A.L. — Do mesmo jeito como estavam sendo administradas. A mesma coisa. Não mudou nada.

M.M. — Mas quando o senhor foi superintendente da refinaria, o senhor gozava de grande autonomia para cuidar da sua refinaria. E agora?

A.L. — Pois sim. Mas foi antes.

M.M. — E agora, não? Superintendente do Depin...

A.L. — Superintendente do Depin, mas que manobrava uma grande porção da Petrobrás, então isso deu um significado positivo à posição.

M.M. — E o senhor pôde escolher os diretores das unidades?

A.L. — Em combinação. A escolha dos chefes de unidade - continuavam a ser chefe da mesma forma - foi feita de comum acordo entre o chefe do Depin e o presidente da companhia. Ninguém mais interveio nisso.

M.M. — O que o senhor destacaria na produção dessas unidades naquele momento? Pelo que o senhor disse, houve um crescimento da produção.

A.L. — Bom, a produção... produção de óleo...

M.M. — Sim, enfim, das fábricas e...

A.L. — Como é que podemos dizer isso...? A produção das unidades era uma consequência dos programas estabelecidos para cada uma delas. O Depin demorou muito para ter a sua organização final, porque o chefe do Depin fez várias co-

missões para determinar esses empreendimentos das unidades. E essas comissões, como se vê, demoravam muito. Tinham que demorar mesmo.

M.M. — Onde ficava o Depin? O escritório era na própria sede da empresa?

A.L. — Não, era na Presidente Vargas. Tinha um andar ou dois para o Depin funcionar.

M.M. — Quanto de pessoal o senhor tinha?

A.L. — Só no Depin era pequeno o número de pessoas. Agora, cada unidade tinha o seu pessoal, que era em proporções maiores. Pegando o peso pesado dia-a-dia tinha...

M.M. — O senhor disse que nesse momento o Depin estava se implantando, que começou a funcionar a partir daí. E com o desenvolvimento, depois que ele já estava consolidado?

A.L. — Aí veio a produção normal da empresa, cada um com o seu programa. Eu insisto no programa porque...

M.M. — Eu sei. Mas o que eu quero saber é se o Depin começa também a trabalhar na elaboração dos programas.

A.L. — O Depin começa a trabalhar tomando conhecimento das alterações anteriores e criando novas situações. Aí apareceram os rendimentos importantes da produção, produção por unidade e produção geral da... No começo eu não tenho nenhuma tabela desses programas, mas... De modo que, quando eu saí da Petrobrás, já deixei muitos programas estabelecidos e órgãos correspondentes para o seu manuseio.

M.M. — Essas previsões eram o quê? De cinco em cinco anos, de dois em dois anos?

A.L. — Eram anuais. Todo ano era feito um programa, que era portanto atualizado.

M.M. — O senhor coordenava nesse momento e nesse cargo as atividades das refinarias da Petrobrás. E nesse momento havia uma disputa das refinarias particulares que tinham sido desapropriadas em 64 pelo presidente João Goulart, e o governo Castelo Branco manteve, não revogou a desapropriação das refinarias. O senhor acompanhou essa disputa?

A.L. — Mais ou menos. Eu não cheguei a dar opinião em relação a isso, porque o marechal Castelo Branco era...era... uma cabeça e podia dirigir bem esse...

M.M. — O senhor acha, o senhor acha. Por que ele revogou os decretos que desapropriaram as empresas particulares? O senhor acha que elas eram fundamentais nesse momento?

A.L. — Elas não podiam fugir ao comando da Petrobrás, aí é que está. Porque era refinaria, a refinaria pela lei era monopólio, e portanto elas não podiam fugir a esses programas.

M.M. — Segundo a sua biografia, general, o senhor foi ao VII Congresso Mundial de Petróleo no México. Como foi essa experiência?

A.L. — No congresso de petróleo, a Petrobrás concorre sempre. De três em três anos se realiza o congresso, e a Petrobrás está sempre comparecendo. Nesse VII Congresso, no México, ia ser indicado um dos diretores, que era o Barroso - Barroso, Irnack e não sei quem. Então o Barroso era o indicado. Mas como surgiram problemas na Petrobrás no momento, eles me designaram para representar a Petrobrás no México. Aí a diretoria da Petrobrás mudou e eu fui chamado para ser demitido novamente.

M.M. — Foi quando o Irnack assumiu?

A.L. — Não. Quando o Irnack assumiu, não. O negócio foi depois. Veio o marechal...

[FINAL DA FITA 14-A]

M.M. — Então, quando mudou a diretoria, quando o Irnack Carvalho foi substituído, com quem o senhor também trabalhou, continuando à frente do Depin, o senhor estava nesse congresso...

A.L. — Fui nomeado pelo Barroso, que era também diretor na época, para representar a Petrobrás. Escolhemos a comissão e fomos para o México com muita vontade de trabalhar. Mas o marechal, o presidente da Petrobrás, que já tinha mudado, deu ordem para eu voltar para o Rio.

M.M. — Foi no Congresso que ele pediu para o senhor voltar?

A.L. — Mas o congresso já tinha terminado. Mas eu ia realizar um outro programa em benefício da Petrobrás. Esse é que foi cortado.

M.M. — Esse programa era no exterior também?

A.L. — Era também no exterior, nos Estados Unidos — nós tínhamos um problema para resolver nos Estados Unidos. A minha demissão da Petrobrás foi uma consequência ainda dos tempos de luta pela posse da Refinaria de Cubatão.

M.M. — De Cubatão ainda?

A.L. — Ainda, pois é. Porque junto ao marechal, presidente da Petrobrás... Como é o nome dele? Ademar... Candal...

M.M. — Junto ao marechal Candal*.

* Artur Duarte Candal Fonseca.

A.L. — Junto ao marechal Candal. Como é que é? Posse de Cubatão.

M.M. — O marechal Candal era daquele grupo de militares que, na época da refinaria...?

A.L. — Não tinha nada com aquele grupo. Daquele grupo só ficou resquício com o Varonil, que foi nomeado diretor, e o Candal aceitou todas as ponderações dele.

M.M. — Ah, então foi por causa do Varonil...

A.L. — Pois é, que eu saí. Varonil, irmão do marechal lá de Cubatão.

M.M. — E como foi que o senhor saiu da Petrobrás depois de tantos anos?

A.L. — Pois é. O marechal Candal não quis ouvir nenhuma dessas coisas. Então a diretoria e o conselho de administração fizeram uma declaração, uma publicação para constar em ata, com os trabalhos e os benefícios que eu fiz pela Petrobrás. Teve alguém que se interessou pelo caso, foi justamente Batista Pereira; Batista Pereira, que não estava ligado a problema nenhum, fez essa declaração, e toda a diretoria aprovou. O Candal não pôde recusar a assinatura.

M.M. — Ficou registrado em ata?

A.L. — Ficou registrado em ata. Bom, esta é a síntese da minha demissão da Petrobrás. Não tem mais conotação nenhuma.

M.M. — O senhor quer fazer agora um balanço geral desses anos todos que o senhor esteve na Petrobrás?

A.L. — Puxa, mas isso é... Quantas semanas me dá para fazer isso?

M.M. — Quantas o senhor quiser.

A.L. — Fica muito difícil. É muito extenso, é muito...

M.M. — É a história da sua vida, general.

A.L. — É a história da vida, pois é. De modo que não dá para fazer com...

M.M. — Mas em linhas gerais?

A.L. — No período de 1948 até...

M.M. — Até 67.

A.L. — ...64, 67, trabalhamos intensamente pela empresa, dirigindo diretamente alguns empreendimentos da Petrobrás, resumidos nos seguintes: os primeiros empreendimentos foram Mataripe e produção na Bahia. Vamos depois aumentar a sua... capacidade.

M.M. — Aumentou a capacidade da refinaria, não foi isso que o senhor nos contou? Que passou de cinco mil para 15 mil barris?

A.L. — Para 15 mil. Aumentou... A memória está ruim.

M.M. — General, o senhor prefere deixar esse balanço para depois?

A.L. — É. Esse balanço tenho que recordar melhor, senão muita coisa escapa.

M.M. — O senhor teve que voltar do México ou já estava nos Estados Unidos, quando deixa a Petrobrás? Já havia acabado o congresso, não é?

A.L. — O VII Congresso, já. Meu período da Petrobrás pegou dois congressos.

M.M. — O que se discutia nesse congresso de um modo geral?

A.L. — Discutia-se petróleo.

M.M. — Quem participava?

A.L. — Todas as empresas de petróleo do mundo inteiro, por isso que ele era mundial. Era dividido em compartimentos, para melhor estudo dos problemas. Tinha tese, tinha a aprovação da tese... A Petrobrás, como resolveu entrar para esse programa muito tarde, não teve tempo de preparar nenhuma tese; teve tempo de preparar apenas comunicações. Eu apresentei uma comunicação, não me lembro mais qual foi... Aí terminou o congresso, uma belíssima festa no lago de... Chegando ao Rio, de volta do México, já estava Candal como presidente. E ele me chamou, me deu o chapéu, e eu não pude dizer nada, porque o presidente admite ou demite quem quiser, sem a interferência de ninguém. De modo que no caso não havia apelação.

M.M. — Mesmo com aquela manifestação de apoio.

A.L. — Pois é. Mas não adiantou nada. Ele teve que assinar o voto de louvor. Só fez isso. Mesmo porque havia muitos diretores que já tinham assinado o voto de louvor para mim quando eu fui nomeado superintendente da Reduc. Então poucos podiam ir contra.

M.M. — Claro, seria uma incoerência, afinal.

A.L. — Seria uma incoerência. O Batista Pereira, nessa fase, foi primordial para conter um pouco o Candal na presidência. Aí eu me desinteressei da Petrobrás, voltei novamente para a vida civil, para os empreendimentos civis.

M.M. — E pelo que consta, o senhor logo foi ser o presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas, não é isso?

A.L. — É, muito importante. Bom, tive várias...

M.M. — Várias funções. Então vamos começar por esta: do petróleo para as normas técnicas.

A.L. — Um dos representantes que funcionam na ABNT é justamente a Petrobrás; a Petrobrás é um elemento da ABNT. E nisso o presidente* não mexeu, deixou como estava. Agora, é uma corporação dividida em setores, e cada setor tem a sua organização própria. Quando cheguei para a presidência, estava sem presidente, estava uma anarquia muito grande, e eu logo alertei o pessoal sobre a organização, e geralmente encontrei muito apoio lá dentro para fazer a modificação. Modificação que foi feita criando-se as... criando-se o regime de... Fizemos nova organização em...

M.M. — O senhor dividiu as funções, não é?

A.L. — É. Dividi a empresa, a ABNT, em vários... Tem um nome próprio, isso não pode escapar...

M.M. — O senhor me corrija se eu estiver errada, general: os objetivos da ABNT são de elaborar normas técnicas tanto no campo científico, no campo comercial, no campo industrial... Como se estabelece uma norma? O senhor pode dar um exemplo?

A.L. — O Brasil é muito carente de normas. E assume uma importância muito grande a sua realização... Encontramos técnicos apropriados para isso.

M.M. — Que já estavam lá?

A.L. — Que já trabalhavam; técnicos que trabalhavam lá, e técnicos que foram nomeados pelos vários compartimentos. Esses compartimentos tinham muita independência em rela-

* Refere-se a Artur Candal.

ção... Porque eles eram eleitos, nunca nomeados. Só o presidente da ABNT é que era escolhido pelo ministro.

M.M. — General, a ABNT era uma sociedade civil, sem fins lucrativos. Como ela arrumava recursos?

A.L. — A ABNT tinha alguns recursos. Primeiro, a contribuição dos sócios, que era grande. Como ela era útil, geralmente tinha patrocinadores em número suficiente para manter uma... Manter mal. Depois, o pagamento de serviços. Ela executava uma porção de serviços que devem ser... devem ser...

M.M. — Havia um preço, não é? Que tipo de serviço?

A.L. — Por exemplo, o mais útil deles era o... a taxa de incêndio, por exemplo. Um dos serviços que ela pode prestar é contra incêndio e marca registrada... marca...

M.M. — Patentes?

A.L. — É parecido, mas não é isso. Marca... Falta o nome do... Mas é feita nesses compartimentos da ABNT - veja se a senhora lembra o nome. Eles próprios... Ele funcionava como relator presidente do departamento... Há uma confusão na...

M.M. — Quando era para uma determinada regra, de alguma norma, de algum assunto, era eleito...

A.L. — Um presidente e um relator.

M.M. — E mais um grupo que ia estudar...

A.L. — Presidente e relator. Esse compartimento, depois de pronto, era submetido a uma... revisão, ou a uma... consulta...

M.M. — O senhor estava explicando que, naqueles compartimentos, eram escolhidos o relator e um presidente, e de-

pois de concluída a norma, ou o estudo, eles davam publicidade a esse...

A.L. — É isso. Publicidade está muito bom. Dava-se publicidade, que ficava em pauta durante um mês mais ou menos. Havia vários prazos, mas um deles era de um mês. No fim desse prazo de um mês, ele voltava para a secretaria executiva - aí é que entra em função a administração da empresa - para corrigir e preparar, enfim...

M.M. — Dar o arranjo final.

A.L. — Isso. E submeter ao presidente da ABNT.

M.M. — E o senhor dava conta de estudar tudo quanto era norma?

A.L. — Já vinham prontas. O negócio era escolher boa gente, bons técnicos, e técnicos interessados no problema. Porque a norma não é um assunto que interesse a muita gente. Nós temos visto que depois desse melhoramento introduzido é que apareceram mais pessoas e a sala de reunião da assembléia ficou completamente cheia. De interessados, só de interessados.

M.M. — Nesse período de 30 dias em que era dada publicidade ao estudo concluído pelo relator e o presidente do departamento, alguém podia contestar?

A.L. — Alguém podia contestar, fazer o que quisesse, redigir nova norma...

M.M. — Só os sócios ou qualquer outro interessado?

A.L. — Não, só aqueles que desempenhavam funções na ABNT. Porque se déssemos a todo interessado, seria uma anarquia.

M.M. — E depois de estabelecida uma norma, quem é que a fiscalizava?

A.L. — O órgão indicado na própria norma. De modo que não havia buraco nenhum na...

M.M. — Quer dizer, a ABNT só elaborava a norma.

A.L. — É.

M.M. — O senhor quer falar mais alguma coisa?

A.L. — Sobre a ABNT? A ABNT foi um serviço que muito prezamos, gostamos imensamente de ter sido qualificado para presidente da ABNT, escolhido em assembléia, e penso que veio tapar uma grande lacuna, porque antigamente não existia nenhuma regulamentação.

M.M. — A padronização da norma em nível nacional.

A.L. — Pois é. Foi uma dificuldade passar de um para outro.

M.M. — Eu imagino. Num país desse tamanho!

A.L. — Hoje a ABNT está mais organizada, principalmente a sua secretaria geral. Mas ela tem um problema de mudança de sede muito sério. Porque São Paulo, que faz parte do conselho da ABNT, sempre pleiteou a sede em São Paulo. Sempre! Eu não dispenso uma ocasião que possa... ir contra isso. Mas temos, felizmente, conseguido que isso não acontecesse, e até hoje a sede da ABNT é no Rio, contrariando o desejo de São Paulo.

M.M. — Desde o seu tempo já havia pressão para se mudar a sede para São Paulo?

A.L. — Desde o meu tempo, e muito antes do meu tempo. Não sei como é que não mudou na fase anterior porque, aproveitando a desorganização, podia... Mas naquela ocasião estava na presidência uma pessoa que só pensava em normas, só queria norma, queria... De modo que isso ajudou muito

a vencer o período de fraqueza do órgão. Bom, este é um detalhe na história.

M.M. — Mas é bom saber. Eu gosto. Todos nós gostamos. A ABNT funcionava já naquela época onde funciona hoje?

A.L. — É. A sede, mudaram apenas... Eu instituí o regime de compra da sede, em vez de...

M.M. — Como sempre o senhor comprando sede.

A.L. — Sempre comprando sede, é isso mesmo. Nos introduzimos essa norma, e deu certo. Porque hoje temos a sede comprada, paga, que é a sede de São Paulo, a sede do Rio, Bahia, Belo Horizonte e não sei mais onde. Estão todas elas funcionando em prédio próprio. Bom, essa é a ABNT.

M.M. — E a sua experiência como diretor da Eletrossiderúrgica, a Sibra, em Aratu, na Bahia?

A.L. — É, em Aratu.

M.M. — General, o senhor vai participar da diretoria dessa empresa, é uma empresa privada, e o senhor já tinha grande experiência na administração pública. Qual a diferença entre o trabalho na empresa privada e na empresa pública?

A.L. — A empresa privada, embora seja controlada mais rigidamente, tem um campo muito vasto de ação. Principalmente quando é instalada, ela conta com recursos suficientes. Ao passo que a empresa mista ou empresa do governo está sujeita a verbas, e essas verbas nem sempre atendem à organização que é preciso dar ao empreendimento. A Sibra foi muito bem estudada e projetada. É uma metalúrgica de metais nobres. Eu fui designado diretor de uma das diretorias da empresa, que funcionava aqui na Bahia, em Salvador. E eu tinha escritório aqui no Rio de Janeiro.

M.M. — O senhor trabalhava aqui no Rio?

A.L. — Eu trabalhava aqui, com constante inspeção na fábrica, enquanto estava construindo. Depois de construída, começou a funcionar, funcionou bem, mas não arrecadou o suficiente para cobrir as suas deficiências. De modo que ela sofreu com isso, teve que mudar de patrão: do brasileiro para o japonês.

M.M. — Ah, teve que vender. O capital da empresa passou...

A.L. — Eles vinham com o capital e com o objetivo da firma. Porque não adianta vir com o dinheiro se não se sabe o que vai fazer. Então vinham com destino certo. Nessa ocasião...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.M. — Nesse período, general, o senhor acumulou várias diretorias de vários empreendimentos. Como era isso? Como o senhor dava conta?

A.L. — Bom, tudo era transferido aos técnicos que a gente escolhia. Com bons técnicos a gente pode ir aonde for necessário. Eu me lembro da Sibra, da... ABNT já falamos...

M.M. — A Estamparia Metalúrgica Vitória.

A.L. — Ah, Estamparia Metalúrgica. Mas eu queriaa ligar esse negócio ao empreendimento estatal bom e ao empreendimento particular sem sucesso. E onde eu quero chegar.

M.M. — Porque o senhor foi de grande sucesso no empreendimento estatal.

A.L. — Nos empreendimentos estatais. Mas isso não aconteceu nos empreendimentos particulares para que fomos cha-

mados, que não alcançaram os êxitos que esperávamos. Entre eles está Vitória, que era estamparia de latas, mas latas em grandes volumes, não eram latinhas...

M.M. — Não eram latinhas de óleo.

A.L. — Era negócio de grande volume, de milhares de... Em cada pedido eram milhares de... Essa nós também compramos, foi um empreendimento comprado e vendido por nós. Quando se comprou, ela já estava mal no mercado. Pensávamos em reabilitá-la com boa administração e com algum dinheiro que se conseguisse. Mas isso não deu certo; o capital foi diminuindo, foi diminuindo, foi diminuindo, até que ela teve que fechar as portas.

M.M. — Por que aconteceu isso? Quais foram os problemas?

A.L. — Geralmente é pelo mercado. A gente controla o mercado até um certo ponto, depois não controla mais. A Sibra era uma dessas, que tinha controle de mercado...

[FINAL DA FITA 14-B]

A.L. — ...cujo capital foi decrescendo, foi diminuindo, até que fomos obrigados a fechar as portas. Este foi um empreendimento particular que não deu resultado na nossa mão. O segundo foi a Sibra, que tivemos que passar para o capital estrangeiro. O terceiro...

M.M. — Foi a Indústrias Químicas.

A.L. — Não, este foi depois. Vamos passar primeiro para...

M.M. — A ETEC*. O senhor foi assistente técnico desta em-

* Empreendimentos Técnicos de Estrada.

presa. O que ela fazia?

A.L. — Fazia projetos de construção de estradas em todo o Brasil.

M.M. — Há aqui uma lacuna*, porque nós temos que o senhor entra em 74, mas não sabemos quando o senhor sai da empresa. Nós temos um dado que o senhor assume esse cargo em 1974, mas não sabemos até quando o senhor fica.

A.L. — Nós tínhamos combinado mais ou menos que as datas não eram muito importantes. Mas estou vendo que são. Mas era a construção de estradas em todo o Brasil, e nós viajavamos muito para Porto Alegre, Curitiba e São Paulo.

M.M. — Onde era a sede da empresa?

A.L. — Em São Paulo. Parece que era em São Paulo?

M.M. — Essa também não deu certo?

A.L. — Bom, nessa eu fui assistente técnico, tive pequena participação na diretoria. De modo que eu digo que não deu certo porque não teve o número de participações útil como as outras empresas tiveram. Por isso é que eu acho que foi um fracasso.

M.M. — Mas era uma época - 74 - em que se estavam construindo muitas estradas.

A.L. — Não foram muitas, não. Porque já tinha programa estabelecido, então seguiram os programas.

M.M. — Quer dizer que era difícil programar novos empreendimentos, porque já tinha um programa estabelecido.

A.L. — Nós tínhamos a Entel e essa Entec. A Entel era

* A entrevistadora refere-se ao currículo do entrevistado.

completamente diferente dessa. Era uma empresa que acreditava na gente. Então, todas as vezes que eu saía da Petrobrás ou saía do empreendimento público, eles estavam batendo à porta para me levar para a empresa, para a construção. E foi isso que aconteceu.

M.M. — A Entel é uma firma de engenharia?

A.L. — De Engenharia, isso mesmo. Mas a falta de recursos... atravessou o período da revolução.

M.M. — Foi na década de 70, já. Em 1970, 74...

A.L. — E isso também não deu certo, porque ela foi diminuindo a atividade, por falta de recurso, até paralisar, mas sem ir à falência ou pedir concordata. Só diminuiu os programas, porque os recursos foram diminuindo,, diminuindo... E se meteu também em construção civil, que era um complemento muito bom. O caminho da Entel foi um caminho bom, porque... Mas ela não pôde competir com os elementos do mercado interno. Daí surgiu a sua fraqueza.

M.M. — Era um mercado bem competitivo, não é?

A.L. — Bem competitivo. Puxa, se era!

M.M. — Até hoje. Hoje, então, nessa época de crise...

A.L. — Bom, há outra ainda.

M.M. — A Betamil?

A.L. — A Betamil. A Betamil... Trabalhava conosco na Reduc um rapaz que gostava muito de petroquímica: Carlos - Carlos não sei de quê. Trabalhava comigo na refinaria. E ele teve a idéia então de construir uma fábrica de betamil, produzindo um produto químico de grande aceitação no momento. Tetra... - preciso dar o nome - Tetrabetamil... Tetra...

M.M. — Tetrabetamil, é isso?

A.L. — É um nome parecido com isso. Vamos chamar de betamil mesmo porque...

M.M. — Eu não entendo nada de química. E para que servia o betamil?

A.L. — Bom, a sede era aqui no Rio, e foram feitos estudos, projetos, aqui no Rio também, por uma firma idônea, boa. Depois do projeto, nós começamos a executar o empreendimento...

M.M. — Havia capital, general, para montar uma empresa química?

A.L. — Havia capital. Tinha-se que preparar tudo isso. Capital... Quando eu falo na empresa, já está abrangido capital e tudo quanto...

M.M. — Eu queria que o senhor explicasse para mim como arranjou o capital.

A.L. — O capital era nosso mesmo, mas também fraco. Capital fraco. O mal disso foi o capital fraco. E, para produzir... Depois do projeto, começamos a fazer a implantação do empreendimento na Baixada do Rio, em Alcântara, e levamos o empreendimento até certo ponto que foi possível levar. Depois combinamos com mais dois sócios, um excelente, uma cabeça, um excelente químico, mas aconteceu uma coisa interessante: nós estávamos produzindo certo produto para o mercado tal. Agora, quando fomos começar, quando demos as primeiras preparadas no terreno, esse produto se modificou. De modo que, em vez de fazer isso, não fizemos nada: tivemos que fechar. Então veja como o mercado influenciou. Em todos os empreendimentos fracassados, o

mercado influiu em tudo. É preciso uma pessoa própria mesmo... Nós não tivemos esta sorte. Com isso, fomos indenizados, os sócios se indenizaram, e a Butanil fechou a fábrica. Esse é o problema da Betamil. Ainda tem mais coisa de empreendimento, mas eu não me lembro o nome.

M.M. — O senhor participou ainda de um outro empreendimento em Araras, não foi, general?

A.L. — Foi. Em funcionamento com...

M.M. — Em Araras era um empreendimento com terras?

A.L. — Em Araras era uma casa, um prédio que nós fizemos que, depois de usar, quisemos comprar, mas ficou sem preço. Só isso. Mas fizemos. Foi um empreendimento predial, um empreendimento imobiliário.

M.M. — Nós temos aqui algumas outras coisas no seu currículo, general. O senhor fez o curso de atualização da ESG, não foi?

A.L. — É preciso verificar o que é esse curso. Porque na ESG tem a ESG propriamente dita, que é o corpo central, depois tem a ADESG, auxiliar da ESG... E aí, o quê?

M.M. — O senhor estava falando desse curso de atualização...

A.L. — Ah, bom. Depois desse curso, então, vem a atualização e a renovação posteriores, quer dizer, como se fosse um curso de pós-graduação. Foi ESG, ADESG e esses cursos de...

M.M. — Atualização doutrinária.

A.L. — ...atualização, que fizemos com êxito, com sucesso. Chegamos ao fim.

M.M. — O senhor foi membro da ADESG, não é?

A.L. — Sou membro da ADESG.

M.M. — Até hoje. Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

A.L. — Mandam os boletins, convidam para almoço, convidam para isso, convidam para aquilo, e a gente não vai.

M.M. — O senhor nunca vai?

A.L. — Não vou. De que jeito? Daqui a pouco acontece um negócio na cabeça e... revoluciona a coisa.

M.M. — Uma coisa muito importante de que o senhor participou foi a da ABDIB, não é?

A.L. — A ABDIB foi uma organização que surgiu quando eu estava na presidência da Petrobrás. Ela visava facilitar a montagem e construção de grandes peças de grandes formatos.

M.M. — Da indústria de base, não é?

A.L. — Da indústria de base.

M.M. — O senhor me contou em off, com o gravador desligado, que a ABDIB nasceu no seu escritório.

A.L. — Pois é, eu estou dizendo isso. Quando eu era presidente da Petrobrás, prepararam a ABDIB junto com um técnico da Petrobrás, Petrônio Barcelos, que fez os trabalhos todos de preparação da ABDIB para participar da Petrobrás. Petrônio teve muito êxito. A ABDIB foi um órgão que realmente funcionou na importação do material, na escolha de produtos para a construção, enfim, foi uma auxiliar preciosa. Ela continua a sua tarefa independente da Petrobrás. Completamente independente. Hoje não tem nada com a Petrobrás. Só aproveitou-se da fundação e depois... Mas é uma organização que está em funcionamento, em per-

feito funcionamento, e que pode produzir muito ainda para a nação.

M.M. — O senhor já foi presidente da Casa de Mato Grosso, general. Mais uma presidência.

A.L. — Pois é. Também na Casa de Mato Grosso fizemos o possível para aplicar os conhecimentos tidos na refinaria, na Petrobrás, e deu também muito trabalho, porque nós nos obrigamos a executar uma tarefa. Sabe como é esse negócio de clube. Fracassa, funciona, fracassa... A Casa de Mato Grosso, no nosso tempo, não fracassou, permaneceu viva enquanto estivemos na presidência. Logo depois da nossa presidência, ela caiu.

9ª Entrevista: 11.09.1987

M.M. — General, o senhor queria fazer algumas considerações sobre a sua atividade na Petrobrás.

A.L. — É, sobre a minha execução na Petrobrás, meu trabalho na Petrobrás. Cinco vezes fomos chamados pela Petrobrás para realizarmos empreendimentos, para realizarmos obra dentro da Petrobrás.

M.M. — O senhor foi chamado cinco vezes para exercer vários tipos de funções e tarefas?

A.L. — O que eu quero dizer é o seguinte: nessas cinco vezes não tive ajuda de ninguém. Não fui eu que pleiteei ou que fiz com que isso caísse na minha rede. Não foi nada disso. De modo que eu quero deixar registrado aqui que foi independente da minha vontade. Independente da minha vontade não, independente...

M.M. — Da sua iniciativa. Não foi iniciativa do senhor.

A.L. — ...da minha iniciativa. Não foi iniciativa minha.

M.M. — O senhor fala de cinco vezes. Qual foi a primeira?

A.L. — Bom, a primeira vez foi um chamado de Getúlio Vargas para diretor da Petrobrás - a primeira vez foi isso. A segunda vez foi para dirigir a construção das obras da Refinaria Duque de Caxias, esta foi a segunda vez. Fui chamado sem a minha intervenção, me pegaram assim e me puseram lá. Não houve influência nenhuma de terceiros. O Idílio chegou e me botou lá. A terceira vez... já foi na revolução de 1964, como chefe de gabinete. Fui chamado também sem nunca ser ouvido, nem coisa nenhuma, me pegaram e me botaram numa posição difícil, aliás. Arranjei bastante adversários nesse negócio de botar aqui, botar... A quarta vez foi para operar o Depin - Departamento Industrial -, que eles fizeram após terem desagradado o meu nome, me que tinha sido enxovalhado, por assim dizer. E, finalmente, agora, com a chamada da Fundação Getúlio Vargas, que eu não intervi em coisa nenhuma, não sei de nada, não sabia de nada, fui apanhado de surpresa. Vocês me pegaram de surpresa. Então estão aí as cinco vezes que... Por favor, me faça constar do...

M.M. — Está registrado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]